

A Defesa Nacional



MARÇO
1952

NÚMERO
452

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1952

N. 452

SUMÁRIO

| | Págs. |
|----------------|-------|
| Editorial..... | 3 |

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| Revisão necessária — Cel. Olympio Mourão Filho..... | 5 |
| Que vale a aviação americana? — Trad. do Ten.-Cel. Heitor Borges Fortes..... | 11 |
| Roteiro do treinamento físico militar — Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos..... | 23 |
| As comunicações no S.B.A.E.F. — Trad. do Maj. Floriano Möller..... | 31 |
| O comando antiaéreo do Exército — Maj. Floriano Moura Brasil Mendes..... | 39 |
| Alvos para a Artilharia de Costa — Trad. e adaptação do Maj. Cesar Neves..... | 45 |
| A Artilharia e os PP — III — Maj. L.C. Silveira..... | 53 |
| Patrulhas de combate — Trad. do Maj. Luiz Felipe Silva Wiedemann..... | 55 |
| A seleção dos combatentes — Cap. Dr. Nelson Nogueira..... | 61 |

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

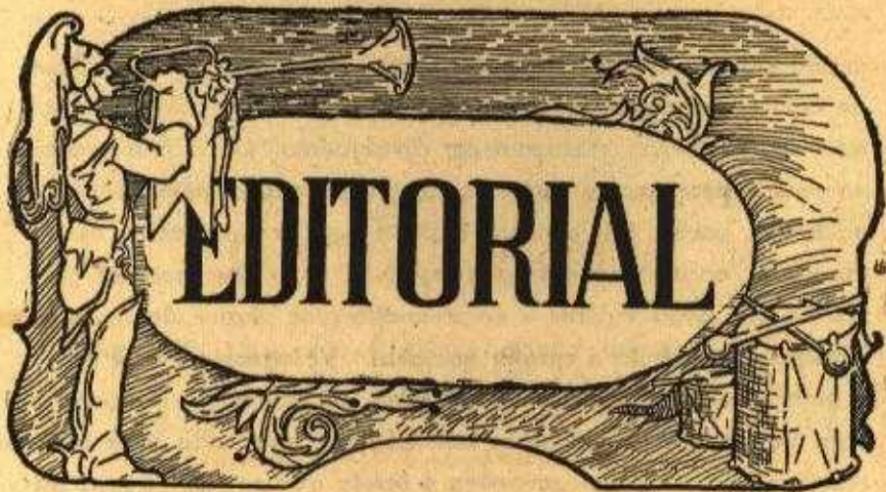
| | |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| Reflexões sobre a formação cultural do oficial — Maj. Gerardo L. Amaral..... | 63 |
| A guerra e a propaganda — Trad. da Redação..... | 69 |
| Psicotécnica e Instrução — Trad. da Redação..... | 77 |
| Cavalaria — Trad. de Raymundo M. Ribeiro da Costa..... | 87 |
| Curso de iniciação ao Serviço Social — Prof. Amaral Fontoura..... | 89 |

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Estudo Geográfico-Militar do Sul de Mato Grosso — Gen. Arthur Sílio Portela e Cel. Adalardo Fialho..... | 95 |
| Nossas fronteiras no Século XVI — Cap. Luiz Alberto de Freitas..... | 113 |

DIVERSOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" (Eleições)..... | 117 |
| Pagamento de proventos e pensões por intermédio da Caixa Económica e Banco do Brasil..... | 119 |
| Polícia Militar do Distrito Federal — Boletim de 27 de novembro — Coronel Niso Montezuma..... | 121 |
| "Servir" — Pelo General Gamelin — Ten.-Cel. J.H. Garcia..... | 125 |
| Um problema moral — Cap. Germano Seidl Vidal..... | 127 |
| A nossa Aviação vista pelos franceses — Trad. da Redação..... | 133 |
| Primeiros resultados do inquérito social realizado pela Comissão Especial do Serviço Social do Exército (CESSE) — Redação..... | 135 |
| NOTÍCIAS DIVERSAS..... | 141 |
| NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR..... | 145 |
| ATOS OFICIAIS GERAIS..... | 149 |

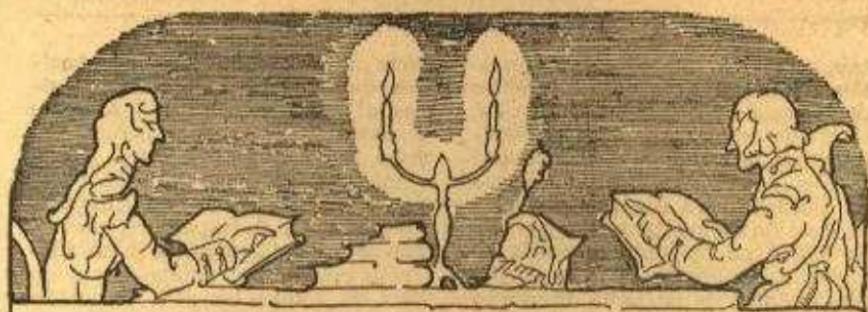


Entra esta Revista, após as eleições de 4 de fevereiro p. passado, num novo ciclo de atividades. Desnecessário é dizer que continuaremos a seguir, em linhas gerais, a mesma honesta norma de conduta traçada pela operosa administração anterior e que é a de bater-se, de conformidade com os Estatutos da Cooperativa, pelos problemas vitais do Exército e pelo aperfeiçoamento sempre crescente da cultura intelectual dos quadros de oficiais. Seguiremos ainda, inflexivelmente, a rota fixada pelos Estatutos no tocante aos assuntos de política partidária e religião, isto é, a de alheamento completo, relegando, a quem de direito, o trato dessas questões. Isso não quer dizer que deixemos de considerar os problemas nacionais que se enquadrem dentro das nossas Secções de Cultura Geral ou Diversos, desde que responsabilizados pela assinatura do autor e apresentados com a sinceridade dos que os examinam sem segundas intenções e sim, unicamente, visando despertar, desapaixonadamente, o interesse dos estudiosos de tais problemas. Continuaremos, igualmente, a nossa política já várias vezes aplaudida, conforme correspondência que temos recebido, de valorizar homens e empreendimentos que, em âmbito nacional, façam jus aos aplausos de todos os verdadeiros patriotas. Exaltaremos e focalizaremos,

assim, sem descer ao ufanismo exagerado, todas as iniciativas de cunho grandioso que, pela sua repercussão e consequências na vida da Nação, mereçam ser divulgadas. Cabe à imprensa do país o livre exame dos atos dos responsáveis pelos destinos nacionais, porém, infelizmente, a parte negativa da crítica desce, em geral, a um pessimismo exagerado, fruto das paixões políticas e que nega valores e empreendimentos dignos de reconhecimento, deprimindo o caráter nacional. Valorizar o que é nosso e grandioso, sem preconceito de falso nacionalismo, destacar a obra ímpar que já erguemos nos trópicos, vencendo uma natureza inóspita e mesmo agressiva é tarefa que se nos afigura patriótica, maximamente se considerarmos as responsabilidades que temos, como única revista militar de cultura profissional e geral do Exército, principalmente perante as jovens gerações militares. Essa é a conduta que seguiremos. As nossas páginas estarão sempre abertas para abrigar a boa colaboração indígena, à qual damos irrestrita preferência, mas, na falta desta, não vacilaremos em lançar mão das traduções de artigos estrangeiros de mérito e que possam concorrer não só para o aprimoramento profissional dos nossos quadros de oficiais, como, também, para a divulgação do que se passa em outros exércitos, notadamente dos que lutam na guerra da Coreia, destacando os ensinamentos que dela têm surgido.

Quanto ao formato da Revista, que alguns têm sugerido tornar menor, para facilidade de manuseio, lamentamos não poder atender devido a razões técnicas relativas aos desenhos, já muitas vezes prejudicados com o atual tamanho, em virtude das reduções que dêles são feitas.

Para terminar e declarando estar pronta para acolher quaisquer outras sugestões dos prezados camaradas que visem ao melhoramento da nossa Revista, a nova Diretoria reafirma o seu inabalável propósito de empenhar-se ao máximo para que ela se firme cada vez mais no conceito da classe, para maior grandeza do Exército.



CULTURA PROFISSIONAL

REVISÃO NECESSÁRIA

Cel. OLYMPIO MOURÃO FILHO.

Por mais ponderosos que tenham sido os motivos que determinaram a dupla incorporação, convém, depois de algumas experiências, examinar a sua exequibilidade, do ponto de vista dos bons resultados, ouvidos naturalmente, pelos canais competentes, todos os Comandantes de Corpos e demais oficiais da tropa, a fim de se chegar a uma conclusão segura. Pessoalmente, tendo já passado pela experiência, como Comandante de Regimento, por dois anos consecutivos, e, com mais uma incorporação à vista, não posso mais me alinhar entre os possíveis partidários, na tropa, do sistema em apreciação. Traz graves inconvenientes à vida administrativa, à disciplina e, especialmente à instrução dos contingentes, além de fatigar muitíssimo os quadros. Quanto à administração, não há necessidade de se gastarem muitas palavras para fazer ressaltar os impactos sobre a complicação na escrituração de fardamento e material em geral. A tríplice ondulação do efetivo, durante o mesmo exercício financeiro, acarreta complicações múltiplas, cuja descrição

alongaria demasiado este trabalho, mas, do conhecimento geral de todos os quadros arregimentados. Do ponto de vista da disciplina, todos sabem que, depois de alguns meses no serviço, definem-se os maus elementos que, pelo sistema antigo, já não eram mais encontrados pelo contingente novo. Agora, este, logo de início, em fase ainda delicada, fica exposto à rápida contaminação dos referidos elementos e, deste modo, além de sua percentagem inexorável de homens pouco desejáveis, fornece outros corrompidos pelo exemplo e companhia dos relativos à turma em serviço e com os quais vai conviver por mais alguns meses. Tenho observado que, desde que o sistema foi posto a funcionar, a percentagem de soldados que cometem faltas graves tem crescido além dos limites habituais. Igualmente a instrução sofre reações, e as maiores e mais importantes, decorrentes do sistema. Com efeito, mesmo que as Unidades estivessem sempre completas em seus quadros, e que nunca se verifica nos Corpos de Tropa sediados fora das Capi-

tais, a tarefa de enfrentar simultaneamente dois períodos diferentes de instrução é quase inexequível e, de qualquer modo, de maus resultados. A primeira — e a mais simples — é na distribuição dos meios da Unidade. Em seguida, a tarefa ingente do Comandante e do pessoal da S/3 é na fiscalização diária de várias subunidades, cada qual com dois quadros de trabalho diferentes e com grupamentos diferentes de instrução. O resultado, por mais rigor e capricho que se tenha, é a balbúrdia que torna ineficiente o esforço dispendido. Quem mais sofre, porém, é o Capitão que fica emaranhado nos terríveis fios da administração, complicados com a diversidade de instrução. Além disto, a dupla incorporação cria situação incômodas, como esta de duas manobras anuais. Merece ainda reparo, do ponto de vista das dificuldades insuperáveis, a questão das férias dos subalternos e sargentos, as quais sempre coincidirão, obrigatoriamente, com uma fase da instrução à qual não devem faltar. Todos os inconvenientes apontados agravam-se com a falta de oficiais e a dança inacabada das funções, na contínua troca, no joga joga oriundo da inconveniente gratificação por motivo de cargos vagos. Já tenho comandado Regimentos nos quais a falta de quadros atinge os números seguintes, em dadas épocas: 9 Capitães, 5 Tenentes, 35 Sargentos e 98 Cabos...

Não resta dúvida que a dupla incorporação sómente será exequível, no âmbito regimento, jogando-se com dois Batalhões, alternados por efetivos completos de praças prontas ou de recrutas.

Outro assunto que merece revisão urgente é o P.P., a fim de que sejam sanadas as poucas falhas que vem servindo, ao pessoal do Pelotão de Descanso, para combate-lo.

Não há hipótese de se ministrar a instrução a sério, sem o P.P. Ele coordena e disciplina a instrução, dando-lhe o máximo de eficiência e sobretudo impedindo a preguiça, a displicênciâa e o relaxamento. Desde que haja fiscalização, por

parte do Comando (tarefa específica da 3ª Seção do E.M. Regimental), a instrução não sómente se mantém no mesmo nível, em todas as subunidades, como ganha o máximo de rigor e eficiência. Não é mais possível, em Unidades onde o P.P. é respeitado, encontrar-se uma Companhia bem instruída em Ordem Unida e mal no Tiro ou muito boa em Educação Física e insuficiente em Combate. Também não se pode mais encontrar, em determinada semana, as subunidades com níveis diferentes na instrução. O P.P. é a base da eficiência. É um imperativo de amor à profissão defender o P.P. e não posso encontrar expressões suficientes para recomendá-lo. Entretanto, ou melhor, por isso mesmo, deve sofrer revisão urgente. Há pontos relevantes, de influências gerais e que podem ser examinados num esforço como este.

1º) A distribuição do tempo, entre os vários períodos, não parece ter sido sancionada pela prática.

Verifica-se, ao contrário, que o período de adaptação não necessita mais de duas semanas; que a fase de Instrução Básica Militar do período de Formação não deve ter menos de doze semanas e que o Período de Aplicação não necessita de mais do que oito semanas para a Instrução Coletiva.

Deste modo, o ano de instrução poderia ter a seguinte estruturação:

| | |
|---------------------------------|-------------------|
| 1 — Período de Adaptação | 2 semanas |
| 2 — I. B. M..... | 12 semanas |
| 3 — I. B. Q..... | 12 semanas |
| 4 — Aplicação Coletiva | 10 semanas |
| 5 — Aplicação do Conjunto | 4 semanas |
| TOTAL | 40 semanas |

2) É necessário escoimar o P.P. de toda uma parte teórica que, além de inutil, é nociva. Há pontos da seguinte espécie: "Necessidade das Forças Armadas" (PP 21-1-2 Parte, Par 16), "Informações sobre a instrução para a for-

mação de graduados na Unidade. Necessidade e Vantagens" (mesmo PP, par 18), "Continência Militar — origem, necessidade, verdadeira interpretação" (idem, idem), "Disciplina Militar, sua importância e necessidade". Deste par 18 do PP citado, apenas se salvam da pecha de teóricas e discursos filosóficos, as seguintes:

Par 17: Sessões 2,3; Par 18: Sessões de 8 a 26. As demais não podem ser materializadas, são ihúteis e servem somente para produzir as terríveis e cacetês instruções teóricas cheias, na maioria, de tolices ditas pelos Sargentos, em regra geral os que as ministram.

Outro reparo: é impossível desencadeiar uma sessão de instrução de 30 minutos. Nenhuma sessão poderá ter menos de 50 minutos cheios.

3º) A Casa "Referências e Observações" do PP, poderia ser supressa, economizando-se papel. Estabelecido o princípio rígido de que a sessão não pode ser maior do que 60' nem menor do 50' (10' poderão ser utilizados como descanso do intervalo de reajustamento, quando necessário), conclui-se que:

A) A Casa Horas do PP é inútil. Pode ser supressa.

B) Os dois tempos de instrução não podem ser fracionários (3 h 1/2 e 3 horas), mas, 3 e 3 ou 4 e 2 ou 4 e 4.

Relação das Sessões teóricas que devem ser supressas do PP:

A) PP 21-1 — 2ª parte:

Par 16: Números 1, 2, 4, 20;

Par 17: 4 e 7;

Par 18: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7;

Par 21: 1, 2, 3, 4, (Nota: em lugar de ensinar, teóricamente, que o banho diário é necessário, deve-se obrigar o soldado a tomar banho diariamente). Acrescentar, no lugar dos números supressos, os seguintes: 1 — Como usar a escova de dentes. Uso obrigatório depois do almoço e à noite. Revista de escova de dentes. 2 — Uso obrigatório do papel higiênico. Cada soldado deve descontar dois relógios

por mês e não pode penetrar na privada sem a apresentação prévia do papel higiênico ao plantão da hora.

Par 23: 1, 2, 3, 4, (parte referente a "o que é hierarquia militar, etc.");

Par 26: Suprimir.

4º) O PP fixa a jornada de trabalho em 6 1/2 horas, a saber, 3 1/2 no 1º tempo e 3 no 2º.

Já fizemos referência à impossibilidade pedagógica de ministrar sessões de 30 minutos. Queremos, agora, fazer outra observação.

As 6 1/2 horas estão lotadas, de modo geral, para a instrução da tropa, não figurando duas partes imprescindíveis, que são a instrução dos Oficiais e a dos Sargentos. Esta, deve ser dada utilizando tempo extra. Achamos que, ou o tempo 6 1/2 horas é curto e, neste caso, deve ser consagrada a jornada de 8 horas, ou, incluir-se, nas 6 1/2 horas, a Instrução dos Quadros. É preciso ter em mente que é abso-lutamente impossível ministrar a instrução dos Oficiais, dos Sargentos e das praças, ao mesmo tempo. Durante a dos Sargentos, deve estar parada a de Oficiais e praças; durante a dos Oficiais, não poderá funcionar a de Sargentos e praças, isto é, para cada uma é necessário um tempo especial. Ainda mais: a instrução dos quadros, para ser eficiente, exige, tanto para os Sargentos como para os Oficiais, um mínimo de três horas semanais. Nestas condições, há duas soluções possíveis, de acordo com os exemplos abaixo:

1º exemplo — 2º, 4º e 6º feiras — 1 hora para instrução dos Oficiais. Subtrair este tempo das 6 1/2 horas, de modo que a instrução das praças conte com apenas com 3 1/2 horas nos dias citados.

3º, 5º e Sábados — Idem, para os Sargentos, ficando o tempo das praças apenas de 5 1/2 horas, como precedentemente. Para isto, é necessário, no conjunto da semana, cortar seis horas na instrução das praças, suprimindo do PP as sessões menos importantes,

especialmente as de caráter técnico, que devem ser banidas, ou então prolongando-se, por exemplo, o Período de Instrução Básica Militar, conforme foi proposto atrás. Neste caso, a instrução dos quadros seria conduzida como se segue:

A) Período de Adaptação — Nenhuma.

B) Período I.B.M. — 3 horas por semana, cada.

C) Período I.B.Q. — 2 horas por semana, prolongando-se o período de número de horas tiradas para a instrução dos quadros.

D) Período de Aplicação — 1 hora por semana, aumentando-se a jornada de uma hora.

2º exemplo — Jornada de 7 horas de trabalho, a saber: 6 horas para a tropa e 1 para os quadros, alternando-se, durante a semana, três sessões para cada quadro (Oficiais e Sargentos) :

1º Tempo — 7 às 11 — tropa.

2º Tempo — De 13,30 às 15,30 — tropa; de 15,30 às 16,30 — quadros.

5º) Ao fim da I.B.M., o homem deve ser considerado como mobilizável na categoria de volteador. Esta providência acarretará muitas facilidades administrativas.

Daremos um exemplo.

Há serviços que não podem parar, como o remonte do calçado, grana, e outros. Se, no fim da I.B.M., os homens aos quais na classificação à priori para a I.B.Q., tocassem o lugar de volteador no G.C., com a instrução já terminada, poderiam perfeitamente, sem nenhum prejuízo, ocupar empregos na Unidade. É claro que sua instrução de atirador de F.O. continuaria, bem como tomando parte nas marchas, acampamentos e na Educação Física.

Pode-se verificar, sem muito custo, que na fase I.B.Q., não há mais instrução individual, geral. Toda ela é específica de frações e subunidades ou, de especialidades (atirador de F.M., de Mtr., etc., etc.).

6º) Finalmente, o ponto mais importante: o dos Cursos, na fase da I.B.Q. O Regimento fica praticamente dissolvido por causa dos cursos. Há subunidades, como agora acontece no Regimento Tiradentes, que não apuram mais de nove a dez homens para a instrução comum. Resultado: o PP não pode ser obedecido nos vários ramos onde a constituição de frações é exigida (G.C., Pelotão, etc.).

É impossível fazer funcionar todos os cursos na fase I.B.Q., tendo em vista suas exigências. Outra solução deve ser encontrada.

Quanto ao Curso de Cabos e depois o de Sargentos, convém uma referência especial, com que terminaremos este artigo e que será objeto do número seguinte.

7º) Tenhamos esperanças de que não se demorará muito tempo a compreender que é absolutamente impossível recrutar cabos e sargentos para a reserva, nas fileiras.

O resultado dos esforços teimosos neste sentido, tem sido:

1º — A formação de uma reserva de 3º Sargentos incompetentes e pequena;

2º — O recrutamento de maus Sargentos para a ativa;

2º — Manutenção perigosa nos dias de hoje, de uma classe de Sargentos.

É claro que, nas atuais circunstâncias, rapazes de valor e ambiciosos não vão aceitar engajamentos até cinco anos, com todas as possibilidades de, ao fim deste prazo, serem eliminados da ativa. Ficam os vencidos, em geral. E dos vencidos que ficam, nem sempre a seleção retira os melhores que vão alcançar os postos seguintes.

Os eliminados pela estrutura vão para a reserva como 3º Sargentos. São em pequeno número, como já se disse, e mal selecionados.

Quanto à reserva de 2º e 1º Sargentos, forma-se pelo sistema do conta-gotas. Como remediar isto?

É necessário dissolver a classe de Sargentos, transformando-a em condição passageira, como acontece com os postos de Aspirante, Te-

nente, etc. Não existe classe de Tenentes, por que cada elemento espera atingir o posto seguinte. Para a existência de classe é necessário que o círculo seja fechado ao acesso.

Ora bem, à custa do sistema atual, criamos uma classe perigosa porque está em condições de receber todas as promessas que os perturbadores da ordem política e social não podem fazer à classe de oficiais. O sistema de formação de Cabos e Sargentos para a reserva e o de dissolução da classe de Sargentos da ativa poderá consistir no seguinte :

1º — Criação de Centro de Preparação de Sargentos e Cabos da Reserva (C.P.I.R.) (Centro de Preparação de Inferiores da Reserva).

Estes Centros que, de preferência, funcionariam anexos aos C.P.O.R., recrutariam os elementos sobrantes dos mesmos. É sabido que os C.P.O.R. não têm disponibilidade para todos os alunos das escolas superiores do país. Um sistema rigoroso de seleção escolheria os melhores elementos para o Curso de Oficiais e os restantes, de acordo com a classificação em concurso, para o Curso de Sargentos e de Cabos. A duração dos Cursos terá de ser a mesma, a fim de evitar a fuga dos cursos de Oficiais, o que seria inevitável, se, por exemplo, o de Sargentos durasse 1 ano apenas e o de Cabos seis meses.

Todos 3 cursos deverão ter a mesma duração e, com isto lucrará a reserva de cabos e sargentos, a qual se tornará eficientíssima, além de não tornar desejável evitar o curso de oficiais.

2º — O recrutamento de soldados, cabos e sargentos da ativa seria baseado no mecanismo da Constituição de um quadro de "tropeiros", formado de soldado a Capitão inclusive.

O Exército aceitaria em suas fileiras os rapazes que, além de satisfazerem outras severas exigências, tivessem o curso completo de ginásio ou equivalente e

que desejassem fazer carreira no Quadro Auxiliar de Oficiais de Tropa. O tempo de instrução mínimo seria :

1º ano — instrução do soldado ;

2º ano — 1º trimestre — formação de Cabo ; 2º e 3º trimestres — formação de Sargento.

Depois, estágio de 3 anos, como 3º Sargento. A partir daí, já com 5 anos de praça, um ano no C.R.A.S. e colocação por ordem intelectual para a promoção a 2º Sargento. Para o acesso ao posto de 1º Sargento, 3 anos de interstício. O recrutamento ao posto de Alferes, seria, por merecimento, feito entre os 1º Sargentos, metade por metade.

Ficaria supresso o posto de Subtenente. O quadro teria como limite máximo o posto de Capitão.

A fim de se evitar o nefasto paralelismo de quadros e as complicações hierárquicas de precedência, o Quadro seria completamente independente dos das Armas. Entretanto, a precedência seria determinada rigorosamente pela antiguidade da promoção, em cada posto.

Assim também os oficiais do Q.A.O.T. teriam os mesmos direitos e deveres dos demais, relativamente a cada posto.

* *

Finalmente, é preciso que fique bem compreendido que não é possível manter-se um Corpo de Tropa sem um Núcleo, por pequeno que seja, de soldados profissionais, permanentes, a saber : ordenanças, (por causa dos animais), carpinteiros-marcineiros, sapateiros, ferreiros-serralheiros, etc.

O Regimento Tiradentes tem boa oficina de carpintaria, com máquinas de primeira ordem (plaina, serra de fita, tupia, etc.) e em geral as mesmas ficam paradas todo o ano, porque hoje, com a incorporação aos 18 anos (erro grave de que me considero o principal culpado) não há ainda artífices capazes.

QUE VALE A AVIAÇÃO AMERICANA?

Tradução do Ten.-Cel. HEITOR BORGES FORTES

Sob o título "A verdade sobre o nosso potencial aéreo", o General HOYT S. VANDERBERG, Chefe de Estado-Maior da Força Aérea dos Estados Unidos, publicou o seguinte artigo na grande revista "Saturday Evening Post", de 17 de fevereiro de 1951. Sua importância não escapará aos leitores da "Revista de Defesa Nacional" (da França).

COMO RESISTIR A AVIAÇÃO SOVIÉTICA?

Em tempo de crise, quando a paz mundial e a segurança dos Estados Unidos são infinitamente mais importantes que o prestígio da Força Aérea dos Estados Unidos ou de qualquer outro organismo militar, certos princípios necessitam ser reafirmados. A superioridade aérea não pode, por si só, ganhar a guerra. Mas a perda da superioridade aérea poderia fazê-la perder. Se bem que todas as autoridades militares estejam de acordo para reconhecer que a superioridade aérea deve ser mantida no local em que operações terrestres ou marítimas, em grande escala, são lançadas contra um adversário principal, não creio que a Força Aérea deva esforçar-se para obter uma porção desarrazoada dos homens e dos fundos postos à disposição do Departamento de Defesa. Concedo que o avião, além de ser uma arma, o é também uma espada de dois gumes, que pode ser virada diretamente, de maneira vital, contra cada americano.

O povo americano deve competir-se que é impossível instalar ou inventar uma defesa absoluta e inexpugnável contra ataques de bombardeiros conduzidos por um inimigo forte e determinado. A Nação Soviética, por exemplo, possui, agora, pelo menos 450 aviões capazes de atingir nossos principais centros industriais e nossas principais aglomerações, partindo de ba-

ses situadas na U.R.S.S. Admitindo que não nos podemos dar ao luxo de subestimar as possibilidades do inimigo eventual, devemos prever que os Soviéticos dotarão os seus aparelhos de aperfeiçoamentos conhecidos que e contrabalançarão, com larga margem, os aperfeiçoamentos que estamos em condições de introduzir na defesa do território nacional. É preciso fazer frente, decididamente, a todas as eventualidades ameaçadoras, sem desprezar a necessidade urgente de contribuir no lançamento de um programa de defesa civil que poderia salvar quantidades imensas de vidas humanas no caso (que Deus nos livre) de um bombardeio atômico.

Se a guerra viesse, não poderíamos esperar destruir mais de 30 % dos aviões participantes de um ataque em força sobre os Estados Unidos, antes que levassem a efeito os bombardeios programados.

E nossos preparativos, hoje, não estão suficientemente adiantados para atingir essa porcentagem. Mesmo se tivéssemos bastante mais aviões de interceptação, de DCA, e uma trama de radar cobrindo todos os acessos às nossas fronteiras, pode-se predizer que 70 % dos aparelhos inimigos penetrariam nossas defesas, a despeito do valor e da habilidade de nossos pilotos.

Minha estimativa de 30 % de perda infligidas no decorrer de um ataque aéreo inimigo é baseada na hipótese de que o raid (incursão)

inimigo seria feito com, pelo menos, 100 aviões de bombardeio pesados. Se um inimigo tentasse furar furtivamente um ou mesmo cinco aviões, é perfeitamente possível que alguma cidade americana não sofresse danos. Mas a evidência fria e brutal da última guerra prova, de maneira concludente, que nenhum ataque de bombardeio montado suficientemente em força por Americanos, Ingleses ou Alemanes foi jamais repelido pela ação defensiva mais decidida. A ofensiva tem sido sempre uma vantagem esmagadora na guerra aérea e não é de esperar que a balança mude num futuro previsível.

Os Americanos ficarão chocados com a revelação de que somos tão vulneráveis aos ataques aéreos. Vão eles querer saber porque os milhões de dólares de impostos invertidos com finalidades militares não conseguiram pagar por uma melhor proteção. Mas este direito incontestável comporta a obrigação, para eles, de tentar compreender os problemas que se apresentam àqueles que têm a seu cargo traçar os planos militares e, igualmente, a tarefa atribuída à Fôrça Aérea na segurança global da nação.

Os esforços feitos para chegar a esta compreensão têm sido comprometidos por afirmações contraditórias, de um lado dos amigos da potência aérea que creem que esta é tudo, e, de outro lado, dos tradicionalistas, que fazem restrições à potência aérea e não querem reconhecer que o controlo do ar é um fator decisivo para ganhar a guerra. Uma escola valorizou exageradamente a potência aérea, como substituta fácil das duras realidades da guerra. A outra interpretou mal e deformou os resultados da potência aérea: é a causa direta da controvérsia a respeito do apoio das tropas terrestres, pela Fôrça Aérea, na Coréia.

AS POSSIBILIDADES DA POTÊNCIA AÉREA

Creio que se pode clarear a dúvida analisando sóbriamente o que

é potência aérea e extrapolando suas possibilidades e suas limitações no futuro.

Muitos românticos absurdos e sonhos podem ser dissipados pela verdade concisa e terra a terra sobre a potência aérea.

Inicialmente, é preciso frizar que o papel da Aeronáutica, no programa de defesa, não é determinado sómente pela Fôrça Aérea. As grandes decisões referentes à política a seguir são tomadas pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior ("Joint Chiefs Staff") onde eu sirvo, com o General Brodley, seu Presidente, o General J. Lawton Collins, do Exército e o Almirante F. P. Scherman (1), da Marinha. As conclusões do citado Conselho são influenciadas pelas necessidades de cada um dos ramos das Fôrças Armadas e pelas contribuições particulares que cada um deles pode trazer à montagem da organização militar mais eficaz possível, em função dos créditos e dos efetivos concedidos.

Baseado nestas considerações, o Conselho atribuiu à Fôrça Aérea três tarefas:

Bombardeio estratégico;

Defesa aérea dos Estados Unidos.

Apóio tático das fôrças de superfície.

Se bem que estas três tarefas pareçam aplicar-se a objetivos diferentes, é impossível separá-los na prática, porque isto é um princípio freqüentemente perdido de vista: a potência aérea é indivisível.

Não se fala de um Exército "estratégico ou tático", ou de u'a Marinha "estratégica" ou "tática"; entretanto estes termos são constantemente empregados para a Fôrça Aérea. Suponho que este hábito esteja muito profundamente enraizado no uso corrente para que se possa corrigí-lo, após tantos anos, mas os termos são enganosos. As funções do que se tem denominado "Aviação estratégica" e "Aviação tática", superpõem-se e se completam.

A principal razão de ser de cada aparelho, seja um bombardeiro ou

(1) Falecido.

um avião de caça, é ganhar a batalha aérea de que depende a vitória final, sobre terra ou sobre mar. Para desempenho desta missão, todos os tipos de aparelhos colaboram, na destruição dos aviões inimigos, que põem em perigo não só os combatentes como os civis.

Um grande bombardeiro estratégico intercontinental é destinado a atacar o potencial industrial de guerra do inimigo.

Assim fazendo, diminui-se as possibilidades do inimigo vir atirar em nossa população civil e nos soldados enticeirados, destruindo-se as usinas que alimentam a sua força aérea.

Seus bombardeiros pesados são destruídos nas linhas de montagem antes de poderem atacar as nossas defesas. Todo avião de caça aviariado no ar ou no solo é um de menos entre os que podem ser lançados contra as forças terrestres na zona de batalha. Reciprocamente, nossos aviões táticos atacam objetivos estratégicos, o que alivia, em consequência, nossos grandes bombardeiros e as unidades atribuídas à defesa do território.

A última guerra deu-nos numerosos e frisantes exemplos da imutabilidade da potência aérea. A mais forte concentração de bombardeiros pesados, jamais vista, foi montada para proporcionar apoio direto às forças terrestres e permitir-lhes penetrar em Saint Lo, a 25 de julho de 1944.

Mil e quinhentos B-17 e B-24 juntaram-se a mil e quinhentos bombardeiros leves e aviões de caça para pulverizar um pequeno perímetro de 9.000 por 2.000 jardas aproximadamente.

Isto permitiu aos Aliados progredir da Normandia à Linha Siegfried, em seis semanas.

Concentrações semelhantes, com os maiores aviões que possuímos na Europa, foram efetuadas para apoiar as forças terrestres em Caen e em Anzio.

Depois que o General Douglas Mac Arthur voltou às Filipinas, em outubro de 1944, grandes bombardeiros operaram de Clark Field, perto de Manilha, contra as tropas

japonêsas que se encontravam a menos de 10 milhas dali. Mac Arthur inicialmente descreveu a campanha de "saltos de ilha em ilha" no Pacífico, como uma série de batalhas para a posse de campos de aviação. Em agosto último, 40.000 norte-coreanos, emmassados ao longo do Naktong, ameaçavam destruir nossas linhas, bem precárias, na região Waegwan. As forças terrestres pediram, com caráter urgente, auxílio e as B-29 lançaram 1.000 toneladas de bombas sobre as posições norte-coreanas.

"Eu não sei se estes bombardeiros mataram uma única vaca ou um único cavalo, declarou o General Hobart R. Gay, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria; só sei que o ataque que nos ameaçava, não foi desencadeado".

OFENSIVA E DEFENSIVA

Na era atómica, mais ainda que outrora, uma ofensiva possante é a melhor defensiva. Uma taxa de usura da ordem de 30% sobre seus aparelhos não demoveria os soviéticos em seus ataques contra nós e a Fôrça Aérea Norte-americana não tem ilusões a este respeito. As destruições espancadoras que resultariam de uma única bomba atómica compensariam, para os agressores "vermelhos", mil vêzes a perda de 30 ou mesmo 100 aviões e equipagens. Todos os chefes de países democráticos, no conhecimento dos fatos, estão prontos a reconhecer publicamente que a única coisa que impede uma agressão aberta comunista é a certeza de que podemos rapidamente desencadear represálias e inflingir mais destruições ao inimigo que as que nos pode ele mesmo infligir.

O General Bradley enunciou esta afirmativa a 17 de novembro: "É um fato doloroso e chocante constatar que, quando nós, Americanos, estamos engajados na Coreia, ficamos sem uma margem suficiente de fôrças militares para fazer face a um inimigo em qualquer outro local. O que há de verdadeiro é que estamos desprovidos de uma fôrça suficiente para deter um ataque generalizado. Do ponto de vista

militar, o mundo livre se encontra sem recursos adequados, salvo no que se refere à bomba atómica". Nossa reserva de bombas atómicas não é a única coisa que serve de preventivo à agressão. É a nossa aptidão para transportar a bomba, não importa a que região no mundo, que tem mantido em cheque os projetos loucos de dominação mundial do comunismo internacional. Nossa potência aérea estratégica, pronta a despejar sobre qualquer agressor a bomba atómica, no caso em que ela fosse empregada contra nós, pode ser comparada a um tampão que impedissem o comunismo de espalhar-se sobre as nações democráticas.

- O músculo de nossa força de bombardeio estratégico é o B-36 que tem mais velocidade, raio de ação, armamento e que transporta um carregamento de bombas mais pesado que qualquer outro avião em serviço hoje em dia, ou que qualquer avião que Moscou possa produzir em série antes de alguns anos. O B-36 pode ultrapassar 400 milhas-hora e tem um raio de ação de combate superior a 4.000 milhas, o que equivale a dizer que pode desempenhar qualquer missão de bombardeio a uma distância de 4.000 milhas e voltar e aterrizar no campo de partida.

O melhor bombardeiro soviético, o TU-4, cópia do nosso B-29, tem uma velocidade da ordem de 325 milhas-hora e um raio de ação de cerca de 2.000 milhas. O raio de ação de combate é a chave da nossa superioridade nos ares. Cada centro industrial ou nó de comunicações da U.R.S.S. encontra-se no interior do raio de ação dos B-36 com base na América do Noroeste.

Nossos outros bombardeiros pesados, B-29, B-47 e B-50, podem desempenhar missões semelhantes, partindo de bases situadas além-mar, ou ainda com as técnicas de reabastecimento em voo, de bases continentais. Muitos desses aviões seriam derrubados no caso de haver uma batalha aérea — nenhum aviador digno deste nome pretendeu jamais que certos aviões fossem indestrutíveis — mas o fato é que cada avião americano que regres-

sasse, poderia voar e bombardear novamente. O TU-4 dos Soviéticos é capaz, no limite justo, de atingir os centros nervosos dos Estados Unidos, numa missão em sentido único; não transporta combustível suficiente para regressar ao seu território.

Se seus aviões não transportassem senão bombas clássicas explosivas e incendiárias, a potência aérea soviética não constituiria nenhuma ameaça séria para nós, sobre nosso território, mas a bomba atómica mudou radicalmente o quadro. Não afasta a possibilidade de que o Alto Comando Soviético sacrifique aviões na esperança de desferir um golpe decisivo à capacidade produtiva da América, com alguns ataques massivos. Não podemos igualmente ignorar a possibilidade, para a U.R.S.S., de reabastecer em voo os seus bombardeiros pesados, acima das regiões polares, de maneira a lhes dar uma autonomia que permita a "ida e volta". A máxima atenção, na elaboração de nossos planos defensivos, foi dada a esta possibilidade.

AVIÕES AMERICANOS E RUSSOS

Há uma coisa de que estamos seguros: a União Soviética trabalha de maneira intensa num bombardeiro pesado capaz de rivalizar com o B-36. Não se duvida que ela não o realize um dia. Mas o B-36 não representa o limite de nossa capacidade inventiva. Um bombardeiro a reação intercontinental está quase pronto para começar os seus vôos de experiência; um avião propulsado pela energia atómica é mais realizável do que o supõem inúmeras pessoas. As realizações futuras dos Soviéticos, em matéria de grandes aparelhos, exigirão que eu me expresse em termos práticos sobre a situação presente e sobre as possibilidades dos dois ou três próximos anos.

Hoje, sem nenhuma dúvida, a potência, aliás crescente, de nossos bombardeiros estratégicos compensa a superioridade numérica da Fôrça Aérea Soviética. A U.R.S.S. possui aproximadamente 20.000 aviões de primeira linha, de todas as ca-

tegorias. Uma grande parte desta força é composta de aviões de caça, dos quais uma proporção crescente se constitui de modernos aviões a reação.

Seu MIG-15, quanto à velocidade, pertence à classe do nosso avião de interceptação mais rápido, em serviço.

Não partilho da opinião largamente expandida de que os comunistas não sabem pilotar, construir ou manter aviões. Fui "Conselheiro do Ar" junto ao Embaixador W. Averell Harriman, em Moscou, durante 4 meses, no decorrer da segunda guerra mundial e aí vi o suficiente para me convencer que os Soviéticos seriam adversários formidáveis, em caso de guerra. Mostraram-me eles, também, o piloto de combate mais espantoso que já vi — uma mulher magnífica, uma amazona loura de 1,80 m de altura que tinha abatido uma dúzia de aviões alemães. Tomados isoladamente, os pilotos comunistas são quase tão bons quanto os americanos, quando as condições atmosféricas são normais. Os pilotos americanos são superiores em dois domínios: são treinados no voo noturno e também no voo com qualquer tempo.

Estendi-me um pouco na comparação da potência aérea americana com a dos Soviéticos para chamar a atenção sobre a importância do bombardeio estratégico. Se bem que este seja essencialmente uma arma ofensiva, constitui verdadeiramente nossa primeira linha defensiva. O método mais eficaz para aniquilar a aviação inimiga e mantê-la na impotência é destruir os meios que a fazem viver. Se a guerra viesse, a Força Aérea Norte-Americana atacaria simultaneamente dois objetivos: as indústrias que alimentam a economia de Guerra do inimigo e também a sua força aérea.

Agora que sabeis que o B-36 leva a 4.000 milhas as nossas defesas continentais, minha estimativa de uma perda da ordem de 30 %, infligida a uma expedição aérea ao território dos Estados Unidos não é talvez tão aterrorizante quanto nos parecia; sobretudo compreendendo

dei-me: eu afirmo sempre que nós não somos invulneráveis a um bombardeio atômico, com as perdas espantosas de vidas humanas e as destruições de prédios que dêle decorrem.

Repto que todos devem cooperar com as autoridades encarregadas da defesa civil, para aumentar as suas probabilidades de sobrevivência.

COMO PROTEGER-SE

É uma perigosa ilusão crer que aparelhos de radar e dispositivos eletrônicos complicados nos darão uma defesa impenetrável contra os bombardeiros.

Poderíamos levar a cabo um projeto científico que faria com que a Grande Muralha da China não parecesse mais que as construções em areia que as crianças fazem nas praias. Poderíamos construir uma barreira de aço tendo 5 milhas de altura cercando os Estados Unidos, isto é, com uma extensão de 17.936 milhas. Poderíamos equipar o topo dessa barreira com uma linha ininterrupta de radars, proteger nossas cidades com um círculo de canhões antiaéreos automáticos e aperfeiçoar um sistema de aletra suscetível de distinguir os aviões amigos dos aviões inimigos que se aproximasse de nossas fronteiras, 24 horas em cada 24. Poderíamos acionar um "guarda-chuva" de aviões de interceptação cobrindo todo o nosso território, e no entanto não poderíamos deter um inimigo determinado e atacando em força.

Seguramente nosso trama-radar tem necessidade de ser reforçado. Igualmente isto deve ser feito em cada outro aspecto de nossa organização militar.

Não posso, no entanto, recomendar a aplicação de fundos sem limites, em despesas estáticas, porque:

- 1º) os dividendos não são proporcionais aos fundos investidos;
- 2º) o esforço militar restante por fazer, fica reduzido a nada.

Não penso sólamente em questões de dinheiro. Os milhões de homens altamente treinados, que são necessários à manutenção de um sistema

defensivo complicado, imporiam uma drenagem inadmissível de nossa reserva humana. A vitória total, na guerra moderna é o produto das potências terrestre, naval e aérea. Nada será ganho, tudo estará perdido, se uma das componentes for sacrificada a tal ponto que seja incapaz de desempenhar o seu papel.

Ganhar a guerra aérea por exemplo, servir-nos-ia de pouco, se os Estados Unidos e as Nações ligadas pelo Pacto do Atlântico Norte não estivessem rearmadas de modo a poder resistir eficazmente na Europa. A proposição é tão evidente quanto simples. A União Soviética que possui, além disto, vastos depósitos de suprimentos dispersos em sua zona de ocupação na Alemanha, adquiriria um potencial de guerra maior do que aquél que o nosso bombardeio estratégico poderia destruir no centro da U.R.S.S., se se não a impedisse de se apossear das indústrias da Europa Ocidental. As forças terrestres devem ser suficientemente fortes para impedir o inimigo de se apossear dessas fontes de produção. Ao mesmo tempo, a Marinha deve ser suficientemente forte para repelir a importante frota de submarinos Snorckel que a U.R.S.S. possui, e para manter aberta a rota de abastecimento da Europa.

E fisicamente impossível pôr em pé de guerra um Exército, u'a Marinha ou uma Aeronáutica adequados, se o pessoal e o material estão atribuídos em quantidade desproporcionalizada à defesa do território. Além disso, os dividendos cada vez mais fracos, que se retiraria do que se tem chamado, muito apropriadamente, de uma "Linha Maginot Eletrônica", faria desta enorme despesa uma coisa impraticável.

Lamento não poder dizer ao povo americano que ele está ao abrigo dos ataques aéreos; no entanto posso dar-lhes uma palavra de consolação: prometo aos Americanos a melhor defesa aérea de que uma população civil jamais gozou.

A ULTIMA GUERRA .

Os alemães, a despeito de tódas as suas fraquezas, possuíam um

excelente sistema de alerta e de defesa em profundidade, desde a costa francesa até a Polônia. Tiveram dois anos para pôr à prova os seus preparativos, contra a R.A.F., antes que entrássemos na guerra.

A partir de 1942, a maior parte de sua produção aeronáutica estava consagrada aos aviões de caça, o que não os impediu que houvessem empregado os seus bombardeiros como aviões de caça, após o dia D, na Europa.

A Luftwaffe maltratou selvagemente a 8ª Fôrça Aérea, em várias ocasiões, notadamente em Schweinfurt e Resensburg, mas a média das perdas que sofremos durante os ataques estratégicos efetuados sobre a Alemanha não atingiu 4 %.

Tomai, por exemplo, a performance magnífica da Fôrça Aérea Real (RAF) que abateu 1.178 aparelhos alemães durante a Batalha da Inglaterra, em agosto e setembro de 1940. O espinhaço da Luftwaffe foi quebrado durante essa tentativa abortada para pôr a Inglaterra de joelhos e, no entanto, continuou ela com capacidade para realizar incursões formidáveis sobre Londres, em fevereiro de 1944. Os Alemães não possuíam bombardeiros pesados e a sua concepção da potência aérea estratégica era incrivelmente inepta. As autoridades britânicas e nossos próprios generais, tais como Spaatz e Doolittle chegaram a pensar que os Alemães teriam ganho a Batalha da Inglaterra se houvessem atacado as instalações da Aeronáutica Inglesa e as usinas principais, em vez de experimentar levar o terror às populações civis. Os ingleses sabiam que os Alemães chegavam pela costa Sul, que a rota mais curta, e sabiam que Londres, salvante algumas incursões aéreas sobre Liverpool, era o objetivo, geralmente. Entretanto, a R.A.F., durante toda a guerra, destruiu menos de 10 % dos aviões que atacavam a Inglaterra.

Nenhuma aviação excedera jamais em bravura a Real Fôrça Aérea (R.A.F.). Mas, graças às lições tiradas de sua experiência, espero que nossos pilotos consigam ser três vezes mais eficazes. Pro-

meto a realização desta eficácia, a despeito do fato de que patrulharão uma zona 30 vezes mais extensa que o Reino Unido e de que os aviões inimigos terão um armamento e uma potência de fogo bastante mais importante que aquela conseguida pelos Alemães em seus aviões e prometo que se baterão à noite e com qualquer tempo.

Espero ser interrogado sobre um fator que favorece a defesa e que omiti. Far-me-ão notar que os bombardeiros intercontinentais não serão escoltados por aviões de caça e que, em consequência, esses bombardeiros serão suscetíveis de sofrer perdas bastante mais elevadas. Isto será absolutamente verdadeiro, se se raciocinar à base da 2ª Guerra Mundial, quando os bombardeiros alemães voavam penosamente a 200 milhas por hora em altitudes que raramente ultrapassavam 3.600 m. As batalhas aéreas decisivas serão travadas à noite, com mau tempo, a velocidades excedendo 400 milhas por hora e em altitudes superiores a 9.000 metros.

A INTERCEPTAÇÃO

Nas vizinhanças dos 12.000 metros (4.000 pés), o horizonte não é mais azul, mesmo nos dias mais ensolarados; é um vazio violáceo, sem nuvens, que apresenta torres bizarras à vista do homem.

Os pilotos têm dificuldades em apreciar as distâncias, porque, não há fundo para poder comparar as posições relativas dos aviões. O radar, em terra, pode conduzir os aviões de interceptação à vizinhança dos bombardeiros, mas o piloto de caça está, em grande parte, entregue a si mesmo para encontrar o inimigo.

Os aviões a reação devem ser empregados para a interceptação, porque possuem uma velocidade permitindo-lhes alcançar em caminho o assaltante e, o que é igualmente importante, atingir uma grande velocidade ascensional. Com bombardeiros que percorrem 100 milhas em pouco mais de 15 minutos, um avião clássico de pis-

tões não é de nenhuma utilidade para a defesa. Necessita ele de três vezes mais tempo que um jato para subir a 12.000 metros. Uma vez estabelecido contacto com o inimigo, o jato deve dar o seu "toque" rapidamente, porque transporta munições apenas suficientes para efetuar 4 ou 5 passageiros. Não se pode aumentar a potência de fogo do avião senão com prejuízo de sua velocidade e de sua manejabilidade. Duzentas libras de munições suplementares afetariam seriamente as vantagens que ele possui sobre o bombardeiro. De qualquer maneira, qualquer que seja o seu armamento, um jato terá sempre uma potência de fogo inferior à dos fogos cruzados de uma formação de bombardeiros.

É difícil abater, com a artilharia antiaérea, um avião que vôa a 7 milhas ou mais, acima da terra. Pode-se calcular a velocidade e a direção de um avião, instantaneamente e com precisão e atirar sobre o ponto exato em que deverá estar, quando a granada explodir no ar.

Mas um projétil de grande velocidade inicial gasta mais de 20 segundos para atingir 12.000 metros e, durante este tempo, um avião que vôa a 350 milhas por hora terá percorrido 2 milhas. Melhor ainda, se o piloto muda a sua rota, mesmo que seja apenas de 2 grau, para cima, para baixo, para a direita ou para a esquerda, o projétil errará o alvo por 375 jardas. A esta distância, o aparelho não será sequer sacudido, muito menos avariado. Durante a última guerra, os pilotos dos bombardeiros deviam manter um rumo constante acima da zona do objetivo e abrir caminho literalmente, através uma cortina de flak (2). Nossos novos visores-radar podem atingir a mosca no objetivo, apesar da mais violenta manobra de despistamento.

Um piloto pode zigzaguar quanto queira e seu bombardeador pode, assim mesmo, colocar as bombas no alvo. Tudo isto nos leva a dizer que devemos ainda e principalmente contar com homens

(2) Canhões antiaéreos.

utilizando máquinas, para travar combate com o inimigo. Em nenhuma circunstância não nos deixaremos surpreender com nossos aviões em terra.

A rota mais direta para um ataque por parte dos Soviéticos vem do Norte e passa acima de estações terrestres de radar. Um rápido golpe de vista sobre um mapamundi mostra que a U.R.S.S. se encontra diretamente oposta aos Estados Unidos, de outro lado do mundo, e que a distância mais curta entre os dois países é a rota do Polo Norte. Enquanto estais lendo este artigo, qualquer que seja a hora, de dia ou de noite, pilotos de caça, sentados em seus aviões, estão em alerta nas regiões "árticas".

Temos necessidade de mais aviões de interceptação, é certo. Por outro lado também teremos necessidade aguda da Providência para abater os inimigos portadores de bombas atômicas, antes que tenham tido tempo para lançá-las.

* Dos aviões atacando em força sómente uma fração seria portadora de bombas atômicas.

Mesmo que o inimigo tivesse 100 bombas atômicas (e no momento não as possui), não poderia correr o risco de perdê-las todas numa única incursão. A bomba atômica é o produto de um esforço industrial de tal forma enorme que ela não pode ser empregada com disciplina. Os aviões que a transportassem encontrariam provavelmente no meio de formações protegidas por seus fogos cruzados.

Seriam eles os mais difíceis de destruir, mas, com sorte (se bem que deteste confiar neste caprichoso elemento) poderíamos abater alguns deles. Poderemos ser atingidos, mas não creio que estes impactos sejam fatais à nossa vontade e à nossa possibilidade de resistir e de ainda combater com furor. A indústria americana já está descentralizada por mais de 40 cidades. O povo americano, finalmente, consciente do grave perigo que ameaça as suas liberdades, reforça a sua organização militar.

Temos muito ainda por fazer, mas os antolhos foram retirados para nossa felicidade.

OS ENSINAMENTOS DA COREIA

Já se disse oficialmente que o apoio prestado pela Fôrça Aérea às operações terrestres na Coréia tem sido altamente satisfatório. As tropas de Nações Unidas receberam dos aviões de caça um apoio mais ininterrupto que qualquer outro Exército na história. A Fôrça Aérea do Extremo Oriente efetuara missões de combate durante 181 dias consecutivos, até 20 de dezembro, e isto não há cessado. Assinalo que o emprêgo, pela Fôrça Aérea, da aviação tática, sem esquecer os jatos que ainda não haviam sido experimentados em combate, ficou plenamente justificado face aos resultados obtidos.

Antes de estudar algumas particularidades, penso que o público deveria ser posto a par de vários fatos, a saber :

1º) O General Mac Arthur antes do conflito da Coreia, havia pedido à Fôrça Aérea do Extremo Oriente que tomasse como missão principal a defesa das ilhas do Japão, contra qualquer ataque possível, vindo do mar ou do ar.

2º) A Fôrça Aérea e o Exército haviam, na primavera anterior, montado manobras de cooperação, no Japão, mas as necessidades de correntes dos encargos de ocupação e as limitações relativas às zonas de manobra tornaram o plano de exercícios impraticável.

3º) Os créditos concedidos à Fôrça Aérea não nos permitiam, então, apoiar cada Divisão do Exército com mais de um "Grupo", ou seja 75 aviões.

4º) O apoio aéreo na Coréia jamais foi negligenciado. Destacamentos de controle aéreo cooperavam com as fôrças sul coreanas em campanha, dois dias após o inicio do conflito, antes que tropas de infantaria ou de fuzileiros navais americanos fôssem empenhadas.

O emprêgo tático da aviação por certo foi insuficiente nos primeiros dias da guerra na Coréia.

Foi insuficiente pela simples razão de que não havia infantes, fuzileiros navais, carros de combate e canhões suficientes para deter os comunistas. Os Estados Unidos não estavam preparados para combater. Há dois anos e meio eu prestei declaração diante das Comissões Públicas do Congresso, de que os Estados Unidos tinham necessidade de uma Fôrça Aérea de 70 Grupos para opor-se ao risco calculado mínimo. Em 25 de junho de 1950, a Fôrça Aérea possuía 48 grupos.

Não havia nenhuma indicação de minha parte ou da de qualquer outro oficial de alto posto em desprezar o apoio aéreo, antes da Coreia. Se a formação e a experiência podem ser tomadas como bases de comparação, eu sou primordialmente um aviador de apoio aéreo. Após a saída de West Point, em 1923, minha primeira classificação foi num Grupo de Assalto, em Kellyfield, onde voávamos em "gaiolas de aves" que mal podiam deixar o solo, quando se lhes punham nas asas as metralhadoras. Os primeiros quinze anos de minha carreira foram consagrados exclusivamente ao voo em aparelhos de apoio aéreo, ao ensino e ao estudo do apoio aéreo. O cargo mais importante que tive antes do que ocupo, no momento, foi o Comando da IXª Fôrça Aérea que apoiou os Primeiro, Terceiro e Nonº Exército, da Normandia ao Elba. A IXª Fôrça Aérea efetuou mais missões de combate que todas as outras fôrças aero-táticas americanas, aliadas c inimigas reunidas.

Não pretendo conhecer as respostas a todas as perguntas formuladas, mas tenho tanta experiência quanto não importa quem, no mundo, no que se refere ao apoio aéreo.

As pessoas que não apreciam realmente o valor da potência aérea, creem que recebem um apoio verdadeiramente bom quando vêem um avião destruir um morteiro, um carro de combate ou um ninho de metralhadoras que se encontra diretamente à sua frente. Este é o apoio mais ineficaz que avião pode dar. Pelo contrário, a idéia verdadeira é atacar tropas inimigas, bem

como suas armas, antes mesmo que estejam em situação de causar males às nossas forças.

A mesma bomba que destrói um morteiro no campo de batalha, pode destruir um comboio de 10 morteiros que ainda se encontrava a 50 milhas da linha de frente; 500 milhas mais longe ainda, esta mesma bomba pode fazer explodir uma locomotiva, ou uma ponte de estrada de ferro, impedindo assim a chegada de 100 morteiros à zona de combate.

Um avião que patrulha o campo de batalha não pode atingir senão um número limitado dos objetivos que aí estão largamente espalhados, apropriados para a artilharia. Esta arma é bem mais precisa que um avião voando a cerca de 200 milhas-hora. A artilharia de campanha pode, tomado-o sob seus fogos, pulverizar um objetivo até o seu nivelamento completo, enquanto um avião não pode manter um fogo contínuo sobre ele. A eficácia do avião está totalmente condida na sua velocidade e no seu raio de ação, servidões que são utilizadas melhor quando ele é lançado na caça de objetivos inopinados, situados bastante além do alcance da artilharia, tais como concentrações de tropas, comboios, depósitos de munição, trens de reabastecimento e reuniões de visitas.

Naturalmente, os estragos causados pela aviação aos Norte-Coreanos não apareceram imediatamente, nas primeiras fases da guerra.

Concluir daí, como muitos o fiziram, que a potência aero-tática havia decepcionado as esperanças nela depositadas, seria tão ridículo como afirmar que os submarinos da Armada de nada haviam valido no Pacífico porque as destruições sofridas pela marinha mercante japonesa não foram imediatamente apreciadas.

Jamais se tentou utilizar o avião como uma arma anti-pessoal, na zona de batalha. Sua eficácia reduzida, quando utilizado assim, ficou demonstrado quando as hordas comunistas chinesas se lançaram sobre a Coreia, em fins de novembro. Centenas de milhares de

homens concentrados em uma região relativamente pequena, como a Coréia do Norte, estavam no entanto tão largamente dispersos que um bombardeio e um metralhamento aéreos intensos foram incapazes de deter o seu avanço. Os exemplos da Coréia provaram, de uma vez por todas, que a potência aero-tática completa, mas absolutamente não substitui as forças combatentes de terra. Isto é particularmente verdadeiro contra o soldado chinês, cuja capacidade de viver com um punhado de arroz e de transportar fardos incríveis, simplifica os problemas logísticos.

Não é nem meu papel, nem minha intenção, criticar a decisão das Nações Unidas que impediu os ataques aéreos à Mandchúria, contra tropas e depósitos de suprimentos chinês. O isolamento da zona de batalha diante de reforços é a função primordial do apoio aéreo; enuncio simplesmente o acontecimento militar pelo qual a potência aérea foi tornada praticamente inoperante quando a O.N.U., no empenho de evitar uma rutura diplomática com os comunistas chineses, deteve a ação ofensiva nas margens do Yalu, que separa a Mandchúria da Coréia. Os pilotos das Nações Unidas obedeceram escrupulosamente às ordens dadas, não contando as pontes do Yalu se não do "lado coreano", mas tais medidas tornaram-se inoperantes quando o Yalu gelou solidamente, o que, pela formação de uma ponte natural, permitiu aos chineses carregar nas costas alimentos e munições para armas leves em quantidade suficiente para sustentá-los durante várias semanas.

Acostumados que estão, a fazer longas etapas a pé, em terreno acidentado, os chineses foram perturbados apenas quando obrigados a usar trilhas impraticáveis.

A sua só "massa" compensa a sua falta de mobilidade e de equipamento pesado. Quando encontram um obstáculo, uma posição, eles simplesmente o contornam e continuam, inexoravelmente, na marcha.

Nós perdemos uma batalha na Coréia, mas a potência aérea auto-

riza a não perdemos uma guerra. Os chineses, impedidos, pelas patrulhas da O.N.U., de utilizar as estradas durante o dia, não puderam seguir nossas tropas tão rapidamente para transformar uma retirada metódica em derrota. Tudo, desde as garrafas de plasma sanguíneas até as pontes portáteis, foi lançado do ar para as unidades isoladas, salvando-as de completa aniquilação. Depois, quando uma cabeça de ponte de evacuação foi estabelecida, em Hungnam, o domínio do ar impediu os chineses de avançar com a artilharia pesada que lhes teria permitido esmagar nossas tropas sem escapatório, enquanto estivessem agrupadas na zona de embarque, esperando galgar o bordo das embarcações.

PAPEL DA FÓRCA AÉREA

Os críticos que denegriram a atuação da Fórmula Aérea nas primeiras fases da luta na Coréia, negaram-se a compreender ou a considerar a diferença entre apoio aproximado (ataques nos setores imediatos de batalha) e potência aérea tática real (ataques atrás das linhas, para isolar o campo de batalha). Não posso censurar os infantes, que passam pelos maiores sofrimentos pessoais na guerra, de sofrer a amargura e de perder de vista o "quadro de conjunto", expressão que põe furioso cada homem uniformizado.

E significativo notar que os Comandantes cujas responsabilidades se exerciam sobre uma zona mais extensa, não tiveram senão elogios para a Fórmula Aérea. Os Generais Keiser, Kean e Gay, comandantes respectivamente das 2^a e 25^a Divisões de Infantaria e da 1^a Divisão de Cavalaria, declararam que a Aviação tinha, muitas e muitas vezes, salvo as suas unidades.

O General Walton Walker, comandante do Oitavo Exército, anunciou oficialmente que as cifras dadas pela Fórmula Aérea, no que respeita ao material inimigo destruído, eram muito baixas (o que espantou os antigos combatentes da última guerra mundial). O Coronel J. H. Michaelis, do célebre

27º Grupamento Tático Regimental, exprimiu "o profundo reconhecimento de todos os membros de seu destacamento" pelo apoio aéreo que lhes foi dado.

A 15 de novembro de 1950, o Quartel-General do General Mac Arthur anunciou que a Fôrça Aérea tinha, em seu ativo, a destruição de 75 % dos 900 a 1.000 carros comunistas postos fora de combate. Três meses antes, o General Mac Arthur escrevia ao General Stratemeyer que o papel desempenhado pela Fôrça Aérea do Extremo Oriente, no conflito coreano, havia sido magnífico. Sua missão fôra cumprida muito acima da expectativa".

Uma controvérsia que afeta até a própria vida dos soldados não pode ser tratada mediante colheita de votos, como num concurso de popularidade. Deve ser um confronto ponderado dos melhores métodos para obter os resultados almejados.

Bem. O Papel da aviação tática é ajudar a ganhar a batalha aérea e diminuir as possibilidades que as forças de terra inimigas têm de molestar e prejudicar as nossas próprias forças terrestres. Tentando criar a impressão de que a Fôrça Aérea não tinha feito tudo que podia para ajudar o Exército, aqueles que lhe fazem oposição, chegaram ao ponto de pretender que um avião clássico, com motor de pistões e hélice, era superior ao avião a reação, no apoio aéreo. É uma afirmativa, fraudulenta, sem similar.

O AVIAO A REAÇÃO

Os aviões com motor de pistão, empregados na Coréia, teriam sido massacrados se aviões a reação se lhes opusessem. Transformamos nossa aviação tática a jato tão rapidamente quanto possível, baseados na hipótese de que ela deve estar pronta para combater uma grande potência, visando adquirir o domínio do ar. Esta batalha vital não pode ser ganha senão com aviões a reação e a União Soviética possui-os em grande quantidade.

Perde-se tempo buscando tirar lições do papel da potência aérea na Coréia, onde a ausência de oposi-

são aérea inimiga é total. Os aviões com pistão, sobrevoando o campo de batalha, teriam sido forçados a uma retirada precipitada diante de um jato inimigo. É possível proporcionar um bom apoio aéreo com aviões de observação ou com helicópteros, se os pilotos atuam sem oposição inimiga.

Pressinto que, volta a inevitável pergunta. Suponhamos que estejamos engajados em outras Coréias, na Ásia ou na Europa, sem que haja aviação inimiga. Será que, para o apoio aéreo, o avião a pistão, mais lento e mais seguro, não é preferível ao avião a reação, rápido e intermitente? A resposta a esta pergunta é simples. Os aviões a reação são superiores para todas as missões concebíveis para aviões de caça, ai compreendidos os mergulhos para silenciar uma metralhadora. Isto foi demonstrado por todas as provas possíveis e imagináveis.

O piloto de jato vê melhor o alvo, porque não há uma hélice perturbando a visada, e porque o motor está atrás dele, em vez de à sua frente, como é o caso, de aviões de pistão. O avião a reação é uma plataforma de tiro mais estável, porque sua configuração anula praticamente as vibrações e o conjugado de inversão. Nos concursos de tiro de Las Vegas, em março último, os pilotos de jato obtiveram mais pontos que os dos aviões a pistão, sobre alvos aéreos e no solo, no bombardeio picado e rasante. Os jatos, não eram ainda equipados para atirar com rojões, mas a Coréia demonstrou que o avião a reação é uma plataforma mais precisa para lançar tais projétils. A grande velocidade do jato deu nascente à opinião enganosa de que ele é demasiado veloz para acertar no alvo. Se for necessário, o avião a reação poderá ter reduzida a velocidade, por forma a não exceder de 10 milhas-hora à do avião com pistão; no entanto, mesmo a 500 milhas-hora, o avião a reação é uma arma mais precisa que o avião a pistão fazendo 250 milhas por hora.

Um avião de caça deve ser sólido. O avião a reação, que ainda não havia sido provado num combate,

confundiu os peritos, pela sua robustez, na Coreia. Até 9 de novembro de 1950, os F-80 a reação, tinham efetuado 16.141 saídas, enquanto os F-51 a pistão, realizaram apenas 12.188. O inimigo havia abatido, com tiros de terra, 21 F-80 e 50 F-51. O jato é duas vezes mais rápido e, por consequência, pode responder duas vezes mais depressa a um chamado urgente vindo do solo. A autonomia do avião a pistão é maior, porém é necessário ter presente que o motor a pistão está no seu estágio final de desenvolvimento, ao passo que o motor a reação está na infância. Os primeiros aviões a reação que tivemos, há cinco anos, não podiam percorrer senão 300 milhas. Hoje, o avião de caça de série F-84E pode voar mais de 2.000 milhas sem escalas. Os pilotos a jato exigem maior tempo de formação, mas viverão e combaterão por mais tempo.

Em resumo, o avião a reação é um avião para "tôdas as missões", que tudo pode fazer melhor que o avião a pistão, inclusive o apoio aproximado. Sobrepondo-se a tudo, responde ele à condição primordial: "É capaz de travar e de ganhar a batalha aérea".

SALVAÇÃO PELA POTÊNCIA AÉREA

Potência aérea sómente não garante a segurança da América, mas creio que é ela que melhor tira partido da principal vantagem de nossa nação: a superioridade tecnológica. Apesar de todo o nosso gênio produtivo, não poderemos lançar na luta quantidades massivas de homens, como a Rússia e seus satélites.

Nossa inferioridade numérica será mais desesperadora que nunca,

durante os anos vindouros, no decorrer dos quais, por causa da fraca natalidade que reinou durante os anos de depressão (1930), teremos menos homens em idade militar que há 10 anos. Mas podemos, como durante a última guerra, fabricar aviões melhores e mais numerosos que todo o resto do mundo reunido, e temos um reservatório de jovens com a aptidão mecânica desejada, para pilotar esses aviões.

Não faço alusão a uma guerra bárata ou sem perigos. Estes dois termos estão aliás em contradição absoluta. O custo da guerra excede o imaginável, se bem que, como o disse Henry Morgenthau Jr., antigo Secretário do Tesouro, custe mil vezes menos ganhar uma guerra do que perdê-la.

A vitória nos ares comporta uma luta longa e laboriosa. Foram precisos quatro anos aos Estados Unidos e à Inglaterra, para adquirirem a superioridade aérea sobre os Nazis e isto não foi senão o primódio. A morte atinge tão rudemente nos ares quanto em terra ou no mar. A Força Aérea Norte-Americana perdeu, no decorrer da 2ª Guerra Mundial, 53.783 homens, mais que qualquer outro ramo das Forças Armadas, com exceção do Exército.

Potência aérea contém, em si mesma, a catástrofe e a esperança da paz. Sómente os senhores do Kremlin sabem durante quanto tempo o temor de represálias pelo bombardeio estratégico impedirá os de mergulhar o mundo no caos. Mas cada dia gasto pelos homens de Estado em conferências, é um dia ganho para a civilização, que continua a fazer preces para que tôda a esperança não se desvaneça em poeira atômica.





EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR

COOPERAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO

ROTEIRO DO TREINAMENTO FÍSICO MILITAR

Ten.-Cel. JAYR JORDÃO RAMOS

UM ANO DE INSTRUÇÃO

PERÍODO DE ADAPTAÇÃO

Fim — Durante este período, os trabalhos de educação física, como base da preparação militar, assumem papel preponderante entre os diferentes assuntos da instrução.

Têm por fim :

- organizar as turmas de trabalho ;
- adaptar fisicamente os recrutas às necessidades da vida militar ;
- continuar o adestramento físico dos soldados antigos e dos recrutas já treinados na vida civil.

Duração — Terá a duração de 1 mês, correspondendo ao Período de Adaptação dos Recrutas.

Horário — Diariamente, de preferência pela manhã, podendo variar as horas entre as subunidades, de acordo com as disponibilidades em material, local, etc. Fora das horas de instrução, deverá ser facilitada a prática das atividades físicas.

Atividades — Serão realizadas as seguintes modalidades de trabalho :

- exame médico ;
- exame físico ;
- sessões de ginástica comum (inclusive de estudos) ;
- sessões de jogos militares.

Primeiro exame médico — A partir da data fixada para início do período, o médico de educação física, coadjuvado pelo oficial es-

pecializado e auxiliares qualificados, procederá, em todos os homens, os exames correspondentes aos elementos essenciais da ficha biométrica em vigor. Será observada a seguinte seqüência na execução do serviço :

— antes do início do período, serão distribuídas as fichas pelas subunidades, para efeito de preenchimento das anotações identificadoras ;

— a fim de organizar o grupoamento homogêneo, uma vez recolhidas as referidas fichas, terão início as tomadas de peso e altura e determinações do biotipo por meio da observação à vista.

Primeiro exame físico — Terminado o exame anterior, será realizado, nas subunidades, o exame físico de incorporação, constando das seguintes provas :

- salto em distância (três saltos) : 3,25 m ;
- trepar na corda (subida livre) : 3,50 m ;
- corrida de 1.000 metros (por turmas) : 5 minutos.

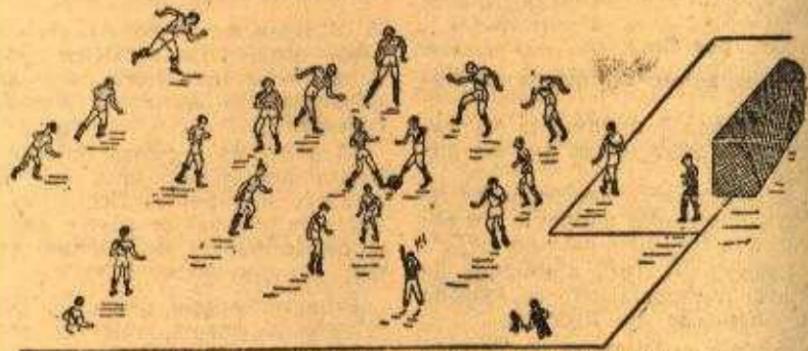
Os resultados obtidos, expressos em conceitos sobre a aptidão física dos homens, servirão para melhor padronizar as turmas de trabalho.

Grupamento dos indivíduos — Em face dos resultados alcançados nos exames anteriores, serão organizadas as turmas de trabalho. A seriação homogênea das mesmas,

PERÍODO DE ADAPTAÇÃO



SESSÃO DE GINÁSTICA COMUM



SESSÃO DE JOGOS MILITARES



PRIMEIRO EXAME FÍSICO

praticamente, obedecerá às seguintes regras:

- constituir as turmas dentro das subunidades;

- o número de componentes de cada turma deverá oscilar em torno de 24 homens, podendo variar de 1/3 para mais ou menos;

- colocar, na mesma turma, os homens com alturas e pesos aproximados, obedecendo ao critério de normalidade estabelecido pela "Tabela" em vigor, organizada em função do biotipo;

- completar a organização, modificando ainda o aspecto das turmas já formadas pelos resultados colhidos no exame físico de incorporação e indicações dos instrutores das subunidades.

Controle do treinamento — Pelas observações feitas na prática diária, o instrutor procurará sentir as variações apresentadas pelos homens, tratando de encaminhá-los ao médico para serem examinados, todas as vezes que demonstrarem alguma anormalidade funcional (fadiga acentuada, palidez após o esforço, mal-estar, vertigens, cefaléia, etc.). Sempre que se tornar mister, será reajustado o gru-
pamento inicial.

Treinamento físico — Ver "Plano de Treinamento Físico, adaptado aos P.P. de Instrução".

PERÍODO DE PREPARAÇÃO

Fim — Neste período, os exercícios físicos, assumindo um caráter mais utilitário, têm por fim desenvolver ao máximo as qualidades físicas e morais dos homens, a fim de capacitá-los a suportar os árduos trabalhos das aplicações militares.

Duração — Terá a duração de 5 meses, correspondendo ao 1º Período de Instrução dos Recrutas.

Horário — Como no período anterior, dentro da seguinte dosagem:

Fase da Instrução Básica Militar — 4 horas semanais;

Fase da Instrução Básica de Qualificação — 3 ou 4 horas por

semana (exceto nas duas últimas, destinadas aos exames de recruta).

Atividades — Serão realizadas as seguintes modalidades de trabalho:

- exame biotipo-etnológico;
- pesagens mensais;
- exame físico (2º);
- exame de educação física;
- provas militares;
- sessões de ginástica comum;
- sessões de ginástica de chão;
- sessões de atacar e defender-se;
- sessões de preparação do combatente;
- sessões de jogos militares;
- sessões de corrida;
- sessões de treinamento para o 2º exame físico.

Todas as sessões de treinamento propriamente dito, com exceção das três últimas, serão precedidas por sessões de estudo.

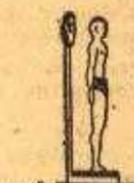
Exame biotipo-etnológico — Destinado a estudos estatísticos futuros, pelo próprio médico e em pequenas turmas, a determinação do biotipo e de alguns elementos etnológicos serão feitos paulatinamente durante todo o período.

Pesagens mensais — O médico solicitará, na 1ª semana de cada mês, às subunidades, todo efetivo das mesmas para a tomada de peso, que será feita no tempo consagrado a uma sessão de trabalho físico.

Verificação fisiológica do exercício — Após cada tomada, deverá o médico observar cuidadosamente os homens que apresentarem queda acentuada do peso, a fim de ser pesquisada a causa de um possível distúrbio fisiológico (moléstia, surmenage por excesso de esforço físico, insônia, falta de repouso, de apetite, etc.).

Controle do treinamento — Como no período anterior, deverão ser apresentados ao médico, para efeito de um exame clínico cuidadoso, complementado por exames complementares e provas fisiológicas especiais, os soldados que demonstrarem dificuldades de adaptação ao regime de trabalho físico. Se

PERÍODO DE PREPARAÇÃO



SESSÃO DE GINÁSTICA COMUM

SESSÃO DE JOGOS MILITARES



SESSÃO DE CORRIDAS



SESSÃO DE GINÁSTICA ACROBÁTICA
(Ginástica de chão)



PROVAS MILITARES



SESSÃO DE ATACAR E DEFENDER-SE

SESSÃO DE PREPARAÇÃO DO COMBATE



4.50 -



1. 10 -



10 -



3. 50 -



25 -



40 -



100 -



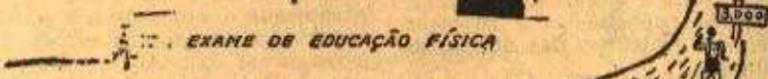
1500 -

SEGUNDO EXAME FÍSICO

1º DIA

2º DIA

3º DIA



EXAME DE EDUCAÇÃO FÍSICA



Fig. 2

necessário, serão modificadas as turmas de instrução ou indicadas as providências capazes de melhorar o estado deficiente de certos homens.

Segundo exame físico — Durante a 19^a semana, será realizado, nas subunidades, o exame físico de que trata o atual Manual C-21-20, constando das seguintes provas:

— 1º dia: trepar na corda (4,50 m), saltar em altura com impulso (1,10 m) e 100 metros (16 segundos);

— 2º dia: salto em distância com impulso (3,50 m), lançar granada inerte lastrada de 650 gramas (25 m) e levantar e transportar um companheiro (100 m em 40 segundos);

— 3º dia: 1.500 metros (7 minutos).

1º ou 2º dia após as provas citadas sem influir no resultado do exame: natação (100 m em 4 minutos).

Exame de educação física — Será realizado no decorrer da última semana do período, por ocasião do exame de recrutas, constando do cômputo do resultado das provas do exame físico, inspeção da escrituração e fichário de educação física e mais uma prova, a critério da comissão examinadora (1 corrida de fundo, por exemplo).

Retardatários em educação física — Serão considerados retardatários em educação física os recrutas que não satisfizerem pelo menos 5 provas que constam do exame físico, ficando tais soldados na mesma situação dos que são reprovados nos demais ramos de instrução.

Provas militares — Fazendo parte do conjunto provas militares, serão obrigatoriamente disputadas em todos os Corpos ou Guarnições, conforme previsão nos Calendários Anuais do D.D.E., nas épocas abaixo especificadas, as seguintes provas:

— lançamento de granada em alcance (18^a semana de instrução);

— lançamento de granada em alcance, velocidade e precisão (na mesma semana);

— transmissão de ordens em cadeia de mensageiros e estafetas (19^a semana de instrução).

Essas provas serão realizadas sem prejuízo das horas normais da prática das atividades físicas.

As condições de execução e a apuração dos resultados estão estabelecidas no Código Desportivo (Cap. I, letra L) e nas instruções Especiais n. 2 (Título I), publicações do D.D.E.

Atividades atletico-desportivas — A fim de evitar os treinamentos apressados e exaustivos, no âmbito das subunidades, a preparação dos atletas deve ser iniciada antes mesmo do inicio do período, compreendendo:

— seleção dos elementos novos, pela ficha biométrica, pelos resultados observados nas atividades físicas e tiro, e em pequenas competições individuais que serão realizadas, de preferência, às quartas e sábados;

— reinício do treinamento dos elementos já selecionados nos anos anteriores, aos quais se juntarão os novos elementos.

Treinamento físico — Ver "Plano de Treinamento Físico, adaptado aos P.P. de instrução".

PERÍODO DE APLICAÇÃO

Fim — Durante este período, os exercícios físicos, assumindo um caráter eminentemente utilitário, visam tornar o homem fisicamente capaz para o combate por meio das aplicações militares, prosseguindo ao mesmo tempo no seu aperfeiçoamento físico geral.

Duração — Este período será iniciado no 7º mês de instrução e terminará com o licenciamento da classe, correspondendo, por conseguinte, aos Períodos de Instrução das Subunidades e Unidades.

Horário — Como no período anterior, dentro das possibilidades e exigências da instrução em geral.

PERÍODO DE APLICAÇÃO

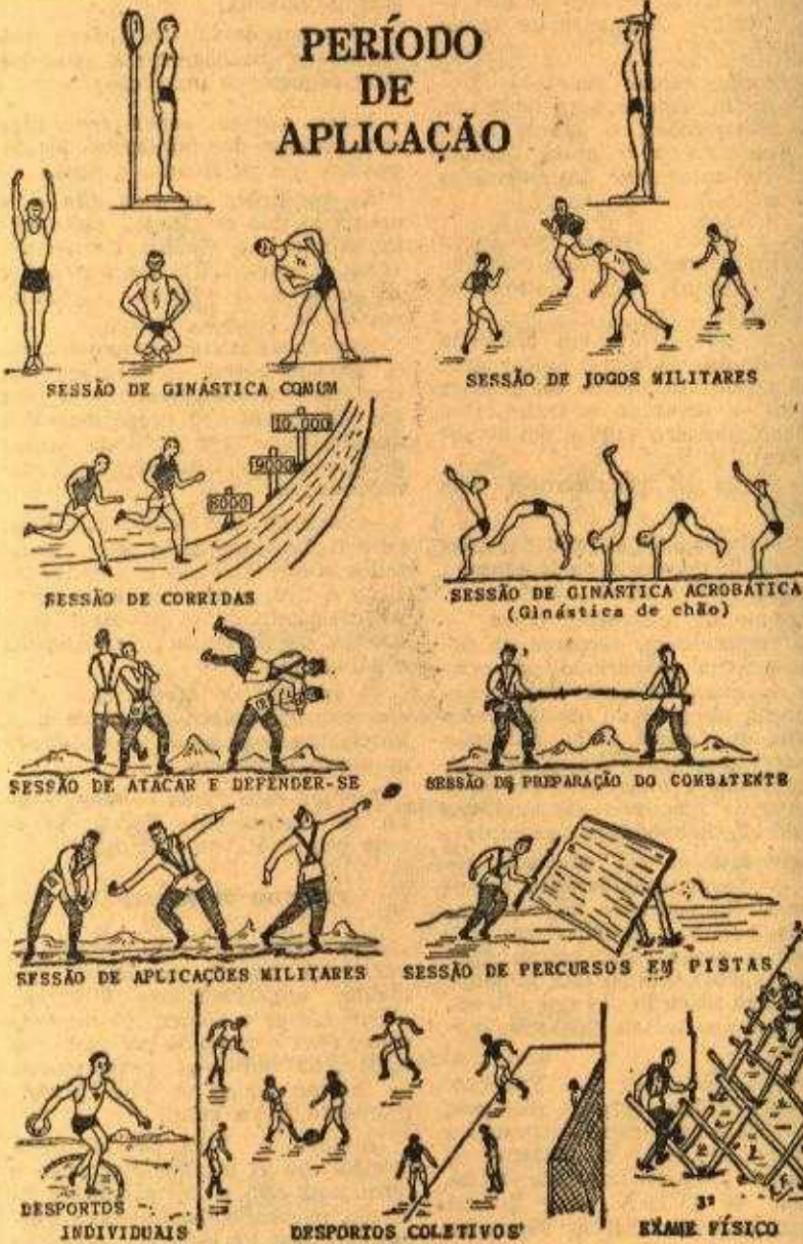


Fig. 3

Atividades — Serão realizadas as seguintes modalidades de trabalho :

- pesagens mensais;
- prova militar;
- exame físico (3º);
- sessões de ginástica comum;
- sessões de ginástica de chão;
- sessões de atacar e defender-se;
- sessões de preparação do combatente;
- sessões de aplicações militares;
- sessões de corrida;
- sessões de desportos individuais;
- sessões de desportos coletivos.

Todas as sessões de treinamento propriamente ditas, com exceção das quatro últimas, serão precedidas por sessões de estudo. Sessões de estudo de desportos serão ministradas aos homens selecionados para competições.

Pesagens mensais — Como no período anterior. No 6º e último mês de instrução, na mesma ocasião, será verificada a altura.

Verificação fisiológica do exercício e controle do treinamento — Como no período anterior. Em período de treinamento para competições, as verificações serão mais frequentes, a fim de manter os atletas em perfeitas condições de equilíbrio fisiológico e evitar os males provenientes de um super-treinamento.

Terceiro exame físico — Na penúltima semana do ano de instrução, será realizado nas subunidades o 3º exame físico, constando de um percurso em pista de aplicações militares, com armamento portátil e equipamento.

Prova militar — Como no período anterior :

— aplicações militares sobre um percurso padrão — 36ª semana.

Treinamento dos retardatários — O treinamento dos retardatários, oriundos do 2º exame físico, será idêntico ao dos mobilizáveis, devendo, no entanto, o instrutor substituir algumas sessões

de ginástica, desportos e jogos militares, por sessões especiais de treinamento para o 2º exame físico, tendo em vista melhorar os resultados das provas que não foram satisfeitas por ocasião do citado exame, a fim de tornar os homens, fisicamente insuficientes, mobilizáveis no mais curto espaço de tempo. Satisfeito o resultado mínimo exigido em qualquer ocasião, passará o homem à categoria de mobilizável.

Atividades atlético-desportivas

As atividades atlético-desportivas durante o último período de educação física, sem solução de continuidade do treinamento iniciado com o ano de instrução e sem prejuízo do plano de treinamento estabelecido, deverão constar :

a) No período de subunidades :

— competições entre subunidades;

— organização de competições internas, entre Corpos ou especiais, entre os elementos já selecionados e equipes constituídas, pelo menos uma vez por quinzena;

— eliminatórias dentro das guarnições para seleção das equipes que, nas sedes da G.U., disputarão as eliminatórias para representá-las nas provas regionais.

b) No período de Unidades :

— torneios, campeonatos ou eliminatórias regionais ou entre zonas, conforme o previsto no Código Desportivo (anexos V e VI);

— torneios ou campeonatos do Exército, em princípio, nos meses de outubro e novembro, em cada ano, de acordo com o estabelecido no Código Desportivo (anexos V e VI).

Treinamento físico — Ver "Plano de Treinamento Físico, adaptado aos P.P. de Instrução".

PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Direção — A educação física militar deverá ser dirigida na subunidade pelo capitão, do mesmo modo que as outras partes da instrução; todos os oficiais e sargentos nela tomarão parte.

O oficial e o médico de educação física, elementos especializados, exerçerão as funções de técnicos do Comando, cabendo-lhes atribuições perfeitamente definidas no Manual em vigor.

Fichário biométrico — Durante o ano de instrução, é aconselhável que as fichas sejam guardadas em pastas, por subunidades e na ordem numérica das praças.

Transferência de praça — Todas as vezes que um militar for transferido para outra Unidade, a ficha biométrica deverá acompanhá-lo.

Natação — Sempre que for possível, sem prejuízo do horário estabelecido, deverá ser organizado o treinamento de natação. Em princípio, estas sessões serão ministradas imediatamente após as atividades físicas normais.

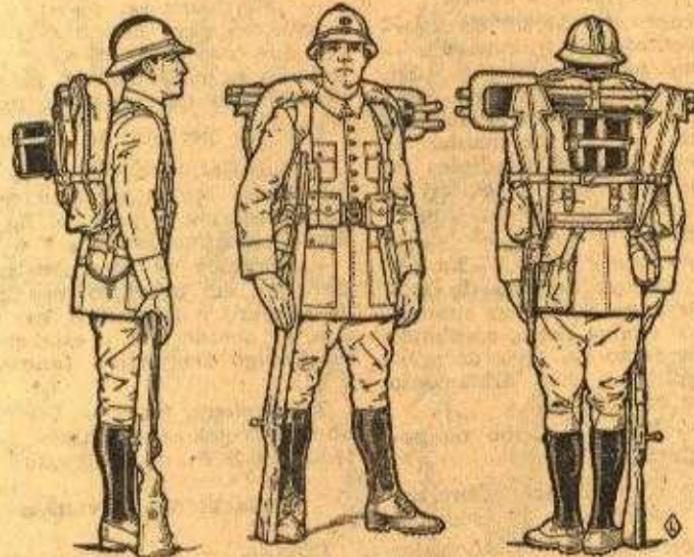
Causas de acidentes — Serão tomadas todas as precauções para

evitá-las e registrados os que se derem no livro respectivo.

Relatórios — O oficial e o médico de educação física enviarão, por intermédio do Comandante do Corpo, os seus relatórios à Escola de Educação Física do Exército, no máximo trinta dias após o término do ano de instrução. Uma cópia do relatório do oficial de educação física deverá ser enviada ao Oficial Regional de Educação Física e cópias das fichas biométricas correspondentes ao efetivo da Unidade, acompanharão o relatório do médico.

Nota :

O "Plano de Treinamento Físico, adaptado aos P.P. de Instrução", poderá ser encontrado nesta Revista, na Secção de Vendas do C.A.E.R. ou na Revista de Educação Física da E.E.F.E.



AS COMUNICAÇÕES NO S.H.A.E.F. (*)

Traduzido da "Revue des Transmissions"
(França) pelo Major D. LAIS GOMEZ FORGUEZ,
para a Revista Militar (Argentina) e desta pelo
Major Floriano Möller.

Estabelecer as comunicações num Teatro de Operações é tarefa particularmente complexa, especialmente numa guerra de coalisão. A multiplicidade dos meios postos em funcionamento, as necessidades imensas que, a miúdo, provocam rivalidades entre as diversas partes que intervêm na luta, os métodos de trabalho, que diferem segundo as nacionalidades, tendem a provocar uma confusão profunda, a menos que exista, no Comando Supremo, uma autoridade que tenha poder para decidir em última instância. Tal foi a missão atribuída à Secção de Comunicações do SHAEF e ao "Combined Signal Board SHAEF", cujas atividades são expostas neste artigo, traduzido de um estudo publicado na revista "Signals" (edição de fevereiro de 1947) pelo General Lanahan, do "Signal Corps" americano.

(N. R. da "Revue des Transmissions")

No mês de abril do ano de 1943, um pequeno Estado-Maior Anglo-Americano se instalava em Londres, no histórico edifício de Norfolk House, próximo de Saint-James Square. Sua missão era a de preparar a mais grandiosa operação militar da história: — a invasão do continente europeu. Esse órgão de comando recebeu a denominação de COSSAC (abreviatura de Chief of Staff, Supreme Allied Commander). A sorte da maior parte da população do globo terráqueo estava colocada em suas mãos. O elemento "Comunicações" desse E.M. foi criado em agosto-setembro de 1943. Sua missão era a de elaborar o plano de comunicações que seria necessário para a operação que recebeu o nome de OVERLORD; de coordenar as necessidades de todos os elementos participantes e de dirigir a obtenção e requisição dos cursos necessários. Igualmente era encarregado de preparar as medidas

pertinentes, ante a eventualidade de os alemães executarem uma retirada prévia ou capturarem, antes do desembarque.

COSSAC, logo em seguida, mudou o seu nome para o de SHAEF. A finalidade do presente artigo é o de examinar o procedimento do E.M. de "Comunicações" que funcionou no COSSAC e, a seguir, no SHAEF. É um interessante exemplo de forma pela qual foi realizada a cooperação interaliada, durante a guerra.

I — A SITUAÇÃO INICIAL

Quando se iniciou a organização da operação OVERLORD, a secção de comunicações do COSSAC verificou que um importante trabalho preliminar já havia sido executado por diferentes órgãos, em particular pelos:

- Almirantado britânico;
- Ministério da Guerra, inglês;
- Ministério do Ar, inglês;

(1) Supreme Headquarters, Allied Expeditionary Force, ou seja, o Grande Quartel General da Fôrça Expedicionária Aliada.

— Administração dos Correios e Telégrafos, ingleses ;
 — Base americana de ETOUSA (European Theater of Operation) ;
 — Comando americano das Fôrças Navais na Europa, denominado COMNAVEU (Commander of Naval Forces in Europe).

E assim, pois, que os planos haviam sido estabelecidos e as operações estavam já em execução, a fim de aproveitar a maior parte das instalações territoriais da Grã-Bretanha que pudessem servir durante a fase inicial da operação OVERLORD. Na costa Sul da Inglaterra, centros de comunicações e estações rádio estavam em vias de instalação. Começavam a reunir os meios (cabos submarinos e cabos hertzianos) que permitiriam unir a rede telefônica e telegáfica européias à rede insular da Grã-Bretanha. As organizações inglesas e a Base ETOUSA também haviam iniciado o estudo dos meios de comunicações (pessoal e material) que seriam necessários à invasão propriamente dita. O que faltava fazer era adaptar êsses trabalhos preliminares às necessidades particulares que resultassem da forma dada à operação OVERLORD.

Em matéria de informações, os órgãos de informações inglesas e americanos haviam chegado a reunir, depois de alguns anos, uma documentação bem completa sobre as instalações de telecomunicações existentes no continente europeu. Esta documentação seria de um valor inestimável, quando se tornou necessário adaptar o sistema de comunicações militares às necessidades determinadas pela situação que, às vezes, evoluía de hora em hora.

No que se refere à questão de suprimentos de material de comunicações, já havia sido ajustada a maneira pela qual seriam abastecidas as diferentes formações do Exército, Marinha e Aeronáutica, tendo em conta os meios que disporiam os órgãos ministeriais ingleses e as autoridades americanas (ETOUSA, COMNAVEU e o Comando da Aeronáutica americana).

Por último, na organização do comando, se havia decidido criar um Comando Supremo, encarregado de comandar e coordenar o conjunto e os comandos subordinados das unidades do Exército, Aeronáutica e Marinha. O estabelecimento dos planos de comunicações detalhados cabia ao General Cmt. das Fôrças Terrestres, ao Almirante Comandante em Chefe da Armada e aos Generais Cmts. das Fôrças Aéreas Táticas. A coordenação necessária se efetuava por intermédio do 21º Grupo de Exércitos ou por meio de ligação direta entre os E.M. de comunicações à disposição das diferentes autoridades.

II — A SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES DO SHAEF

Tendo em vista as operações já realizadas e a organização projetada pelo comando, a primeira tarefa era de determinar que forma conviria dar à Secção de Comunicações do SHAEF para permitir cumprir adequadamente a missão que lhe havia sido confiada, a saber :

- preparação dos planos de conjunto ;
- coordenação ;
- direção do sistema de comunicações.

As principais tarefas que incumbiam a essa secção eram as seguintes :

- Ampliar o sistema de comunicações existentes na Grã-Bretanha ;
- Completar a rede de cabos submarinos e de cabos hertzianos (retransmissão em ondas ultracurtas), através do Canal da Mancha ;
- Planejar o sistema de comunicações que seria necessário estabelecer no continente, tendo em vista as considerações estratégicas e táticas que inspiraram a operação OVERLORD ;
- Distribuir as freqüências de rádio ;
- Tomar medidas de segurança, em caso de interferência rádio ;

— Determinar outras medidas de segurança que se tornassem necessárias;

— Preparar as I.E.Com. (Instruções para a Exploração das comunicações) conjuntas;

— Regular os problemas de despistamento e cifração das transmissões;

— Coordenar as questões de suprimento de material de comunicações, cada vez que fosse necessário consultar as altas autoridades dos diferentes exércitos em ação;

— Coordenar a forma como seria conduzida a instrução do pessoal de comunicações;

— Prever os meios de comunicações necessários à imprensa, à propaganda e aos diversos organismos participantes da operação;

— Regular o serviço de mensageiros em avião, embarcações, ferrovias e viaturas auto;

— Finalmente, organizar o sistema de comunicações necessário ao G.Q.G.

Um primeiro estudo, baseado nessas atribuições e inspirado na experiência adquirida, permitiu propor três tipos de organização possíveis:

1) Criar um Secção de Comunicações única, articulada em seis subsecções distintas: Fôrças Terrestres, Marinha e Aeronáutica inglesas; Fôrças Terrestre, Marinha e Aeronáutica americanas.

2) Criar um Secção de Comunicações única, no seio da qual estariam estritamente confundidos os representantes de todas as Fôrças Armadas Inglesas e americanas interessadas.

3) Criar um E.M. de Comunicações para as Fôrças Terrestres, constituído por oficiais ingleses e americanos, que manteriam estreita ligação com um E.M. de Comunicações da Marinha.

Do ponto de vista de comunicações, a segunda solução era verdadeiramente a melhor. Todavia, a organização geral do Comando impunha colocar um E.M. de comunicações à disposição dos comandos superiores da Aeronáutica e da Marinha. A primeira e segunda

soluções obrigavam, pois, a duplicar os efetivos necessários, uma vez que existiria um E.M. de Comunicações da Marinha e da Aeronáutica no SHAEF e junto ao alto comando de cada uma destas Fôrças. Ora, existiam poucos oficiais de comunicações capazes de se desincumbirem eficientemente, num escalão tão elevado. A solução adotada foi, pois, finalmente, a terceira, consistindo de uma secção de comunicações composta de oficiais ingleses e americanos das fôrças terrestres, que manteriam estreito contato com o E.M. de comunicações do Comando em Chefe e o E.M. de comunicação do comando em chefe da Marinha, por intermédio de uma comissão conjunta de comunicações (Combined Signal Board).

Com estas diretrizes, a Secção de Comunicações do SHAEF foi articulada da seguinte forma:

— Uma subsecção de "Planos e Operações", encarregada da elaboração dos planos, da redação das ordens e das instruções para as operações, das informações e do que mais lhe fosse atribuído; além disso, tinha a seu cargo a ligação com os demais órgãos civis e militares interessados.

— Uma subsecção "Telecomunicações", encarregada dos serviços de Radar, do encaminhamento do tráfego de mensagens, do estabelecimento das normas de exploração do sistema de fio, da segurança contra a interceptação inimiga e a aplicação das contra-medidas de segurança.

— Uma Subsecção de "Suprimentos" encarregada de todas as atividades de coordenação entre as Fôrças empenhadas, no referente a pessoal e material de comunicações.

— Um Comando das Comunicações, responsável pela exploração e manutenção do sistema de comunicações necessário ao Comando Supremo, dispondo, para esse fim, das unidades de comunicações do SHAEF.

— Uma Subsecção administrativa. A Secção de Comunicações do SHAEF era constituída por oficiais

dos Exércitos inglês e americano. Ela não dispunha de oficiais da Marinha, nem da Aeronáutica. Foi então necessário criar, também, um importante organismo suplementar, que recebeu a denominação de "Combined Signal Board" (Comissão Conjunta de Comunicações). Esta comissão era composta dos Comandantes de Comunicações dos Exércitos, Forças Aéreas e Frotas aliadas e estava subordinado ao Comandante das Comunicações do SHAEF. Sua missão era a de coordenar, no plano proposto, todas as questões de interesse comum para as forças terrestres, aéreas e da Marinha. Os seus esforços eram secundados por um certo número de subcomissões, constituídas por oficiais de comunicações da Secção de Comunicações do SHAEF e dos E.M. da Guerra, Marinha e da Aeronáutica, tais, por exemplo, as subcomissões rádio, fio, radar, inter-referências, contramedidas de segurança, etc. etc.

Entre as centenas de decisões que deve tomar o "Combined Signal Board", citaremos as seguintes, próprias de sua atividade:

a) Adoção de um sistema uniforme para exprimir a hora, em todo o Teatro de Operações. Assim, em todas as ordens e partes, as horas eram expressas da mesma forma;

b) Utilização de um sistema de exploração rádio denominado "de indicativo único", nas Forças Terrestres.

c) Distribuição de freqüências de rádio necessárias para todos os elementos e formações que tomavam parte na operação OVERLORD. Só este trabalho era de grande importância e a sua falta teria trazido inconvenientes consideráveis;

d) Adoção de um sistema de prioridades telefônicas, em vista da insuficiência dos recursos em fio de que se dispunha;

e) Repartição das linhas submarinas e dos meios de retransmissão-rádio, através do canal da Mancha e ampliação dos projetos estabelecidos pelos ingleses, antes de julho de 1943.

1) Estabelecimento de um órgão que permitisse descobrir as interferências entre as emissões próprias e bem assim tomar medidas em face das interferências provocadas por emissões estranhas;

g) Indicação das prioridades para restabelecimento das ligações com fio, na Grã-Bretanha, em caso de interrupções provocadas por bombardeios, em face da importância destas ligações para o êxito da operação OVERLORD.

As seções de comunicações dos diferentes E.M. coordenados pelo "Combined Signal Board" lograram constituir um conjunto cujo funcionamento era satisfatório e eficaz. Os membros da Comissão foram escolhidos entre os oficiais mais qualificados, existentes no seio de cada uma das partes interessadas e, sempre houve, entre eles, um grande espírito de cooperação. A miúdo houve divergência de opinião e as discussões foram às vezes muito agitadas, mas os participantes raramente perderam de vista o fim que se lhes havia fixado: — colocar os melhores recursos em comunicações à disposição de todos aqueles que deviam participar na operação, ainda que à custa de certos sacrifícios que cada um devia impor a si próprio. Todavia, é permitido imaginar que um E.M. de comunicações único teria sido preferível, como também admitir uma solução mais conveniente para os diversos problemas aos quais foi necessário dedicar-se.

A seguir, daremos, sinteticamente, uma idéia do que foram alguns desses problemas.

A) LIGAÇÃO ATRAVÉS DO CANAL DA MANCHA

O problema das comunicações, em uma operação de desembarque, é de solução particularmente delicada, uma vez que os órgãos do comando estão instalados, de inicio, na praia de partida; a seguir, a bordo das embarcações e, por fim, na praia de chegada. Os E.M. dedicaram, pois, grande parte de sua atividade na preparação e no emprego das comunicações durante estas fases. Quando no mar, os órgãos

de comando dispunham de embarcações de P.C. dotadas de equipamento rádio. A organização das redes era quase igual à clássica para as operações anfíbias.

É conveniente ressaltar a rapidez com que foram conectados os sistemas de fio estabelecido no continente com a rede telefônica e telegráfica inglesa. Este resultado foi obtido graças ao emprêgo de cabos submarinos e cabos hertzianos (ondas ultracurtas) e tal menção corresponde a render homenagem aos ingleses que lograram, de inicio, e com muita energia, levar a bom termo o estudo dos planos de interconexão.

Essa ligação foi executada antes que a Secção de Comunicações do SHAEF houvesse tido tempo para fazer sentir a sua ação e esta não teve outra preocupação que a de fixar ou designar as terminais sobre a costa francesa e distribuir as vias telefônicas e telegráficas, através do Canal da Mancha, entre as partes interessadas.

B) REDE DE COMUNICAÇÕES COM FIO Sobre O CONTINENTE

Os serviços de informações aliados forneceram abundante documentação à Secção de Comunicações do SHAEF, com as características dos sistemas de comunicações europeus, tanto militares como civis. Esta documentação foi reproduzida sob uma forma que a tornava utilizável mesmo pelos menores escalões de comando. Em apêndice, eram indicados os cabos e ramais que, em primeira urgência, interessavam ser postos em condições de funcionamento e bem assim determinados, sobre cada eixo telefônico, o trecho correspondente a cada um dos elementos que interviriam na sua reparação. Para a elaboração dessas diretrizes, havia sido levado em conta o plano de operações e os deslocamentos sucessivos previstos para os diferentes P.C. Em matéria de construção dos ramais telefônicos, se havia traçado uma linha demarcatória que determinava a zona correspondente aos exércitos ingleses (para o Norte e Este) e os exér-

citos americanos (para o Sul e Oeste).

A Secção de Comunicações do SHAEF teve a seu cargo o cálculo do material necessário para pôr em condições de emprêgo as instalações já existentes e mesmo aumentá-las, tendo em conta as necessidades do T.O. A finalidade desse cálculo era determinar se o material em depósito era suficiente. Verificou-se que, na zona correspondente aos americanos, seria necessário fazer um amplo emprêgo do sistema "carrier" (transmissão múltipla), nos circuitos telefônicos e telegráficos, e, em consequência, solicitou-se o material necessário. Foi também calculada a quantidade de condutores (cabos e fio nu) que seria necessária durante a fase inicial (de D a D + 90) e a fase seguinte (D + 90 a 9 + 240), o que permitiu verificar o bom fundamento dos cálculos das quantidades de material solicitado aos órgãos de fabricação.

O emprêgo dos cabos hertzianos (retransmissão em ondas ultracurtas) havia sido previsto sobre o continente, mas hoje em dia ficou verificado que não se havia dado conta, durante a fase de preparação, que esse meio de comunicações poderia servir para unir as unidades situadas no interior das áreas nas quais existissem instalações com fio.

Se se houvesse podido empregar antes os cabos hertzianos, em face do rápido avanço realizado desde a cabeça de ponte da Normandia até a linha Siegfried, por certo as ligações teriam sido mais facilmente mantidas e se teria dispensado muito menos tempo para ligar, através da França, o sistema telefônico e telegráfico existente na cabeça de ponte com o que se desenvolvia diante da Linha Siegfried.

C) A DISTRIBUIÇÃO DAS FREQUÊNCIAS DE RÁDIO

Era necessário distribuir frequências de rádio para cerca de 90.000 postos, que funcionariam em conjunto, por ocasião da operação OVERLORD. Jamais se ha-

via apresentado um problema tão difícil em matéria de distribuição de freqüências. Sem sombra de dúvida, pode-se dizer que a Secção de Comunicações do SHAEF cumpriu tão bem o seu trabalho, que este foi considerado "café pequeno", em comparação com os problemas que teria que enfrentar no futuro, sob este aspecto. Todavia, os processos de trabalho adotados pelo E.M. de Comunicações e pelo Combined Signal Board, ficarão, sem dúvida, como modelo no qual será interessante inspirar-se. Para se ter uma idéia das dificuldades, é suficiente dizer que, se os seis grandes organismos que interviewaram na operação e os diversos serviços secundários (imprensa, propaganda, etc.) necessitavam um total disponível de 3.300 canais de rádio, na faixa de freqüências compreendidas entre 1.500 e 8.000 quilociclos, por sua vez foram necessários estudos prolongados e negociações difíceis para satisfazer a todos, sem provocar interferência caóticas.

D) O SERVIÇO DE MENSAGEIROS

Uma rede de mensageiros, bastante densa, utilizando toda sorte de meios de transporte (automóveis, ferroviários, embarcações, aviões) cobriu toda a região ocupada no continente, o Canal da Mancha e a Grã-Bretanha. Estava cuidadosamente interconectada com os serviços de mensageiros para Washington e outras capitais distantes.

E) AS COMUNICAÇÕES PARA A IMPRENSA

As necessidades da Imprensa constituem um dos problemas mais difíceis de resolver pelas comunicações, numa guerra moderna. Em cada exército em campanha estavam adidos duzentos correspondentes e, pouco depois do dia D, havia mais de quinhentos repórteres no continente. Transmitir as suas reportagens nos prazos curtos que a informação moderna exige e sem prejudicar o escoamento de tráfego de mensagens referentes

às operações, é uma tarefa complexa. Em certos momentos, o tráfego de imprensa, destinado aos EU.U, representava 250.000 palavras por dia.

A partir do dia D, estava previsto instalar-se postos de campanha especializados, sobre a costa francesa, que ficariam em ligação direta com o centro de informações da Imprensa, em Londres. Este centro, a seguir, escoaria as mensagens para os diferentes destinatários, por intermédio das interconexões territoriais, civis ou militares. Ulteriormente estes postos leves seriam substituídos por outros mais potentes, capazes de estabelecer ligação direta com os Estados Unidos.

O sistema foi estabelecido dessa maneira e, depois de alguns dias de experiência, funcionou durante toda a campanha. Os postos estabelecidos empregaram, a princípio, equipamentos de campanha e, logo a seguir, foram substituídos por estações civis. O momento crítico, para o escoamento dos comunicados de imprensa, foi aquele em que várias centenas de repórteres deixaram os seus exércitos para assistir à libertação de Paris. Felizmente foi possível instalar rapidamente uma estação emissora francesa, a qual escoou o tráfego da imprensa, diretamente, para os Estados Unidos.

F) DIFUSÃO DAS INSTRUÇÕES PARA A EXPLORAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

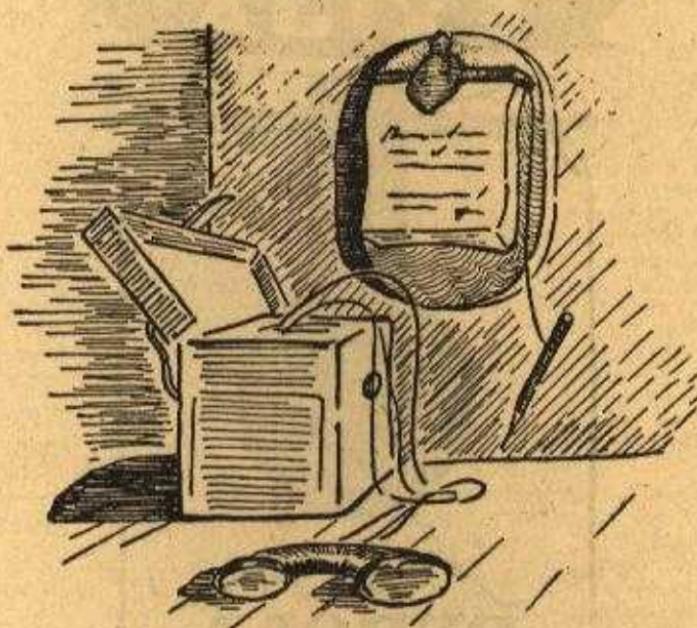
Essas instruções foram de dois tipos. Umas, de caráter geral, eram aplicáveis em toda a extensão do Teatro de Operações. As demais se referiam apenas à exploração do sistema de comunicações por parte do Comando Supremo. Essas instruções eram editadas sob a forma de folhetos separados, o que permitiu manter facilmente em dia toda a documentação exigida.

Enquanto a Secção de Comunicações do SHAEF preparava, a grandes pinceladas, os planos de emprêgo das comunicações, uma tarefa análoga era realizada pelos ele-

mentos subordinados a toda uma série de planos particulares, derivados dos planos gerais, estabelecidos pelo SHAEF eram estudados nos escalões Grupo de Exército, Exército, C. Ex., Divisão, e bem assim pelos Comando Naval e Aéreo, etc.

Dessa forma, tudo estava previsto até nos mínimos detalhes, para permitir o desenvolvimento normal da

operação OVERLORD. Nessas condições, parece que a preparação dessa operação pode ser considerada como um exemplo de coordenação digno de imitação. Convém conservar esse plano como um protótipo que permanecerá válido até o momento que o emprêgo da energia atómica haja tornado completamente caduca a concepção atual de campanha militar.



O COMANDO ANTIAÉREO DO EXÉRCITO

(Necessidade de sua organização)

Pelo Major FLORIANO MOURA BRASIL
MENDES

Antes do último conflito mundial, eram divergentes os pontos de vista dos diferentes países com relação aos assuntos atinentes à Defesa Antiaérea. Uns sobordinavam-na à Aeronáutica, outros ao Exército. Os primeiros fundamentavam o seu ponto de vista no fato de caber, em princípio, ao Comando das Fôrcas Aéreas a reação aos ataques pelo ar, donde a responsabilidade do referido Comando na distribuição e controle dos meios disponíveis para essa reação — Caça e Artilharia Antiaérea. Os segundos, sob a alegação de pertencerem os meios terrestres de defesa à artilharia do Exército, julgavam que neste ramo das Fôrcas Armadas deveriam permanecer, embora reconhecendo que a distribuição dos meios (inclusive terrestres) para a defesa do território fosse função do Comando Aéreo.

A Alemanha, cuidou com invulgar atenção de sua preparação militar, manteve a sua Antiaérea fazendo parte integrante da Luttwaffe.

A Inglaterra, em face de sua situação geográfica, dedicou também particular atenção ao problema, tanto mais que, na guerra de 14-18 já o seu território fôra duramente castigado pelos primeiros bombardeios aéreos de vulto registrados pela História Militar. O quadro da destruição e morte verificado pelo ataque empreendido pelos aviões Gotha, no dia de S. Antônio de 1917, não deixava qualquer dúvida sobre o que os aguardava num outro conflito internacional. Ali, a doutrina dominante

era a de pertencer a Antiaérea ao Exército, sendo, porém, o seu emprêgo controlado pela R.A.F.

A França, apesar de ter sido o berço de Pagessy, considerado hoje o pai da Antiaérea e em cujo território foram feitas as primeiras experiências de adaptação dos canhões de campanha para a sua utilização no tiro contra aviões, origem dos atuais canhões antiaéreos, descurrou do problema nos anos que antecederam à última guerra. Esse descuido está mesmo patenteado nas declarações do General Gamelin, no seu livro "Servir", no qual o ex-chefe das fôrcas francesas confessa que seu país, em Antiaérea, achava-se em situação francamente desfavorável em relação à Alemanha. Na França, o ponto de vista adotado era o da subordinação da Antiaérea à Aviação, convindo notar que, ali, a própria Aviação era atribuída às grandes unidades do Exército.

Entre nós, a questão também não deixou de ser debatida. Em 1941, após a criação do Ministério da Aeronáutica, cogitou-se da inclusão da Antiaérea no novo organismo militar. As opiniões se dividiram e, no final, a Antiaérea permaneceu onde se encontrava — no Exército.

Hoje em dia, há ainda os adeptos da subordinação da Artilharia Antiaérea à Aeronáutica. Acham os defensores desta idéia que a responsabilidade na distribuição dos meios é fator preponderante e que essa distribuição será mais harmônica e equilibrada se estiverem ambos os meios, desde o tempo de

paz, à disposição do chefe que os deve empregar. Além disso, adiantam ainda, a permanência de ambos no mesmo órgão de direção facilitará, de maneira flagrante, os exercícios de conjunto indispensáveis, durante o tempo de paz, para o emprêgo eficiente em campanha.

Os defensores da permanência nas Fôrças Terrestres têm, atualmente, como principal argumento, o fato de existirem orgânicamente, nas Divisões de Infantaria, uma unidade de Antiaérea. Como bom reforço, alegam ainda a questão da preparação dos quadros que, pertencendo à Artilharia, têm essa preparação facilitada dentro do próprio Exército.

Tudo indica que nenhuma alteração se venha a processar entre nós, pelo menos nestes próximos anos.

Nos Estados Unidos, a doutrina vigorante é também a da subordinação administrativa da Antiaérea ao Exército. Digo administrativa porque, em operações, fica ela entrosada no canal de comando da Defesa Aérea, subordinada, portanto, à Aeronáutica.

A circunstância de se encontrar a Antiaérea no Exército e dever ser utilizada em obediência à idéia de manobra expendida pelo Comando de Aeronáutica, não terá consequências prejudiciais desde que, nos períodos de paz, exista o perfeito entrelacamento dos comandos respectivos e neste clima sejam feitas as necessárias previsões e estudos acompanhados dos indispensáveis exercícios de conjunto.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a organização do Comando Antiaéreo do Exército está perfeitamente estabelecida e, ao que é de crer, levando em consideração os ensinamentos colhidos nos teatros de operações.

O atual Comando Antiaéreo do Exército acha-se organizado, no país norte-americano, desde junho de 1950. A revista *Antiaircraft Journal* (número de julho-agosto de 1950), publica ampla notícia, abrangendo as razões que determinaram a criação do referido comando, suas finalidades e ligações

com os demais órgãos militares (Aviação e Exército), complementando ainda a informação com sugestivos organogramas.

Ao expor a razão de ser da criação do Comando CAAEx, diz o articulista que se trata de "uma entidade imprescindível ao conjunto de órgãos incumbidos do planejamento, à máxima eficiência e à presteza funcional dos elementos do Exército que venham se tornar parte integrante de um sistema de defesa do território metropolitano dos Estados Unidos".

A título de esclarecimento, faz o autor referência à atual doutrina seguida no país, no que tange à sua Defesa Aérea. Segundo essa orientação, a Aeronáutica é responsável:

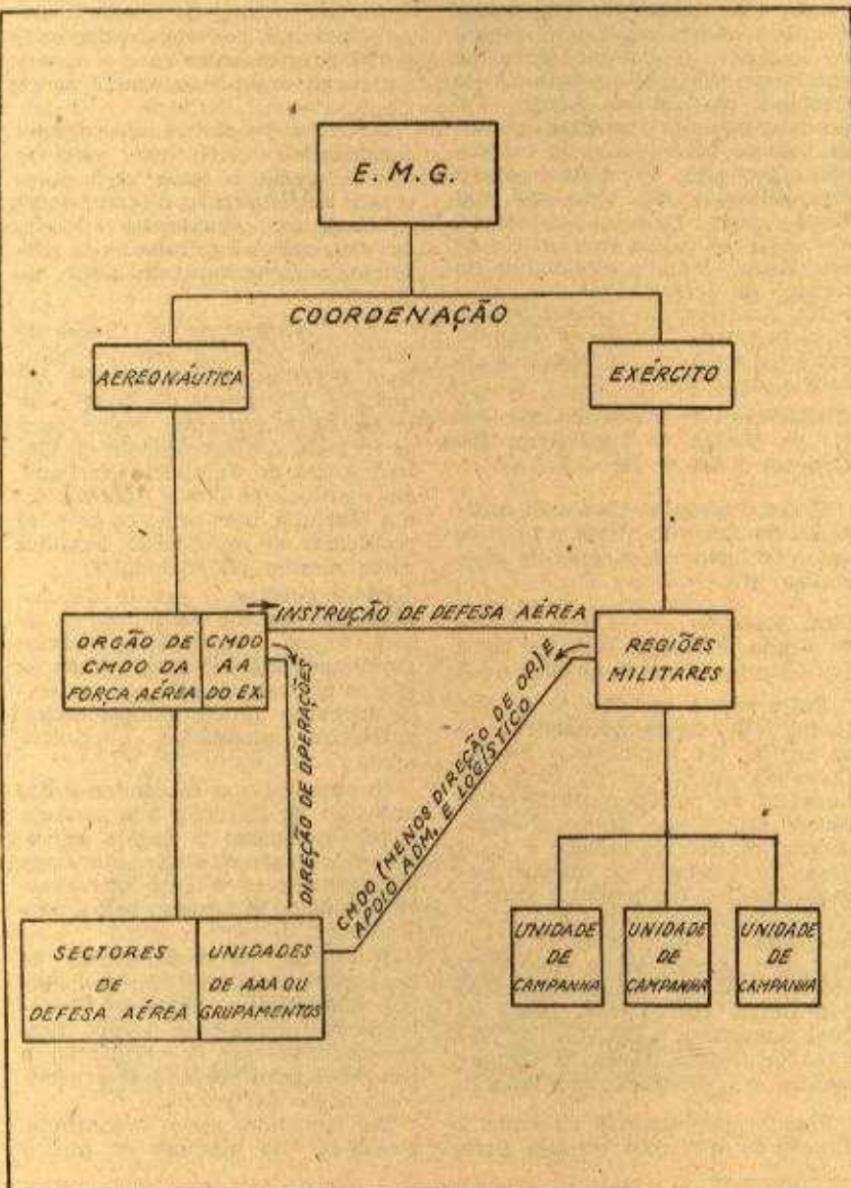
- "a) pela defesa dos Estados Unidos, em conformidade com as decisões e métodos adotados pela Junta de Chefes de Estado-Maior.
- b) pelo estabelecimento de doutrinas e métodos combinados em coordenação com outros órgãos, para a realização dessa mesma defesa. Paralelamente, o Exército é encarregado de fornecer "elementos seus, de acordo com as necessidades dessa defesa e com as doutrinas e métodos combinados aprovados pela mesma Junta."

Vê-se, por conseguinte, que a organização do CAAEx decorre da necessidade de existir, nas Fôrças Terrestres, um elemento coordenador, estreitamente ligado ao Comando de Defesa Aérea, capaz de permitir e assegurar, ao sistema de defesa, a utilização eficiente de elementos pertencentes a ramos diferentes das Fôrças Armadas.

Sómente a existência desse órgão assegurará a unidade de doutrina e evitará desajustamentos na orientação da defesa de que é responsável a Aeronáutica. É elle a pedra angular da cooperação que o Exército poderá emprestar à Fôrça Armada irmã, visto que, partirão dele, para os órgãos ter-

COMANDO ANTIAÉREO DO EXÉRCITO

**SUGESTÃO SÓBRE SUA ARTICULAÇÃO COM OS DIFERENTES
ÓRGÃOS DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA**



restres subordinados, as medidas preconizadas pelo Comando Aéreo para o êxito da missão conjunta. Funcionalmente, lembra o articolista, Ten.-Cel. Lazar, o CAAEx está no mesmo nível do Comando de Defesa Aérea Metropolitano da Aeronáutica. No sistema de forças combinadas incumbido da defesa dos Estados Unidos, a componente do Exército, no entanto, deve ter suas operações controladas pelo Comando da Defesa Aérea. Tal processo permite respeitar a integridade da organização da componente terrestre, "para que possam ser utilizadas em tóda sua extensão suas próprias aptidões", operando o CAAEx como parte de um Estado-Maior combinado, no sistema de defesa aérea.

Na América, de acordo com a nova organização, para os assuntos relativos à direção de operações, a cadeia de comando é:

CDAMetrop → FôrçaDALeste (ou O) → DivDA → CmdoBgda (ou Grupo) AAA → Grupos AAA

O canal afeto ao Comando Antiaéreo do Exército (exceto para os assuntos ligados à direção de operações) é:

Dep. Exército → Cmdo AAEx → Cmdo AAleste (O) → Bgda (ou Grupo) AAA → Grupos AAA

Entre nós, à semelhança do que lá foi feito, havia necessidade de se cogitar da organização de um Comando Antiaéreo do Exército. Levando em consideração as diferenças estruturais de nossa organização militar em relação à americana, o comando em questão poderia ligar-se, nos assuntos atinentes à direção das operações, ao Estado-Maior Geral, podendo a cadeia de comando, neste caso, ser: EMG → EMAe → Cmdo. Def. Aérea (ou Cmdo. equivalente, junto ao qual funcionará o CAAEx) → Setores de Defesa Aérea → Grupamentos (ou Unidades de AAA).

Para os assuntos não atinentes à direção de operações, ou seja, para

os de natureza administrativa ou logística, o canal a observar poderia ser o indicado abaixo ou outro mais aconselhado:

Min. Guerra → Regiões Militares → Grupamentos AAA (quando organizados) → Grupos de AAA (1).

Ao comandante do citado órgão, no nosso país, poderiam caber atribuições semelhantes às que foram dadas ao organizado nos Estados Unidos.

A título de alvitre, deixo aqui consignadas, como me parecem aconselháveis, as suas atribuições gerais, respeitadas as diferenciações existentes nos organismos militares dos dois países e o trabalho já realizado nos mesmos, no setor em questão:

a) representar o Chefe do EME, em todos os assuntos relativos à Defesa Aérea do país, nos quais o Ministério da Guerra se tenha de manifestar. Nesse item se incluem o planejamento da Defesa Aérea do Território Nacional, em coordenação com a Aeronáutica e a Marinha, bem como os grandes problemas de orientação surgidos desse mesmo planejamento;

b) organizar o estudo da defesa dos pontos importantes do país e dos meios indispensáveis (mínimos), estabelecendo ainda os planos pormenorizados para o desdobramento tático das unidades antiaéreas atribuídas à defesa aérea;

c) atuar como comandante das unidades do Exército que venham a ser atribuídas à defesa aérea, exercendo, sobre elas, autoridade condizente com o que determinarem os planos aprovados pelo Chefe do EME;

d) apoiar os comandantes de Zona Aérea na execução dos Planos estabelecidos entre os Ministérios da Guerra e da Aeronáutica, relacionados com a orientação e processos relativos à defesa aérea combinada do território.

Um comando, assim organizado, baseia-se "na hipótese de que a

(1) Anexo, um organograma elucidativo.

ipal missão da AAA é a De-Aérea".

m élle, as providências esparsas temos tomado, visando ao elecimento da defesa de todo sso território contra ataques s, seriam melhor coordenadas entro de poucos anos, podesmos dispor de um plano satisfaçio, elaborado consonte a dou-

mais aconselhável. Além , considerando a nossa precação de recursos, há que se ar na maneira mais sensata de car os meios disponíveis, de o a obter déles o maior renento possível. Tal objetivo só e será conseguido através da ção de um órgão especializado destinado à elaboração dos os de ação.

l espaço aéreo é igualmente eável em todos os países; ntu, as soluções dadas ao problema da defesa contra o inimigo o deverão ser, em princípio, lhantes, visto que deverão

adotar medidas ditadas pela experiência do último conflito internacional.

No Brasil, muito se estudam os problemas militares de natureza terrestre; alguma atenção se tem dado às questões atinentes à defesa de costa porém, muito pouco interesse, muito menos mesmo que o aconselharia a experiência alheia, se tem dado, no Exército, ao problema de nossa defesa contra ataques aéreos. A inexistência de um órgão planejador e coordenador, destinado exclusivamente ao estudo desses assuntos, comprova-o.

A escassez de meios encontra fácil explicação, dada a impossibilidade que tem o país de acompanhar, permanentemente, a evolução que se vem observando no material antiaéreo; entretanto, nenhum fator deverá impedir que se efetuem os planejamentos indispensáveis, os quais, no momento crítico, não poderão ser improvisados.



TODOS QUERIAM "ARTILHARIA-REVÓLVER"

(Anedotário da F. E. B.)

Oferta da CASA NENO

Nas vésperas do primeiro ataque a MONTE CASTELO, o consumo de munição de Artilharia era grande, os "velhinhos" imitando o seu patrono MALLET que comandara a "Artilharia-Revólver". E um general americano, comandante da Artilharia do IV Corpo, foi até às posições brasileiras, o que sempre fazia para conversar e reclamar sobre o consumo exagerado de munição.

Os infantes sempre desejando mais tiros de artilharia, e então um comandante de Batalhão sugeriu ao do seu grupo de apoio direto que, aproveitando a ocasião, pedisse ao general um maior crédito de munição.

Resposta imediata: — "Diga ao major que as granadas de 105 mm não dão aos cachos, como as bananas!"

ATENÇÃO COMPANHEIROS DAS GUARNIÇÕES DO INTERIOR!

Atendendo aos inúmeros pedidos, resolvemos estender nosso sistema de venda em prestações para todas as Guarnições do Brasil.

Assim, você que se encontra no interior, poderá comprar o seu rádio, geladeira, máquina, etc., etc. e pagar suavemente em prestações.

Escrevam, pedindo o que desejarem! ..



DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, RELÓGIOS, ENCERADEIRAS e demais utilidades domésticas, entregando imediatamente a mercadoria mediante a apresentação da identidade, para pagamento em 10 prestações, isto porque, seu sócio-gerente, COMPANHEIRO REFORMADO, deseja facilitar todas as nossas compras.

RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, 7, 14 E 16

(Antiga Rua do Núncio)

RUA BUENOS AIRES, 151

ALVOS PARA A ARTILHARIA DE COSTA

Ten.-Cel. MANUEL PARDO OCHOA

Extraído de EJÉRCITO — Novembro de 1950.
Tradução e adaptação do Major CÉSAR NEVES.

Aconteceu numa praia africana e, desde então, muitos anos já se passaram. Esperávamos um comboio que deveria chegar de Ceuta e vigiávamos o horizonte, com impaciência; quase todos os que me rodeavam eram mouros e, da mesma maneira que os cristãos, quando são criados no campo, possuem vista privilegiada. A única pessoa que, na ocasião, dispunha de binóculos, era o que nós chamávamos de "mandão", cristão, certamente mestre em muitos ramos da ciência e da vida.

O grito de regozijo de um dos atalaias chamou a atenção dos presentes para um ponto, já que ele dizia ter avistado fumaça no horizonte; não é preciso dizer que o "mandão" dirigiu suas lentes para o lugar assinalado e alvíçaras! Entre o céu e o mar, podia ver-se, a olho nú, uma coluna de fumaça.

Aproveitou o mestre a ocasião para desenvolver o conhecido tema que melhor demonstra a esferoicidade da terra e o fez com tanta perfeição, que deixou quase convencida a assembleia, tão larga de vista quanto curta de inteligência. Sem auxílio de aparelho algum, viu-se a fumaça; mais tarde, e já então com binóculos, começamos a ver as pontas dos mastros, a chaminé, o convés, o casco..., o barco parecia vir subindo a costa e respirámos todos tranqüilos quando o vimos francamente incorporado ao que então julgávamos plano, com o interesse natural dos que, com él, iam penetrando o mistério da esferoicidade.

Tão simples acontecimento, firmemente gravado na imaginação, tem-me feito sempre pensar que o alvo ideal para a Artilharia de Costa deve ser a fumaça, e para que não dizê-lo, "a fumaça de palha"; veremos logo se o mesmo cumpre, ou não, as condições de um bom alvo.

Alvo... "objeto situado ao longe para exercitar-se no tiro e na pontaria" (Da Real Academia Espanhola). Assim creio que o temos entendido todos, desde a nossa mais tenra idade, porém, o de exercitar-se é da definição anterior e que, a nosso juizo, tem a verdadeira significação e, portanto, será o centro ou o eixo sobre o qual gira o tema que inspira essas linhas.

Tiro... Pontaria... Creio que ambas essas coisas são inatas no homem; a pedra, a flecha, a lança, o dardo, o projétil, a bomba, as recentes V-3, as próximas X-3, Y-3 ou Z-3; sempre que o homem tratou de exercitar-se em qualquer desses passatempos, procurou fazê-lo com um alvo adequado, entre outras razões porque, senão, o exercício torna-se um tanto monótono. -

O alvo, além de prestar estímulo ao exercício, é evidente que pode servir de verificação, às vezes com exatidão quase matemática (tiro com armas portáteis), dos exercícios realizados e portanto será um certificado ou testemunho do grau de instrução ou de habilidade dos executantes, se bem que seja eminentemente económico. Em suma, para cada

exercício de tiro, por mais simples que seja, é necessário dispor-se, de antemão, do alvo adequado.

A Artilharia naturalmente também quer atirar sobre "algo" e aqui já então não é capricho o dispor do alvo, senão imperiosa necessidade, porque sómente dispondendo de alvo que nos mostre a grandeza e sentido dos desvios será possível realizar uma aplicação racional das "Regras de Tiro". Note-se a diferença radical entre o que cabe a desempenhar pelo alvo, para o tiro com armas portáteis e o destinado ao tiro de Artilharia. O primeiro está condenado a sucumbir e quanto mais paliteiros mostre, maior a satisfação do atirador e também no de artilharia, principalmente de Costa. É inevitável que o atirador encha-se de júbilo quando o alvo é destruído por um tiro feliz, porém não se dará o mesmo com o encarregado do serviço de alvos e muito menos com quem tiver de pagar a construção de um outro novo, além de que, com a destruição do alvo, terminará o exercício, ao menos como estava concebido, donde se deduz a conveniência de que o alvo não seja atingido, ainda que à primeira vista não se coadune exatidão do tiro.

A Artilharia de Campanha não tem problemas graves no que se refere aos alvos, uma vez que é fácil corrigir o tiro sobre tal pedra, árvore, colina ou morro, etc.; o mesmo não se dá com a Artilharia de Costa e com a Artilharia Antiaérea, que atuam num vasto campo de ação, de côn uniforme, mais ou menos azul e na maioria dos casos sem o menor ponto de referência. E o que é pior, o meio (o ar ou a água) em que fatalmente sossobrará o alvo, caso seja atingido, traz consigo, como consequência, o problema da seleção e construção de alvos, sobre o que não se adotou nenhuma resolução definitiva aceitável.

Se há pecado, a nosso ver, está em querer resolver o problema dando ao alvo dimensões exorbitantes e, dai, esses mastodontes pouco manejáveis e tudo isto para ostentar o clássico retângulo, con-

siderando não de todo destituído de lógica que a visibilidade deve ser proporcional às suas dimensões. Sem dúvida, o alvo ideal para o tiro da Artilharia de Costa é um cruzador, como os verdadeiros, porém isto não é possível, nem é solução, uma vez que poderíamos afundá-lo nas primeiras salvas. Dois sistemas vêm sendo empregados para a realização dos exercícios de tiro real, a saber: alvo sólto e alvo rebocado. Sómente o último deve ser empregado, uma vez que o primeiro, ou seja o alvo sólto, à mercê das ondas, tem uma semelhança tão afeastada com o tiro da Artilharia de Costa que não justifica, de modo algum, a despesa que acarreta, não só pela sua construção ou valor intrínseco, como também, pelo transporte (às vezes a grandes distâncias) desde o pórtio até à "região do tiro" e subsequente retorno, para fazer um disparo ou duas salvas.

Temos, muito propositadamente, dado valor ao fator econômico que tiranicamente deve presidir nossas ações, e, naturalmente, atendendo a esse fator, e, em que o alvo para a Artilharia de Costa desaparecerá ao primeiro tiro feliz, teremos de repartir na devida conta a eficácia com a economia e chegar a estilizar o alvo até ao ponto de, ao ser destruído, perca-se o mínimo possível e seja de fácil substituição.

Estabelecido que o alvo para a Artilharia de Costa deverá ser sempre rebocado, não apenas devido à modalidade do tiro, como, também, para o seu transporte e recuperação, deverá a sua construção, lógicamente atender à condição de ser rebocado com facilidade.

Em resumo, consideramos que o alvo ideal para a Artilharia de Costa deve reunir as seguintes condições:

— Ser extremamente econômico (dado que poderá durar horas apenas).

— Ser rebocado com facilidade (com que, conseguiremos, ao menos não alterar o bom humor a

bordo do rebocador, com grande benefício para a integridade do alvo).

— Ser flutuante por natureza, isto é, se fôr possível, deverá ser construído todo de madeira.

— Ser nitidamente visível às distâncias para que fôr projetado, seja qual fôr o tempo reinante.

Como geralmente acontece, a primeira condição (Dona Economia) não combina bem com as outras, especialmente com a segunda e a quarta, pois, para que o alvo seja rebocado com facilidade, chegaríamos ao casco de uma embarcação normal e, para torná-lo visível, seria imprescindível dar-lhe uma grande altura acima do mar, dotando-o de bandeirolas, galhardetes e outros artefatos que facilitem a sua visibilidade.

bre três flutuadores, disposta de modo a ser rebocada por um de seus vértices, exatamente o que corresponde à maior mediana (o triângulo não deve ser equilátero e sim isósceles, com uma base aproximadamente igual à metade da altura), pois, naturalmente, trata-se de fazer com que a peça corte o mar, de modo igual ao que fazia o "batel pirata". Então, porque não projetarmos logo em forma de barco? Há de contar com isso o encarregado de falar por él, que nem sempre o fará descrever as curvas graciosas que a estabilidade requer.

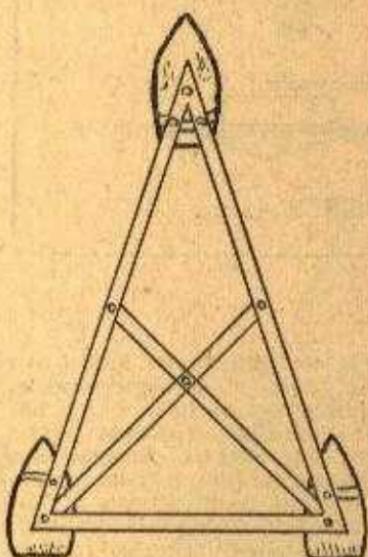
Sustentamos e repetimos que o alvo da Artilharia de Costa deve ser visível, para permitir apenas a observação perfeita e o menos vulnerável possível para que não os estraguem as primeiras salvas enquadrandes, pois para se exercitar no tiro ou na pontaria é indiferente a forma e as dimensões que tenha o alvo (em Artilharia), onde a única coisa que interessa é diferenciar e localizar os impactos longos, curtos e medir os desvios laterais; tudo isto pedindo-se a Deus para não atingir o alvo (porque dá prejuízo). Parece mentira, mas é fato.

E depois de "quebrar esta lança", que já era do tempo dos nossos avós, vamos ocupar-nos de outra solução possível, digna de estudo, que se não opõe à anterior e que se nos afigura nova.

Cinco anos, lutando com êles, como Capitão do Serviço de Alvos, há já bastante tempo e outros tantos pagando a reparação inevitável que ocasiona todo exercício, nos tem feito pensar sobre o assunto e, naturalmente, arquiconvencidos de quanto temos exposto, chegamos à seguinte conclusão:

"O alvo ideal para a Artilharia de Costa, a todas as distâncias, é o bote de fumaça".

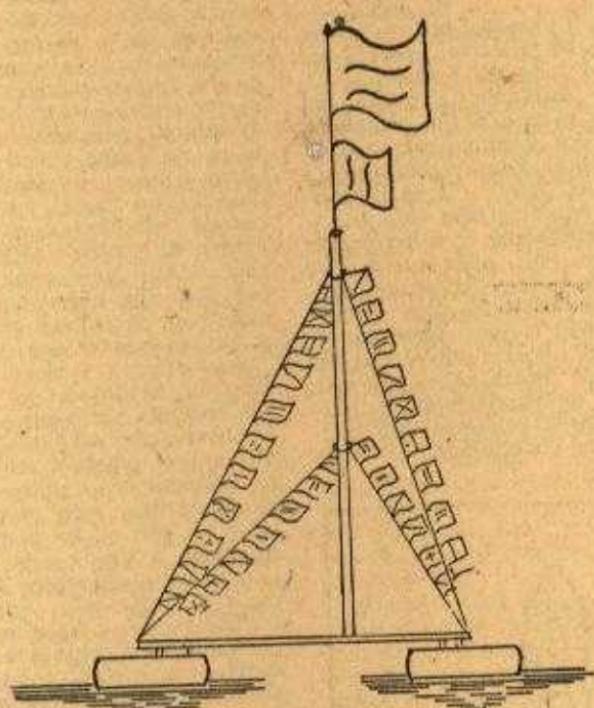
E nunca foi melhor empregada a palavra bote, uma vez que, com facilidade, já terá compreendido o leitor, neste caso não se trata precisamente de uma lata de conservas e sim de um verdadeiro bote, lanchão ou flutuador, destinado a



TRIÂNGULO REBOCÁVEL

Fig. 1

Justifica a forma triangular o fato de que em todos os casos tenha de ser rebocado, chegando assim a constituir uma balsa só-



TRIÂNGULO REBOCÁVEL

Fig. 2

conter, em seu interior, uma ou várias substâncias que, ao serem queimadas com a velocidade conveniente, formarão um acoluna de fumo denso com um tom de cõr adequada. Recorde-se que os maiores transatlânticos se denunciavam no horizonte, muito antes, pela fumaça (quando queimavam carvão) do que pela sua enorme massa, como recordamos inicialmente com a clássica demonstração sobre a esfericidade da terra.

Se as condições de visibilidade não permitirem distinguir a dez ou doze quilômetros uma coluna densa de fumo, então, pode-se dizer que dificilmente se verá o alvo mais clássico.

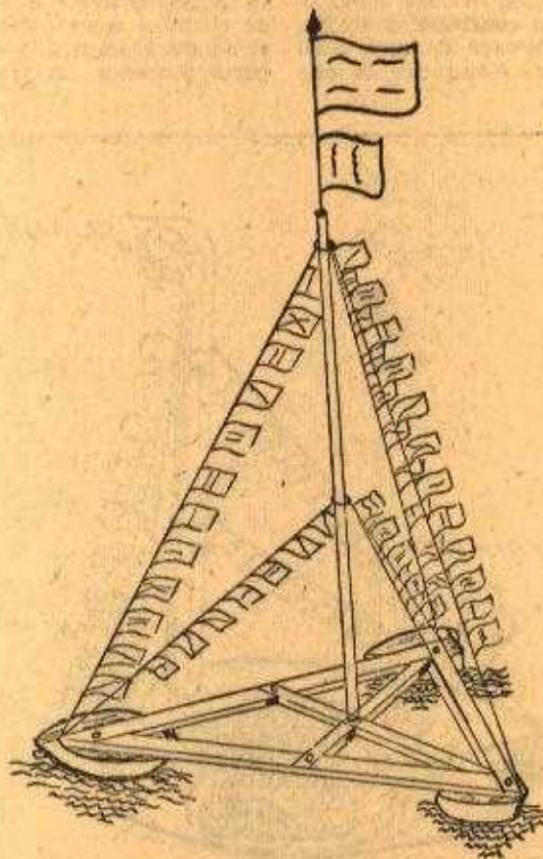
E já está dito quase tudo; não sei se, como disse anteriormente, estaremos descobrindo a pólvora (embora suspeitamos que não); porém experiências recentes nos tem feito ver um pequeno reboçador, numa tarde em que a visibilidade era fraca, foi localizado rapidamente pelo simples fato de haver alimentado a sua fornalha, o que provocou a natural coluna de fumo produzida. Seja qual for sua forma e direção, poderá realizar-se e corrigir por ela qualquer que seja a distância.

Estamos, também, em período de experimentação a respeito da ou das substâncias a queimar, mas,

em princípio, resumen-se em duas: de fumaça negra, para ser empregada nos dias claros ou de boa visibilidade e de fumaça esbranquiçada para emprêgo em dias de cerração.

Considerando como dificuldade primordial a obtenção da persistência da fumaça até o final do exercício e ulterior recolhimento do alvo (quase sempre difícil e

às vezes impossível) dispor-se-á da necessária compartimentação das cargas a queimar, unindo-as entre si por pedacos de mecha lenta. No caso de emprêgo do alvo rebocado, que, como já dissemos, é o único sistema que justifica o emprêgo do citado artefato, um simples cabo elétrico ligado ao reboque (que em todo caso deve ser provido de flutua-



**TRIÂNGULO REBOCÁVEL
"PERSPECTIVA"**

dores convenientemente distanciados), assegurará, por meio de estopilhas elétricas adequadas, o comando à vontade, partindo do rebocador e, portanto, a produção de fumaça toda vez que a Unidade que atira solicitar (naturalmente, por meio do rádio).

Para assegurar a combustão intermitente e impedir que os embates do mar possam molhar as cargas combustíveis, a câmara de combustão foi colocada hermeticamente fechada; como pode verificar-se nos desenhos, as setas são verticais num e horizontais no outro. Em qualquer dos dois, o sistema vem a constituir a frente de tubos de fumaça de uma caldeira a vapor. Naturalmente es-

colheremos ou confeccionaremos para que produzam fumaça bem visível e de cor conveniente e ao mesmo tempo que ocupem o menor espaço e pesem o menos possível.

Um alçapão disporremos, no que podemos chamar de coberta, a fim de que se possa visitar o interior para colocar as cargas e para limpezas e reparações. E continuando com o que à combustão se refere, é evidente que esta estará assegurada quando a câmara estiver provida do ar necessário e suficiente, que introduziremos pela parte anterior e disponhamos da chaminé correspondente para a saída da fumaça que situamos na parte posterior. A ambos os ga-

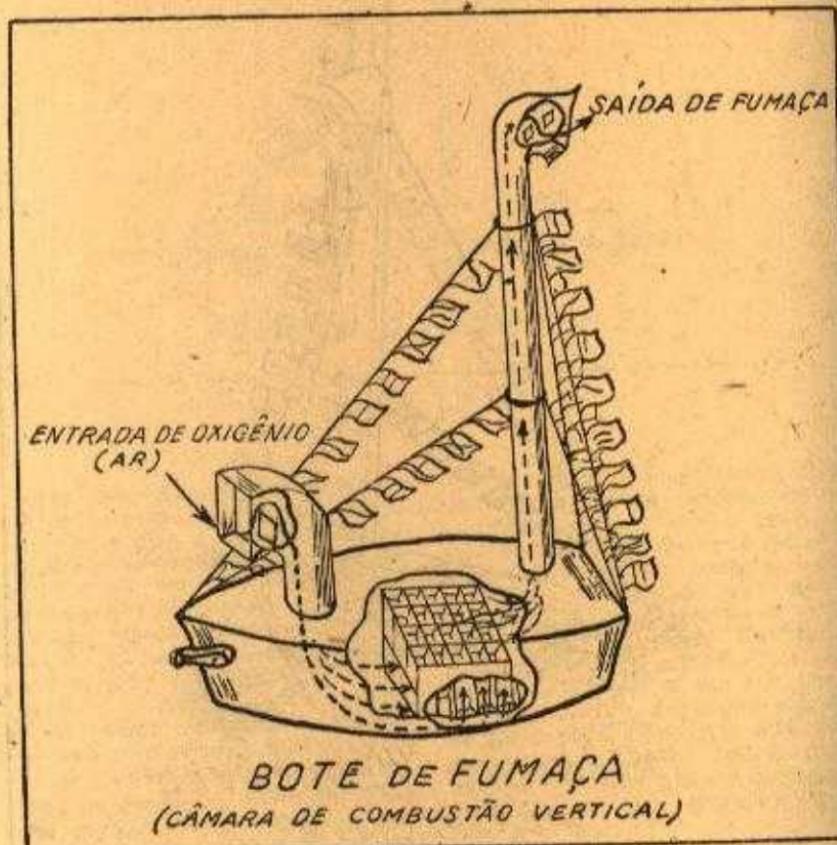


Fig. 4

ses: ar e fumaça, será, em todo caso, bem fácil de provê-los de caminhos suficientemente labirínticos para que, sem entorpecimento apreciável de sua circulação, não seja possível a penetração da água do mar ou da chuva.

Considero os que hajam tido a paciência de haver seguido estas linhas suficientemente interessados e capacitados para interpretar devidamente os desenhos que o acompanham, sem necessidade de novas explicações que tornariam por demais extenso o trabalho, correndo o perigo de acabar com a dita paciência.

Quando queremos atirar à noite, o assunto se reduz a um jogo de

meninos, quero dizer que é elementar, uma vez que o alvo ideal será substituir a fumaça pelo fogo, porém com a forma de lâmpada incandescente. É evidente que o menor flutuador, que fizermos navegável com facilidade, com um farol potente em miniatura, será perfeitamente visível a todas as distâncias; logo, não resta mais do que ligar o dito flutuador navegável ao rebocador, por meio de um cabo elétrico ou então dispor os acumuladores no próprio alvo e duplicar ou triplicar o sistema para assegurar que nem um disparo feliz (?), nem uma possível avaria ponham fim ao exercício.

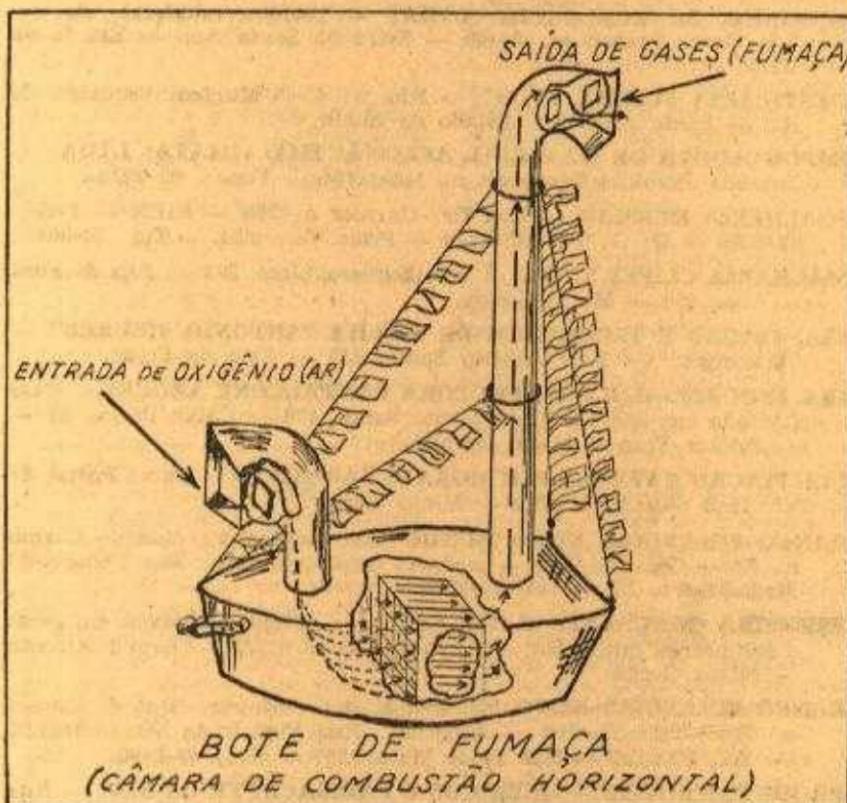


Fig. 5

A CAVALARIA E OS PP

Major L. C. SILVEIRA, do Reg. Osório

III

Anteriormente, abordamos alguns aspectos da instrução da Arma, face aos PP e procuramos mostrar que à parte eqüestre não foi dado o "tratamento", ou melhor, a importância que lhe cabe no conjunto dos assuntos que devem ser ministrados ao cavaleiro militar.

Continuando as nossas apreciações, vamos, no presente, nos deter no assunto 29 — Exploradores, Observadores e Mensageiros, página 58 do PP 2 — 1, para a Inscrição Básica da Arma.

Nêle, encontramos:

Exploradores — 4 Sessões — Duração total: 6 horas;

Observadores — 3 Sessões — Duração total: 5 horas;

Mensageiros — 5 Sessões — Duração total: 10 horas.

Inicialmente diremos que, tanto o número de sessões como as durações prescritas, são excessivamente curtas ante a importância dos assuntos em questão; nêles, repousa basicamente o sucesso do emprêgo da Arma nas suas múltiplas e variadas missões.

Sabemos que é mediante o acionamento de exploradores, no quadro das patrulhas, que são recolhidos os informes que possibilitarão aos chefes a tomada de decisões justas e oportunas; que os observadores (antigos vedetas) propiciam, pela observação metódica e acurada do setor distribuído,

a segurança nas várias situações em estação e que os mensageiros (ex-estafetas) constituem, por vezes, o único e seguro meio de comunicação com a retaguarda.

Se assim é, se não é possível prescindir da utilização dos mesmos, é mais do que necessário que se dê ao cavaleiro uma preparação lenta e segura, seguida de aplicações objetivas e nas quais sejam adquiridos reflexos benéficos e duradouros, a par de uma perfeita avaliação da aptidão e capacidade de cada instruendo.

Entretanto, com as durações já aludidas, com uma desuniformidade quase que absoluta nos assuntos constitutivos das sessões, não é permitido ao instrutor ministrar, em detalhes, o mínimo de ensinamentos úteis e necessários ao cumprimento de cada uma das citadas missões individuais nos quadros táticos que lhe são peculiares.

Passa-se, então, num estado de semi-conhecimentos, as respectivas aplicações. Estas são, podemos dizer, "saltitantes", encontradas aqui e ali, nos assuntos seguintes — 32, 33, etc., e nem sempre têm durações fartas. Como exemplo, podemos citar as sessões 8 e 12 do mencionado assunto 33, destinadas à prática dos postos de correspondência e de vigilância, com 2 horas cada. Se considerarmos que as mesmas são únicas no decorrer da formação do recruta, ou seja durante 6 meses de instrução, sentiremos, sem sermos "saudosistas".

que no passado, no decorrer da vi-
gência do nosso quase extinto R-9
e do R.P.I.Q.T., lhes eram consa-
grados um grande desvelo e u'a
maior importância. Perguntare-
mos, a fim de acharmos uma ex-
plicação: será que retrocedemos?
Ou serão estes postos, na guerra
moderna, apenas uma "relicquia",
ou objeto de "cultura geral"?

Mas, não são só estas perguntas
que nos afloram à mente; temos
dúvidas também acerca do "des-
tino" do balizador.

Proscrito das missões individuais,
banido de junto dos outros três
tradicionais companheiros — Explorador, Observador e Mensageiro
— que foi feito dêle?

Acaso, o progresso vertiginoso da
guerra neste século atómico aca-
bou com as regiões plenas de iti-
nerários susceptíveis de acarreta-
rem erros, ou nas que éles, os iti-
nerários, não existem, colocou-os
ao "pé da obra", como mandam os
"figurinos"?

Optamos pela negativa e as co-
chilas verdejantes e uniformes
d'este Rio Grande amigo corroboraram
conosco, clamando por baliza-
mento, principalmente à noite...

Em vão buscamos no citado
PP — 21, algum assunto a él referente que prescrevesse os conhe-
cimentos gerais necessários ao re-
cruta, antes das respectivas apli-
cações. Todavia, encontramos, no
já aludido assunto "33 — Tática
coletiva — O G.C. na missão de
segurança", a sessão n. "6 — De-
veres do vigia, do explorador, do

balizador e do mensageiro", com a
duração de 1 hora.

Confessamos que tal achado não
nos satisfez:

- 1º — o instruendo é colocado de chôfre face a uma "colsia" nova, da qual nem sabia da existéncit;
- 2º — pela "parceria" determina, que restringe a 15 mi-
nutos o tempo a él dedicado;
- 3º — pela particularização — deveres no âmbito do G.C.
em missão de segurança. Cremos que o emprego e consequentes deveres do balizador tem um caráter mais amplo, abrangendo outras situações (movi-
mentos retrógrados, por exemplo), nas quais os assuntos anteriores, ou se-
guientes do PP em referên-
cia, nada prescrevem a seu
respeito.

Como é fácil de se constatar, a ausência de prescrições mais de-
talhadas sobre esta missão indivi-
dual constitui uma lacuna que, jul-
gamos, precisa ser corrigida em
benefício da instrução da Arma.

Antes de finalizarmos, cumpre
fazer mais uma pergunta: qual o
nome atual e verdadeiro do ex-ve-
deira? Observador? Vigia?

No assunto 29 e encontramos com
o primeiro nome e no dito 33 com
o segundo.

Há ou não motivo para con-
fusão?



PATRULHAS DE COMBATE

Capitão PIETRO CORSINI, na "Rivista Militare", Italiana

Tradução do Major de Artilharia LUIZ FELIPE SILVA WIEDEMANN

Desejando-se que a batalha se desenvolva em condições favoráveis, é preciso examinar, em todas as direções, o espaço designado por "terra de ninguém"; estabelecer, por meio de numerosos e minúsculos tentáculos, contacto com as tropas avançadas inimigas; sondar, penetrar em profundidade, ver, ouvir, observar, procurar pegar algum prisioneiro, desenvolver uma iniciativa incansável, aguillhoar o adversário por todos os lados e sem tréguas, com o fim de poder aparar, com toda a segurança, um golpe definitivo ou desencadear a própria ofensiva decisiva, calculada e medida.

A guerra moderna compõe-se de violentos encontros entre grandes Unidades, seguidos de avanços prodígiosos e precedidos, todos eles, na maioria dos casos, de muitos meses de "atividades das patrulhas em toda a frente".

Assim se deduz, como consequência lógica, a necessidade, no campo tático, de patrulhas de combate, cuja inteligência e cuja audaz atividade podem ser de importância capital para a continuação das operações. E, assim como pelo aspecto do amanhecer (alvorecer) podemos deduzir se teremos um bom dia, da mesma maneira, pela instrução, atividade e agressividade das patrulhas, poderemos calcular, "a priori", a capacidade ofensiva.

É preciso, pois, que estudemos atentamente o emprego dessas Unidades que, devido à especialização, inteligência, e audácia que exigem de cada um de seus com-

ponentes, constituem, individualmente, as mais delicadas entre todas as pequenas Unidades do Exército.

São as seguintes as missões das patrulhas de combate:

- causar danos e baixas ao adversário mediante a captura de prisioneiros e destruição das suas obras de fortificação;
- opor-se e impedir a atividade das patrulhas adversárias;
- completar, na defensiva, a ação de cobertura da zona deseguranças;
- perturbar a atividade operatória e os trabalhos do inimigo;
- abrir caminho através das zonas de obstáculos, etc.

Podemos resumir, genéricamente, todas estas importantes missões, dizendo que as patrulhas indicadas devem atuar sempre "com espírito ofensivo", sustentando combates rápidos e violentos, em condições difíceis do terreno, do tempo e da situação.

Para levar a cabo tudo isto, consideraremos oportuno propor um "tipo de patrulha" básico que corresponda a um critério de potência considerável, tanto em pessoal como em armamento e que procure uma conveniente especialização do pessoal.

Na continuação, expomos alguns dados sobre a composição deste tipo de patrulha, sem pensar que os mesmos sejam taxativos no que se refere aos detalhes, cujas modificações serão aconselhadas pela experiência, as necessidades, o terreno, etc.

Composição da patrulha: 1 oficial, 2 sargentos, 18 soldados, divididos em dois grupos de assalto e um de apoio, como indicado no seguinte quadro:

Primeiro grupo de assalto:

— 1 oficial (com mosquetão automático, granada de mão e cutelo);

— 6 soldados (2 com pistola, granadas de mão e cutelo, para a captura de prisioneiros; 4 com mosquetões automáticos; um desses poderá levar, eventualmente, lança-chamas e outro um aparelho de rádio).

Segundo grupo de assalto:

— 1 sargento (com o mesmo armamento do oficial);

— 6 soldados (armados de maneira idêntica aos do primeiro grupo; 1 deles poderá levar, eventualmente, 1 lança-chamas e outro, cargas explosivas).

Terceiro grupo de apoio:

— 1 sargento (Subcomandante da patrulha, armado da mesma forma que o oficial);

— 6 soldados (2 com fuzis-metralhadoras, 2 com mosquetões automáticos e granadas de mão e 2 com fuzis semi-automáticos com luneta. Dois deles poderão levar, eventualmente, 1 morteiro de assalto ou uma "bazooka" (ou lança-rojão)).

Tendo em vista o pouco espaço, omitimos especificar o equipamento especial de cada soldado, ligados às suas diferentes missões, como sejam: bússulas, relógios, tesouras para arame, foguetes de sinalização ou luminosos, etc.

Modalidades de emprego: Os dois grupos de assalto atuam juntos ou separados, segundo o plano de emprego, e avançam por lances, em movimentos alternados; o grupo de apoio avança com movimentos ondulados, em relação aos outros dois grupos, seguindo atrás deles, ou de um lado ou no centro dos mesmos.

Momentos antes do assalto, o grupo de apoio ocupa posição para proteger, com o seu fogo, a ação e a retirada dos outros dois grupos.

Deve ser dada a máxima importância à instrução, que requer um grande cuidado e tempo. Como se deduz claramente da composição da patrulha, cada soldado deve possuir uma especialidade e, ao mesmo tempo, todos devem estar minuciosamente e escrupulosamente preparados para atuarem em perfeita harmonia. Será, pois, necessário fazer os soldados passarem pelas três seguintes fases de adestramento:

— individual, para a instrução dos soldados um por um (orientação, rumo, direção do itinerário, planos e croquis; conhecimento e emprego das minas e das armadilhas explosivas, mascaramento, ocultação, cobertura, observação, tiro noturno com as diferentes armas; luta corpo a corpo, adestramento ante o perigo, exercícios arriscados, ginástica de campanha, marchas em diferentes ritmos;

— coletivo, para a instrução de conjunto dos soldados (conhecimento e reciproca compreensão, movimento dos grupos e da patrulha, manutenção da direção e da ligação, transporte de feridos, de mortos e de prisioneiros);

— particular, para a especialização de alguns elementos escolhidos (conexão do rádio, emprego do lança-chamas, das cargas ôcias e dos explosivos, tiro com o fuzil metralhadora, com o morteiro, com a "bazooka", luta com sentinelas e sua eliminação).

Para conseguir resultados satisfatórios na instrução da Unidade, é necessário dedicar a ela um trabalho lento, infatigável e competente do oficial e dos sargentos, que devem conhecer a fundo os soldados que lhes são confiados, saber aproveitar ao máximo as suas possibilidades intelectuais, morais e físicas, com o fim de ensinar, a cada um, a missão mais adequada; desenvolver as suas capacidades latentes, adestrar-las em um trabalho a fundo, e, por fim, fundi-las num todo único, orgânico e indissolúvel, cujo elemento aglutinante seja um só espírito de cooperação e companheirismo que resista às provas

mais duras. É neste trabalho que se destaca, principalmente, a figura do oficial, que deve demonstrar ser um verdadeiro Chefe, infundindo, em seus homens, confiança em si mesmos, espírito de cooperação, compenetrado perfeita e fé cega no Chefe.

Não se trata sómente de obter combatentes técnicos, inteligentes e valorosos, missão, por si, bem árdua: trata-se de saber fazer, de um conjunto de forças tão diversas, um instrumento único e homogêneo, que se possa empregar, com segurança, diante de uma só vontade: a do comandante.

Constitui isto a condição indispensável para alcançar o êxito, ao que se deve juntar, no momento do emprêgo, o estudo cuidadoso das informações, uma preparação minuciosa, uma observação muito atenta, uma perfeita organização e ordens precisas: o êxito da ação não é outra coisa senão uma consequência lógica deste escrupuloso trabalho de preparação. Uns poucos minutos de fogo recompensam meses de fádigas e horas de tremenda ansiedade.

E aqui onde se dificulta a questão.

Se admitirmos a grande importância que têm, na guerra moderna, as patrulhas em geral e as de combate particularmente; se estamos convencidos da necessidade de dispormos de patrulhas semelhantes a do tipo que propusemos; se admitirmos a necessidade de um comandante dotado de qualidades superiores ao nível normal; se convencionarmos que devemos contar com soldados, para as patrulhas, que tenham dotes excepcionais; se admitirmos que a instrução deste pessoal deve ser longa e difícil, que a sua organização deve ser rígida e que deve estar submetida a uma fadiga violenta e enervante; se reconheçamos a necessidade da perfeita coesão dos diferentes elementos, como é possível conceber que esta patrulha possa ser organizada por soldados tirados, cada vez que deles se necessite, das Unidades de Infantaria que já têm uma missão determinada? Muitíssimas são

as razões que, pelo critério nosso, opõem-se a esta solução.

A característica principal que devem possuir os soldados de que necessitarmos é a de que sejam aptos para o serviço de patrulha. Devemos, pois, elegê-los dentre os das Companhias de fuzileiros ou, mais precisamente, dos "assaltantes". Ou seja, que voltemos a exigir dos nossos assaltantes dotes e capacidades excepcionais.

É indubitável que o assaltante deveria ser "o melhor"; é também indubitável que deva ser o elemento "mais robusto, ágil, resistente e audaz"; porém, não é menos verídico que, infelizmente por hora, isso não passa de um sonho.

Quando as comissões de "seleção por aptidões", após excessivos trabalhos, conseguiram tirar da massa amorfa do contingente anual todos os numerosos especialistas de que um Exército moderno necessita; quando, com grande dificuldade, conseguiram satisfazer os pedidos orgânicos de goniometristas, telefonistas, soldados para morteiros, telemetristas, metralhadores, rádiotelegrafistas, motoristas, armeiros, candidatos a graduados, etc. "ficam, por último", os assaltantes, nos quais apenas se vislumbram indícios do "perfil psicotécnico" que deve ter esta classe de soldados. Os restantes, depois de tantas seleções, têm de ser os inteligentes, os astutos, valorosos e fortes assaltantes... Todo aquél que conhece praticamente o que é uma Unidade, dará conta sem grande esforço, desta amarga e lógica consequência.

E dentre êsses indivíduos temos de escolher os componentes das patrulhas, que são a quinta essência dos assaltantes, para lançá-los num ambiente anormal de surpresas, de ciladas e de contínuos perigos.

E ainda, supondo-se que chegássemos, apesar de tudo, a encontrar indivíduos a propósito para constituirem o grosso da patrulha, teríamos ainda que achar indivíduos necessários para missões especiais (rádiotelegrafistas, sapadores, serventes para morteiros,

etc.). Não podemos contar com eles se os tiramos dos Batalhões, porque correríamos o risco de deixar comprometidas as Unidades especializadas; mas inconveniente ainda seria tirar alguns elementos emprestados de outras armas (os rádiotelegrafistas e sapadores, por exemplo, da Engenharia), porque, neste caso, contariam com indivíduos instruídos porém não treinados nos serviços de patrulha. Tanto num caso como outro, não poderíamos contar com a característica da coesão, a que sómente se pode chegar com soldados que vivem, se inscrevem e combatem unidos, ombro a ombro.

Suponhamos, porém, que tivemos reunido todos os elementos aptos e necessários e suponhamos, outrossim, que poderemos suprir com "boa vontade" a falta de coesão e com um Chefe excedente a escassa penetração dos soldados. Já teremos a patrulha formada; em vinte e quatro horas se prepara e se organiza para a ação; em outras quarenta e oito horas realiza a sua missão e, caso excepcionalmente afortunado, regressa à sua base sem nenhuma baixa. Concederemos aos seus elementos vinte e quatro horas de descanso.

Neste caso, a Unidade que tivesse cedido os soldados deveria tirá-los de seu emprégio durante quatro dias, ficando, em consequência, em situação mais difícil. E isto, sem levar em conta que a referida Unidade tenha tido que ceder soldados para organizar outras patrulhas. A situação crítica em que fica a referida Unidade é muito mais grave se considerarmos o escasso número de assaltantes que existe num Batalhão de 900 homens. Num artigo do General Verna, publicado nesta revista, colocou-se bem claro, com razão, o número verdadeiramente reduzido dos assaltantes que chegam às posições inimigas, enquanto a maior parte dos componentes do Batalhão atua com meios poderosos para apoiar o esforço supremo e eficaz de uns poucos valentes.

Devemos, pois, depauperar ainda mais esta Unidade, tirando-lhe os melhores soldados e os mais necessários? Devemos empobrecer ainda mais o reduzido núcleo que, na prática, chega à meta coroando o esforço da massa?

Por outro lado, não se pode adotar, como norma, dispor-se de soldados que diariamente, intervêm na fase mais perigosa do combate, para empregá-los em ações ainda mais arriscadas. Não se pode submeter estes mesmos indivíduos a esforços prolongados, como serviço de patrulha noturna, em continua tensão nervosa, com um lento desgaste físico e moral para, uma vez novamente incorporados à sua Unidade, voltarem a retomar uma vida, senão tão perigosa, pelo menos tão enervante. Não é possível ter um indivíduo, durante grande tempo, em serviço de patrulha e, após, empregá-lo num serviço de sentinela ou em combate aproximado, ou sob um prolongado bombardeio de Artilharia.

O serviço de patrulha desgasta as qualidades físicas e o sistema nervoso; os soldados empregados nesta missão necessitam boa alimentação, períodos de repouso, distantes, sempre que possível, do perigo imediato; instrução constante, preparação minuciosa e mútua compreensão.

Do que ficou dito deduz-se a necessidade de se contar com Unidades instruídas e organizadas, sómente com a finalidade específica de formar poderosas e eficazes patrulhas de combate.

Sómente desta maneira poder-se-á atender cuidadosamente à sua preparação e exigir-lhes o maior esforço e os mais brilhantes resultados. Os demais tipos de patrulhas (de reconhecimento, de observação, de segurança), bem como as pequenas patrulhas eventuais para missões mais limitadas e de menor raio de ação, poderão ser tiradas das Unidades normais.

Poder-se-ia organizar, a título de experiência, uma companhia de patrulheiros divisionária (ou regimental), composta de uma patru-

lha de P.C. (de comando) e quatro patrulhas, com o mesmo pessoal e armamento indicado para as que já propusemos. A citada Unidade deveria ter, para o seu uso, viaturas apropriadas para se deslocar por terrenos variáveis (viaturas, lagarta, jeeps), seja para o transporte de pessoal e de material, especialmente para grandes distâncias e quando fôr possível empregar os referidos veículos na fase de aproximação para o objetivo (sempre que o modelado do

terreno permitir a cobertura), seja para utilizá-los em circunstâncias especiais, como meios de combate.

Não julgamos necessário examinar, agora, a organização detalhada da Companhia a que me refiri. Este estudo deverá ser feito por quem seja capaz de apreciar o problema dentro do quadro geral da nossa preparação militar e de harmonizar a organização com as necessidades e com as compreensíveis restrições que nos forem impostas.





A Seleção dos Combatentes

Cap. Dr. NELSON NOGUEIRA, do Corpo de Saúde do Exército

Um dos problemas que mais sobrevêm nas Classes Armadas é o da seleção dos combatentes para os diferentes escalões hierárquicos.

Além do exame médico clínico, os candidatos às Classes Armadas são submetidos a testes visando à avaliação das aptidões mentais. Reconheceu-se o valor e o acerto de colocar-se o indivíduo na função que mais lhe quadre, segundo o temperamento e as suas inclinações.

Uma escola italiana de Medicina, tendo à frente Pende, Viola, Barbara, procurou investigar certas relações que existem entre o aspecto do corpo dos indivíduos e as suas atitudes mentais. Embora essas relações não tenham rigor matemático, permitem-nos, contudo, classificar indivíduos para funções que lhes sejam mais adequadas, conforme o seu temperamento e caráter. Assim, ao indivíduo baixo e gordo compete determinada função; ao baixo e musculosos, outra; ao alto e magro, uma; ao baixo e magro, outra, e assim sucessivamente.

Shopenhauer, o filósofo do pessimismo, já entrevira, esse fato, afirmando que era absurdo deixar-se um indivíduo com físico atlético e com pendores para os exercícios físicos entregues exclusivamente a trabalhos intelectuais numa escrivaninha, diuturnamente, em desacordo com o seu temperamento.

No Exército, em cada arma e em cada serviço, há funções consentâneas para todos os indivíduos. Em cada Unidade e Subunidades também.

Para a Arma de Cavalaria, antes da era dos motorizados e dos blindados, eram escolhidos os tipos longilíneos, isto é, indivíduos magros e esguios, cujas características mentais são velocidade e rapidez de pensamento, portanto, próprias para uma arma que se serve do reconhecimento e exploração na guerra.

Hoje, com a motorização e a blindagem, deverão ser escolhidos determinados tipos de homens para estas especialidades. Assim, nos blindados, devem predominar os tipos chamados brevilíneos-altos ou baixos, porém volumosos e musculosos, porque nestes indivíduos, predomina, geralmente, grande força muscular e boa resistência à fadiga muscular — condições indispensáveis àquela especialidade.

Em todas as Armas e Serviços, há funções apropriadas para todos os tipos humanos. Resta-nos apenas classificá-los nelas.

Num Batalhão de Engenharia, por exemplo, na Companhia de Equipagem, devem predominar os tipos baixos e musculosos ou altos e musculosos, isto porque a referida Companhia executa trabalhos em que a força física desempenha papel predominante.

Na especialidade das transmissões, devem ser escolhidos os tipos magros e altos, magros e baixos ou indivíduos gordos pouco dinâmicos, isto porque exigem aquelas funções atenção, concentração intelectual e auto-domínio - qualidades mais encontradas nos referidos tipos.

A Artilharia de Costa deve utilizar os baixos e altos musculosos, pois lida com canhões pesados, ao passo que nos G.A.Cav.-75, de-

vem predominar os esguios, porém, musculosos.

Na Infantaria devem predominar os gordos musculosos, quer altos ou baixos, pois na Infantaria, a fadiga muscular sobressai e aqueles tipos têm mais resistência à referida fadiga.

Pelo exposto, verifica-se que há certa relação entre o aspecto físico do indivíduo e as suas características mentais. Essa relação foi aproveitada para uma tentativa de classificação dos indivíduos nas funções condizentes com o seu aspecto físico, temperamento e caráter.

Ultimamente, tem-se dado muita importância à classificação do pessoal, criando-se cursos com esse fito, visando a melhor adaptação dos militares e melhor produtividade.

Na seleção mental, têm-se usado testes com intuito de revelar aptidões e conhecimentos gerais. Estes testes visam, geralmente, a pesquisar boas condições de compreensão, inteligência necessária para assegurar a aprendizagem e os hábitos militares, saúde mental e moral, a fim de acatar sem esforço os deveres militares.

Não é preciso encarecer o valor destes testes mentais que, quando bem aplicados, permitem a maioria das vezes, prever a tendência vocacional do indivíduo.

Certa vez, durante uma encorpação, em São Paulo, perguntei a um grupo de candidatos porque desejavam servir o Exército. A resposta não se fez esperar: — "Porque desejamos guiar "jeeps" pela cidade". É evidente que não tinham vocação alguma para o serviço militar. Os testes mentais têm em vista sanar esta lacuna.

O mesmo problema aparece quando, na incorporação, perguntamos a profissão civil dos convocados. A maioria deles afirmam ser mecânicos, para poderem, com isto, lidar com as viaturas e, ultimamente, tirarem a carteira de motorista e serem motoristas na vida civil.

Os testes mentais, no sentido de surpreender a vocação, são indis-

pensáveis num Exército Moderno. Permitem também surpreender variedades de inteligência abstrata, mecânica, afetiva, etc.

Recentemente, um alemão, Simeoneit, criou testes para a escolha da capacidade para a chefia e liderança. Estes testes consistiam na aplicação de choques faradícos no paciente e, depois, na averiguação da persistência de sua capacidade para dirigir, comandar e dar ordens.

Neste rápido bosquejo, chamamos a atenção para a primordial importância que se reveste a seleção dos combatentes — pedra angular da formação de um Exército de elite — sustentáculo da nacionalidade.

Três graduações são necessárias para se atingir a esse objetivo:

a) exame médico do candidato, com intuito de insular deficiências físicas e fisiológicas;

b) classificação biotipológica do pessoal com o objetivo de colocá-lo nas funções mais adequadas;

c) exame das funções mentais pelos testes e o estudo do comportamento, a fim de retificar alguns senões da classificação biotipológica.

É de suma conveniência que essas graduações fossem executadas antes da incorporação ou, quando muito, nos quinze primeiros dias do chamado período de adaptação.

Tinham a vantagem de fornecer aos Comandos pessoal já ajustado para as funções. Facilitariam aos Comandantes, de modo notável, o exercício do Comando, por reduzirem a um mínimo o número dos inadaptáveis e os inúmeros problemas atinentes a esses.

É auspicioso dizer que a atual direção de Saúde está estudando, com profundezas, este problema e espera resolvê-lo breve, embora lutando tenazmente com falta de pessoal médico.

O Serviço de Saúde desenvolver-se-la não só no sentido de manter os efetivos — sua função primordial — mas também no sentido de colocar nas Forças Armadas pessoal entrosado perfeitamente nas suas múltiplas funções.



REFLEXÕES SÔBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DO OFICIAL ⁽¹⁾

INFLUENCIAS DAS E.A.O. E E.E.M. E AINDA DO INTERÉSSE INDIVIDUAL

Major GERARDO L. AMARAL

Quando, há cerca de cinco anos, redigimos nossas primeiras REFLEXÕES SÔBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DO OFICIAL, assumimos, para conosco mesmos, o compromisso de completá-las tão cedo houvessemos passado pelas E.A.O. e E.E.M. É chegado o momento de fazê-lo.

* * *

Ao fim de quase um lustro de observação e de perquirição, chegamos a conclusões um tanto melancólicas, quanto à influências de nossas Escolas Militares Superiores na formação cultural do oficial. Fortalecida ficou, porém, nossa convicção de que o papel da Escola Militar é básico, como pensa-

mos haver provado no artigo anterior e que o interesse individual é que é, de fato, o fator preponderante. Na Escola Militar, o jovem futuro oficial deve ser iniciado nos caminhos que conduzem ao que chamamos de *cultura militar*, conjunto formado pelas subdivisões *cultura geral* e *cultura profissional*.

No relativamente longo estágio que vai da saída da E.M. até a entrada na E.A.O., o oficial tem a melhor oportunidade para se orientar culturalmente. É durante essa fase trabalhosa, — a fisicamente mais trabalhosa de nossa vida profissional, — que devemos buscar, com decisão, os caminhos culturais de nossa preferência. Repetimos aqui que "bem sabemos quantos e quais os fatôres adversos à boa

(1) O artigo anterior, sob o mesmo título, foi publicado à pág. 486, dos ns. 3 e 4, da Revista Militar Brasileira, correspondentes a Jul-Dez de 1948.

formação cultural dos oficiais. Ao fim de uma árdua jornada de trabalhos, igual à anterior e que será repetida cada dia, o corpo lasso e o espírito esgotado exigem o descanso reparador das energias consumidas. Porém o estudo, bem orientado, será um bálsamo suavizante para o cérebro e o cérebro deve comandar o corpo."

* *

À E.A.O. e à E.E.M. são, atualmente, beneficiárias do estado cultural atingido pelo oficial e não formadoras de sua cultura. A afirmação pode, assim, ex-abrupto, causar estranheza mas, meditada, provará a nossa razão.

A primeira das Escolas citadas, por seu objetivo estritamente profissional, de aperfeiçoamento, ou melhor, de atualização de conhecimentos técnicos e táticos, cinge-se a esse objetivo, bem definido em sua própria denominação. Oferece, contudo, aos seus alunos chamados ao Rio, a oportunidade de um contato proveitoso com a E.E.M. E, aquêles que acalentarem o desejo de prosseguir o currículo profissional muito terão a lucrar com algumas visitas à Praia Vermelha.

A E.E.M., pela intensidade de seu programa, como adiante veremos, continua sendo uma beneficiária do estado cultural atingido pelo próprio oficial-aluno.

Fica, assim, o oficial entregue a si próprio, ao seu auto-didatismo, naquela encruzilhada do saber que, como todas encruzilhadas, geralmente insinua o caminho errado.

* *

Não tenhamos dúvida, porém, em afirmar que os estudos destinados ao concurso de admissão à E.E.M. são um excelente trabalho cultural pois, a par da recordação de disciplinas que foram objeto do curso secundário, e por isso mesmo básicas, há a necessidade de desenvolvê-las de acordo com o grau de cultura que deve ser demonstrado pelo oficial. É evidente que um

tema como "A Guerra entre a Tríplice Aliança e o Governo de López" tem elementos fundamentais que devem ser do conhecimento tanto do ginásiano como do oficial candidato à E.E.M.; mas, é evidente, também, que esse último terá que desenvolver o tema sob múltiplos aspectos e estar em condições não de apenas abordá-lo, mas de se aprofundar nêle e dêle tirar as conclusões de ordem militar, econômica, política e social que oferece em sua profundidade. Convém não esquecer que "A História é a mestra que balanceia e fixa os tumultos, apurando as verdades e eficazes contribuições, que as sucessivas gerações deixam, após si, para o progresso moral e material dos seus pôsteros", como ensina Afonso Arinos de Melo Franco.

Assim, enquanto o ginásiano vendo passar de ano, ainda hoje se limita a decorar, a papagaiar datas, nomes e fatos, sem se acordar de que eles representam como lição, — o homem de responsabilidade que busca a cultura, — deve ir à exegese, à interpretação e, finalmente, às conclusões que o norteão segundo suas inclinações e necessidades profissionais.

O estudo da Geografia parecemos, assim, também complexo. Essa disciplina alargou tanto o seu campo que bem difícil empreitada será delimitá-lo. Ela entrelaçou de tal forma os seus laços com a política, a economia, a sociologia e a estatística, que o estudo de uma scarreta, força o estudo de outra, ou outras, no mínimo, nas regiões de fricção.

O conhecimento do inglês, espanhol e francês, ainda que elementar, é tão sabidamente indispensável que deixamos de insistir nêle. As demais matérias que são objeto do concurso de admissão à E.E.M. dizem respeito à parte da cultura profissional, que foge ao nosso estudo.

Insistimos em que estamos encarando o problema tendo em vista o oficial candidato à E.E.M. na vigência do seu atual regulamento,

o de 1942, sábiamente em vias de substituição.

O futuro Regulamento, do qual se apontam alguns dispositivos esparsos, ao que parece, deixa ao oficial todo o encargo de adquirir os conhecimentos correspondentes ao atual Curso de Cultura Geral, de que adiante trataremos, e que será extinto. As dificuldades do concurso de admissão ficarão muito agravadas, mas seu resultado poderá atingir um ótimo nível se houver a preocupação indispensável, porque humana, de fixar claramente os pontos que serão objeto de exame e fornecer informações bibliográficas precisas.

* * *

o de 1942, sábiamente em vias de substituição.

O futuro Regulamento, do qual se apontam alguns dispositivos esparsos, ao que parece, deixa ao oficial todo o encargo de adquirir os conhecimentos correspondentes ao atual Curso de Cultura Geral, de que adiante trataremos, e que será extinto. As dificuldades do concurso de admissão ficarão muito agravadas, mas seu resultado poderá atingir um ótimo nível se houver a preocupação indispensável, porque humana, de fixar claramente os pontos que serão objeto de exame e fornecer informações bibliográficas precisas.

* * *

Retornemos ao estudo do papel da E.E.M., sob a égide do atual Regulamento, na formação cultural do oficial.

Durante o curso, o oficial-aluno recebe lições de Direito Constitucional e Direito Internacional, Sociologia e Economia Política, Geografia e História Geral, e História Militar, no que se chama o Curso de Cultura Geral, já citado. Salvante o Curso de História Militar, que prossegue durante os três anos de vida escolar, os demais limitam-se ao 1º ano, com lições a bem dizer escassas em número, consideradas a vastidão e importância dos assuntos.

Fora daí há o curso dito de extensão universitária, em boa hora criado, e que consta de uma dezena de conferências, ou pouco mais, a cargo de individualidades nacionais e estrangeiras de marcante saber que, versando assuntos de magna atualidade, engrandecem a tribuna e o auditório daquela Escola.

Bem parcos são, a nosso ver, os subsídios que se oferecem nesses três anos tão longos e afanosos, para a cultura geral do oficial que se encaminha para os altos postos e as altas responsabilidades do trato com os problemas vitais para

a Nação. Aqui, o porque da nossa melancólica afirmação liminar — é que a E.E.M. não cumpre, porque não pode, a sua própria finalidade de

* * *

— rever e ampliar os conhecimentos relativos à cultura geral indispensáveis..., à assimilação da instrução profissional superior;

* * *

— informá-los sobre a evolução e as principais questões relativas às ciências política, econômica, social, histórica e geográfica, indispensáveis à formação dos oficiais de estado maior;

— ministrá-lhes os conhecimentos essenciais referentes à preparação e à direção da guerra, incluídos os que pertencem ao campo da psicologia e da psicotécnica.” (2)

Ora, se a E.A.O. pode ser apenas beneficiária da cultura geral do oficial-aluno, a E.E.M. não o pode sem grave desrespeito ao seu próprio Regulamento que é sábio nas disposições acima transcritas. Todos aqueles que já passaram pela Escola da Praia Vermelha sabem o que é a luta que ali se trava contra o fator tempo. Alguma cousa há que ser feita para que a Escola possa, melhor do que faz hoje, cooperar na cultura geral dos futuros chefes do Exército, aos quais não podem faltar os conhecimentos que ela se propõe a rever, ampliar, informar e ministrar.

A E.E.M. é tiranicamente absorvente. Alguém, com as credenciais de sua longa experiência profissional e dos altos cargos ali exercidos disse-nos, certa vez, que “o oficial-aluno tem que se limitar à leitura das bananas.” (3) De um outro camarada, bem mais jovem, mas com grandes responsabilidades na Escola, ouvimos que “esses três anos de passagem pela E.E.M. correspondem a uma verdadeira parada cultural.” As observações,

(2) Art. 2º do Reg. da E.E.M., Dec. 10.790, 9-XI-542. B.E. n. 47-942.
 (3) Banana — Notas de aulas coligidas pelos alunos e entre elas distribuídas.

pela sua justeza, dispensam comentários.

A compensação é que a cultura profissional, bem restrita à expressão, alcança na E.E.M. o seu apogeu. E há, ainda, por que negar? a grande soma de benefícios que a escola nos oferece: — o raciocínio pronto e seguro porque continuamente exercitado e o hábito de método de trabalho e da meditação objetiva, que proporcionam valioso flexionamento intelectual. Mas, convenhamos, isto só não basta para o que temos e devemos ter em vista.

Quando, então, o oficial que se destina ao estado-maior vai dedicar-se à parte da cultura geral que deve casar-se à sua cultura profissional superior? A resposta só pode ser: — depois de diplomado. Poderá alguém pensar, ou mesmo dizer, que na Escola Superior de Guerra. Diremos, e pensamos que com a razão, que essa nova escola é o coroamento de uma vida, é o ambiente de aplicação de valores já formados, e não formador déles.

* * *

Não poderíamos deixar de nos deter na influência do caráter na formação cultural do oficial. Acreditamos que no artigo anterior demos-lhe o justo relévo e, a essa altura, já não nos preocupa mais a formação da personalidade do oficial, que já deve ter atingido a sua maturidade. As Escolas Superiores devem não mais formar a que já se supõe formado, mas resguardar e aperfeiçoar a personalidade do oficial-aluno pois, as qualidades de caráter chegam a ser preponderantes num chefe de alto escalão e nos oficiais de Estado-Maior. Desses, CLAUSEWITZ dizia que deviam ser feitos de "paixões energicas, profundas e invisíveis; de gestos sóbrios; de emoções intensas, mais semelhantes a brasas incandescentes que as chamas, os mais aptos para pôrem em movimento, com sua potência de Titãs, as massas imensas que representam as dificuldades de ação guerreira," conforme uma citação do Cel. J.B. MAGALHÃES.

Do Gen. KLESS von KRESENSTEIN, em notável conferência pronunciada na Argentina, recolhemos os seguintes trechos: "A guerra confirmou plenamente a razão da exigência de que o oficial de E.M. deve, antes de tudo, possuir um caráter firme e reto, ser uma pessoa absolutamente distinta e um cavalheiro na mais rígida acepção da palavra. Repetidamente foi evidenciado que não só nos oficiais de E.M. como também nos comandantes das grandes unidades, as condições de caráter são de um valor consideravelmente superior a todos os conhecimentos e capacidades, a todo saber, mesmo ao talento ou ao gênio." E, mais adiante, "na escolha dos candidatos para o serviço de E.M., o que deve decidir são as qualidades de caráter". E, ainda, aconselha, "alijai sem contemplação todo aquél que tenha tido a infelicidade de ver diminuída essa capacidade ou a energia intelectual, seja qual for a causa."

O já citado mestre, Cel. J.B. MAGALHÃES, afirma que... "os grandes chefes não eram apenas técnicos da guerra; eram, além disso, homens possuidores da mais alta cultura de seu tempo..." e, mais adiante, diz: "Por certo, a ação na guerra, sendo a única coisa que tem valor, o caráter é condição essencial, mesmo principal, mas quase no mesmo nível tem que ser considerado o saber. Um bruto não comanda. Não comanda também um sábio hesitante ou timido: "les tâtonnements et les MEZZO TERMINE, perdent tout à la guerre", dizia Napoleão, para quem "também" um homem de guerra deveria ter tanto caráter quanto espírito."

Muito de propósito, preferimos a honesta citação de tantos trechos a uma argumentação nossa baseada nêles mesmos. Ai estão as palavras dos mestres a realçar o valor do caráter e do saber nos chefes e nos oficiais de Estado-Maior que se tornarão chefes. Tudo que ficou dito refere-se a época mais distantes, inclusive à já tão longínqua 1^a Grande Guerra. A história da 2^a está sendo feita; livros e revis-

tas estão ao alcance de qualquer um, para confirmar as opiniões acima citadas. Eis porque nos batemos pelo resguardo e aperfeiçoamento da personalidade do oficial-aluno em nossas escolas superiores.

Na E.E.M., muito mais que na E.A.O., e nos dispensamos de explicar o que é evidente, o oficial-aluno deve encontrar um ambiente propício à livre manifestação de sua personalidade. Não se pode negar que tal acontece de alguns anos para cá, e essa vitória, que não é de ninguém, mas uma consequência da própria evolução humana, tornou-se um patrimônio que pode ser malbaratado. A livre intervenção do oficial-aluno nos trabalhos, em sala e no campo e a discussão elevada com o oficial-instrutor, são uma conquista importantsíssima das novas gerações a que não faltam a aceitação imediata e o patrocínio inteligente da direção da Escola. Ai estão ainda os que fizeram o curso naquele tempo, não muito distante, em que o aluno era apenas o ouvinte contemplativo do *magister dixit*. Era assim o regime escolar. Hoje, não. Graças a Deus!

Não se pode esperar a perfeição no que quer que seja humano. Há, ainda, uns poucos instrutores e alunos que não aceitam a necessidade da existência desse salutar ambiente de relações entre uns e outros. Os primeiros, aparentemente, pelo menos, procuram adaptar-se à nova orientação, enquanto os segundos se encolhem cautelosos, preferindo não ter, ou não manifestar as suas dúvidas. Eles são em minoria e o fato é que na E.E.M. há clima para o resguardo e aperfeiçoamento da personalidade do oficial-aluno, cabendo a esse, principalmente pela serena energia de suas atitudes claras e bem definidas, não ceder terreno.

* *

Mais uma repetição do que dissemos no artigo anterior: "não resta dúvida, porém, que ao oficial, principalmente (porque não dizer agora exclusivamente?) é que cabe cuidar de sua cultura. E se lhe derem uma boa base de partida —

a sua formação na Escola Militar — não lhe será difícil progredir para os objetivos que ele próprio escolher decorrentes de seu anelo de aperfeiçoamento e senso de suas responsabilidades de condutor de homens."

Se balancearmos o que foi dito até aqui, chegaremos às seguintes conclusões: 1º) — o oficial, na fase fisicamente mais trabalhosa de sua vida profissional, mas que é aquela que ele atravessa no verão dos anos, e que medeia entre a sua saída da E.M. e entrada na E.A.O., deve escolher o caminho de sua inclinação cultural, nunca se esquecendo de que a sua *cultura geral* deve casar-se à *profissional*, para formarem ambas uma boa *cultura militar*; 2º) — enquanto cursa a E.A.O., tem oportunidade de ligar-se intimamente com a E.E.M. e, nesse ano de permanência no Rio, e nos seguintes até à nova fase, poderá aprimorar conhecimentos gerais, com o objetivo de preparar-se para o concurso de admissão à E.E.M., ou apenas para sua satisfação pessoal, caso não deseje prosseguir no currículo escolar, ao qual se têm escusado muitos oficiais reconhecidamente capazes; 3º) — como aluno da E.E.M. deverá, explorando a sua capacidade física e intelectual, manter-se a par dos progressos das ciências e das artes e da evolução dos acontecimentos político-sociais e, em particular, dos assuntos econômicos ou, pelo menos, acompanhá-los tanto quanto possível, reservando-se para néries se aprofundar, mais tarde, quando desobrigado das tarefas escolares.

* *

Os caminhos trilhados pelos que buscam atingir um certo estágio de cultura são os mais diversos e polimorfos. Uns conduzem à técnica especializada; outros aos vastos domínios do encyclopedismo indomável; outros, os melhores, ao ecletismo accessível ao esforço, à tenacidade e à inteligência.

A nosso ver o oficial deve tender para o ecletismo no que diz res-

pito à cultura geral, e ao enciclopedismo, por força de expressão, no que diz respeito à cultura profissional, para finalmente possuir uma boa cultura militar. Há que considerar, de parte, os técnicos, os altamente especializados, esses com problemas culturais próprios que fogem à nossa preocupação.

* * *

Quando andamos em busca de um roteiro, não podemos fugir à tentação de indicar um aos outros...

EDUARDO FRIEIRO, consagrado homem de letras, em sua notável obra OS LIVROS NOSSOS AMIGOS (4) estuda, no cap. VII, o Plano dumá Biblioteca Mínima (para um leitor brasileiro). A esse endereço enviamos o leitor generoso e curioso. Ali encontrará não uma lista que o satisfaça, mas o como organizar uma que atenda ao gosto de cada um. Reputamos extremamente difícil a organização de uma lista nessas condições, mas, a nosso ver, é ela uma necessidade, como um programa mínimo, básico, para a nossa formação cultural.

Devemos ao cavalherismo do ilustre Adido Militar francês, o Sr. Cel. A. BUCHALET, a lista que forma o anexo ao presente trabalho. Em carta com que nos dis-

tinguiu, assim se expressa esse grande amigo de nosso Exército:

"L'Ecole Supérieure de Guerre française a fait établir une bibliographie des principaux ouvrages qu'un "honnête homme" ne peut ignorer. Je me permets de vous l'adresser ci-jointe. Je crois qu'il pourra, en partie, répondre à vos préoccupation — encore qu'à mon avis elle soit un peu ambitieuse... (5) Elle a déjà l'avantage d'éviter "la dispersion de l'effort intellectuel", si préjudiciable à la formation d'une solide culture générale, mais malheureusement si fréquente."

Um exame, mesmo superficial, dessa lista, nos dará a convicção de que ela é realmente bastante ambiciosa e não apenas "un peu".

* * *

Não tivemos nunca a pretensão de doutrinar, nem mesmo de orientar a quem quer que seja. Nosso interesse por esse problema é quase egoísta: — desejamos que ele seja equacionado para o benefício de todos, como nós, que vivemos em busca de roteiro seguro.

Só uma convicção temos nós: — é a de que, em matéria de estudo, é sempre tempo de começar. Ao pessimismo doentio do nunca mais, preferimos o otimismo sadio do nunca é tarde.

(4) Ed. Livraria Independência S.A., Belo Horizonte.

(5) O grifo é nosso.

N.R. — Iniciaremos, no próximo número, a publicação da lista de livros anexa ao presente artigo.

**PARA OS SEUS EQUINOS
RAÇÕES PRENSADAS**

equinovita

"MOINHO FLUMINENSE S/A — TEL. 23-1820
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 463-A

A GUERRA E A PROPAGANDA

Pelo Major PASCUAL VENTURINI AUTIERI

Trad. da "Revista Militare" (Itália) pelo
1º Ten. D. JORGE AUGUSTO DE LA RUA
para a "Revista Militar" (Argentina) e desta
Pela Redação

GENERALIDADES

O fenômeno bélico, longe de limitar-se ao encontro de duas massas armadas, interessa à complexa integridade dos povos contendores, seja porque a origem do conflito reside em diferenças ideológicas, seja porque o choque tenha sido determinado por rivalidades de caráter econômico.

O Exército — a mais genuína representação dos países em luta, é, por isso mesmo, o reflexo mais exato e verdadeiro dos povos em luta, ressentindo-se estes ante cada variação de seu potencial, como também ante cada depressão ou elevação de seu moral.

Um meio eficaz de luta é, então, aquél que procura minar o moral do país adversário e elevar o seu próprio, recorrendo aos meios que melhor se adaptam às características psicológicas de cada um e atuando tanto na frente interna como sobre os próprios exércitos. Nestes, tem valor proeminente o elemento humano que, além de ser sensível a todas as influências que lhe chegam da retaguarda ou da zona do interior (a que está ligado por numerosos vínculos de variada natureza), encontra em sua própria sensibilidade os meios que atuam sobre o seu espírito combativo. Daí surgem os objetivos para os quais se dirige a propaganda:

- a frente interna;
- a população civil adversária;
- o seu próprio exército;
- o exército adversário.

Tão antiga quanto a própria guerra, a propaganda adquiriu, em épocas muito recentes, as características de um complexo e verdadeiro elemento de luta. Isto foi favorecido pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos meios de difusão e pela evolução espiritual das comunidades modernas, para as quais a guerra já não é fruto de uma fatalidade a suportar cegamente, senão também uma contingência que encontra a sua razão de ser nas exigências da vida dos povos.

Ao mesmo tempo, o espírito combativo do soldado (fazendo-se abstração das qualidades inatas da raça e da educação militar recebida) sente-se alentado pela convicção da justiça da causa pela qual se combate, quanto mais o homem civilizado se afasta do ser primitivo, para quem a luta era, sobretudo, o produto do instinto.

Em Consequência durante a 2ª Grande Guerra, era lícito falar de uma verdadeira guerra de nervos, ou com maior exatidão, de guerra de angústia, tradução mais literal da "Angstkrieg" alemã, enquanto a propaganda foi considerada a arma à qual se confiava a missão de desmoronar as linhas de resistência espiritual e ocupar regiões hipotéticas em determinados países.

OS MEIOS

Os instrumentos de que se vale essencialmente a propaganda, são:

- a imprensa;
- as artes da cena (cinema, teatro);
- o rádio.

A palavra é o meio mais antigo e, em certo ponto, o de ação mais imediata, porquanto permite o desenvolvimento da propaganda no momento psicológicamente mais oportuno, confiando-a aos comandantes diretos das unidades elementares, em cujo âmbito se torna particularmente eficaz pelo calor humano que nela pode ser pôsto.

As veementes proclamações dos condutores de homens, desde os tempos remotos, constituem os exemplos mais clássicos da adoção deste meio que, na 1^a Grande Guerra, encontrou o mais amplo emprêgo, mediante a remessa, às primeiras linhas, de conferencistas mais ou menos ilustres, de forma periódica, ou excepcionalmente, ante a iminência de uma ação ofensiva.

Esta medida nem sempre teve completa eficácia, errando-se, às vezes, na escolha dos oradores (geralmente literatos ou periodistas de fama), os quais, em geral, encontravam dificuldades para estabelecer um meio termo entre a sua palavra — mais ou menos elevada — e a sensibilidade, por vezes elementar, do auditório à qual era dirigida. Isto sem levar em conta que a conferência era considerada como algo fastidioso, tanto pelas tropas que deviam assisti-la, como pelos chefes que a viam substituir outras instruções ou assuntos que, em dado momento, lhes pareciam primordiais. Assim é que o conferencista era, por vezes, recebido como um importuno que vinha fazer alarde de seus dotes oratórios, em ocasiões em que havia tarefas muito mais importantes para serem executadas.

O raio de ação da palavra é, de certo modo, limitado e, portanto, encontra eficácia sómente num ambiente restrito, onde outros meios não podem chegar ou não se apresentam na oportunidade desejada.

Sem pretender atribuir valores absolutos à proverbial figura do inglês médio, que cada manhã se apressa em ler o "Times" para formar uma opinião sobre os pro-

blemas do dia, é indiscutível a autoridade que a maior parte dos leitores atribue à palavra.

A liberdade de imprensa, variável segundo os regimens políticos dos países em causa, influí sobre a orientação a imprimir à propaganda, mas apenas no período preparatório da guerra quando esta se encontra ainda na fase diplomática. A menos que a contenda se desencadeie com as características de uma agressão imprevista, não faltarão, no período que precede o conflito, sinalis claramente prenunciadores que encontrem eco na imprensa nacional.

De qualquer modo, até o início das hostilidades, as diversas correntes de idéias se unificam em um todo no que se refere à propaganda a favor da própria guerra, facilitado ou encaminhado este trabalho de coordenação por meio de leis particulares de emergência e, em cada caso, pela censura, que contribue para corrigir eventuais desvios de conduta.

Isto tem grande significado no que se refere à imprensa diária ou periódica, que se dirige especialmente ao interior do país e pode alcançar a zona da retaguarda do T.O.

Mais à frente — junto às tropas combatentes e no âmbito destas, a propaganda escrita é assegurada por meio de publicações particulares, edições especiais, números únicos, folhetos, volantes, ou cartazes murais, cujas características devem consistir essencialmente em uma compilação imediata e simples, conduzida de forma a influir de maneira segura sobre esse leitor singular que é o soldado, o qual é alheio a toda forma de retórica e guia seus julgamentos e suas convicções por uma lógica elementar que não requer grandes raciocínios, nem cuidadosas demonstrações; e sim claras evidências, condensadas em poucas imagens e algumas frases felizes. Aparece já, neste campo, "slogan" que a seguir veremos predominar na propaganda radiônica.

Também os impressos tem o seu raio de ação limitado às próprias tropas e ao próprio país, se bem que possam ser levados, muitas vezes, além das linhas, sob a forma de valores lançados entre as tropas adversárias ou, entre uma ou outra bomba, sobre cidades inimigas, para incitar os soldados a abandonarem a luta ou para deprimir a moral dos habitantes. Tipicos são, a este respeito, os cartões que os alemães difundiram durante a 1^a Grande Guerra (e também na 2^a) nas trincheiras francesas, os quais, representando, à primeira vista, uma imagem inocua qualquer, deixavam descobrir sucessivamente, através de um engenhoso jogo de linhas e cores, jovens franceses em íntimas tertúlias com os "tommies".

Era natural que um país como os EE.UU., em que a cinematografia nos primórdios da última guerra, atingiu uma perfeita e vasta organização industrial, a fizesse cooperar na propaganda. Simultaneamente com os filmes de projeção normal, destinados à metrópole, cópias de volume reduzido eram preparadas pelos produtores e transportadas pelos meios mais velozes, chegavam, por intermédio do Serviço Especial, até as unidades mais avançadas, onde fosse possível estender uma tela de projeção e instalar o projetor.

No que se refere à natureza das projeções, é de se fazer notar que uma película que revele, de forma evidente, o seu fim propagandístico, está destinada a despertar escasso interesse. Entretanto, terá maior eficácia se a propaganda surgir inadvertidamente da trama de um "film" de projeção comum. E, quando haja necessidade de insistir sobre um determinado argumento, é conveniente a técnica dos desenhos animados, confiando ao Camundongo "Mickey" e a seus originais amigos, a tarefa de provocar uma gargalhada e com ela a persuasão.

Nesta última guerra, o teatro que começará a aparecer na precedente, também foi levado à frente, tanto quanto possível, mes-

mo às primeiras linhas, confiando-se a propaganda aos atores mais populares e a repertórios oportunos.

É evidente a importância que estas duas formas de arte podem proporcionar aos fins da propaganda no interior do país, se se pensa na popularidade alcançada especialmente pelo cinema.

Para os espetáculos destinados às salas cinematográficas comuns, continua de pé tudo o que foi dito precedentemente acerca da necessidade de se evitar que se ponha em evidência uma intenção propagandística demasiado clara.

Uma forma característica de pseudo-teatro, aproveitada na última guerra pela propaganda japonesa, é o "cami-sciba".

Trata-se de uma espécie de subproduto do nosso teatro de mарионетas e consiste de uma série de cartões coloridos que uma pessoa vai tirando de uma caixa e alinhando em continuação um ao outro, sobre o "guidon" da bicicleta (usada para deslocar-se de um lugar para outro), ilustrando determinada história, tal como os capítulos de um conto em quadrinhos.

O "cami-sciba", outrora destinado às crianças e que tinha por campo de ação as colônias de férias ou os parques, transportou-se aos quartéis, escolas e fábricas, substituindo os cartões das velhas histórias por outras de maior atuação.

Um meio desconhecido durante os conflitos passados — o rádio — criou, no início mesmo da última guerra, uma quarta frente, fazendo-se assistir pela primeira vez na história a um colóquio entre os dois contendores e criando o que foi definido como o campo de batalha das idéias.

Com efeito, só depois da 1^a Grande Guerra, recém-saído de sua fase experimental, o rádio deixou de ser um meio reservado exclusivamente para as comunicações entre o comando e a tropa, para converter-se, graças à rádiodifusão, em poderosíssimo meio de propaganda.

A propaganda radiofônica, no período transcorrido entre as duas guerras, foi iniciada em Moscou, no ano de 1926, com características revolucionárias e difundida na forma de noticioso transmitido em todos os idiomas, concluia com a exortação ritual: "Proletários de todo o mundo, uni-vos..."

Foi em 1936 que a propaganda rádio passou para o Ocidente, quando os franceses se dirigiram aos alemães em sua própria língua. Estes, por sua vez, durante o plebiscito do Sarre, incitavam os cidadãos da zona francesa com toda classe de programas publicitários.

Mas, a primeira contenda na qual o rádio teria funções de verdadeira arma de luta foi na guerra civil da Espanha, durante a qual, tanto do interior, como do exterior, ambos os adversários foram objeto de persuasões contínuas e cheias de empenho, adquirindo particular importância, naquele conflito, pelo valor preponderante dos fatores ideológicos e psicológicos postos em jogo.

Durante essa guerra, foi característico o êxito alcançado pelo General Queipo de Llano, que, ocupada a transmissora de Sevilha, com suas alocuções quotidianas, exerceu grande influência sobre o desenvolvimento das operações.

Em setembro de 1939, ao lado do armamento de todas as guerras e das armas que se encontravam prontas para fazer a sua primeira aparição nos campos de batalha, o rádio ocupou o seu posto de combate e se manteve em constante progresso até a terminação da campanha, acentuando-se especialmente com a ocupação dos primeiros territórios por parte dos alemães, que impuseram os governos "Quislings" e mantiveram viva conduta de uma guerra de nervos toda peculiar.

Menção especial merecem as estações "fantasmas", da luta partidária clandestina que, nos diferentes países ocupados, uniam os encargos da propaganda com a

transmissão de diretivas e informações.

As transmissões com fins de propaganda tinham uma eficácia particular, devido à forma com que eram efetuadas. Em geral, eram precedidas de um canto revolucionário e anunciadas com uma alocução sempre igual que, juntamente com frases originais do locutor e o caráter misterioso das mesmas transmissões, davam a estas uma certa força sugestiva, que se tornava, às vezes, mais viva, pelo fato de trabalharem nos mesmos comprimentos de onda que as estações autorizadas, com as quais entravam em polémica vivaz ou com elas interferiam para abaixar a sua irradiação.

As possibilidades do rádio são evidentes, como evidente é a superioridade deste meio sobre os demais, em alcançar as consciências individuais, sobre as quais pode atuar como nenhum.

Nos tópicos a seguir nos referiremos exclusivamente à propaganda radiofônica, considerando concomitantemente os demais meios tratados precedentemente.

A TÉCNICA

Resumindo tudo quanto temos dito até agora, podemos aventurar uma definição do que é propaganda, a qual, aplicada como atividade bélica "é o conjunto de processos empregados para sustentar o moral do seu exército e do seu próprio povo e deprimir os exército e povo dos adversários, procurando, no primeiro, um debilitamento do seu valor combativo e, no segundo, uma diminuição da resistência interna, provocando desconfiança nos seus chefes e no êxito da luta".

A propaganda tem uma forma ofensiva e outra defensiva, mas ambas, longe de serem claramente distintas, se sobrepõem e, a meúdo, se confundem, ficando cada uma delas sujeita a diversas modalidades, segundo a diversidade de idiomas, da situação interna e da psicologia coletiva.

É óbvio que essas modalidades variam conforme tenha a propaganda por origem ou objetivos — países regidos por governos totalitários ou de qualquer modo autoritários ou governados por regimes democráticos.

A forma ofensiva da propaganda está bem esclarecida pelas palavras que foram ditas por Hitler, já em 1933, no transcurso de uma conversação em que este definia a técnica da ofensiva psicológica: "Nossa estratégia prevê sobretudo a destruição e a conquista do inimigo pelas vias internas. Confusão mental, desenvolvimento contraditório dos sentimentos, indecisão, pânico, tais serão nossos instrumentos". Este programa, com efeito, prescindindo das características da mentalidade germânica, foi adotado na última guerra por todas as propagandas rádio. É uma técnica que atua por fases sucessivas, para alcançar o objetivo final, que é o de anular, nos ouvintes, toda confiança na luta que seu país sustenta, superando habilmente os impedimentos que poderiam ser apresentados por uma reação psicológica dos mesmos ouvintes, produzida por um aumento de sua resistência moral, ao enternecer-se seu espírito patriótico.

As fases que se distinguem, em cada campanha de propaganda, podem, a "grosso modo", considerar-se:

a) Uma fase de preparação, na qual o locutor dissimuladamente se aproxima do ouvinte. É uma fase aparentemente inofensiva, em que as coisas ditas são, de todo, inocentes, pouco afastadas de tudo quanto o ouvinte toma conhecimento pelas fontes oficiais de seu país. Mas, aqui e acolá, ocultam-se temas que serão habilmente explorados posteriormente, quando a transmissora alienígena haja conquistado uma boa dose de confiança, derivada a maioria das vezes, de uma notícia verídica dada com certa antecipação ou de uma previsão confirmada pelos acontecimentos.

b) Uma fase de ataque, na qual se semeia amplamente a dúvida, atacando, primeiro, de forma suave e, a seguir com toda a energia, os chefes, as instituições, a organização do país e as forças armadas; denunciando escândalos hipotéticos, difíceis de comprovar e pondo em guarda os ouvintes contra a propaganda de seu próprio país, que pretende impor-lhe uma visão deturpada dos acontecimentos. É este um procedimento que pode dar resultados tanto mais eficazes quanto mais veemente for, na natureza dos ouvintes, o sentido do individualismo, tão próprio dos povos latinos.

c) Uma fase final, em que se recolhem os frutos das fases anteriores. Coincide geralmente com acontecimentos bélicos favoráveis que, sem ser exagerados em seus objetivos possíveis (o que acarretaria efeito contrário), são exaltados em suas consequências futuras, fazendo entrever a inevitável derrocada final e incitando abertamente à rebelião, como única salvação de uma catástrofe certa e em procura de um porvir melhor e de acordos prudentes que permitam alcançar o perdão do presumido vencedor.

Em junho de 1940, nesta fase final, a voz de Paul Ferdinandet, levada dos palcos dos teatros de variedades parisienses à estação rádio controlada pelos alemães, assim exortava os franceses: "Cada hora de resistência inútil só fará aumentar vossos sofrimentos. Cesai o fogo! Deixai que os ingleses cuidem de seus próprios interesses!"

E, depois da derrocada da França, o conhecido Lord Haw-Haw exclamava: "Não se trata de um aliado perdido! É a Inglaterra quem se despedeça em nossas mãos! É a Inglaterra quem deverá sofrer, doravante, toda a fúria do ataque alemão! Ingleses, estais à bordo de uma nave que faz água!"

Esta técnica ofensiva (e em certo sentido também a defensiva) vale-se com particular sucesso do "slogan", isto é, de frases fáceis

de ouvir e de reter na memória que, repetidas até a obsessão, incidem eficazmente na mente do rádio-escuta, adquirindo, por isto, o valor de uma verdade simples e inegável, que se vê facilitada, no caso, pela atmosfera de um país em guerra, especialmente num período em que a sorte das armas é incerta ou decididamente favorável.

Assim, a propaganda alemã se orientava para o trabalhador inglês, acusando o seu governo de imperialista, aos comerciantes assegurando-lhes uma inflação segura e às donas de casa recordando-lhes a falta de alimentos e o aumento dos preços. Por sua vez, a BBC repetia ao povo alemão: "A América entrará na guerra. A Alemanha voltou a cometer o erro de 1916, esquecendo os Estados Unidos. Serão eles que dirão a última palavra!..."

O tom profético das afirmações é, em geral, o que mais impressiona o ouvinte de cultura mediana, criando, em seu ânimo, uma confusão de sentimentos que é o alvo visado pela propaganda.

A técnica defensiva devê tender especialmente para a neutralização dos efeitos da propaganda adversária. Mas, a defensiva pura, que consiste em impedir a sua chegada até ao ouvinte, além de ser praticamente irrealizável, tem o inconveniente de obter, na maioria das vezes, um efeito diametralmente oposto. A proibição de escutar as transmissões rádio inimigas nunca teve eficácia alguma, provocando, no ânimo do ouvinte, além da fascinação natural que exerce sobre os homens tudo o que lhes é proibido, — traz o convencimento de que a voz proibida é que está de posse da verdade que se quer esconder de qualquer modo.

Uma investigação realizada na Inglaterra, com esse propósito, revelou, com efeito, a altíssima percentagem de ouvintes de Lord Haw-Haw, cuja propaganda era seguida com atenção, convindo o público que, em suas palavras, havia muitas verdades.

A defensiva deve assumir o caráter de uma vigorosa contra-ofensiva, opondo argumentos e mais argumentos, demonstrando a falsidade de tudo quanto afirma o adversário, refutando as acusações e defendendo as suas instituições de tóda difamação.

A CONTEXTURA

O aspecto essencial da propaganda, comum a todos os países, é dado pela enunciação dos objetivos da guerra. Para que um povo aceite a trágica prova de uma contenda, é mister que esteja convencido dos motivos que a determinaram e que, em sua consciência, ela encontre uma justificativa. Mas, muitas vezes, por sua natureza de ordem mediata, os objetivos perseguidos não são facilmente perceptíveis à massa; por isso freqüentemente se faz necessário recorrer a interpretações que não respondem plenamente à realidade, mas que possam ser aceitáveis, como tal, pelo povo.

E aqui salta aos olhos a propaganda hábil e constante, desenvolvida pelo governo americano para levar os Estados Unidos gradualmente, da neutralidade absoluta à colaboração com os aliados, para, no final, chegar à mais completa intervenção na luta.

O perigo natural destas interpretações relacionadas com os objetivos da guerra é o constituído pela retórica, que no bom sentido popular impressiona mais do que se crê. Convém então que a enunciação dos objetivos visados seja simples, clara e sobretudo humana, de forma tal que interesse direta e imediatamente à vida total do país.

É necessário examinar, neste ponto, outro fator que pode dar à propaganda um valor positivo ou negativo; é o que faz interpretar a propaganda como uma deformação programada e sistemática da verdade.

Pode admitir-se que isto seja oportuno e às vezes necessário, mas a deformação não deve, nem remotamente, ser tal que mostre abertamente o artifício, sob pena

de a própria propaganda se tornar ineficaz e em benefício do adversário.

Os veteranos da nossa desafortunada campanha da África setentrional recordarão certamente, neste sentido, a profunda amargura experimentada ao escutarem (quando podíamos) os boletins do Comando Supremo naquele tristíssimo inverno de 1942-43.

Nossas divisões, dizimadas pelas perdas, retraindo exaustas ao longo do itinerário do Egito à Tunísia, atravessavam a nossa Líbia, da qual cada dia se abandonava uma parte. Não obstante, os boletins nunca falavam nesse período de retiradas e sim de combates vitoriosos de nossas tropas, que haviam contido o inimigo, valentemente, impedindo qualquer veleidade ofensiva.

O ouvinte atento, observava, de quando em quando, que as indicações topográficas se deslocavam sempre mais para o Ocidente; do Egito à fronteira líbia-egípcia; à Cirenaica oriental; à Tripolitânea; à fronteira líbia-tunisiana; à linha Mareth...

Esta ingênua e imprudente tentativa de ocultar uma dolorosa realidade só fazia desacreditar cada vez mais o conteúdo dos nossos comunicados oficiais e, em contradição, dar mais crédito à BBC de Londres, na qual se encontrava uma fonte de informações mais digna de atenção.

A propaganda, na Inglaterra, assumia uma atitude oposta, onde Churchill, nos negros dias de 1940, confessava a seu povo não poder prometer-lhes senão sangue, suor, lágrimas, morte e talvez invasões...

Intimamente ligada com esta fidelidade da propaganda, está a valorização que, por meio dela, se faz do inimigo, de suas forças e de suas possibilidades. É óbvio que, tanto a exaltação como a inferiorização do adversário, a superestimação ou subestimação de sua capacidade e de seus meios, conduzem ao mesmo resultado negativo.

Também nisto a 2ª Grande Guerra é pródiga em exemplos e vale por tudo a afirmação da propaganda de então que, para negar toda probabilidade à possível intervenção dos Estados Unidos no conflito, afirmava que este país temia necessidade de recorrer aos elásticos das ligas para fabricar os pneumáticos que o Exército exigiria para os seus meios motomecanizados.

Estas e outras coisas análogas do adversário levam seguramente a efeitos perniciosos, porquanto contribuem para criar a ilusão de uma guerra fácil, com o resultado de aumentar e mesmo tornar mais difícil enfrentar a realidade dos fatos.

CONCLUSÕES

Se é possível extrair conclusões do presente artigo, estas se referem a certas condições que deve reunir uma propaganda de guerra para ser eficaz e que passaremos a enunciar:

— Preparação cuidadosa, tendo bem presente as características psicológicas do próprio povo e as do adversário.

— Orientação ágil, dinâmica, relacionada aos acontecimentos e pronta a extraír deles todas as possibilidades.

— Aparência variada, atraente, de forma tal que interesse a todas as classes da população e se insinue hábilmente nas consciências individuais.

— Enunciados simples, claros e concordantes com os objetivos do conflito.

— Supressão de todo otimismo que possa correr o risco de ser desmentido facilmente pelos fatos.

— Apreciação serena e leal do inimigo, comparando suas forças com as próprias.

— Valorosa sinceridade em reconhecer os acontecimentos desfavoráveis que possam e devam ser justificados, mas sem recorrer a anestésicos inúteis e prejudiciais.

— Justa valorização, pelo contrário, dos eventos proveitosos, evitando, apesar disso, mostrar, co-

mo decisivos, fatos que tenham caráter episódico.

Oposição árdua à propaganda inimiga, neutralizando-a não com inibições, senão com argumentos tanto mais hábeis quanto mais agressiva seja aquela.

Exaltação do valor militar e das virtudes da frente interna, fugindo sempre da retórica, inimiga principal de toda a propaganda.

É necessário, finalmente, que aquêle a quem se confie uma campanha de propaganda reuna, em si, junto à habilidade do organizador, a perspicácia do psicólogo, encontrando-se sempre em condições de recolher, até o mínimo matiz, a variável sensibilidade das massas, sobre cujas mentes e corações a propaganda está destinada a atuar.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral
Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina
Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRATIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C



SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA.

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS PARA O BRASIL DA
DEW KREFELD-ALEMANHA

FABRICANTES DOS AFAMADOS "AÇOS MARATHON"

Rua Teófilo Otoni, 15 — 3º Andar — Sala 895 — Rio de Janeiro — Brasil
Endereço Telegráfico "URANOGRAM" — Caixa Postal, 5355 — Telefone, 23-3972

PSICOTÉCNICA E INSTRUÇÃO

A ATENÇÃO

Pelo Comandante FANCISCO XAVIER F. TRAPIELLA, chefe do Laboratório Psicotécnico da Escola Militar de Montanha — (Ejercito, abril de 1950).

Tradução, data vénia, da Redação.

TODO HOMEM DEVE SER EDUCADOR — TODO MILITAR TEM QUE SER EDUCADOR

Os fenômenos biológicos, a vida de cada ser, constituem um processo ou evolução e a inteligência humana pôde observar, desde há muito tempo, que se realizava mais facilmente, alcançando a sua plenitude máxima, quando o ser, planta ou animal, encontrava-se em ambiente adequado. E ainda mais: pode-se comprovar que o meio ou ambiente pode ser melhorado com certos artifícios e ainda criá-lo artificialmente por completo, em determinadas circunstâncias. Quando o homem descobriu isto, deixou de ser nômade para tornar-se sedentário. Nasceu então a agricultura, que faria brotar depois os conhecimentos, experiências e êxitos que poriam toda a matéria viva debaixo da vareta mágica do "cultivo", que não é nem mais nem menos que a criação artificial do "meio ambiente" favorável para que os seres vivos, vegetais e animais, nasçam, cresçam e se reproduzam nas melhores condições. Deste modo foram sendo selecionadas as sementes, descobriram-se e dosaram-se adubos; criaram-se espécies e tipos novos e conseguiram-se novos protótipos animais com características determinadas.

Tais êxitos deram lugar a que se ampliasse este trabalho de "cultivo" da espécie humana, aparecendo, desde épocas remotas, o afa de aperfeiçoamento em todos os sentidos, desde o moral até o esté-

tico. Tudo isso deu origem ao impulso da ciência para vencer a morte e a ignorância e para exterminar as enfermidades da alma e do espírito.

Este cultivo, ao ser aplicado ao homem, recebeu o nome de educação, tendo adquirido um impulso cada vez maior, até chegar a invadir os campos da vida individual e coletiva do ser humano. Atualmente, não se concebe nenhum indivíduo que possa subtrair-se às leis desta terrível disciplina. A educação física vai chegando até os últimos rincões do planeta para dar vigor com suas práticas, artificiais, à fisiologia do homem e da mulher; a educação moral utiliza os processos mais modernos e eficazes, como a revista, o rádio, a televisão, para alcançar todos os pontos da Terra, envolvendo esta em uma rede de malhas estreitas e afiadas, apesar de serem invisíveis para os nossos olhos. Por último, a educação intelectual chegou até à pretensão, em grande parte lograda, de orientar e selecionar os indivíduos por meio de processos psicológicos, a fim de empregar cada um na missão mais de acordo com as suas faculdades, injetando-lhe, depois, sob grande pressão, os conhecimentos, ensinamentos e práticas que devem elevar ao máximo o rendimento da máquina físico-química que é o homem.

Nesta terrível voragem que é a agitada e atual sociedade contemporânea, todo homem deve ser educador, ao menos, de si mesmo; em

muitos casos, deve ser também dos seus entes mais queridos, se quiser marchar no compasso do ritmo atual.

Porém, existem profissões cuja finalidade específica é educar e, entre elas, surge, como ponto culminante, a profissão militar. Todo chefe tem a necessidade inelutável, a obrigação regulamentar de instruir e educar os seus homens. E não só nos pormenores do que poderíamos chamar instrução profissional, mas também, no campo total da educação moral, física e intelectual e precisamente, a nosso juízo, nesta ordem, uma vez que as "forças morais" impulsionam o homem à "ação física" e esta produz posteriormente a execução técnica e profissional que é a inteligência.

A obrigação regulamentar para todo o militar de instruir e educar os seus homens nos três ramos indicados, que constituem a educação integral, torna necessário que todo comando, especialmente desde a categoria de oficial, conheça, o mais fundo possível, todas as molas e alavancas que lhe permitam essa ação educadora.

Para isso, deve conhecer a máquina-homem, não sómente quanto à sua composição mecânica, mas, também, o que é mais interessante, quanto ao seu funcionamento normal. Para cada arma que o combatente tenha que utilizar, exige-se, como uma preliminar indispensável, o estudo e o conhecimento perfeito de suas peças e o funcionamento combinado de todos os seus mecanismos. É preciso ainda que conheça as características técnicas, táticas e de serviço. Como então seria possível descuidar o conhecimento dessa outra máquina-homem, que será precisamente a que há de colocar em função as outras armas? Como se lograria a eficiência de uma unidade, se se descuidasse do estudo da única máquina que pensa, sente e reage por si mesma?

Sem dúvida, todo comandante deve conhecer as suas máquinas-homens, não como um médico ou biólogo, porém como um psicólogo prático. Deve possuir certos conhecimentos do espírito humano

para aplicá-los da forma mais eficaz, com o objetivo de conseguir rápida e perfeita instrução e educação dos seus subordinados, assim como uma utilização dos mesmos que dê o máximo rendimento.

Estes conhecimentos serão, além do mais, de emprégo comum nos três ramos da educação militar. Terão que se aplicar tanto na educação física como na moral e técnica.

A posse destes conhecimentos mínimos do espírito humano obriga-nos a estudar os fenômenos psíquicos, começando pela atenção e a sua companheira inseparável: a consciência.

Porém, como pedra fundamental dessa análise superficial, queremos assentar o princípio biológico que é a base de toda a cultura e pedagogia: "A máquina humana tem a propriedade de se aperfeiçoar pelo seu próprio funcionamento". Bem entendido que este funcionamento seja submetido a leis biológicas, em qualquer dos seus aspectos moral, físico ou intelectual.

CONSCIENCIA PSIQUICA — SUBCONSCIENCIA E INCONSCIENCIA

As várias idéias que vamos expor, quase em forma esquemática, não têm senão o objetivo de obter conclusões de ordem prática, aplicáveis imediatamente à instrução e educação do homem em geral e do combatente em particular. Por isso, sómente refletirão o nosso ponto de vista e experiências pessoais, deixando de lado teorias e escolas que, em nada, esclareceriam a maioria dos conceitos, nem nos ajudariam em nossa missão educadora.

Propuzemo-nos, neste e em outros trabalhos, a analisar o que podemos chamar de atitudes ou manifestações psicológicas (atenção, memória, imaginação, etc.), observando o seu funcionamento normal, os estímulos que podem operar para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, assim como as causas que podem perturbá-las, com o conhecimento do que se obteria um emprégo lógico desses estímulos, em benefícios do educando e facilidade e eficiência do educador.

Porém, antes de começar o estudo analítico da atenção, "faculdade primária" do fato psicológico, é preciso dizer alguma coisa sobre o encadeamento das distintas fases deste último, assim como da função e camadas ou estratos da consciência.

É sabido de todos que, de muitos fenômenos que se produzem em torno de nós, captamos apenas uma pequenissima parte, enquanto que outros passam desapercebidos em absoluto ou, então deixam-nos uma idéia vaga ou deformada dos mesmos.

Esses fatos que captamos com toda a nitidez e com toda a riqueza de detalhes são os fatos conscientes e a faculdade psíquica que os capta ou registra, permitindo-nos constatar a existência de detalhes do fato, assim como que o mesmo é registrado por nosso espírito, classifica-se de consciência psicológica.

Um exemplo será mais eficiente que todas as teorias. Quando caminhamos pela rua, falando com outra pessoa, sucedem em torno de nós uma multidão de fenômenos que vão sendo registrados em nossa consciência, enquanto que, das pessoas que passam, apenas damos conta, tendo delas idéias difusas e deformadas. Estes fenômenos são infraconsciente, marginais ou subconscientes.

Por último, outros fenômenos não chegam a impressionar nossa consciência, apesar de influir em nossa psicologia e atos; tais são: nosso andar, os movimentos que fazemos muitas vezes para escapar de um veículo e inclusive o itinerário seguido, surpreendendo-nos, às vezes, de haver chegado ao fim do mesmo. Aqui estão os fatos inconscientes.

Se compararmos a quantidade de fenômenos ou fatos de cada espécie, verificaremos que os conscientes constituem uma pequena parte do total; isto é, que a nossa vida psicológica consciente é a capa ou estrato de menor importância quantitativa, enquanto as outras duas vão se perdendo na profundidade de nossa personalidade e têm uma espessura e importância cada vez maior, como demonstram os estudos psicológicos modernos.

Agora, vejamos, onde a tarefa educativa tem a sua verdadeira e precisa aplicação: é dentro do campo da consciência, pelo menos no que se refere à educação do homem normal. Por esta razão, muitos psicológos denominaram a psicologia como "a ciência dos fatos da consciência", deixando o estudo e a investigação dos estratos restantes, subconsciência e inconsciência, às ciências que lidam com a patologia psicológica.

O FATO PSICOLOGICO — SEU PROCESSO

Todo o nosso estudo e análise psicológica, assim como as consequências de ordem pedagógica e didática que dele possam derivar, limitar-se-ão ao campo dos fatos psíquicos conscientes; pois, se bem que os subconscientes e inconscientes tenham um "valor" e um "poder" enormes e indestrutíveis, em nossa vida, têm, no entanto, pouco conhecidas as suas leis.

E para estabelecer, "a priori", o caminho a percorrer, assim como as etapas que teremos de vencer, consideraremos o fato psicológico, desde o seu começo, na *sensação*, até o seu final, na fase ou ato superior da inteligência — o raciocínio.

Suponhamos o pesquisador em seu laboratório ou o homem vulgar na rua. Todo ele está cercado de fenômenos físicos (formas, cores, sons, radiações) que estão impressionando os múltiplos aparelhos receptores de que é dotado o organismo humano. Porém a sua consciência somente é alcançada por um ou vários (geralmente, um apenas) desses fenômenos. Sua atenção, polarizada e dirigida por sua vontade, orienta-se para o que lhe interessa, rejeita tudo mais e começa o ato, fato ou vivência psicológica.

O aspecto da fervura de um líquido, contido em uma retorta (para o químico pesquisador) impressiona os seus sentidos; a atenção permanece concentrada naquela objeto e ele focaliza, na consciência, o fato observado; porém, ao chegar a esta, a atenção já sele-

cionou certos detalhes, tirando ou acrescentando certos matizes, que, na realidade, o objeto da atenção não possui; em uma palavra, sobre a consciência projeta-se uma reprodução inexata do líquido da retorta que aparece talvez com as características desejadas pelo pesquisador. A este fenômeno e a esta reprodução alterada da realidade denomina-se percepção. Neste momento, a consciência reflete a percepção sobre o depósito de nossa memória, a fim de compará-la com as imagens de fatos anteriores e, em virtude disto, o conteúdo da dita memória se agita, vindo à superfície as imagens semelhantes, que vão servir de comparação. Esta nova fase, chamada imaginação, permitirá ao sábio comparar o aspecto de sua combinação química com as imagens de experiências passadas e, por isto, julgará o objeto de sua atenção. Nasce a fase chamada juízo, pela qual o químico julgará a sua mistura, dando-lhe características mais ou menos de acordo com as suas pesquisas. Por fim o encadeamento de vários desses juízos completará a fase final, o chamado raciocínio, do qual resultará, para o cientista, o objeto de sua análise ou o de jogar fora o conteúdo de sua retorta.

Eis aqui o processo, complexo e delicadíssimo de todo fato psicológico, desde o mais simples da vida corrente ao mais elevado fruto da inteligência humana, em qualquer de suas modalidades finais que podem dar lugar à inspiração do artístico ou do científico (processo psicológico intuitivo) ao descobrimento do pesquisador (processo psicológico decentivo) ou a invenção do sábio (processo indutivo).

Em todos e em cada um destes casos a cadeia passa pelas mesmas fases:

Preparação da vontade da consciência para dirigir a atenção; sensação (captação física); percepção consciente (captação do fato transformado); reflexão sobre a memória e comparação do mesmo com os fatos semelhantes evocados pela imaginação; comparação do fato atual com os passados, mediante o

juízo e encadeamento destes juízos, constituindo o raciocínio, de que resultarão nossos propósitos, decisões e ações.

Como se vê de tudo isto, a atenção ocupa o primeiro escalão do processo, constituindo o escalão inicial da cadeia psicológica.

A ATENÇÃO, BASE DOS PROCESSOS INTELECTUAIS

Como sómente chegaram a se representar na consciência aqueles fatos ou fenômenos sobre os quais se fixa a atenção, não cremos necessário ressaltar a importância dessa função primogêna de nossa psicologia.

Existem tratadistas e psicólogos que associam, em grande parte, a função e o conteúdo da consciência, da vontade e da atenção, criando sobre as três todo o edifício complicado de nossos fenômenos psíquicos e ainda, em grande escala, quase todos os biológicos. Por isso, e pela faculdade de auto-aperfeiçoamento que a vontade encerra, concebe-se o valor super-transcendente que a atenção deve ter em todo o processo educativo. Da intensidade e concentração com que atue a nossa atenção sobre um determinado fato; da amplitude, fixidez e permanência da mesma sobre o conjunto e detalhes do fenômeno dependerá a riqueza de imagens e veracidade de conceitos que assimilemos na percepção consciente do dito ato, e por isso, as recordações, juízos e raciocínios que encadeiam serão mais justos e acertados.

MODALIDADES DA ATENÇÃO

A faculdade de orientar nossa consciência até um determinado fato, em função da atenção, pode realizar-se espontânea ou voluntariamente. Quando escrevemos uma carta a um amigo, a atenção voluntária orienta nossa consciência até o trabalho em realização; porém, se, enquanto escrevemos, soa um ruído insólito ou brilha uma luz fora do comum, nossa atenção é atraída rapidamente por este acontecimento, sem que nela intervenha

nossa vontade e ainda às vezes mesmo contra ela.

A atenção espontânea realiza-se de forma mais fácil, intensa e eficaz do que a atenção voluntária, podendo-se passar de uma modalidade à outra em muitos casos.

Este interesse pode ser positivo, como sucede com o sedente diante de um jarro cheio d'água ou negativo, como ocorre com indivíduo surpreendido pela presença de uma serpente. Em ambos os casos, presta-se uma atenção espontânea, se bem que, no primeiro, o móvel é um interesse positivo para obter uma satisfação ou uma necessidade, enquanto que, no segundo, o interesse negativo deve-se ao desejo de evitar um mal ou perigo iminente e, tanto num como noutro, o interesse é tão intenso porque é movido pelo instinto de conservação, que é o mais forte de todos os que escravizam o espírito humano.

Se os instintos ou sentimentos motores do interesse são menos despóticos, tal como ocorre com os derivados da vida social, como o amor próprio, a emulação, a vaidade, etc., a atenção espontânea pode apresentar intensidades mais ou menos fortes e passar a se constituir em atenção voluntária, para lograr um prazer ou evitar um desgosto.

Daqui se depreende já uma conclusão pedagógica: se queremos estimular a atenção de nossos educandos, despertemos neles o mais vivo interesse, para conseguir e manter, se possível, uma modalidade de atenção espontânea.

Toda tarefa que se inicie ou desenvolva sem despertar esse interesse não estimulará a atenção e o educando, soldado ou estudante, trabalhará como um autômato insensível; sua atenção ficará em outro lado (pois a atenção não pode permanecer inativa).

É o caso do soldado que faz o que vê executar os que estão ao seu lado e por isso realiza os movimentos com retardo, titubeios e com imperfeições. E esta é a circunstância menos desfavorável, pois a necessidade de executar algum movimento ou exercício obriga-o a focalizar, fugaz e intermitente-

mente, sua atenção sobre o fato que é o motivo da instrução.

Quando a matéria a desenvolver é de ensino puramente teórico, os espíritos estão ausentes, apesar da presença corporal do auditório.

Todo trabalho educativo que não estimule a atenção por meio do interesse cai na mais desagradável rotina, não só para o educando, mas também para o seu educador.

Assentado este princípio, surge a imprescindível pergunta: como estimular o interesse?

Infinitos e conhecidos são os recursos de que se pode lançar mão em todos os casos e, se não são empregados, é por absurda negligência ou por cômoda e detestável rotina.

ESTIMULANTES DA ATENÇÃO VOLUNTARIA

Numerosíssimos são os "reativos" que se podem e devem aplicar para despertar a atenção do educando: desde o timbre de voz do educador até à promessa do prêmio ou a ameaça do castigo.

Impossível seria fazer uma análise de todos eles, com as minúcias que o tema requer, sem nos estendermos consideravelmente em tão transcendente assunto, razão pela qual abordaremos apenas alguns pontos dos mais destacados.

A atenção é atraída por tudo que interessa, momentânea ou permanentemente, em sentido positivo (agrado) ou negativo (desagrado). Sem dúvida, tudo o que é desagradável exerce sobre o espírito uma ação depressiva e de repulsão e nos distanciamos dele quanto nos é possível.

Donde se deduz que, para atrair a atenção, é necessário no educando uma impressão agradável, atraente, que o interesse e mantenha a sua atenção polarizada na direção conveniente. Em uma palavra, terá que criar uma incipiente corrente de simpatia entre o educador e o educando.

O Oficial que se apresenta diante de sua tropa, ou o Professor diante de seus alunos com cara enrugada, hostil e mal-humorada, talvez com ar sombrio e de desgosto, às vezes

com pouco cuidado no asseio de sua pessoa e de sua apresentação, esquecendo aquél preceito tão conhecido, feito para o soldado e que melhor se aplica ao educador, "em todo o seu porte e ar marcial...", esse educador é inútil e prejudicial. Conseguiu, desde o primeiro momento, ser repulsivo para os seus educandos. Por interessante que seja o tema a tratar, ele destruiu o interesse antes de começar. Se, em acréscimo, no se preocupa de dizer duas palavras de entusiasmo sobre o assunto a estudar ou a respeito das práticas de instrução a realizar, para "preparar" o seu auditório; se inicia o seu trabalho com voz monótona, por "obrigação", talvez lendo o que ele não fez, tratando de se desobrigar o mais rapidamente possível; se não se preocupa, de observar os seus alunos ou soldados para comprovar, em suas fisionomias e atitudes, o estado de sua atenção, de sua consciência e de seu pensamento, fatigará os seus alunos, aborrecê-los-á e a tarefa pedagógica resultará inútil.

O próprio educador terá a impressão de que "aquilo não serve para nada", uma vez que a soberba humana não lhe deixará reconhecer que quem não serve é ele.

Quão diferente trabalha o educador que conhece a transcendência de seu ofício e os estímulos que o facilitam!

Aparece diante de seus soldados ou seus alunos com aspecto correto e amável, sem esquecer a sua hierarquia; a sua fisionomia simpática e sorridente, assim como toda a sua pessoa "atraem" o educando, desde o primeiro momento. Suas preocupações pessoais foram deixadas à parte e, convencido da transcendência do seu trabalho, mostra-se superior, sem vaidade e elevado sem jactância diante de seus subordinados. Sua presença desperta um sentimento de mando, de superioridade e de afeto harmônica e conjugados. Possuído de vocação e espírito profissional, sabe transmiti-lo ao seu auditório com voz clara, precisa, pausada, que explica os conceitos sem necessidade de leituras, pois sua preparação

profissional não precisa de apoios nem de muletas. Enquanto fala à sua tropa ou aos seus alunos, coloca-se em um ponto do qual possa ver a todos e ser visto por eles: troca de atitude e de lugar com prudente freqüência, para "tirar" da atenção de seus mais distraídos. Observa o seu auditório detidamente para deduzir quem necessita ser despertado de alguma distração passageira; suas palavras são acompanhadas de uma mimica ou gesticulação de acordo com os seus conceitos, com a qual reforça as suas idéias e argumentos; sua voz muda de entonação para aproveitar a riqueza de matizes que dão variedade à formação humana. Por último, para reforçar o interesse, excita a emulação entre os seus alunos, e recompensa-os imediatamente ou promete um prêmio depois: todos ficam interessados em manter viva a atenção e conseguir uma eficiência que animará e impulsionará por igual ao oficial e aos seus soldados, mantendo aliás, entre eles, uma corrente de simpatia, de atração espiritual e de afeto que os fará sentirem-se solidários numa tarefa comum.

Se o educador trabalha assim, poucas vezes terá que empregar o castigo como estimulante do interesse negativo da atenção.

Não basta considerar apenas como o educador pode comprovar se seus alunos ou os seus soldados estão ou não atentos às suas explicações e ensinamentos, o que analizaremos na epígrafe seguinte.

DIREÇÕES DA ATENÇÃO

A atenção pode orientar-se ou dirigir-se até um fato exterior ao nosso ser, que é o caso que até agora temos considerado (atenção externa), ou então refletir-se sobre a própria consciência, para atender a uma percepção interior (atenção interna), desenvolvendo um processo mental que recebeu o nome de reflexão.

CONCOMITANTES FISIOLÓGICOS E AFETIVOS DA ATENÇÃO

Tanto a atenção externa como a reflexão são acompanhadas de fe-

nômenos fisiológicos que são comuns a ambas as partes, em certos casos, enquanto que, em outros, são distintos e até mesmo opostos.

A atenção, em geral, é acompanhada de um estado afetivo que é agradável ou espera sé-lo no que temos chamado de interesse positivo, exercendo uma atração (o sentido diante da visão da água); enquanto que é de desagrado e de dor, ou espera sofrê-los, nos estados de interesse negativo (caso da vertigem, diante da vista de um precipício) e que produz uma repulsão. Em ambos os casos, produz-se uma espécie de tensão mais ou menos intensa, porém sempre desagradável, até que se satisfaça o desejo ou desapareça o perigo.

Este estado afetivo (tensão, angústia, prazer ou desagrado) é acompanhado de certas perturbações emotivas e fisiológicas, que são também positivas ou negativas, benéficas ou prejudiciais, conforme a sua intensidade e sentido. De todos, é conhecido o efeito saudável das gratas emoções e o nefasto das notícias desagradáveis, uma vez que quando a intensidade chega a certo grau, pode produzir perturbações fisiológicas e psíquicas perigosas, sobretudo em indivíduos de constituição ou equilíbrio orgânico fraco.

Esta emoção sempre se traduz em gestos e atitudes que exteriorizam todos estes estados de nosso espírito e podem ser lidos materialmente em nossa fisionomia (estupor, assombro, medo, alegria, etc.).

Sem chegar a esses estados emotivos fortes, todo ato de atenção leva, em si, uma impressão ligeiramente agradável ou desagradável.

Quando um indivíduo atende a um fato exterior a ele, abre todas as portas de entrada de seu ser psíquico; seus órgãos sensoriais dirigem-se até o fato observado, tratando de captar todas as radiações (sonoras, luminosas e térmicas, etc.) que emite. Seu ser se expande, se estende, para recolher todas as emanações. A fisionomia fica cheia de rugas, que são os sintomas da atenção; os olhos abrem-se às vezes desmesuradamente; a fronte se franze em rugas; a boca

fica entreaberta, enquanto que a respiração se paraliza ou realiza a ritmo muito lento e todos os movimentos ficam suspensos. Se, pelo contrário, o indivíduo atende a um fato interior, concentra-se sobre si mesmo; todo o seu corpo se fecha, repregando-se sobre si mesmo como rechaçando os estímulos exteriores; os membros flexionam-se sobre o tronco, os olhos se fecham mais ou menos, se franze o sobrecenho e se aperta a boca.

Estas atitudes duram enquanto a atenção se mantém; quando cessam, o organismo se recupera e reassume as suas funções normais. Então aparece, entre outros detalhes, o bocejo, ação automática com a qual o pulmão volta a inspirar e repõr o "déficit" de oxigênio que tem.

Eis aqui os sintomas externos, que o educador pode comprovar para saber com que intensidade é recebida a sua explicação e em que momentos deve dar um pequeno descanso aos seus alunos, para evitar esgotamento e a fadiga mental.

EXTENSÃO DA ATENÇÃO

Tanto no tempo como no espaço, a atenção é uma função pouco ampla; pode captar e observar poucos fenômenos de cada vez (na realidade, apenas um) e, além do mais, causa fadiga rapidamente, especialmente nos meninos e nos velhos.

A atenção pode "percorrer" diversos fatos ou observar "sucessivamente" vários fenômenos; porém é incapaz de fixar-se e captar "simultaneamente" vários objetos. Disto se deduzem transcendentais consequências pedagógicas.

É erro, por exemplo, ensinar vários exercícios a um tempo; é errôneo pretender que se aprenda um exercício complicado ou matéria complexa se não se a decompor em partes ou tempos.

É absurdo tratar de que os alunos tomem apontamentos da matéria objeto da aula, privando-os de qualquer livro de consulta ou orientação.

Além de se necessitar de uma grande capacidade intelectual para sintetizar, em poucas palavras,

explicação do professor, é preciso deixar de prestar atenção a este, enquanto se escreve. Isto quer dizer, que há uma intermitência da atenção entre ouvir e escrever que é nefasta para ambas as ações.

A rapidez com que a atenção se fatiga sobre um fato e espontaneamente "escapa" à nossa vontade para buscar outro, mostra também que o Instrutor ou Professor devem fugir da monotonia de palavra ou de ação, a fim de satisfazer esse apetite de variação que a atenção tem. A variação de seus gestos, atitudes, tons, timbre e volume de sua voz, facetas pelas quais apresenta o mesmo assunto, dará à classe ou à instrução as "variações" sobre o mesmo tema, necessárias para manter cativa a atenção.

Quando, apesar dos seus esforços, observar, nos seus educandos, sintomas de cansaço (bocejos, mudanças de posição, ligeira agitação, etc.) deve dar um pequeno descanso (alguns segundos são suficientes), que servirão de "respiração" para o seu auditório. Estes descansos que constituem, embora não haja fadiga aparente, um excelente "derivativo" mental e respiratório, devem ser empregados sistemáticamente.

FENÔMENO DA ATENÇÃO DE EXPECTATIVA

Apesar de já termos falado anteriormente do estado de tensão que a atenção dá origem, queremos insistir sobre esse fenômeno pela importância que tem e pelas repercussões e perigos que pode arrastar atrás de si.

Quando focalizamos nossa atenção voluntária sobre um fato que esperamos, produz-se um estado de tensão que pode chegar a ser de ansiedade ou de angústia, conferir a modalidade do fato esperado.

A esse estado chara-se atenção de expectativa e se caracteriza por uma série de concomitantes fisiológicos e psíquicos do mais alto interesse, porém que únicamente podemos esboçar em um trabalho como o presente.

Em primeiro lugar, nosso desejo ou temor do ato esperado cria, no

espírito, uma representação falsa e exagerada do fato que se espera; estamos vendo-o, estamos ouvindo e apalpando todos os detalhes do mesmo. Em consequência, nossas idéias estão influindo sobre o nosso sistema nervoso, as nossas alavancas ósseas e os nossos músculos. Todo nosso ser está em potencial latente, com todos os seus mecanismos carregados e a ponto de disparar, quando surgir o fato esperado.

É o caso do estudante que está sentado, esperando ser chamado pelo Professor; é o caso do indivíduo colocado a uma determinada altura sobre uma barra oscilante; é o caso do soldado que espera a voz de execução de um movimento ou exercício cuja voz de advertência já foi dada pelo oficial.

Esse estado de atenção de expectativa não sómente é desagradável em si, mas, também, altamente fadigante e esgotador, devido a estar todo o organismo em intenso trabalho latente e por isso produz uma depressão nervosa muito forte. Deve, portanto, todo educador, ter seus alunos ou tropa em estado de atenção de expectativa, aquém do tempo estritamente indispensável, pois a rápida fadiga que sobrevém é causa, muitas vezes, de que o exercício, movimento ou resposta do aluno sejam errados. Assim acontece quando o oficial retarda, mais do que o necessário, entre a voz de advertência e a de execução. A mesma causa de fadiga integral é motivo para que muitos examinandos esqueçam, no momento do exame, matérias que sabem perfeitamente.

A estes perigos pedagógicos, devemos acrescentar outros que podem dar lugar a ligeiras perturbações mentais, tais como as ilusões e as alucinações. É o caso do menino que entra em um quarto escuro e vê fantasmas; o estudante que, esperando ser chamado para exame, ouve o seu nome e levanta-se, para sentar-se de novo ao comprovar que foi uma alucinação sua; o recruta que, esperando a voz de execução, inicia o movimento sem que o oficial haja ordenado nada; o indivíduo que

está no trapézio, a certa altura e cai, enquanto que não teria caído, se a barra estivesse colocada no solo.

Todos são fenômenos psíquicos originados pela ação expectante, que cria um estado de ação latente, em virtude da qual se denominou, em psicologia, "poder dinamógeno das idéias" e que pode dar lugar a fatos desagradáveis e até perigosos, em alguns casos, por desencadear certo gênero de ilusões e alucinações.

Citarei um fato que talvez seja recordado por meus companheiros de turma:

Foi no ano de 1925 ou 1926. Encontrávamo-nos formados na esplanada da "Vega baja de Tojedo", quando o comandante do Batalhão de Alunos deu as vozes de "ombro

arma", "em coluna de honra", "guias à direita". Nós, em virtude desse "poder dinamógeno das idéias", estávamos em tensão, em consequência da atenção de expectativa, quando se ouviu um certo som de uma vaca que se achava num curral próximo. Imediatamente todo o Batalhão, banda de música à frente, rompeu a marcha.

Isto demonstra o "poder" irresistível que a atenção de expectativa possui.

E, com isto, termino minha presente exposição psicológica, pois que ainda restam aspectos muito importantes sobre o estudo da atenção, quais sejam: a atenção normal e patológica, a educação e aperfeiçoamento da atenção e os processos de medida da atenção empregados em psicotécnica, deixando-os para outra ocasião.

MAQUINAS DE ESCREVER

ROYAL

STANDARD
ELÉTRICA
PORTÁTIL



KELLER WEBER S. A.

MAQUINAS COMERCIAIS E GRÁFICAS

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

Máquinas de calcular "MARCHANT", elétricas — Máquinas de calcular "WALther", manuais — Máquinas de somar "VICTOR", manuais e elétricas — Máquinas de selar "UNIVERSAL", manuais e elétricas — Mimeógrafos "A. B. DICK", manuais e elétricos — Protetores de cheques "TODD", manuais e elétricos — Relógios de ponto e vigia — Máquinas de composição gráfica "INTERTYPE" — Rotativas para imprensa "WALTER SCOTT"

RIO DE JANEIRO — AV. ALM. BARROSO, 51-59 — TELEFONE: 22-2955

SÃO PAULO — AV. SÃO JOAO, 314/20 — TELEFONE: 35-2108

CAVALARIA

Do livro — *Comment Discerner les Styles "Les costume et la mode"*. De L. ROGER-MILES.
Tradução de RAYMUNDO M. RIBEIRO DA COSTA.

Existiam tantos simbolos nos pãramentos de que se revestiam os cavaleiros, que vamos reservar à cavalaria capítulo especial.

"A palavra — Cavalaria, disse Philaret Charles, traduz um conjunto de hábitos peculiares à idade média e sem analogia nos anais humanos. O aparecimento da Cavalaria coincide com o surto das nações modernas. O Cavaleiro não é o "miles" romano, o soldado de infantaria. É o guerreiro montado em sua cavalgadura, associando o cavalo, sua conquista, à sua força e destreza."

Além disso, lê-se numa conférence perfeita por Lacordaire, em Toulouse: "O Cavaleiro era o homem de guerra devotado ao amor de Deus e a outro amor delicado, nascido da sublimidade que à mulher atribuía o cristianismo... Rodado de seus parentes vivos e à vista de seus antepassados mortos, o Cavaleiro chegava um dia perante o altar e, ai, pronunciava juramento em que Deus, a Pátria e o Amor se encontravam, sem surpresa... As palavras de sua divisa são sagradas, e elas são: Amor e Honra."

A Cavalaria, que tem seus fundamentos na Germânia, começou com Carlos Magno, firmando-se, porém, realmente, com Felipe Augusto, se bem que fosse, segundo León Goutier, menos uma instituição do que um ideal. O título de Cavaleiro só era conferido aos homens que contassem, no mínimo, vinte e um anos de idade, tendo praticado belas ações e possuindo nobreza de quatro graus. A con-

cessão do título dava oportunidade a cerimônias solenes, cuja descrição pode ser lida em muitas obras, não sendo possível narrá-las aqui. Limitar-nos-emos a dar, de acordo com La Curne de Sainte-Palaye, seu intérprete, segundo o antigo tratado de cavalaria, o sentido místico que se queria atribuir, ainda no século XV, a cada uma das peças da armadura do Cavaleiro.

"A Espada em forma de cruz, para manter e fazer justiça, queria significar que, assim como Jesus Cristo venceu o pecado e a morte, igualmente o Cavaleiro devia subjugar os seus inimigos com a ajuda de sua espada.

"A Lança, com a haste a prumo, simbolizava a retidão e a verdade; o ferro da lança, a ascendência da verdade sobre a mentira; o Pendão e a Bandeirola querem dizer que a verdade não busca dissimulação e, ao contrário, faz por ser reconhecida.

"O Elmo serve para denotar a bondade, o pudor e a humildade. Assim como essas três virtudes fazem descer os olhos para a terra, aos que as possuem, da mesma sorte o elmo impede ao cavaleiro de levantar os olhos para o alto, tornando-se demasiadamente orgulhoso. Do mesmo modo que o elmo defende a cabeça, parte mais alta e principal do corpo humano, a bondade impede o cavaleiro de entregar-se a ações vis, nunca se dando, pela nobreza de sua coragem, à prática da maldade e do embuste.

"A Loriga ou corpo da couraça significa um castelo ou fortaleza

que combate os vícios e os enfrenta com denoto. Assim como castelos cu fortalezas são circundados de fortes muralhas e profundos fossos, para que o inimigo não possa nêles penetrar, do mesmo modo o corpo da couraça deve ser fechado de todos os lados, a fim de dar a entender ao cavaleiro que está no dever de possuir coração tão fechado que se torne impenetrável à traição, ao orgulho ou à deslealdade.

"As Bragas de ferro e as Escarcelas não deviam, apenas fornecer ao cavaleiro uma segura proteção, mas também lembrá-lhe que deve ter sempre as pernas prontas e os pés calçados para, nas estradas reais, dar caça aos ladrões e saltadeiros.

"Graças às suas Esporas deve o cavaleiro ter em mente que é mister ser diligente nos atos e aguillhoados pela honra, ao mais leve sinal, da mesma forma porque o seu cavalo obedece às rosetas de suas esporas."

E La Curne de Sainte-Palaye continua, fazendo comentários sobre a Maça de Armas, as Espadas, as Adagas, o Broquel, as Manoplas, o Cavalo e seu ajaezamento :

"A Maça de Armas era entregue ao cavaleiro para significar a intrepidez. Porque, como a maça é superior a toda espécie de arma, a intrepidez protege o cavaleiro contra todos os vícios e aumenta nêle a virtude para combatê-los e vencê-los.

"Entre as armas ofensivas dos antigos cavaleiros, encontrava-se uma espada curta ou adaga ponteiguda, a que chamavam "Misericórdia", porque, comparecendo às justas e derrubando o inimigo, quando não se podiam valer de sua lança, nem de sua espada, pelo comprimento que estas tinham — recorriam à adaga para forçar o vencido a pedir misericórdia. Esta arma queria significar que o cavaleiro não deve confiar inteiramente em sua força, nem em suas armas, se não tiver, antes de tudo, a mais forte crença na misericórdia divina.

"O Escudo ou Broquel é confiado ao cavaleiro para indicar o seu ofício. Isto porque, assim como o cavaleiro coloca o seu escudo entre si e o seu adversário, é ele quem fica de permeio entre o príncipe e o povo. E, assim como o golpe vibrado pela mão do inimigo bate no escudo, em vez de atingir o corpo do cavaleiro, da mesma sorte este deve oferecer-se como proteção à pessoa do príncipe.

"As Manoplas significam que, assim como são erguidas para ferir e vencer os seus contendores, do mesmo modo precisa o cavaleiro erguer as mãos ao céu para agradecer a Deus pela vitória obtida. As manoplas, preservando as mãos, lembram os cuidados que os cavaleiros devem ter de não tocar com elas o impuro, desviando-as do furto, do falso juramento e da maldade.

"O Cavalo é entregue ao cavaleiro para significar a nobreza, a coragem, o ardor e a magnanimidade que lhe devem acompanhar as ações. O cavaleiro combate o cavalo, para se apresentar mais alto que os outros homens e a fim de que as suas virtudes brilhem até mais longe.

"O Freio é posto no cavalo e as rédeas às mãos do cavaleiro, para que este contenha o animal e o conduza à vontade. Isto significa que o coração nobre deve ter medida no falar, livrando-se da maledicência e da mentira; que o cavaleiro deve moderar a sua liberdade, a fim de que não venha a tornar-se infeliz, por uma imoderada prodigalidade; que deve pôr freio a todas as suas paixões, deixando-se conduzir apenas pela razão.

"Colocavam-se as Armas (Brázes) do cavaleiro em seu escudo e sua cota de armas, para serem reconhecidas nas batalhas e torneios; para ai, receberem a consagração ou a censura consoante tivessem procedido bem ou mal. As armas são os caracteres de sua virtude e a nobreza é a maior e mais gloriosa recompensa que se pode auferir, não podendo, ninguém, ser admitido como cavaleiro, sem a possuir."

CURSO DE INICIAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Pelo Professor AMARAL FONTOURA

Nota da Redação — Tal é a importância do Serviço Social, nos tempos atuais, em qualquer organização civil ou militar, que não nos furtamos ao prazer de transcrever, nesta revista, as admiráveis conferências que, sob o título "Curso de Iniciação ao Serviço Social", foram escritas pelo Professor Amaral Fontoura para os membros da Comissão Especial do Serviço Social do Exército. Essas conferências, verdadeiras aulas, não devem ser lidas sómente pelos membros da C.E.S.S.E., mas sim por todos os oficiais do Exército, a fim de bem se integrarem nas finalidades do novo serviço que vem de ser organizado no Exército. Aliás, esse foi o propósito daquela Comissão, quando as incluiram no seu Boletim de divulgação e de onde, com a devida vénia, as extrairemos. Admiráveis pelo seu poder de síntese, as conferências do Professor Amaral Fontoura constituem, outrossim, fascinante leitura e indiscutível afirmação de cultura geral que, de direito, merecem um lugar ao sol nesta secção. Neste número a 1^a aula.

1^a Aula

A CRISE DO MUNDO MODERNO E O SERVIÇO SOCIAL

I) GENÉSE DO SERVIÇO SOCIAL

Para podermos falar de Serviço Social, vamos adotar uma definição provisória, que será mais tarde completada, melhorada e formulada com maior rigor técnico: — Serviço Social é a organização ou tarefa de recuperar o homem, de reajustá-lo a padrões normais de vida.

O Serviço Social supõe, portanto, um ambiente de desorganização, de dificuldades, de desajustamento social, que origine a sua eclosão e exija uma ação regeneradora. Embora as tarefas assistenciais da sociedade datem da mais remota antiguidade, o Serviço Social, com esse seu caráter de organização e técnica, surgiu muito recentemente, como reação da comunidade contra a soma de desajustamentos e a desordem social reinante no mundo contemporâneo.

Vamos examinar, então, nesta primeira palestra, a gênese do Serviço Social, ou seja, as causas sócio-económicas que determinaram seu aparecimento. Tais causas filiam-se principalmente ao complexo de fenômenos denominado "Revolução Industrial". Não vamos, nas linhas abaixo, enunciar nada de novo: vamos apenas esquematizar e sistematizar os fenômenos e suas consequências.

2) AS DUAS REVOLUÇÕES

É interessante notar que as duas maiores revoluções do mundo, em toda a história, foram revoluções feitas sem armas: o Cristianismo e o Maquinismo. A mais espiritualista e a mais materialista...

O Cristianismo transformou a face da terra a tal ponto que passou a servir como marco da contagem dos tempos: fala-se nos séculos "antes de Cristo" e "depois

de Cristo". Sem entrarmos no terreno religioso, podemos reconhecer que a Civilização Cristã introduziu no mundo novos conceitos sobre a liberdade, o direito, a justiça, a igualdade da mulher (até então escrava), a ordem social, a família, a riqueza, a assistência a seus semelhantes, o trabalho, etc. Eis por que o Cristianismo significa a maior revolução social de todos os tempos.

Comparável a essa revolução, só o Maquinismo, cujo advento, no Século XVIII, originou a Revolução Industrial. A máquina transformou a face do mundo. Mudou a natureza, anulou os conceitos de "espaço" e "tempo". E destruiu, até os alicerces, toda estrutura social anterior.

3) O REGIME CORPORATIVO

Até então, o regime econômico vigente era o corporativo: as atividades econômicas se realizavam no seio das "Corporações de Ofícios", que reuniam os trabalhadores num regime semifamiliar. O chefe da corporação era quase que um pai, para seus trabalhadores, donde surgiu o nome de patrão — o pai grande. O trabalho era considerado como uma verdadeira Arte. Daí o nome de artesão, dado ao operário. Este, como realizava a obra com suas próprias mãos, considerava-a verdadeiramente sua, nela trabalhando com extremo carinho e senso de responsabilidade. Por serem interessados e sócios no negócio, os operários porfriavam em apresentar produtos caprichados, que costumavam assinar, como se fossem quadros de pintura. Regra geral, os "artesões" dormiam na casa do patrão, comiam com ele e sua família, na mesma mesa... Tal era o regime do artesanato.

4) O REGIME CAPITALISTA

Ora, tudo isso foi tremenda-mente alterado com o aparecimento da máquina: um homem sózinho não pode possuir-la. Nem compensa possuí-la para produzir pouco. A máquina obriga a uma grande produção para salvar o seu

preço. Daí a necessidade da produção em massa, que tem o condão, porém, de baixar o preço de custo dos produtos.

Mas a produção em massa exige grandes capitais, enorme número de trabalhadores. Surgiu, assim, o regime capitalista. E o antigo sistema de artesanato foi transformado no salarido.

Com a grande indústria, as fábricas e usinas necessitaram de milhares de operários, bem como de capitais enormes. Daí resultaram três ordens de graves consequências: econômicas, sociais e morais.

5) CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A primeira consequência econômica do Industrialismo foi a radical alteração do regime de trabalho, das relações entre o empregador e o empregado. O artesanato, como dissemos, foi substituído pelo salarido. Naquele, o operário tinha participação na venda dos seus produtos: ganhava proporcionalmente à saída que tivesse sua obra. No regime do salarido, o operário recebe uma paga fixa, e tanto lhe faz que o produto saia bem ou não, alcance ou não bom preço.

A segundo consequência foi a criação das "sociedades anônimas", formadas por acionistas e diretores, longe da fábrica ou usina, de forma que "o patrão" passa a ser uma entidade abstrata, que o operário não chega a conhecer.

A terceira consequência é que, no regime do salarido, não havendo relações intrínsecas entre o trabalhador e o seu produto, não há nenhum interesse do patrão em pagar altos salários. Mesmo porque, qualquer que seja a situação dos mercados, do escoamento ou não dos produtos, de qualquer forma está o patrão obrigado a satisfazer pontualmente aqueles salários.

6) CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Uma das séries consequências sociais da Revolução Industrial foi

a deslocação de grandes massas de trabalhadores do interior dos países para as suas cidades. As indústrias são terríveis "molochs", que devoram enormes massas humanas... Pagando salários muito mais altos que a agricultura, e oferecendo a seus operários vantagens que a lavoura não está aparelhada a fornecer, as indústrias atraíram milhões do campo para a cidade.

Mas o êxodo das populações rurais para os centros industriais faz surgir dramáticos problemas: a) crise de habitações; b) dificuldades nos transportes urbanos; c) aumento de consumo de gêneros alimentícios e consequente elevação de seus preços; d) espantoso aumento nos índices de criminalidade; e) dificuldades de vida, de toda espécie.

Outra tremenda consequência social do Industrialismo foi o crescente esfacelamento da família. As dificuldades de vida, os salários baixos, os preços altos obrigam os esposos a se multiplicarem em trabalhos, com o fim de proverem à manutenção do lar. Mas para cuidarem do lar, têm que deixá-lo abandonado...

Não se pode, mesmo, chamar de "lar" uma casa ou um quarto cujos moradores saem de manhã para trabalhar e só regressam à noite. Compelida também a esposa, pelo imperativo econômico, a lutar pela vida, e a passar o dia fora de casa, no trabalho, ficam infelizmente os filhos abandonados, quando não materialmente, pelo menos moralmente.

Ora, conforme nos ensina a Sociologia, a família é a base da sociedade. Assim como a célula é o elemento formador dos organismos vivos, assim também a família é a célula da sociedade. E todas as vezes que se enfraquecem os laços da família, começa a decadência da sociedade.

7) CONSEQUÊNCIAS MORAIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Mas, talvez, a mais grave de todas as consequências do Industrialismo tenha sido a derrocada

do sentido moral do trabalho. Conforme tão admiravelmente salienta o grande filósofo e sociólogo brasileiro LEONEL FRANCA, "o trabalho enche a vida do homem e constrói a obra da civilização... Sua dignidade eleva-se à ordem moral... O trabalho aperfeiçoa em nós a semelhança com a Divindade".

Não tem, assim, o trabalho, a mera finalidade de ser um ganhado, mas, muito ao contrário, representa uma afirmação da personalidade. Cada qual tende a colocar no seu trabalho um pouco de si mesmo, um pouco de sua alma. O meu trabalho carrega um pedaço de mim, é um pouco eu mesmo. O indivíduo se revê nas suas obras.

Ora, a grande desgraça é que, nas condições de trabalho moderno, desaparecem todos esses fatores morais essenciais. No belo automóvel que sai da linha de montagem, o operário poderá quando muito dizer: — "Estão vendo? Eu fui aquél que colocou o 15º parafuso do lado esquerdo"...

Em muitos casos, para não dizer na maioria, a máquina atrofia a inteligência do operário, obrigado a passar a vida inteira, repetindo um único gesto maquinal, sem maior esforço mental. No regime antigo, o artesão sentia-se realmente o pai, o criador do objeto. E isto lhe dava um sentimento de segurança e uma satisfação moral muito grandes, indispensáveis à afirmação da pessoa humana. Mas com a mecanização da tarefa do operário, ele se desinteressa pelo seu trabalho. Vive entediado e insatisfeito, mergulhado numa terrível monotonia. Trabalha sem alma. E sem alma o trabalho é escravidão.

Cercado, como vimos, de dificuldades materiais de toda ordem, e sem nenhum esteio moral em sua vida, o trabalhador se sente perdido numa estrada sem fim, sem luz, sem horizontes. Mordendo sem conforto, tendo saúde precária, não podendo dar a devida assistência aos filhos, não

tendo como divertir-se, e sem possuir sequer a esperança de melhorar de vida amanhã — porque o amanhã do trabalhador é terrivelmente igual ao hoje — que poderíamos esperar desse operário senão o desânimo ou a revolta?

Tendo diante de si um mundo hostil, e dentro de si o nada, o vácuo, evidentemente esse trabalhador carrega consigo um drama permanente, um complexo profundo. Ele será sempre o ótimo caldo de cultura para todas as fermentações sociais. Será a presa fácil dos "salvadores", dos que lhe prometem uma existência mais feliz, numa sociedade sem classes, ou melhor, numa sociedade onde eles, os trabalhadores é que sejam os senhores absolutos...

8) A SOCIEDADE HUMANA EM PERIGO

Pensam algumas pessoas, inclusive certas autoridades, que o problema do trabalhador, nos termos em que até agora o descrevemos, é apenas um problema de "luta de classes", que só interessa ao operário e ao patrão. Pode, por exemplo, alguém perguntar: — "mas afinal, que tem o Exército a ver com essa questão, se ele não é nem patrão nem operário?"

Puro engano! Em primeiro lugar o Exército é, de certa forma, patrão, pois recebe os milhares de trabalhadores desanimados e descontentes, que vêm nos oficiais os representantes do governo, da ordem constituída, das classes dominantes.

Em segundo lugar, o problema não é de duas classes: é de toda nacionalidade, pertence à humanidade inteira e se reflete sobre cada um de nós, a cada momento. É bastante consultar a História, para ver que os cataclismos sociais, uma vez desencadeados, deixam de ter letreiros, e, como os furacões, arrasam tudo à sua passagem, levando de roldão os culpados e os inocentes, destruindo o que é mau e o que é bom.

A humanidade se encontra abalada até os alicerces. E o seu reequilíbrio é tarefa que obriga

cada ser humano a entrar com seu quinhão de participação, independente de raça ou credo, de nacionalidade ou de profissão. É preciso que se desencadeie uma guerra total contra os males que afligem o homem.

No Brasil especialmente, nação jovem e sem profundas estruturas sociais, esse desassossego das massas, esse desânimo de uns e revolta de outros está dificultando tremendamente o progresso da nacionalidade. É claro que o desajustamento de milhões tem que se refletir sobre todos e sobre cada um de nós.

O crescente número de angustiados e insatisfeitos, a maré montante de neuroses e de crimes que diariamente enchem as páginas dos jornais são um eloquente atestado do quanto se encontra desajustada a nossa sociedade.

9) A TAREFA DE REAJUSTAMENTO DAS MASSAS

É urgente, portanto, reajustar as massas. É imprescindível criá-lhes melhores condições de vida, torná-las mais felizes. E tal é o papel do Serviço Social.

Parece, à primeira vista, que a solução para todos os problemas seria um aumento geral de salários, e com isso cada qual teria recursos para organizar sua própria felicidade. Nada mais errado! Em primeiro lugar, um aumento de salários traz sempre como consequência imediata um aumento no custo de vida. Em segundo lugar, não é apenas no dinheiro que consiste a felicidade humana. Em terceiro lugar, mesmo com salários razoáveis, os indivíduos não podem resolver seus problemas, se a comunidade não possui as estruturas sociais necessárias, isto é, as instituições necessárias à segurança da saúde, da criança, da mulher, do aperfeiçoamento humano em todos os sentidos.

Não basta aumentar salários, ou criar hospitais e escolas: é preciso cuidar do reajustamento total da criatura humana, corpo e alma. "Como todo o problema verdadei-

ramente humano, o problema do trabalho resume-se, em última análise, num problema da alma", diz o sábio LEONEL FRANCA. E acrescenta: "Não basta melhorar as condições materiais do operário. Importa descer-lhe às raízes de sua vida espiritual. É aí que nasce a alegria, o entusiasmo, e amor".

10) O PAPEL DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Vimos as culpas do Industrialismo, na gênese dessa crise em que se debate o mundo moderno. Não podemos, no entanto, obscurecer a imensidão de benefícios que a indústria nos trouxe. A justo título, podemos chamar a civilização atual de *Civilização Industrial*. De há muito a indústria deixou de ser "uma forma de trabalho" para ser um *estado de espírito*. Não se trata, portanto, de maneira nenhuma, de combater a indústria, mas de fazer com que esta arrengimente seus poderosos recursos, em favor do reajustamento da comunidade, que ela tanto contribuiu para desajustar. A indústria é o símbolo máximo do progresso humano: é preciso que ela seja também a grande alavanca da recuperação humana e social.

Qualquer instituição social — e o Exército é uma das mais impor-

tantes — que quiser ser eficiente e progressista, tem que se industrializar, isto é, seguir os moldes de organização, de divisão de trabalho, de aperfeiçoamento constante da produção que constituem a base do progresso industrial. Igualmente o Serviço Social só conseguirá atingir seus objetivos se criar uma organização, uma estrutura, uma eficiência de trabalho e uma capacidade de lidar com as grandes massas equivalentes aos da Indústria.

Enfim, nenhuma instituição social está mais apta a trabalhar pela recuperação humana do que o Exército Nacional, dada sua estrutura, seu poder de organização, sua penetração em todos os rincões do nosso território; e seu profundo sentido de cidadão, de *laboratório social*, onde desembocam todos os credos e tendências, todos os anseios e sofrimentos da população brasileira.

A finalidade máxima do Exército é a defesa da nacionalidade; nenhuma defesa mais urgente nem importante do que essa: a defesa do nosso patrimônio social e moral, pela recuperação dos valores humanos, que são, afinal, a própria nacionalidade.

(Continua)

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para
o Reembolsável da E.I.E.

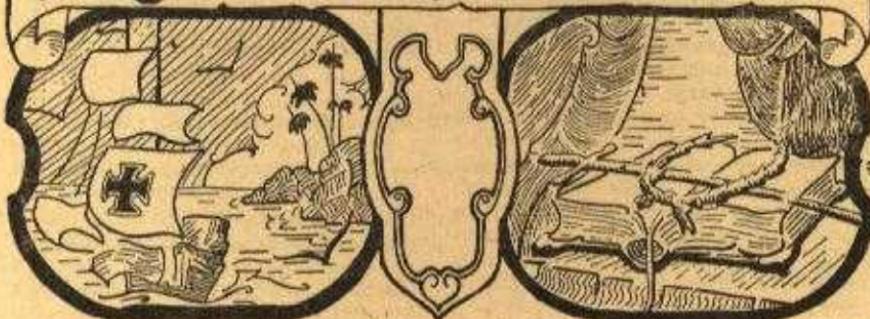
MATRIZ

Rua Juan Pablo Duarte, 15
ex-Marrecas
Telefone 22-4624
RIO DE JANEIRO

FILIAL

Escritório: Rua Anhaia, 309
Telefone 31-2382
Depósito: R. Tenente Pena, 262
SAO PAULO

Geografia e História Militar



ESTUDO GEOGRÁFICO-MILITAR DO SUL DE MATO GROSSO

Nota da Redação — A pedido de camaradas candidatos ao concurso de admissão à E.E.M., incluímos, neste número, um estudo geográfico-militar do Sul do Estado de Mato Grosso. Quanto à parte geográfica, transcrevemos, data vénia, o admirável estudo de autoria do Gen. Arthur Silio Portella, sob o título "Geografia física do Centro-Sul Matogrossense". Quanto à parte militar, confiamos-la ao Cel. Adalardo Fialho, nosso Diretor-Secretário. Esperamos que a nossa contribuição corresponda aos desejos dos Srs. Oficiais interessados.

A) GEOGRAFIA FÍSICA DO CENTRO-SUL MATOGROSSENSE

Gen. ARTHUR SILIO PORTELLA

O estudo desenvolvido nas páginas a seguir propõe-se a esboçar uma imagem das condições locais do centro-sul matogrossense, apresentando um ambiente apropriado ao conhecimento do aspecto físico do território dêsse Estado, ao Sul do paralelo dos 14°.

É propriamente o tratado do solo matogrossense que interessa à vertente canalizadora do estuário do Prata, parte mais importante do Estado porque nela se encontram os mais notáveis centros de atividade da população de Mato Grosso. O norte estaduano, que olha para a bacia amazônica, é servido por longas extensões desabitadas, retarda-

das pelas escassas comunicações para os centros de recursos do nosso país e dos vizinhos.

Admitindo o conhecimento exato da geografia física local, este estudo procura sublinhar o que há de notável sobre o assunto, pondo em relevo aspectos geográficos que inspiraram consequências ao ponto de vista militar.

As impressões que lhe servem de argumento foram, em boa dose, colhidas *in-locum*, frutos de uma observação pessoal e de perquisições amiudadas entre conhecedores da região; outras foram auridas em publicações várias sobre o Estado de Mato Grosso, entre as quais so-

bresaem os trabalhos do saudoso General Malan e os do ilustre escritor V. Correia Filho.

1 — ESBÓÇO GEOLOGICO

O velho planalto brasileiro, que se estende pela maior parte do nosso território, desde as planícies do Amazonas às campinas do Rio Grande e do litoral do Atlântico aos confins ocidentais do país, tem um trecho de sua borda de oeste, no centro-sul matogrossense; esta borda é perfeitamente assinalada pelo vasto hemicírculo balizado pelo salto das Sete Quedas — Ponta Porã — Aquidauana — Coxim — São Lourenço — Diamantino — Cidade de Mato Grosso.

A concavidade do hemicírculo olha para a depressão, fartamente plana, que separa o maciço brasileiro do andino.

Como é de esperar, os agentes geológicos, principalmente as erosões pelas águas, fizeram sentir a sua influência na beira do planalto, desbarcando o velho maciço para aterrarr continuamente a região baixa, que lhe fica por oeste.

Daí, a característica geral na constituição geológica do centro-sul de Mato Grosso.

Na depressão, em quotas baixas, terrenos de formação recente, depósitos quaternários cuja evolução pode ainda ser acompanhada; é o pantanal.

No planalto, as formações mais antigas que, para mais acentuar o contraste, saltam por sobre a época terciária e vestem-no logo com as rochas secundárias.

Fora do planalto, mas em terras elevadas sobre o piano do pantanal, as rochas primárias.

As rochas cristalinas e eruptivas do substratum arqueano não afloram no altiplano; modificadas em sua composição mineralógica e textura, dão ao maciço matogrossense o revestimento secundário.

Sómente vêm a dia em certas zonas terminais do planalto, onde as erosões das águas alcançaram em profundidade relativamente pouca. É o que se verifica no centro-norte do Estado, já na bacia do Amazonas, formando as extensas e

inumeráveis corredeiras dos seus afluentes da margem sul, impedindo-lhes a navegação em largos trechos.

Nas águas que sulcam rumo ao estuário do Prata, as rochas arqueanas apenas são vistas já fora do planalto, em pequena porção nas cercanias de Pôrto Murtinho, em forte Olimpio e na base do Urucum.

A série de rochas primárias, que se lhes segue em antiguidade, são igualmente encontradas fora do planalto, postas à mostra em blocos que, resistentes à ação dos agentes geológicos, sobrelevam-se à quota do pantanal, formando ilhas no meio da planicie, ou surgindo nos pendões que descem para o grande coletor de águas constituído pelo rio Paraguai.

São as rochas calcáreas ora xistosas, ora carbonosas, largamente representadas pelo afloramento pre-devoniano que se desenvolve, rico de minerais úteis e preciosos, desde o município de Bela Vista ao de Cuiabá: vale do Rio Apa, do Rio Miranda, moraria da Bodoquena, de Coimbra, de Albuquerque, de Jacadigo, de Urucum, maciços de Caceressa Cuiabá.

São os arenitos devonianos que formam o paredão da chapada, a N.E. de Cuiabá.

São os folhelhos arenosos, postos a superfície nas corredeiras do Sepotuba e na base da Serra de Tapirapoaon, que o rio coleia.

São as rochas nefiliniticas de Fecho dos Morros.

As que se ostentam, porém, em maior porção à superfície do território centro-sul de Mato Grosso, são as rochas do período secundário, que revestem todo o altiplano no centro-sul matogrossense.

Constituídas pelo arenito decomposto e pelo trapp, em camadas que sucedem no exterior segundo o trabalho de erosão das águas, são facilmente reconhecíveis pela espécie de vegetação que alimentam:

Serrados, limpos ou cobertos, conforme à densidade da vegetação, onde impera o arenito decomposto; o solo é, então, arenoso e seco nos tabuleiros, úmido na proximidade dos cursos d'água.

Campos de excelentes pastagens ou matas de anteparo, onde aflora o trapp que, pela sua decomposição, produz a célebre terra roxa, de grande fertilidade. É esta terra roxa que afama os campos da vacaria, estendidos do rio Pardo para o sul do Estado.

Outras zonas são constituídas por bacias cretáceas, pouco representadas na proximidade de Três Lagoas e mais largamente exibidas no Chapadão dos Parecis.

Descendo mais nos períodos geológicos, o centro-sul de Mato Grosso, escondendo as rochas do período terciário, exibem abundantemente o aluvium quaternário do pantanal, constituído por sedimentação ora argilosa, ora arenosa, conforme ao processo de erosão que lhe deu origem lá no planalto, acelerado em certas zonas e atrasado em outras.

Compreende todas as terras baixas que sucedem ao altiplano pela banda ocidental, dilatando-se além das nossas fronteiras pelo Chaco Boliviano e Paraguai.

Admite-se, em geral, que o pantanal de Mato Grosso foi primitivamente o fundo de um mar que banhava, por oeste, o velho maciço brasileiro. Corroboram tal assertão a grande quantidade de cloreto de sódio encontrado, em manchas maiores ou menores, por toda a parte, já sob a forma de jazidas de sal, como as dos rios Jauru e Taquari, já nas muitas lagoas de águas fortemente salgadas, já nos inúmeros barreiros, porções do depósito aluviano impregnadas de sal, facilmente descobertas pelo gado que nelas se fartam do precioso alimento.

Neste mar emergiam ilhas, assinaladas, hoje, pelos blocos de formação primária que se elevam no pantanal: Fecho dos Morros, Coimbra, Morro Grande, Conselho, Bodocuena, Urucum, Jacadigo, São Domingos, Castelo, Melgaço, etc.

Quando dessa superfície líquida se esgueu o maciço andino, dando à costa ocidental da América do Sul a sua configuração aproximadamente atual, já existia o brasileiro, de formação muito mais remota;

disto resultou o levantamento do fundo da depressão entre ambos, com o recuo do mar que ali se agitava.

Continuou, porém, o fôssil intermediário, transformado, então, em vasto reservatório, para onde foram sendo transportados os resíduos das erosões nas terras elevadas, que ainda hoje o envolvem.

Chegou-se, assim, aos extensos campos que apresentam uma perfeita horizontabilidade pelo pantanal brasileiro afora, ligado ao chácó boliviano e paraguai e prolongado pelos pampas argentinos, curiosamente formados pela desagregação das terras em nosso território.

Do esboço geológico que ai fica, resultam os traços essenciais do relevo matogrossense em sua zona centro-sul.

2 — OROGRAFIA

De feito, o aspecto geral da região, ao ponto de vista orográfico, pode ser sumariamente definido por: um planalto e, a oeste dele, uma baixada; em meio da baixada, de longe em longe, morros que lhe quebram a monotonia.

O planalto é parte do velho maciço brasileiro, constituído por terras das mais estáveis do globo. Ao contrário do que se deu em sua borda oriental, vizinha ao Atlântico, não existem vestígios de levantamento do solo nos seus confins ocidentais, onde se acha Mato Grosso; a superfície, longamente trabalhada pelos agentes geológicos, não apresenta elevações notáveis.

As quotas de altitude, oscilando entre 500 e 800 metros, e o largo modelado do exterior, sem grandes saltos nestas quotas, parecem apontar a estabilidade em que tem vivido e o relativamente pouco que resta para o trabalho das erosões no nivelamento da superfície.

As grandes diferenças de nível são encontradas nos seus extremos ocidentais, na beira que se debruça para a planicie.

O primitivo mar que cobria o pantanal correu longamente a costa que por ai banhava, fazendo-a recuar na direção de E. e N.E.; e, mesmo depois de dessecado, o

recoo tem prosseguido com a grande precipitação das águas coletadas na depressão.

Em longas extensões, a borda do altiplano tem se formado com grandes desmoronamentos, apresentando o aspecto de *paredões* verticais, tendo encostas suaves somente em sua base, pois aí os terras caídas encontram apoio para a busca de seu perfil de equilíbrio.

Deste modo, o observador colocado na planície tem a impressão de ver *serras*, ao perscrutar na direção do planalto, quando na realidade tem no seu campo visual apenas o degrau, alto de 300 a 400 metros, que dá acesso ao tabuleiro.

Dai a impropriedade da denominação dada às *serras* de Amambai, Maracaju e muitas outras, simples trechos terminais do maciço desmoronado.

Esta impressão desaparece para quem está no tabuleiro, por falta de relevo. Olhando-se para o oeste, mesmo em zona próxima da descida para a baixada, continua-se a ver, por este lado, o desdobramento dos campos que vêm do lado oriental, pois o horizonte é geralmente limitado pela mata do anteparo que borda os confins do planalto. É o que ocorre, por exemplo, com o viajor entre Campo Grande e Ponta Porã, seguindo o estradão que acompanha esta faixa terminal sem se aperceber da baixada próxima.

Esta só aparece a quem, rumando francamente para oeste, atinge as primeiras ladeiras, mais ou menos pronunciadas pela desagregação do solo.

Por aí, então, é difícil a circulação entre o planalto e a planície; ela é possível pelas viaturas sómente nos lugares em que se fez sentir a intervenção do homem no preparo do leito dos caminhos.

É o que se vê na serra de Maracaju para quem, na altura da Cabeceira do Apa, ruma para oeste em demanda de Bela Vista (desfiladeiro de Limeira) ou, na altura de Turvo, tome o mesmo rumo para alcançar Nioac. Outras descidas podem ser encontradas; mas, não são de tráfego normal; caminhos

tortuosos e íngremes por onde circulam boiadeiros, prestam-se ao tráfego de isolados e não ao movimento regular.

O escarpado da beira planáltina não se apresenta em toda parte; lugares há em que o desmembramento das terras avança profundamente no seio do maciço, à procura do seu perfil de equilíbrio, tornando mui suaves as descidas para a depressão do pantanal. É o que acontece, por exemplo, com a bacia de captação do rio Aquidauana, cujas nascentes se esgalham em largo leque, desbarrancando o planalto desde Lageado (S.O. de Campo Grande) até ao istmo de Camapoan (N.E. da mesma cidade), para coletar as águas que forçadamente correm no desfiladeiro de Piraputangas, já perto da cidade de Aquidauana.

Este perfil brando é aproveitado pela E.F.N.O.B. para passar do planalto ao pantanal; sem nenhuma complicação em obras d'arte, a linha começa a descer desde a cidade de Campo Grande, para atingir a quota de depressão 150 km adiante, em Aquidauana.

O mesmo fenômeno sucede mais a norte, no curso superior do rio São Lourenço que, erodindo o planalto mais extensamente que o Aquidauana, forma enorme bacia, cujas primeiras encostas já se aproximam da fronteira goiana, tendo por vertedouro, na planície, a garganta de S. Lourenço, apertada entre a serra dos Coroados e do Brigadeiro Jerônimo.

Tais esbarreadamentos no chapadão planáltino, deixando de lado embarracos de outra natureza, criam facilidades à circulação pela docilidade do acesso; é de notar, porém, que sempre chegam à planície por um estreito desfiladeiro.

A parte sul do planalto pende suavemente para este, banhando-se fartamente com as águas que alimentam o rio Paraná.

As chamadas *serras* da região são encontradas na sua borda exterior, formando, aí, o divisor de águas entre as vertentes do rio Paraná e a do Paraguai: Serra de Maracaju, Serra de Amambai e Serra de Ma-

racaju novamente. Deste modo, os tributários do Paraguai que interessam à região, não regam o planalto; saem-lhe do sopé, em suas fronteiras ocidentais, correndo logo na baixada.

Ao chegar à parte média do altiplano, dá-se a inversão do declive: parece ter havido um dobramento em torno do espinho formado pelo istmo de Camapôa (N.E. de Campo Grande) e pela Serra dos Baus. De fato, deste dorso para o norte, as águas da bacia do Paraguai entram francamente no planalto, indo procurar as suas nascentes na Serra do Caicós, limite com o Estado de Goiás, correndo, assim, de este para oeste. Correm estreitamente os seus leitos, de modo a entrarem na baixada sem modificar o aspecto limite do planalto, na parte do degrau que denominam Serra de S. Jerônimo.

Mais para o norte ainda, sucede a bacia de captação de S. Lourenço, que se espalha até à serra das Fur-
nas e à serra de S. Lourenço, por onde se liga ao paredão norte da baixada.

Dai em diante, a borda do altiplano corre em rumo geral de N.O., com as denominações de serra da Chapada, serra Azul e Cordilheira dos Parecis, separando as águas do Paraguai das que correm para o norte, saciando a bacia do Amazonas.

Neste trecho, então, repete-se o aspecto referido na zona sul: o planalto se inclina da sua beira para o interior; em seu limite externo nascem as águas que têm para conduto mestre o rio Paraguai; lá no alto, na zona linderia do planalto, começam a ser coletadas as águas do rio Amazonas, que acompanham a descida suave do maciço pelo norte do Estado afora, rumo à depressão amazonense.

Afastando-se do planalto, encontram-se, logo agarradas a ele, as trombas que os agentes geológicos ainda não puderam esborrar completamente, por encontrarem ali rochas mais resistentes.

As águas superiores do Aquidauana, por exemplo, corroeram até longe o seio do planalto, dei-

xando para trás a serra de Aquidauana que lhe guarda a bacia de captação pelo oeste.

Quem viaja na E.F.N.O., ao percorrer a região mais pitoresca do seu itinerário, nota, sem esforço, a dependência geológica entre a citada serra e o maciço planaltino que lhe fica mais a este. As elevações se alongam em formas tabulares, com a quota do plano superior igual à do planalto distante. As encostas correm verticalmente até encontrarem, em seu embasamento, as terras desmoronadas que, então, se inclinam de modo menos abrupto.

E-se levado a concluir que tais braços, ainda ligados, em seus extremos, ao planalto, são porções dêle, não erodidas pelas águas.

O mesmo acontece mais para o norte, com as Serras dos Coroados e do Brigadeiro Jerônimo, que cercam a bacia superior de S. Lourenço pelo lado da baixada.

Formação idêntica é atribuída ao espingão divisor entre o Cuiabá e o Paraguai, o qual, acompanhando este último, lança as suas derradeiras ramificações até ao pôrto Descalvado, recebendo diversas denominações locais.

Também pelo abalxamento do terreno envolvente, desagregado pelas águas e transportado mais para o sul, formaram-se a serra de Tapirapóa, entre o Paraguai e o Sepotuba, e a serra de Aguapeí, entre as nascentes do Jauru e as do Guaporé, que lhes contravertem na bacia amazonense.

Mais afastados do planalto, erguem-se os representantes de épocas geológicas mais remotas, que não puderam ser nivelados com o pantanal envolvente.

Assim se elevam as serras da Bo-
doquena, entre o rio Miranda e o Paraguai, e os morros que este últi-
mo coleia em suas bases: Fecho dos Morros, Coimbra, Albuquerque,
maciços de Corumbá, Castelo, Dourados, Insua, etc. Pelo Cuiabá acima encontra-se o mórro do Melgaço que, com o maciço entre Cáceres e a capital do Estado, barra, pelo norte, o alagamento do pantanal, por ocasião das cheias.

3 — HIDROGRAFIA

A hidrografia do centro-sul matogrossense é inteiramente dominada pelas duas grandes bacias do Paraguai e do Paraná.

Ambos navegáveis na quase totalidade do trajeto pelo Estado, ambos recebendo tributários nas margens matogrossenses, permitindo a navegação a mais de três milhares de quilômetros, formam bacias hidrográficas privilegiadas a que se liga intimamente a evolução histórica da região em apreço.

Efetivamente, foram o berço da migração que deu origem aos primeiros núcleos da população litorânea estabelecida no Estado, donde resultou o seu povoamento. As bandeiras paulistas desciam o Tietê e o Paraná até à foz do rio Pardo, por onde subiam para alcançar, a princípio, o rio Miranda, e, mais tarde, o Taquari pelo istmo de Camapuã, largo de duas léguas; por um ou por outro, chegavam ao rio Paraguai que subiam destemerosas pelo tronco principal ou pelos galhos mais septentrionais até às suas cabeceiras, não raro deixando-as para trás e lançando-se para além.

Constituindo as únicas estradas da região, pelo Paraguai e Paraná, sulcaram espanhóis, de um lado, português e sua descendência brasileira, de outro lado, à porfia das terras com que pretendiam dilatar os respectivos domínios.

O Paraná viu a ampliação da influência castelhana pelas suas águas acima, graças à teocracia que os jesuítas fundaram, e, depois, águas abaixo, a derrocada empreendida por Antônio Raposo Tavares que não deixou espanhol algum por estas paragens.

O Paraguai, mais à feição para os ocupantes do Prata, foi teatro de demoradas disputas. Pela sua franca navegabilidade, tornou-se a via de penetração por onde os castelhanos procuravam, na sua vertente ocidental, o domínio de Chiquitos e a província de Mochos, sem, contudo, se desinteressarem pela vertente oriental que igualmente palmilhavam.

Os luso-brasileiros não se conformaram, desde cedo, com as limita-

ções impostas pelo tratado de Tordesilhas, que pretendia dar fronteiras às terras do Brasil antes deste descoberto (1494). Desbravando os nossos sertões, chegavam ao rio Paraguai, tomando-o, com seus afluentes, para linhas de comunicações no teatro de suas empresas.

Nada obstando o tratado de Madrid (1750), que fixava o rio Paraguai para fronteira comum entre os dois domínios, os nossos não deixaram de tomar pé na vertente ocidental do rio, para conter os espanhóis em suas pretendidas expansões para o oriente, vindos da província de Mochos, e para o norte, vindos de Assunção.

Outra razão não presidiu ao estabelecimento do povoado de Albuquerque e do presídio de Nova Coimbra na margem oeste do rio.

Se as raias brasileiras, de Coimbra para o norte, correm hoje pela vertente ocidental do Paraguai, tornando o rio inteiramente nosso, deve-se isto ao legendário forte ter-se mantido ai em nosso poder, apesar da investida castelhana capitaneada por Lázaro de Ribera (1801), e do sucesso momentâneo que os de Lopes lograram na guerra de 1864.

As indecisões suscitadas pela execução do tratado de Madrid, devido a dificuldades quanto à identificação do rio Iguaçu (afluente do Paraná) e seu contra-vertente da bacia paraguaia, levaram os castelhanos a pretenderem fronteiras até ao Ivinhema (da bacia paranaense) e até ao rio Branco (tributário do Paraguai).

Ainda em nossos dias, assistimos ao grande interesse que a Bolívia dedica à obtenção de uma costa no rio Paraguai, por lhe estar fechado o lado do Pacífico, entretanto em luta com a República do Paraguai, que lhe disputa a base da margem ocidental do grande rio, de Coimbra para o Sul.

Dai se evidencia a importância de que se reveste a hidrografia centro-sul matogrossense, centralizada nos dois grandes coletores: o rio Paraná e o Paraguai. Eles assistiram aos lances da história local, do período das primeiras conquistas à época em que vivemos.

Ao se cuidar do relevo do centro-sul de Mato Grosso, viu-se que, na zona mais meridional do Estado, o divisor de águas entre as duas bacias fluviais corre pela borda exterior do planalto, serras do Amambai e Maracaju, procurando, depois do istmo de Camapoã, a serra dos Baus, na fronteira goiana. A este de tal linha desenvolveu-se a vertente paranaense; a oeste, a paraguai.

Isto significa que o Paraná e seus afluentes são rios de planalto; precipitam as suas águas rapidamente, dada a diferença de quota entre as terras elevadas por onde correm, e o nível do mar onde suas águas chegam. As enchentes no planalto são, então, pouco duradouras.

A suavidade no relevo da região planáltina e a maciez dos arenitos que a revestem, repercutem no curso do Paraná e seus afluentes, evitando-lhes o encachoeiramento dos leitos e permitindo-lhe a navegação em largos tratos.

Todavia, como rio de planalto que é, o Paraná ainda tem um futuro geológico a percorrer, como atestam o salto de Urubupungá, na fronteira paulista, e o das Sete Quedas, 500 km mais abaixo, já nos confins do altiplano matogrossense.

Os seus tributários no Estado — Sucuriú, Verde, Pardo, Ivinhema, Amambai, Maracaju e Igatemi — correm desde o divisor de águas, todos no rumo geral N.O.S.E., tecendo, no centro-sul do planalto, uma rede potamográfica de alto preço, não sómente pela água que leva aos campos de criação de Vacaria, como também por constituir caminhos por onde circulam pequenas embarcações que remontam até às proximidades das cabeceras.

A estes contravertem os afluentes do Paraguai, cuja bacia se estende mais para o norte, à procura dos nascedouros da beira planáltina, aprumada à cordilheira dos Parecis.

Ao contrário do Paraná, o Paraguai é um rio de planicie; encontrando a baixada, logo após o seu nascimento, serve de dreno à sua vasta superfície, correndo lento e sinuoso pela pouca declividade do curso, calculada em 0,05 m por quilômetro.

Não chega, então, para dar escoamento a todas as águas na época das grandes precipitações da atmosfera; dai o seu extravasamento fácil, saltando fora do tortuoso leito para inundar abundantemente a planicie marginal, que sobreleva de 1 a 4 metros, apenas, o nível médio da corrente. E, como esta pequena diferença de quotas se mantém nas sub-bacias dos seus afluentes, estes também saltam por sobre as insignificantes barrancas que os contêm nas águas mínimas, para levar bem longe o alagamento do coletor principal.

O terreno, assim anualmente adubado pelos detritos que as águas nêle depositam, constitui o pantanal, que se alastra desde Pôrto Murtinho às primeiras elevações próximas ao paralelo de Cáceres, e se alarga para mais de 300 km a este do rio Paraguai, não indo adiante mercê do patamar de terras desagregadas que circundam o escapamento planáltino, à distância variável. Para oeste do rio, já dentro do território boliviano ou paraguaio, o pantanal se estende mais longe ainda.

São terras, então, de grande fertilidade, onde abundam as boas pastagens, com inúmeros barreiros onde o gado se salga sem que em nada intervenha o criador.

Vivem, entretanto, grande parte do ano inundadas, o que torna muito relativo o seu valor econômico. Os primeiros exploradores que avançaram pelo pantanal, julgaram tratar-se antes de um grande lago, que denominaram Xaraies; e, foram a isto levados porque, com freqüência, as suas terras só ficam enxutas durante dois ou três meses do ano.

E muito variável a época em que isto se verifica, pois os 1.400 km transitados pelo rio Paraguai em nosso território e a lentidão de seu curso, não permitem simultaneidade no regime do crescimento de águas em tão longa extensão. É comum verem-se, por exemplo, as águas descerem depois da máxima no rio Cuiabá, quando ainda sobem na região de Corumbá, ao mesmo tempo que estão em plena vasante na zona de Pôrto Murtinho.

Condicionadas pelas chuvas, as enchentes, na bacia paraguaia, sofrem modalidades várias, conforme as zonas em que as águas são cole-tadas e a maior ou menor facilidade do escoamento no principal desaguadouro.

Acontece, então, que as chuvas começam por encher as depressões da planicie, na zona em que caem; formam-se, assim, as baías, que não tardam a transvasar para os rios, por intermédio das corixas. Entram, agora, os rios a crescerem, avolumando-se, mais adiante com as águas de outras corixas, ou entrando pelas corixas cujas baías ainda estão secas.

Vê-se, por ai, a influência que pode ter, no regime de águas do pantanal, as chuvas mui distantes. Compreende-se logo que as baías acabam por se intercomunicarem, e, se as chuvas são generalizadas, e não locais, o nível de águas mais cresce, ampliando a inundação e restabelecendo o lago de Xaries dos nossos antepassados.

Quando se entra na época das chuvas com as baías ainda cheias, pelo atraso na vasante e insuficiente evaporação no período anterior, então o nível dos rios sobe mais ainda, as cordilheiras são ultrapassadas e dão-se as grandes enchentes, onde os próprios rios, igualados com a planicie, demandam grande habilidade dos práticos para serem reconhecidos.

Estas grandes cheias sucedem-se habitualmente em períodos de nove a onze anos.

O escoamento pelo canal mestre da baixada, o Paraguai, é dependente de outras causas que concorrem para a maior ou menor facilidade na exaustação do pantanal.

Primeiramente, o vento sul, sempre violento, soprando de arrepião à corrente líquida, cujo rumo geral se dirige para o lado donde ele vem. Se os ventos do quadrante sul são frequentes em certas épocas, a vasante é sensivelmente contrariada pela menor velocidade de escoamento no conduto.

Assinalem-se, em seguida, os passos do rio Paraguai, onde o conduto sofre estrangulamento pelo pouco fundo ou pelo apertado entre

margens. Criam-se, deste modo, os represamentos de águas que costumam se acumular a montante do passo do Conselho, do estreito de S. Francisco Xavier (entre os morros de Coimbra), do Fecho dos Morros, do Passo Casado (pouco abaixo da foz do Apa), etc.

Finalmente, as cheias do rio Paraná repercutem também na vertente paraguaia. Se ao se juntar com o Paraná, o Paraguai encontra o seu nível elevado, dá-se o represamento do segundo, por ter o primeiro a corrente líquida mais intensa e de maior descarga. Não é difícil compreender a influência que possam produzir 8 metros, por exemplo, de altura na barragemposta à boca de um rio cheio de voltas, correndo em planícies e que desce únicamente 0,05 m no percurso de 1.000 metros.

Vale a pena dar-se um pouco de minúcia ao relato de fenômeno das enchentes na baixada do centro-sul matogrossense, porque elas caracterizam aproximadamente a metade da zona em apreço, dando-lhe uma feição mui diversa das terras do altiplano.

Os mais importantes afluentes do Paraguai, no trecho que nos interessa, são encontrados no lado brasileiro, por serem mais volumosos e navegáveis em longas extensões.

Descendo do divisor de águas do planalto, ora à sua beira, como o Apa, o Miranda com o sub-afluente Aquidauana, e o Negro, ora indo coletar águas no seio do planalto, como o Taquari, rumam todos na direção de oeste, salvo o Miranda que se vê forçado a inclinar para noroeste, devido ao obstáculo criado pela serra da Bodoquena.

Do Taquari para cima, as correntes líquidas vão pendendo para o sul, como a do S. Lourenço, a do Cuiabá, a do tronco mestre do Paraguai, a do Sepotuba, passando para o rumo sueste com o Cabacal e o Jauru, que nascem já nos extremos fixados pela Cordilheira dos Paredes para nascedouros da vertente Paraguaia.

Sob o aspecto das comunicações, já se viu que a rede potamográfica do centro-sul de Mato Grosso é particularmente bem servida;

forma um conjunto de longo desenvolvimento, capaz de ser percorrido por embarcações de 3 pés de calado, ou mesmo por outras maiores, nas correntes mais importantes.

As condições de navegabilidade na bacia Paranaense podem ser definidas pelo seguinte quadro, onde estão registadas as extensões de curso livre para aquelas embarcações.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|--------|
| No Paraná, do Salto do Urubupunga ao das Sete Quedas... | 520 km |
| Parte navegável do Rio Pardo e do seu afluente, Anhanduí, até Pôrto Alegre..... | 205 km |
| No Ivinhema e seus afluentes, até ao Pôrto de Iguaçu, no rio Brilhante..... | 160 km |
| No Amambai, até Pôrto Jerogi..... | 75 km |
| | 957 km |

A rede, porém, é bem mais extensa; o documento donde foram extraídos estes números não consigna maiores informações, quando a representação gráfica da carta da Comissão Rondon vai muito mais além. Entrando-se na utilização de barcos menores, é possível remontar bem longe no planalto, tal como faziam os nossos antepassados, que assim chegavam a passar ao Miranda e ao Camapôa, contra-vertentes na bacia paraguaia, com pequeno movimento terra.

Do Pôrto Guaira (Sete Quedas) para baixo, o Paraná se precipita em rápida corredeira, já na fronteira entre o Estado do Paraná e a República do Paraguai, só permitindo ser retomada a navegação 60 quilômetros adiante, em Pôrto Mendes (Estado do Paraná).

Não tendo ainda o seu leito definitivamente fixado, o Paraguai altera-frequentemente, por ocasião das grandes águas, produzindo o deslocamento dos canais com os depósitos de aluvium que se movimentam de um ponto para outro. Outras vezes surgem os braços ou furos, que são canais abertos no terreno marginal e que, com a vâsante, tornam caráter mais ou menos definitivo.

Estes braços costumam ser utilizados pelas embarcações de pouco fundo, porque geralmente encurtam o caminho, retificando trechos tortuosos do conduto mestre. Pode dizer-se que a perícia dos práticos de navegação destes barcos, con-

siste nos conhecimentos dos furos, para que seja abreviada a viagem. E a causa não é tão fácil como à primeira vista parece, porque sem dificuldade se os confunde com as coviras, que vão ter em baías, onde não há saídas.

Importa assinalar o furo do Nabileque, extenso braço que tem a boca de entrada em frente ao morro do Conselho, e a de saída não longe do forte Olimpo.

Os grandes navios certamente não poderão transitar por aí, por ser o furo largo de 30 a 40 metros e possuir muitas voltas. Mas os barcos médios e pequenos não encontrariam embarranco em vencer tal dificuldade, desde que encontrassem as águas limpas dos camalotes (grupo flutuante de vegetação aquática) que costumam emaranhar-se no seu curso, de margem a margem.

Ainda não foi feito um reconhecimento completo em todo o percurso no Nabileque, para se estudar este aspecto. É possível que na maioria do ano, esteja obstruído, em certos trechos, pela vegetação. Um ligeiro reconhecimento feito em março de 1929, revelou estar o seu curso superior fechado por camalotes a cerca de 2 quilômetros da boca. Pela boca de baixo, porém, foi possível penetrar hora e meia águas acima, em navio de comprimento médio, encontrando-se o braço completamente limpo, e não se prosseguindo na exploração por não se estar aparelhado para o internamento no pantanal.

Em outubro do mesmo ano, empreendeu-se outro reconhecimento, sendo encontrada a obstrução a 2 milhas da boca de cima e podendo-se entrar francamente 30 milhas águas acima da boca inferior, sem encontrar obstáculos.

De qualquer forma, Nabíleque ficará limpo quando se quiser, porque não há dificuldade em retirar

os camalotes que trançam a sua superfície.

A bacia do Paraguai comprehende a zona mais povoada do Estado, o que põe em destaque os benefícios trazidos pelas suas condições favoráveis à navegação. Para se ter uma idéia desses benefícios, transcreve-se, a seguir, a quilometragem da navegação nos principais cursos :

| | |
|---------------------------------------------------|----------|
| Rio Paraguai, da foz do Apa à do S. Lourenço..... | 764 km |
| Da foz do S. Lourenço à do Sepotuba..... | 420 km |
| Da foz do S. Lourenço à do Cuiabá..... | 151 km |
| Da foz do Cuiabá à cidade do mesmo nome..... | 477 km |
| Trecho navegável do rio Miranda..... | 280 km |
| Trecho navegável do rio Aquidauana..... | 160 km |
| Trecho navegável do rio Taquari..... | 220 km |
| | 2.472 km |

Tão extensa rede navegável é devida, em parte, ao regime hidrográfico do pantanal. As águas pluviais, que se interrompem durante largo período do ano, não seriam suficientes para alimentar, por si sós, o nível de navegação nos condutos da bacia.

Este nível de navegabilidade é conseguido graças ao grande reservatório de compensação constituído pela águas armazenadas no pantanal.

Viu-se, páginas atrás, como o excedente das águas que não podem se escoar pelo Paraguai e seus afluentes, se espalha pela planície envolvente, enchendo corixas e baías que acabam ligando-se umas às outras, com a progressão ascendente do nível do líquido.

Quando vem a longa estiagem, começa o pantanal a restituir aos rios as reservas acumuladas, o que permite bom nível de descarga nos condutos, até à próxima época de chuva.

Quanto à utilização das águas para alimento dos homens e animais a hidrografia da zona em apreço é particularmente favorável, pois o líquido utilizável é encontrado em toda parte.

O planalto é, como se viu, regado por numerosas correntes de águas. Mesmo à sua borda, por onde corre o divisor, as nascentes são encontradas a pouca distância, ora pen-

dendo para a vertente paraguaia, ora para a vertente paranaense, como se observa ao trilhar a estrada Campo Grande — Turvo — Ponta Porã.

Quando o divisor se aproxima da fronteira goiana, já ai as águas se escasseiam nos extensos areais.

A baixada é rica de águas retidas nas depressões do solo. E, porque são renovadas anualmente ou porque são represadas em grandes volumes, estas águas conservam a sua potabilidade, não precisando de filtros para a sua utilização. Quando o pantanal está seco, escavações de pouca profundidade serão bastantes para pôr à mostra o líquido.

Por vezes são fortemente salobras, como em lagoas onde existem ainda depósitos de cloreto de sódio, restos do antigo mar que ali teve seu leito, ou ligeiramente salgadas, como em rios que atravessam terrenos dessa natureza; assim acontece, por exemplo, com o rio Miranda. Não é necessário encarecer os benefícios que tais águas trazem ao gado.

As terras calcáreas que abundam na bacia paraguaia, como se viu no esboço geológico, tornam as suas águas impregnadas de cálcio. Isto mais se observa na época de águas mínimas, em que os rios vão se calcificando nos leitos e barrancos, sem receberem os dissolventes que as repressas do pantanal lhes nega-

Nesta época, então, as águas do Paraguai se tornam mui densas e dificilmente atravessam os filtros.

São, entretanto, salutares, não causando endemias à população ribeirinha, que a utiliza "in natura" de modo exclusivo, salvo um ou outro habitante que se dá ao luxo de coletar águas pluviais em alibeges.

4 — CLIMATOLOGIA E METEOROLOGIA

São falhos os dados numéricos relativos ao clima do Estado de Mato Grosso, por ausência de postos meteorológicos distribuídos pela grande extensão do seu território. Não é prudente generalizar o resultado de observações mui localizadas, mesmo referentes ao centro-sul, parecendo que, pela sua escassez, não inspiram suficiente confiança para definir o conjunto.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que as duas grandes zonas, tão distintas sob o aspecto geológico, orográfico e hidrográfico — a baixada e o planalto — caracterizam-se também pela diversidade do clima, sendo o das terras elevadas muito mais ameno que o da extensa planície que lhes fica pelo oeste.

Tal diversidade já era de esperar, dada a diferença de quotas entre as duas regiões (de 400 a 500 metros em média), com a consequente alteração na coluna barométrica e na temperatura, dada as grandes evaporações na superfície do lençol d'água que costuma cobrir o pantanal.

Os ventos gerais são os mesmos, tanto na baixada como no altiplano, visto não existirem no centro-sul matogrossense grandes massas de terras elevadas que desviam as correntes aéreas, ao passar de uma zona para outra.

São mui caracteristicamente do quadrante N. e do quadrante S.

O vento que chega diretamente do norte é o que de hábito sopra em todo o período anual; geralmente muito seco, desloca correntes de ar quente, que elevam fortemente a progressão termométrica.

Por vezes, a sua intensidade di-

minui de muito, chegando mesmo a dar a impressão de que o ar está parado. Então, tem-se a sensação de ar abafado e do quantum realmente marca o termômetro.

Os fortes aguaceiros, não raro acompanhados de descargas elétricas, são sinais de que o vento rondou para Noroeste; passados os minutos iniciais da tormenta, o vento noroeste traz sempre uma impressão de bem-estar, pelo abaixamento de temperatura em relação à do vento norte que sucedeu. Aumenta, evidentemente, o estado higrométrico da atmosfera, pelas chuvas que consigo arrasta.

O vento sul inicia-se sempre de modo violento e repentino; os habitantes conhecem precisamente a sua formação, pelas nuvens negras e baixas que se formam para os lados do sul, cujo céu é geralmente limpo. Surge, então, com fortes batidas d'água, mui raramente acompanhado de trovões.

Estas chuvas podem ter a duração do inicio do meteoro; outras vezes, porém, prolongam-se, miúdas, por toda a permanência do vento, cujo período oscila entre 3 e 6 dias.

O vento sul caracteriza-se pelo contraste na temperatura. Sucede sempre ao vento norte quente, a ponto de ser esperado pelos habitantes quando o corrente nortina se excede na elevação da temperatura e reina intensa. A passagem para o vento sul é brusca, pelo sensível abaixamento de temperatura e pela continuidade durante os dias em que sopra. Não encontrando grandes elevações no centro-sul matogrossense, o vento sul varre-o abundantemente, tanto na baixada como no planalto.

Resumindo, pode dizer-se que a região que se estuda é normalmente arejada pelo vento norte; este, por vezes, ronda para noroeste, com os temporais, ou é impetuoso dominado pelo vento sul, com a baixa da temperatura.

O período em que o clima é mais aprazível é o que vai de maio a agosto. No planalto, a temperatura é agradabilíssima, descendo, em certas madrugadas, à proximidade de 4 graus, mercê do vento sul que

é frequente em tal época. As chuvas são raras, o que reduz extraordinariamente o coeficiente da umidade do ar e aumenta a secura do solo, traduzida pela poeira vermelha veiculada pelo vento.

Na baixada se verifica a mesma amenidade; embora a temperatura não desça a tanto, o vento sul, por soprar desimpedido de relevos, leva, até longe, a sua intensidade e baixa temperatura, obrigando os habitantes à procura da agasalhos.

Com a umidade, já não se passa a mesma semelhança. Embora sejam igualmente mínimas as precipitações atmosféricas, o período de maio a agosto corresponde à época das águas no pantanal, cobrindo o solo de um lençol d'água tanto mais vasto quanto maiores foram as chuvas do período anterior. As águas do Paraguai, que subiam no inicio do período, descem para o seu fim, sendo esse abaixamento de nível tanto mais atrasado quanto mais se avança para o sul.

Já em princípio de setembro aparecem as primeiras chuvas, ditas de caju; estas vêm com o noroeste tempestuoso, regando as pantagens ressecadas pela falta de chuvas no período que antecedeu. Começam, então, a vicejar as gramíneas do planalto, revigorando os campos de criação.

O pantanal também se anima, com a baixa das águas; o gado começa à descer das alturas, à procura das terras que se descobrem e verdejam.

Este período vai até dezembro, com aumento crescente da média termométrica. Nêle tem lugar as grandes evaporações produzindo a dessecação do pantanal, pois que as chuvas geralmente não têm volume e frequência bastantes para a isto obstar.

Começam a subir as águas nas cabeceiras da bacia paraguaia, enquanto que na parte média e baixa do grande rio, as águas ainda descem, até à proximidade do fim do período.

A este período sucede o de janeiro a abril, época das grandes cheias, em que se enchem os reservatórios de compensação do pantanal, invadindo gradualmente as ter-

ras e, por conseguinte, tocando o gado para a região serrana (se assim se podem chamar os degraus do planalto) ou para as ilhas onde a terra se eleva.

Se estas chuvas de janeiro encontram o pantanal ainda cheio, pela deficiente dessecação no período anterior, têm lugar, então, as grandes cheias que periodicamente assolam a baixada matogrossense.

Neste período, a temperatura, perfeitamente suportável no planalto, é rigorosa na baixada, atingindo, com assiduidade, a 36 graus à sombra. Cidades como Cuiabá, Corumbá, Miranda, Aquidauana, Porto Murtinho e Bela Vista, experimentam freqüentemente tais excessos.

O que vale são as atenuantes trazidas pelo vento noroeste, com as chuvas, e pelo vento sul que, embora não faça descer o termômetro a números muito baixos, produz forte sensação pelo contraste com o número elevado de poucos minutos antes de sua chegada.

Se os caminhos da baixada cobrem-se de águas que se alastram, os do planalto tornam-se ruins, pelo lamaçal que as chuvas ocasionam.

É neste período que se dão as enchentes no Paraná. Este, porém, não se alaga pelas margens, por correr em um sulco do maciço central brasileiro onde as encostas descem desde longe, até às barrancas. E, por ser grande a sua descarga, não leva muito tempo a abaixar o nível que as chuvas elevam. Todavia, as matas de anteparo que margeiam o rio retém, por muito tempo, as águas que lhes chegaram às raízes, tornado o solo úmido e propício ao desenvolvimento do impaludismo, que ai impera.

O estado higrométrico do ar é um fator notável na definição do clima centro-sul matogrossense. Embora certas observações locais acusem forte coeficiente de umidade no ar, ao menos nas ocasiões dos grandes aguaceiros, a sua secura é habitual. Em qualquer período do ano é sensível a rapidez da evaporação, mesmo nas superfícies expostas à sombra. A celeri-

dade com que secam os objetos de uso é particularmente apreciável pelas pessoas acostumadas ao clima úmido do litoral do Atlântico.

São muito boas as condições gerais de vida no clima esboçado nessas linhas. O que há de mais impressionante é a alta da temperatura na baixada — onde, aliás, existem importantes cidades do Estado —, em dias seguidos dos meses, entre dezembro e maio.

Entretanto, é somente o mal-estar, e nada mais. Estes rigores não causam o depauperamento que seria de esperar. A prova é a longevidade facilmente observável na reduzida população do centro-sul de Mato Grosso, em contraste com a escassez de exemplares de vida prolongada nos centros várias vezes mais populosos do clima litorâneo, como a Capital Federal e a cidade de São Paulo.

Outra feição, é a ausência dos casos de insolação. Seja devida à pouca umidade do ar, seja por outra causa qualquer, o fato é que não se registram insolados, nada obstando a temperatura elevada naqueles meses.

Finalmente, terminando-se o esboço climatológico de Mato Grosso, na zona que interessa, não se deve calar um aspecto que, se não diz diretamente com os registos meteorológicos, não deixa de se ligar, de certo modo, a eles, nem tampouco passará despercebido a ninguém: os mosquitos.

Abundam em toda a região; são, todavia, mais numerosos na baixada, certamente pela média mais elevada na temperatura ambiente, e pela existência de maiores lençóis de águas paradas.

É sensível o decrescimento de seu número nos meses mais frios, entre maio e setembro. A partir de outubro vão aumentando em quantidade, atingindo a grandes proporções em dezembro e janeiro. Durante estes meses, os habitantes do pantanal são por eles atormentados, mesmo durante o dia.

Se sopra o vento sul, desaparecem imediatamente, mesmo que o abaixamento de temperatura não seja elevado. Mal o vento pára, surgem como por encanto, quando muitas vezes se julga que não tiveram podido atravessar uma baixa excessiva de temperatura.

B) CONSIDERAÇÕES DE ORDEM MILITAR

Cel. ADALARDO FIALHO

Conhecida a geografia física do Centro-Sul matogrossense, através do magistral artigo do Gen. Arthur Sílio Portella, bordonos, agora, algumas considerações de ordem militar, principalmente sobre a parte Sul, isto é, aquela que fica situada ao Sul da via-férrea Três Lagoas-Campo Grande-Pôrto Esperança. Essas considerações não constituem segredo para nenhum militar que conheça a sua profissão e saiba extrair conclusões à vista de uma carta. É inútil escondê-las.

A distinguir, antes de tudo, a forma da fronteira. Esta é envolvente, considerados os Estados de Mato Grosso e Paraná. Envolvente ainda, no Estado de Mato Grosso, onde o Apa e a Serra do Amambai

formam um esquadro. Consequências: para um partido do Norte, facilita a convergência de esforços, embora disperse os meios; para um partido do Sul, convida à manobra por linhas interiores e de qualquer forma, para a invasão do território brasileiro, é preciso cobrir-se num lado, enquanto se invade o outro.

Quanto à natureza da fronteira, encontramos:

— O rio Paraguai, francamente naveável, excelente linha de comunicações;

— O rio Apa, de importância secundária e que não chega a ser considerado um obstáculo; em suas cabeceiras se encontra uma das portas de entrada do planalto ma-

togrossense, ou seja a região de Bela Vista.

— A linha seca propriamente, a saber, as cordilheiras de Amambai, divisoras das águas do Paraná e do Paraguai, e de Maracaju, onde encontramos poucos pontos de passagem.

Entre estes, Ponta Porã e Capitan Bado, sendo que aquele dá acesso, igualmente, ao planalto matogrossense. O Sul de Mato Grosso é constituído por um planalto de cerca de 600 metros de altitude e que constitui gigantesco "divortium aquarum" de duas grandes vertentes: a do rio Paraná e a do rio Paraguai.

Esse planalto, de orientação Norte-Sul, pode ser esquematicamente delimitado pelo quadrilátero Campo Grande-Aquidauana-Bela Vista-Ponta Porã-Campo Grande.

A Leste, desce suavemente para o rio Paraná, lançando contrafortes por entre os quais se encaram uma série de rios, todos navegáveis, principalmente em seu curso inferior.

A Oeste, porém, desce abruptamente para o rio Paraguai, por meio de dois degraus, o primeiro dos quais é também chamado Serra de Maracaju e o segundo Serra da Bodoquena, estendendo-se ao pé desta o pantanal, até às barrancas do rio.

O terreno da região Sul de Mato Grosso não oferece linhas de resistência conveniente para uma ação retardadora prolongada por parte de tropa de cobertura.

Sob o ponto de vista militar e para um partido vindo do Sul, o planalto é francamente permeável, conduzindo, por 2 eixos, que são duas direções de operações, diretamente à estrada de ferro Noroeste.

Essas direções são: Bela Vista-Aquidauana e Ponta Porã-Campo Grande.

Aquidauana e Campo Grande são, pois, pontos importantes do planalto, pontos de atração. Até lá não encontramos obstáculos importantes, transversais à marcha de forças vindas do Sul, porque trata-se de um divisor de águas e ai os rios estão em suas nascentes, apresentando pequena largura e

pouca profundidade. Suas margens são cobertas de mato. Largas manchas de campo os separam, uns dos outros.

A não ser o Miranda, o Santa Maria e o Brilhante, fracos obstáculos, nada mais encontramos que possamos batizar com o nome de objetivos para uma operação ofensiva.

O planalto é, de maneira geral, descoberto e ligeiramente ondulado. Grandes extensões são inteiramente planas, mesmo, facilitando o movimento em todas as direções e a observação pela Aviação. A parte Leste, ou seja a vertente do Paraná, é recoberta de grandes matas. Mais para o Sul, nos municípios de Dourados e Ponta Porã, ficam os grandes hervais da Mate Laranjeira. Nessa região, há um bom sistema de comunicações, porém transversal para quem vem do Sul para o Norte, pois trata-se de vias de escoamento da herva ou para o eixo Ponta Porã-Campo Grande, ou para o rio Paraná, onde ela embarca para o exterior.

Em resumo: é uma região que se não presta a movimentos de grandes Forças no sentido Sul-Norte. A princípio encontram-se estradas transversais e depois uma zona passiva de grandes matas e rios em seu curso inferior.

A Oeste, desde a Serra da Bodoquena até o rio Paraguai, é uma região sem estradas longitudinais. Poucos são os caminhos transversais que levam do rio ao planalto, assim como poucas são as passagens na serra e facilmente defensáveis.

É uma região baixa, quente, inóspita e da qual o pantanal é a melhor imagem. É uma zona passiva para quem vem do Sul. Excelente cobertura para o flanco Oeste de forças do Norte, em defensiva face ao Sul. Quanto às vias de comunicações, quer ferroviárias, quer rodoviárias, assim como a questão distâncias, são por demais conhecidas. Apenas diremos que o sistema do planalto, se favorece a penetração desde a fronteira até à via-férrea, facilita igualmente operações do Norte para o Sul.

Dominando todo o sistema econômico-comercial do Sul do Estado, encontramos a cidade de Campo Grande, centro de maiores recursos, de maior população, empório comercial, chave de comunicações, ligada à capital do Estado por uma regular estrada de rodagem. Resumindo o lado brasileiro, podemos dizer que o Sul de Mato Grosso tem, no planalto propriamente, a sua via natural de penetração para forças do Sul. Campo Grande e Aquidauana são as direções de atração. Aí não há facilidades para operações de cobertura, nem defensivas, para forças do Norte. Para forças do Sul, em ofensiva, ele oferece um vasto campo de manobras, porém o ritmo das operações é rigorosamente condicionado pelos campos de batalha, maus, escassos, afastados e pela questão distâncias.

Conclusão geral sobre o terreno :

O estudo do terreno leva a concluir :

1º) Devemos considerar o Chaco uma zona secundária ;

2º) O problema da cobertura e, de maneira geral, o da defensiva, se apresenta agudo, pela ausência de obstáculos importantes na fronteira e atrás dela.

O problema da ofensiva também é dificultado, devido à falta de observatórios, à ausência de compartimentos, à natureza descoberta do terreno, à falta de bases de fogos convenientes e de bases de partida para os ataques ;

3º) O planalto é a zona mais interessante, quer para operações ofensivas, quer para operações defensivas, centralizando as atenções a direção Campo Grande-Ponta Porã. A Leste e a Oeste dessa direção, só direções secundárias ;

4º) Sendo um terreno imenso, plano, descoberto, pouco cortado, permeável, portanto, em todas as direções, exige do comando reservas motorizadas, largo emprêgo da Aviação de Reconhecimento e de Cooperação com as forças de terra e boas ligações.

EMPRESA DE TRANSPORTES "CONDOR"

DE

GERALDO BELL

Fundada em 1927

TRANSPORTES EM GERAL

COMPRA E VENDA DE CEREAIS POR ATACADO

Matriz : BELO HORIZONTE

RUA CAETÉS, 907 — FONE, 2-4557 — TELEG. "TRANSCONDOR"

Agência : TEÓFILO OTONI — RUA VISCONDE RIO BRANCO

Agência : GOVERNADOR VALADARES — RUA SETE DE SETEMBRO, 697

Agência : PEÇANHA

Transportes para : Caratinga — Governador Valadares — Teófilo Otoni — Conselheiro Pena — Mantena e seus Municípios

SEGURANÇA — EFICIÊNCIA — RAPIDEZ — HONESTIDADE

LIVROS NOVOS

HISTÓRIA MILITAR

I VOLUME

HISTÓRIA MILITAR GERAL

Pelo Coronel Professor PEDRO CORDOLINO
F. DE AZEVEDO

Eis um livro que começa a agradar desde que se o tem em mãos, por sua esmerada apresentação material, e que se torna cada vez mais interessante à medida que se passa da aparência exterior à apreciação do conteúdo.

O plano desse primeiro volume da História Militar comprehende uma parte geral em que se conceitua a significação, o alcance e o método peculiares ao estudo da história militar, e que orienta, sobretudo aos principiantes, aos quais é dedicada a obra, no rumo a seguir a fim de colher de seus estudos e meditações os mais justos e sólidos conhecimentos.

Vem, a seguir, o exame das primeiras formações das tropas adotadas antes do aparecimento das armas de fogo, bem como o estudo da personalidade dos grandes chefes que as comandaram, em batalhas que se tornaram típicas na história militar dos tempos antigos.

Numa terceira parte, analisa sucintamente o autor as campanhas da guerra moderna que marcam, mais caracteradamente, os diferentes estágios da evolução da arte da guerra, e os seus grandes capitães, para assinalar as transformações que o progresso das ciências, das artes e das indústrias imprimiram à condução das guerras modernas, tanto no campo da organização das forças, como na estratégia e, notadamente, da tática.

É um livro que se lê sem fadiga mental e com interesse sempre

crescente, graças ao método da exposição, à justeza dos conceitos, à fluência do estilo e à concisão e clareza da frase, qualidades primaciais duma obra, notadamente quando visa a fins didáticos.

Tais são as principais características que o autor, velho professor de tantas gerações escolares de Cadetes, soube imprimir à sua obra, com aquele "saber de experiências feito". E, já no término de sua larga jornada pelos domínios da História Militar, quis continuar a ser o guia da mocidade que inicia os primeiros passos na emaranhada selva dos conhecimentos históricos, mostrando-lhe os carreiros que tomar, e a orientação que seguir, a fim de chegar com segurança e proficiência ao término da jornada.

Por isso, a introdução e o capítulo que se lhe segue, merecem leitura atenta do estudante, ao qual o autor adverte, desde logo, a respeito do desvirtuamento, por vezes verificado, dos fins visados pelo estudo da História notadamente no domínio particular da História Militar. É que esta, por suas relações íntimas de causa e efeito, com a estratégia e até mesmo com a tática, às vezes são confundidas nas suas finalidades.

Nem a história geral, nem a militar devem ser consideradas como um repositório de narrativas de fatos consumados, de valor apenas descritivo e, muito menos, como um acervo de soluções aplicáveis não importa em que cir-

cunstâncias da vida dos povos ou das operações militares.

Essa interpretação errônea das finalidades do estudo da História Militar, que consiste em universalizar as lições do passado, sem atender às tendências, às contingências, ao grau de civilização e aos desejos dos povos e, ainda, aos meios de guerra que as ciências, as artes e as indústrias lhes proporcionavam — levou alguns escritores militares a criarem uma espécie de geometria da guerra com Frederico, e dum sistema de guerra, com Napoleão.

Esqueceram-se, os que pretendiam formular "receitas para ganhar a guerra, de que se na física ou na química, a causas iguais correspondem efeitos iguais, na guerra, muito ao contrário disso, os fatores da vitória são essencialmente variáveis na essência, no tempo e no espaço.

O estudo descritivo duma batalha, focaliza o drama e o cenário em que se movimentaram os atores acionados pelo chefe, mas, o que importa, analisar, não é sómente como o chefe dirigiu a batalha, e sim, principalmente, porque a conduziu de determinada maneira. E dessa análise, de como raciocinou o chefe em face das realidades do momento, que decorrem os ensinamentos ou os erros que devem ser assinalados.

É claro que, sendo a guerra uma luta entre duas vontades, mesmo quando estas sejam iguais e contrárias (caráter dos chefes), a vitória caberá aquele que, do início ao fim da luta, souber criar e combinar as "causas" capazes dos "efeitos" desejados a despeito da vontade do adversário; ora, que são, em sua essência, essas causas, senão as tropas, suas posições relativas, o fogo, o movimento e as particularidades favoráveis do terreno? Eis os principais fatores da decisão, que devem fecundar a imaginação criadora do chefe.

Há, sem dúvida, na arte da guerra, certas maneiras de proceder que, por sua generalidade e relativa independência de outros fatores, constituem regras de ação, também chamadas princípios,

que devem ser obedecidas, e que se tornam válidas em todas as circunstâncias, porque só se modificam pela evolução lenta dos meios e dos processos de guerra.

Tais princípios, porém, não têm a força de dogmas, mas, são guias, pontos de apóio do raciocínio que deve levar o chefe à decisão, em cada situação particular da guerra.

É o rigor da imaginação criadora do chefe que está na origem de todas as vitórias, mas, o conhecimento das lições da História Militar, a reflexão, o raciocínio, guiam o trabalho da imaginação criadora, sem o que, esta degeneraria em pura fantasia.

O grande mérito da obra do Coronel Cordolino assenta, principalmente, no método que seguiu no estudo de algumas das grandes batalhas, dos tempos antigos, antes do aparecimento das armas de fogo, aos tempos modernos, em teatros e épocas suficientemente afastados, para que bem pudesse ressaltar a influência dos fatores demográficos, políticos, sociais, econômicos, etc., e notadamente do armamento, na evolução e nas transformações da arte da guerra.

A leitura desse primeiro volume da obra do Coronel Cordolino, faz desejar o aparecimento do segundo que, alias, não se fará esperar muito.

Não será demasia, entretanto, apesar do que ficou dito pálida e resumidamente, aconselhar aos cadetes, e mesmo aos oficiais das Escolas de extensão cultural, a leitura dessa obra.

Aqui deixamos consignados ao professor Coronel Cordolino de Azevedo, nossos desvaliosos mas sinceros parabens, não sómente pela maneira brilhante com que se desempenhou de sua tarefa, como, e principalmente, pela prova que deu de seu espírito de cooperação em prol da formação intelectual dos jovens militares, em vez de entregar-se, justificadamente, no fim de sua exaustiva carreira de professor, ao *Otium cum dignitate*. — Renato B. Nunes, Gen. ref.

NOSSAS FRONTEIRAS NO SÉCULO XVI

Pelo Cap. LUIZ ALBERTO DE FREITAS

As terras do Brasil, apresentadas ao mundo europeu de 1500 pela mão de Portugal, o foram dentro da vigência do célebre Tratado de Tordezilhas, segundo o qual Portugal e Espanha dividiram entre si, como decorrência de velha tradição papalina, o mundo por descobrir. O tratado fôra ratificado em novembro de 1494 e tinha por base o conhecido Meridiano de Tordezilhas, apreciosamente situado a 370 léguas do "arquipélago de Cabo Verde".

Até o ano de 1500, nada há sobre como demarcar o incerto meridiano. Discute-se, então, ora a unidade de medida a tomar, ora a maneira de medir, ora, e principalmente, qual das ilhas do arquipélago de Cabo Verde seria tomada como marco inicial da demarcação.

Descoberto o Brasil e iniciada pelos portuguêses a ocupação da América do Sul, logo aqui o secundam os espanhóis (Solis em 1516), mas a demarcação não passa do terreno das discussões. Tanto assim que Pero Lopes de Souza, em 1531, lança um marco português abaixo do Rio da Prata, muito além portanto do limite sul do Meridiano de Tordezilhas e os espanhóis lançam outro, em 1536, na foz do Rio Oiapoque, muito para dentro de seus, então, legítimos domínios. Não passam disso as tentativas iniciais de demarcação, logo esquecidas por muito tempo.

A perspectiva que temos, hoje, dos acontecimentos europeus dos Séculos XVI e XVII, permite-nos concluir que os fatos ligados ao Tratado de Tordezilhas passaram por três fases distintas.

A primeira, que vamos aqui tratar, vai de 1500 a 1580, ou seja, da descoberta do Brasil à união das duas coroas ibéricas. Foi a fase do esquecimento premeditado, com o propósito de Portugal e Espanha reconhecerem e delinearem ou deixar que o tempo e os fatos delineassem as suas linhas de interesses na terra recém-descoberta.

A segunda, que vai de 1580 até 1640, quando se desunem as coroas de Portugal e Espanha, foi a fase em que, à sombra da autoridade única de Espanha, os domínios portuguêses na América foram se alargando sem entraves legais, para o norte, para o sul e para oeste.

A terceira, que vai até 1777, foi de tentativas reais de demarcação, de definições e lutas, até que Portugal consegue a revogação do Tratado de Tordezilhas e a sua substituição pelo Tratado de Santo Ildefonso.

De 1500 a 1580, os colonos portuguêses "arranham" o litoral brasileiro, fundam feitorias e vilas litoreanas, defendem a costa das várias tentativas estrangeiras, especialmente dos franceses, no Rio de Janeiro, lutam contra os índios ou os catequizam, quando podem. Portugal experimenta organizar o governo colonial em suas várias tentativas: capitâncias, governo geral, governo bi-partido... e as parcas tentativas de penetração para oeste, partidas da Bahia, Pernambuco e São Paulo, nunca ultrapassaram o Rio S. Francisco.

Assim, chega o ano de 1580, com o Brasil limitado, ao Norte, pe-

lo Rio Ponteji e, ao Sul, pela primeira barra do Paranaguá, muito embora, já em 1503, Gonçalo Coelho tenha achado, na foz do grande estuário sulino, hoje Rio da Prata, o machado de prata que deu o nome ao rio e que levou o mundo ibérico a concluir que tenha él provindo do interior da América, de um mitológico "El Dorado", situado muito para oeste do litoral que se ia conhecendo.

Enquanto os portuguêses reconhecem e tentam se firmar em suas descobertas à leste da América, os espanhóis procuram atingir diretamente a parte oeste, que lhes pertencia pelo Tratado de 1494.

Tinham, para isso, os espanhóis, três caminhos a seguir. O do extremo norte, usando o roteiro de Balbôa, em 1513; o do extremo sul, usando a rota de Fernando de Magalhães, em 1519-20 e o terceiro, que de perto nos interessa: chegar ao ocidente da América do Sul pela entrada do Rio da Prata, já balisada por Solis, em 1516.

Em 1527, dirigida por Sebastião Caboto, chega ao Rio da Prata outra expedição espanhola. Caboto infiltra-se pelos três rios: Uruguai, Paraná e Paraguai, chegando, por este, até além de Assumpção. Funda também dois fortins. Um nas margens do Uruguai e outro no Paraná, que denominou Espírito Santo. Ambos foram destruídos pelos indígenas, em 1529.

Com Caboto, delinea-se o sentido que tomariam as expedições e conquistas dos espanhóis no Prata: subir a bacia do Paraná até ligar-se com os mananciais de prata que se lhes afiguravam os impérios indígenas da costa sul americana do Pacífico.

Consegue-o Irala, em 1548, chegando os seus homens a Cuzco, onde, desde 1533, já havia chegado Pizarro, vindo do norte, depois de avassalar o grande império Inca.

No Norte, Orellana, em 1541, percorre todo o Rio Amazonas, mas de nada se apossta.

Em 1535, começa a Espanha a sedimentar as suas conquistas no

Prata, com a nomeação de um governo regular para essas suas terras. Governo centralizado, preside-o um "adelantado", que terá por missão assegurar a posse e prosseguir na conquista de povos e terras.

Comecam, então as vilas e povoados a balisar a posse espanhola no Prata, Buenos Aires em 1535. Boa Esperança, no lugar do antigo fortim do Espírito Santo, em 1536. Ainda em 1536, no Rio Paraguai: Assumpção e Candelária.

A procura da ligação com os espanhóis de Pizarro, nos Andes, é o principal interesse da Espanha, na ocasião. Assumpção é o ponto estratégico para essa tarefa. Torna-se a sede do governo espanhol no Prata.

Devido a ação de Irala, surge, em 1536, o povoado de Ontiveros, no território de Guaira, junto às quedas de Iguassú, justamente na região que se tornaria, mais tarde, um dos pontos de atrito na história de nossas fronteiras.

Em 1541, o segundo "adelantado", nomeado pela Espanha, chega à Assumpção, após ter desembarcado no atual território brasileiro de Santa Catarina e dali prosseguido por terra.

Apesar disso, estabelecida, em 1548, a ligação com a corrente espanhola que descia dos Andes, não procuraram estes a ligação direta de assumpção com o Atlântico, no rumo inverso ao percorrido por Cabeza de Vaca. Ao contrário, preferiram, mais comodamente, descer o Paraguai-Paraná, fundar Santa Fé em 1573 e definitivamente, Buenos Aires, em 1580.

Para Buenos Aires transferem-se os interesses espanhóis, agora não mais de exploração do interior, já que, nesse setor, o seu objetivo, a ligação com os Andes, estava atingido, e sim, de controle da mercância que se escoaria pelo largo estuário do Prata.

Ontiveros, no território de Guaira, possível vanguarda espanhola na procura do caminho direto do Atlântico, transforma-se em flanco-guarda da linha de comunicações espanhola — a bacia do Paraná.

Neste entremeses, Iralá e, mais tarde, em 1573, com o "adelantado" Zárate, tentam os espanhóis tomar pé na margem esquerda do Rio Uruguai, no futuro disputadíssimo território da Cisplatina, mas são sistematicamente repelidos pelos indomáveis "charruas", que os obrigam a se conservarem na margem direita do estuário platino.

Assim, chega para os espanhóis da América do Sul o ano de 1580 e, na península, Portugal cai sob o domínio espanhol. Legalmente, por 60 anos, não haverá problemas de fronteira a tratar entre os dois países e nas terras da América do Sul, ficava traçado, a grosso modo, pela envolvente dos interesses espanhóis nos Andes e na bacia do Prata, como diz o Gen. Tasso Fragoso, "o balisamento de nossa dilatada fronteira terrestre".

BIBLIOGRAFIA

História das Fronteiras do Brasil — Helio Viana — Ed. Biblioteca do Exército.

Fronteiras do Brasil — Capitão Emir Omar Chaves — Ed. Biblioteca do Exército.

História do Brasil — Rocha Pombo — Ed. Jacson — 5 Vol.

Atlas Histórico Geográfico — João Soares — Ed. Ottosgráfica — Lisboa.

História Geral do Brasil — Varnhagem — Ed. Cia. Melhoramentos de S. Paulo.

Fronteiras e Fronteiros — Castilhos Goycochêa — Ed. Biblioteca do Exército.

Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil — 3º Tomo.

A Batalha do Passo do Rosário — Gen. Tasso Fragoso — Ed. Imprensa Militar — 1922.

História da Civilização Brasileira — Pedro Calmon — Ed. Brasiliiana.

Formação Histórica do Brasil — Pandiá Calógeras — Ed. Brasiliiana.

Organização Política e Administrativa do Brasil — A. Tavares de Lyra — Ed. Brasiliiana.

**FÁBRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS**

Preferidos
no
Brasil

Grande
Sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA

**Brasileiro ou Estrangeiro: não te exponhas ao vexame de confessar
a um amigo nunca teres subido ao PÃO DE AÇÚCAR**

O CAMINHO AÉREO DO PÃO DE AÇÚCAR

É um empreendimento nacional que te proporciona SEGURANÇA — DESLUMBRAMENTO — CONFORTO — De 14 contemplarás a CIDADE MARAVILHOSA, tanto de dia como de noite, com o seu adorno de luzes

CARROS : tódas as horas e meias horas, das 8 às 20 horas

GRATIS para crianças até 1,20 m de altura

RESTAURANTE E BAR

Bonde : Praia Vermelha — Ônibus : Urca n. 13 e Forte de São João n. 41

Informações : TEL. 26-0768

DIVERSOS

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

ELEIÇÕES

Realizaram-se, no dia 4 de fevereiro p. passado, na sede desta Revista e sob a direção do Exmo. Sr. Gen. Renato Baptista Nunes, as eleições dos novos membros da Diretoria e demais cargos vagos da C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional".

Foi vencedora a seguinte chapa, sendo todos os eleitos dados como imediatamente empossados pelo Diretor-Presidente substituído:

Para Presidente: Gen. Juarez do Nascimento F. Távora.

Para Diretor-Gerente: Gen. Antônio de Castro Nascimento.

Para Diretor-Secretário: Cel. Adalardo Fialho.

Para Membros do Conselho de Administração:

Ten.-Cel. José Codeceira Lopes.
Major Floriano Möller.

Para o Conselho Fiscal:

Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.

Ten.-Cel. Geraldo de Menezes Côrtes.

Maj. Gerardo Lemos do Amaral.

Para Suplentes:

Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia.

Ten.-Cel. Moziul Moreira Lima.

Maj. Luiz Gonzaga de Mello.

Após as eleições, tomou a palavra o Cel. João B. de Mattos, o qual, elogiando o atuação do Gen. Renato B. Nunes à frente da Cooperativa, solicitou que fosse consignado em ata um voto de louvor ao mesmo, o que foi aprovado por unanimidade por todos os presentes e sob demorada salva de palmas. Agradecendo a homenagem, referiu-se o Gen. Renato aos méritos do novo Diretor-Presidente, o Exmo. Sr. Gen. Juarez do Nascimento F. Távora, a quem desejou felicidades e vaticinou uma brilhante administração.

Respondendo e agradecendo as referências feitas pelo Gen. Renato à sua pessoa, o Gen. Juarez associou-se ao voto de louvor ao ex-Diretor-Presidente e declarando aceitar o novo e honroso cargo, prometeu empenhar-se ao máximo

em prol da Cooperativa, uma vez que contava com a colaboração dedicada dos recém eleitos, alguns dos quais provinham da operosa administração anterior, à cuja teste se encontrava o velho e dedicado servidor desta Revista, o Gen. Renato

B. Nunes. As últimas palavras do novo Diretor-Presidente foram recebidas em meio a uma salva de palmas dos presentes, seguindo-se, após, os cumprimentos aos novos membros da Diretoria e demais órgãos sociais da Cooperativa.

GENERAL RENATO BAPTISTA NUNES

Tendo terminado o último período para o qual fôra eleito e não podendo ser reeleito, em virtude de dispositivo estatutário condizente com a situação do oficial reformado, deixou a direção desta Revista o Gen. Renato Baptista Nunes, após 6 anos de ininterruptos e valiosos serviços. Os que com él privaram, durante esse longo período de lutas em prol da cultura profissional do nosso Exército, sabem o quanto êste lhe deve e sentem o seu afastamento. Oficial de vasta cultura profissional e geral, escritor correto e acatado, na forma e no fundo, antigo colaborador e servidor desinteressado da nossa querida Revista, o General Renato era o elemento a cuja autoridade indiscutível todos nós que mourejamos nesta casa recorriamo para solicitar conselhos e pedir solução para os casos que se nos apresentavam. Ponderado, delicado, sempre solícito em atender os companheiros, tendo sempre uma palavra de estímulo para os que lutavam e sabendo exigir, sem ofender, o Gen. Renato a todos atendia com a sua fina educação e conquistava simpatias. Inúmeras e decisivas foram as suas intervenções junto às altas autoridades militares, principalmente nos momentos de crise da nossa Revista, naquelas ocasiões

em que as vagas de sceptismo e indiferença pareciam submergir de vez esta útil instituição. Na frente interna, o seu trabalho, como orientador e coordenador dos serviços desta Editora, concorreram para o que él chamava do "milagre de sobreviver" e é digno de referir aqui a sua inabalável determinação de bem servir à Revista, em qualquer setor, pois quando recorriamo a él, mesmo para uma pequena tradução, era de ver-se a sua humildade e submissa compreensão das nossas dificuldades, ao envergar o macacão de simples obreiro intelectual para atender invariavelmente ao nosso apelo. Eis porque sentimos o seu afastamento, só nos consolando com a convicção de que él, há muito, faz jus a um merecido repouso. Ao despedir-nos de tão distinto companheiro e sem renunciar à sua convivência, pois desejamos que continue a freqüentar a nossa casa, onde conquistou merecido lugar de Diretor-Honorário e esperando continuar a ter o privilégio de sua amizade, todos os que aqui trabalham agradecem ao General Renato os inestimáveis serviços que prestou à nossa Cooperativa e fazem-lhe sinceros votos de felicidades extensivos aos entes, que lhe são caros.

Pagamento de provenios e Pensões por intermédio da Caixa Econômica e Banco do Brasil

O Ten.-Cel. Chefe da Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas nos solicita a publicação da carta que abaixo se transcreve, na qual o missivista focaliza, com grande objetividade, o enorme êxito alcançado por aquela Repartição, a propósito dos pagamentos mensais dos provenios e pensões por intermédio da Caixa Econômica e do Banco do Brasil:

"Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1951. Cel. Antônio Rodrigues Palma. Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas. Meu caro e prezado camarada: Venho, aqui, trazer-lhe a confirmação escrita do meu espontâneo depoimento pessoal, levando-lhe o testemunho do meu aplauso pela felicíssima iniciativa que tomou, como digno e operoso Chefe da Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas, a propósito dos pagamentos mensais, que facultou aos interessados, por intermédio de transferência para depósito em conta corrente, primeiro, na Caixa Econômica, depois, também, no Banco do Brasil. Verdadeiro "ovo de Colombo", essa medida arejada tem provado ser inteligente, segura, prática e eficiente e representa, para cada interessado, uma comodidade inestimável. Diminuiu, certamente, em parte, agradável volume de numerário que deixou de transitar em espécie para ser movimentado simbolicamente, por via de transferência para estabelecimento bancário; reduziu proporcionalmente a massa de pessoal que se comprimia na

Repartição, em dias de pagamento; liberou os interessados de dias e horários restritos para os pagamentos, a que não podia fugir por imperativo funcional; distribuiu os interessados entre vários lugares de pagamento, à conveniência de cada um e sem as escassas limitações de dias e horários da Pagadoria; talvez, para alguns, tenha essa providência despertado concretamente a atenção da real valia de uma conta corrente: segurança, disponibilidade facilitada pelo uso do cheque, rentabilidade do capital, enquanto conservado eventualmente em depósito, estímulo à poupança, etc. E num requite de zélo e consideração por seus assistidos, ainda remete a cada um, por via postal, a correspondente ficha de pagamento do mês! Como profissional do Serviço de Intendência, quero crer que, a despeito de tantas vantagens palpáveis, o novo sistema lhe tenha acarretado alguns contrapesos de ônus funcionais novos, no mínimo em razão da expedição postal das fichas de pagamento. Até nesse particular é de louvar a sua iniciativa, tomada em proveito dos inativos, mesmo a despeito de possíveis encargos adicionais para a sua Repartição. Considero cumprir elementar dever de gratidão e reconhecimento, realçando a excelência dessa medida de inegável valor cooperativo, admitindo, entretanto, que não me calba a primazia

e exclusividade desta formal demonstração de aprazimento, porque, assim como prontamente se reivindicam os benefícios que deixam de ser prestados, assim também não se deve regatear o aplauso franco da satisfação, em face

de medidas concretas, utilitárias e práticas. Autorizo o prezado camarada a fazer da presente carta o uso que julgar conveniente e me subscrevo, com admiração e apreço, Cordialmente, (as) Gen. Sebastião Augusto de Carvalho."

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, consequentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULARIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

BOLETIM DE 27 DE NOVEMBRO

Cel. NISO MONTEZUMA, Cmt. Geral

INTENTONA COMUNISTA

Transcorre, hoje, o 16º aniversário da Intentona Comunista de subverter a ordem política no Brasil.

Foi a 27 de novembro de 1935 que — no Distrito Federal e em Recife — os comunistas, de armas nas mãos, usando amplamente a deslealdade, a traição e a covardia, se insurgiram contra a autoridade constituída e as nossas instituições.

E em sua sanguinária sanha, obscurecendo os imperativos morais da fraternidade, não trepidaram em derramar o generoso sangue brasileiro, causando a dor, o luto, a viuvez e a orfandade na abominável tentativa de arrebatar a tradicional liberdade brasileira para submeter o Brasil à execrável ditadura moscovita.

Foi assim que fizeram novas vítimas juntando, além de outros, os nomes de Misael Mendonça, Danilo Paladini, Lopes Bragança, João Pinheiro, Tomaz Meireles Alves, Geraldo de Oliveira, Armando de Souza Melo aos de outras vítimas como Elza Fernandes e Tobias Warsovisky ! ...

Depois de tantos crimes — sem se aperceberem do contrasenso que cometem em manter a Rússia fechada aos olhos do mundo para melhor poderem escravizar o seu povo — pretendem dizer que praticam o regime democrático ! ...

Esquecem-se, porém, que bom senso é a faculdade que tem o indivíduo de aplicar a razão ou o raciocínio na direção desejada,

para julgar ou raciocinar a fim de bem poder decidir com a consciência do bem ou do mal que se propõe a praticar.

Esquecem-se de que, sem conhecimento de causa, sem os elementos indispensáveis ao julgamento ou ao raciocínio, ninguém estará em condições de bem decidir.

É pois de se desconfiar dos que assim procedem, mesmo porque não é normal nem é recomendável esconder o que se quer ver adotado por outrem assim como pretender impôr aos outros o que se diz ser bom.

O que se pretende divulgar, quando é realmente bom, basta ser exibido para ser procurado, expande-se por si mesmo, pelas virtudes que tiver. Não é normal viver escondido nem precisa recorrer a processos condenáveis para poder propagar-se.

Eis como se torna evidente a intenção de ilaquear a boa-fé dos incertos e de iludir a humanidade.

Estulto seria pretender que a humanidade ainda seja ingênuas a ponto de aceitar, como verdadeiras, as maravilhas de um regime que não pode ser visto na prática, que se diz democrático, mas que se oculta aos olhos dos que o devem julgar !

Na realidade não se recomenda bem um regime que adota processos reprováveis e que se diz Democrático sem o ser.

Insensato seria acreditar, sem vê-lo funcionar, que qualquer regime bem intencionado, principalmente o democrático, seja capaz

de acobertar deploráveis atos como os do "julgamento" e prisão do Cardeal Mindszenty, arcebispo primaz da Hungria, apenas porque, no desempenho de sua missão, batia-se em defesa da liberdade de pensamento dos católicos húngaros, cuja consciência não deveria ser conspurcada pelo vermelho materialismo de Moscou.

Entre outros que sofrem nos países escravizados encontram-se prelados como o Arcebispo José Eeran, da Tchecoslováquia e o Arcebispo Alois Stepinac, da Iugoslávia.

Entretanto, com a sua habitual falácia, o Comunismo aproveita e explora todas as dificuldades (para a permanência das quais muito tem concorrido) e oportunidades para agir destruidoramente, dentro do seu tão nocivo lema do "quanto pior, melhor", em favor dos seus execrados propósitos de dificultar a reconstrução do mundo de após-guerra, para que assim — pelo mal-estar verdadeiro ou preparado — facilitar a revolução com que pretende escravar as nações livres.

Eis porque, depois de forçar a divisão da Alemanha, de se armar quanto pode, inclusive criando um exército comunista na Alemanha Oriental, procura perturbar a reorganização e o rearmamento dos países que defendem a nossa civilização e se esforça por impedir o rearmamento da Alemanha Ocidental.

Eis porque o comunismo combate, sistematicamente, os Estados Unidos da América do Norte e os norte-americanos: — é porque estes lideram o mundo livre em oposição aos funestos propósitos escravocratas moscovitas, como estamos a ver na Coreia.

Nestas condições é preciso, também, ouvir com reservas certos indivíduos que combatem os Estados Unidos da América do Norte e os norte-americanos. É indispensável observar se não agem com segunda intenção, qual seja a de enfraquecer os defensores da civilização ocidental e, por conseguinte enfraquecer, também, as

possibilidades de independência do nosso Brasil.

Um dos pretextos a que, para isso, recorrem é o *nacionalismo*. Sob a égide dessa tese muitas vezes visam a perturbar o desenvolvimento das nossas relações internacionais.

É, porém, conveniente lembrar que, sempre que nessa invocação houver sinceridade, o mesmo *nacionalismo* que procurar evitar submeter o Brasil a certas influências norte-americanas, jamais e com mais forte razão, poderá permitir aproximar-lo ou lançá-lo na esfera de influência comunista, porque esta é incompatível com as nossas tradições.

O comunismo fere a tal ponto a nossa moral os nossos princípios e as nossas aspirações que o povo brasileiro ficou assombrado e não pôde aceitar como honesta aquela célebre declaração, de gente nascida aqui, segundo a qual se a Rússia, em qualquer tempo, se encontrasse em estado de guerra com o Brasil, ele estará contra a nossa Pátria! . . .

Por mais chocante que tivesse sido essa impatriótica declaração, convém lembrar, também, que ela não constituiu uma deplorável levianidade, um detestável ato impensado ou isolado. Foi a triste e ameaçadora revelação de uma doutrina, talvez feita em momento julgado oportuno para o comprimento de ordem emanada do estrangeiro contra o Brasil, porque também foi feita, em termos semelhantes, em outros países como no México, na França e nos Estados Unidos! . . .

Estes esclarecimentos também mostram que se deve ouvir com muita reserva certas campanhas de suspeitos títulos como "o petróleo é nosso", pela "paz" e contra o emprego da "bomba atômica" . . . Também mostram quão impatrióticas são certas atitudes aconselhadas como as de "moleza no trabalho", o abandono do trabalho no campo, o trabalho mal feito ou improdutivo, com o traiçoeiro intuito de enfraquecer as fontes de produção, despovoadas os

centros produtores e agravar as dificuldades de vida nas cidades! ...

Vemos, pois, que devemos estar alerta; que o nacionalismo que nos convém é o que se não opõe à cooperação em defesa da civilização ocidental, que não leve o Brasil à subserviência nem à abdicação da altitude da sua independência.

O nacionalismo que nos convém é o que reconhece a legitimidade e coopera na orientação do Governo empenhado na política de compressão dos gastos públicos, na adoção de medidas que conduzem a esse objetivo, impondo-se, de modo especial, a penetração de cada um no cumprimento de seus deveres, a honestidade de propósitos e de ação na observância das prescrições legais e regulamentares.

O nacionalismo que nos convém é o que requer dos brasileiros espírito público e trabalho, isto é, que não se contente com o simples ato de presença nos locais e horários de trabalho, mas trabalho honesto e honestamente autônomo e profícuo, com a preocupação de servir à coletividade, com o objetivo não sómente de facilitar a administração como, também, para obtenção de maior eficiência e rendimento do trabalho.

Eis porque os brasileiros não se devem limitar a pensar em si, nas suas comodidades e conveniências ou que a Pátria deve ser olhada apenas como fonte geradora de delícias infinhas a gozar na expansão materialista de desenfreado egoísmo. Dêsse egoísmo "que leva os indivíduos a desenvolverem suas atividades na vida pública no sentido do perlimpico crescente das noções de justiça, do dever e dos sentimentos de honestidade cívica, do pudor, da probidade e, até, do que seja a mais rudimentar solidariedade humana" ...

É preciso pensar, também, no Brasil, cujos problemas estão a reclamar menos egoísmo e mais patriotismo em todos os setores de atividade, inclusive para justificar certas despesas orçamentárias e

vencimentos recebidos dos cofres públicos.

É preciso compreender que a intenção soviética é impedir que as nações livres se refaçam do esforço realizado na última guerra para, assim, poder manter o mal-estar geral e perturbar a tranquilidade construtiva pela ameaça permanente da guerra ou da guerra civil universal, por meio de grupos de orientação soviética, agindo como quintas-colunas nos países visados.

É preciso considerar que, nessas condições, não é o sangue russo que deverá correr para bem do Kremlin, mas sangue norte-americano, coreano, chinês, turco, alemão, inglês, italiano, francês e... talvez brasileiro!

É uma das mais perigosas e infames conspirações da história, pior do que a dos nazistas. Isto porque, embora a Alemanha tenha feito uma guerra militar de horrível destruição, as nações que combateram os nazistas sabiam quem era e onde estava o inimigo.

O sangue alemão correu pela conquista alemã.

Mas a revolução comunista tem um punhal oculto. O inimigo é um suposto amigo, um falso companheiro.

A conspiração não golpeia sob uma bandeira conhecida, mas sob milhares de bandeiras e de variadas formas, porque tem todas as formas da traição, inclusive fingindo defender a Bandeira que defendemos! ...

E a qualidade militar, além das obrigações comuns, impõe obrigações particulares, tem características próprias que diferenciam a vida militar de outros ramos de atividade e que muito se assemelham ao sacerdócio tais como a prática de virtudes específicas, a necessidade de dar exemplos, o espírito público, a penetração no cumprimento do dever e a atividade exercida sem alardes.

É que, a despeito do silêncio a respeito mantido pelos compêndios, a ordem também é elemento da economia política de vez que, sem ela, não há confiança para empre-

gar capital e dar trabalho, nem tranquilidade para execução do trabalho, nem segurança para a circulação das riquezas. E de conformidade com o art. 183 da nossa Constituição cabe à nossa Corporação a segurança interna e a manutenção da ordem.

Zelai, pois, para que todas as vossas manifestações se reflitam na opinião pública de modo a inspirar a indispensável confiança, revelando em todos os vossos atos disciplina, coesão, utilidade e penetração no cumprimento do Dever.

Eis porque, num mundo cheio de apreensões, num país, como o Brasil, necessitando de trabalho e

de aumento de produção, precisamos cuidar, com especial carinho, do prestígio do princípio da autoridade e da disciplina, porque nêles residem a confiança na Corporação e sua eficiência como estrutura, que são, do bem comum.

Ficai, pois, muito atentos. Dentro desse ambiente desenvolvei a vossa ação observando e orientando os vossos comandados e os vossos instruendos para a prática da disciplina, da lealdade e da penetração de sua finalidade social.

Eis a eloquente lição do lutooso 27 de novembro de 1935.

Não vos deixeis iludir. Ficai alerta! . . .



**DEFUMADOR
INDIANO**

O MELHOR DEFUMADOR EM TABLETES. USADO PELOS INDUS NAS SUAS PRECES DE PAZ E FELICIDADES - FABR. J. STEFANINI - RUA ESTACIO DE SA, 71 RIO
ENVAMOS PELO REEMBOLSO POSTAL
REPR. EM S. PAULO - J. BARROS LIMA - ALAMEDA REBEIRO SILVA, 609

Livros à venda nesta Redação

| | Cr\$ |
|------------------------------------------------------------------------|-------|
| As Repúblicas Hespano Sul-Americanas — Cap. Ayrtton S. de Freitas..... | 20.00 |
| Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho.. | 15.00 |
| Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães | 12.00 |
| Aspecto Geográfico — Gen. Mario Travassos..... | 6.00 |
| As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco..... | 15.00 |

— O —

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

"SERVIR" - PELO GENERAL GAMELIN

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Durante a leitura da obra "Servir", do General Gamelin, por um lado, tem-se a impressão de que se está assistindo à encomendação do corpo de um amigo e por outro, sente-se que a opinião pública do Brasil nada tem que modificar sobre o conceito que adquiriu das causas da derrota vertiginosa da França.

Já dissemos uma vez e agora repetimos que a França estava vencida quando entrou na guerra; os movimentos de suas forças e as reações de sua opinião pública não passaram de estertores, imprecisos como tais.

Mas não podemos culpar inicialmente o combatente, desde os comandos aos soldados; devemos, sim, culpar a Nação. As batalhas foram perdidas do interior para a frente.

Anos antes do inicio das hostilidades, os órgãos competentes, os militares, clamavam por material; material, não para a instrução, mas para a guerra que tudo indicava se aproximar rapidamente.

Clamavam, mas não conseguiam se fazer ouvir, embora procurando erguerem-se acima da balbúrdia!

As atenções eram desviadas, tecnicamente, e as discussões sobre os assuntos mais importantes redundavam em estéreis, desencontradas e incompreensíveis mesas redondas onde ninguém se entendia.

A desconfiança lavrava célebre nos lares, no congresso, na administração, na imprensa, no rádio e era difícil separar o joio do trigo, tanto se pareciam naqueles anos históricos...

A deficiência de material não é causa bastante para explicar a forma da derrota que a França sofreu; só a falta de vontade de combater, a fraqueza moral, explica suficientemente aquilo que fez sofrer o mundo democrático e particularmente, nós, os latinos, tão ligados tinhamos nossos destinos e nossas culturas à vida da França.

Apenas a leitura do primeiro volume é bastante para esclarecer esse ponto: povo e forças armadas em caos, discutindo a salvação da Pátria para, afinal, perdê-la; balbúrdia de idéias, só possuindo convicção os comunistas, com um comando e interesses limitados e bem caracterizados, razão das maiores vantagens que obtinham.

Mobilizada a Nação, criou-se uma força, motivada pelos mais variados interesses, sem coesão, pronta a facilmente entrar em pânico, incapaz e não compreendendo qualquer sacrifício...

E as batalhas pelo solo patrio, pela cultura francesa, pela França, foram o que vimos, uma sucessão de tentativas que mais definiam preparação para não combater, luta profunda de idéias, de interesses, corrupção, etc...

* * *

Mas, de tudo isto, que o mundo que ama a França deplora, há de surgir um dia, como já se vislumbra, embora longe, a velha França heróica, gloriosa, paradigma da civilização.

O soldado francês de 1914-18 não foi eclipsado definitivamente pelo soldado também francês desta última guerra.

O povo francês, revendo a história pátria, lamentará, por certo, o exército a que deu vida: sem vontade definida, malbaratador dos bens espirituais que tanto presou nouros tempos, menosprezando a memória dos heróis cujos feitos ultrapassaram as fronteiras do continente europeu.

Mas, os De Lattre de Tassigny estão alerta, constituem já um grupamento forte que há de levantar a França acima de seus níveis passados, porque a vitória definitiva do espiritualismo sobre o materialismo pagão está a vista e a França, com suas reservas, dela será um dos sustentáculos!

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência de Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

UM PROBLEMA MORAL

O "ESPRITO DA COLA" E SUAS DESASTROSAS CONSEQUÉNCIAS NA VIDA DO MILITAR

Pelo Cap. GERMANO SEIDL VIDAL

As Fôrças Armadas têm a indefectível missão de se preparam para a guerra. E, todos nós, oficiais integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, temos a veleidade de que, a cada dia, preparamos combatentes adestrados para os misteres da guerra moderna.

Por que dizemos veleidade? Não é incontestável ser missão precípua de todo Comandante ou Instrutor militar — para só considerar a responsabilidade de indivíduos isoladamente — o prepara real e eficiente de seus subordinados ou instruendos para os múltiplas tarefas na guerra?

Bem, esta justificativa é importante; aliás, necessária mesmo, para salvaguardar a nossa responsabilidade em tal afirmativa.

Julgamos que há veleidade porque, na maior parte das vezes, preparamos o homem tendo em vista o seu aprimoramento técnico-profissional. Exercitamô-lo intensamente. Instruimô-lo, exigindo dele muito trabalho. Criamos novas capacidades, aproveitando todas as aptidões. Verificamos os resultados obtidos. E, por fim, extenuados, sentimos ter cumprido o dever, na tarefa de Comandante ou Instrutor, quando o neófito se torna exímio ou perito na execução de seus novéis afazeres na vida militar. Já os reflexos estão criados a nosso talante, as novas habilidades foram aprendidas, uma forma de conduta foi assimilada pelo instru-

endo. Ei-nos, portanto, exultantes — temos um novo militar, apto para a guerra!

Mas (infelizmente há sempre um mas...), grave erro solapou essa trabalhosa preparação. Há um sério problema moral que poderá afetar e destruir toda a eficiente estrutura do ensino e instrução militar. É o "espírito da cola", que, aliciando adeptos em todos os degraus da formação do militar, criou a tenebrosa falange da 5^a coluna contra a Moral.

* *

A experiência que adquirimos nos bancos escolares, na "catedra" de instrutor e no "pedestal" de Comandante, dentro do Exército, dá-nos uma estatística de observação do elevado índice de "colantes", onde a cola inabilita o candidato a simples soldado especialista, quanto mais a oficial de nossas Fôrças Armadas.

Há, portanto, um mal. Mal que, infelizmente, medra nos bancos ginásianos, muitos antes de penetrar em nosso meio. Até aí, são conclusões "acacianas".

Entretanto, o que de certo modo torna mais sério o problema, entre nós das Fôrças Armadas, é o modo pela qual é ele combatido.

Ainda hoje, indagando aqui e ali, verificamos sobressaltados que a solução, quase unânime, nos órgãos militares que enfrentam a questão, é a da fiscalização dos alunos — tanto mais assídua e se-

vera quanto maior a suposição da existência de membros da 5^a coluna referida.

* * *

Há necessidade de "pausas para meditação" nesta seqüência explicativa. Porque, a se resolver o problema da forma como é encarado, é levar o indivíduo "colador", frustado em seus desejos, a procurar meios mais aperfeiçoados de burlar a vigilância exercida. E, muitos conseguem. E passam. E alguns são oficiais. E concluem cursos, que lhe dão títulos, autoridade e, especialmente, responsabilidades...

Não é utopia o que estamos afirmando, não. Os casos existiram no passado. Os do presente, se os houver, felizmente não são do nosso conhecimento. Ontem e hoje, entretanto, o mal era e é combatido do mesmo modo.

As Escolas do Exército, os Cursos nos Corpos de Tropa, têm — como ponto moralizante de seu ensino — instituída a fiscalização de provas e exames, com o intuito de evitar a "cola".

São, portanto, órgão preparadores de homens para a guerra, onde há absoluta honestidade profissional de seus dirigentes, mas (infelizmente esse mal tem que reaparecer aqui...) onde o "espírito da cola" não foi totalmente vencido.

* * *

Quem vem acompanhando pacientemente êstes prolegómenos do problema há de, por certo, indagar nesta altura: Como vencer este "espírito da cola", senão pelos métodos tradicionais geralmente utilizados?

Sendo o escopo deste artigo o de ventilar o importante assunto entre nossos camaradas, permitimo-nos apresentar uma sugestão.

Em tôdas as ocasiões em que nos é dada a missão de ensinar e verificar, em seguida, a aprendizagem, temos tido oportunidade de aplicar o mesmo princípio.

Julgamos que a formação moral do militar é o mais grave e im-

portante problema da educação para a guerra. No caso do soldado, os nossos regulamentos dão essa importância à "Educação moral e cívica", que é da direta responsabilidade dos comandos de subunidades. Em se tratando de oficiais, não podemos esquecer a magnífica oportunidade proporcionada pelos seis anos integrais que dispõe o Exército para dotar o adolescente, ingresso na Escola Preparatória, dum arcabouço moral sólido e bem delineado.

Baseados nestas considerações e coerentes com o nosso ponto de vista pessoal, procedemos da maneira seguinte:

Quer se trate de simples e rotineiro curso de soldados especialistas ou um de especialização de oficiais, declararmos à turma, numa rápida palestra ("improvviso" estudado), da impossibilidade de se continuar a instruir um "calador". Ele não serve ao Exército porque lhe faltam qualidades imprescindíveis ao combatente. A peroração prossegue, mostrando o estrago moral que o "espírito da cola" provoca entre os militares na guerra (assunto a que nos vamos dedicar linhas adiante).

Em seguida, afirmamos ao grupo o nosso desejo, como instrutores ou responsáveis pelo curso, de não fiscalizar os trabalhos e provas de verificação, desde que os seus integrantes se comprometam a não "colar". Um rápido interrogatório encerra a lição de moral e estabelece o "modus vivendi" entre alunos e professor, baseado na confiança mútua e na honestidade e franqueza — virtudes contidas na "coragem moral", apanágio de todo bom militar.

E de nossa parte pedir a assinatura de um incisivo Compromisso de honra, antes do início do Curso, ou em anexo a cada prova (sempre preferível para alunos de nível inferior).

Estabelece-se mais: Qualquer anormalidade na execução das provas deve ser levada ao conhecimento da autoridade "fiscalizadora" pelo Chefe da turma.

Este método, que evidentemente não é nosso (talvez mesmo com raízes remotas na Idade Média...), é de apreciáveis resultados. O "colador" ou se corrige, modificando a sua conduta pela própria vontade, ou não consegue vencer os impulsos do mal e zás, "cola" — com compromisso e tudo...

Mas (esse *mas* é aqui de grande estímulo), nesse último caso, há geralmente uma reação da própria turma, indignada de tanta sordidez e baixeza, exaltada em ver um companheiro fugir de compromisso tão sério e importante e vilipendiando a confiança de um instrutor ou chefe tão confiante em seus alunos ou subordinados. O mal é atacado pelos próprios participantes do grupo. A honra estimulada é sempre uma grande força impulsiva. Vozes exaltadas dos enganados atacam as atitudes desonestas de colegas sem escrúpulos. De mil maneiras aparecem esses sintomas. A reação, entretanto, é quase certa. O grupo ou turma, integrado na sadia camaradagem e hipersensibilizado pelos sentimentos de honra, consegue sobrepujar a ação do "espírito" daninho ou expurgar, definitivamente, duma coletividade selecionada aquêle que não é capaz de servir ao Exército na guerra!

* * *

Reservamos este tópico para discutir a influência desastrosa do "espírito da cola" nas Forças Armadas.

Para sentir bem essa influência, é muito bom raciocinar em quadros reais da guerra. A 5^a coluna solerte do "espírito da cola" está está aí, sempre pronta para desfechar as suas manobras torpes.

Um pouco de ficção será útil para criar exemplos de alguns casos que bem poderiam ter sido narrados em alguns récondita página dos fastos da História Militar.

Aqui é um soldado especialista em Transmissões, habituado a enganar professores e pais quanto à sua sapiência. Ei-lo que tendo,

sózinho, de consertar um fio telefônico, parte à noite, sob o clarão de granadas no "front", acompanhando a linha estendida. Oh! Encontra, enfim, o "seu" fio num emaranhado de outros cabos, próximo à cratera de recente explosão. O "espírito da cola" está presente e não há tempo a perder. O "tapiador" costumeiro corta os fios indistintamente para livrar o "seu" cabo. Estica-o, por fim, e, feita a emenda, parte rápido de volta para o seu abrigo.

Este soldado desconhece que causou danos muito maiores que o inimigo, pois aquele emaranhado de fios era parte de complexa rede de comando do seu Regimento...

O "espírito da cola" conseguira uma vitória. O tenente comandante do pelotão estava de novo falando com um dos atiradores de arma automática. Mas o coronel comandante do regimento não tinha mais ligação telefônica para comandar a manobra de seus batalhões!

Ali é o tenente X, mestre em enganar a vigilância dos superiores na arte de "colar" que, em pôsto avançado de Infantaria, cumpre a sua missão na guerra.

E, um dia, sem que haja tempo para pensar, evoluem os acontecimentos. Ele viu o forte contingente inimigo que ataca o flanco esquerdo da frente e ouve, no telefone, os comandos rápidos e imprevistos do seu comandante. O ataque é finalmente detido e o capitão prevê um rápido contra-ataque.

— "Ten. X, vamos contra-atacar... Aiô! Ten. X! Ten. X!..."

A linha foi cortada. O tenente X, exímio em iludir seus superiores, sucumbiu ao "espírito da cola" e cortou o fio do próprio telefone...

Acólá é o oficial de Estado-Maior, que conseguiu a maior proeza de todos os tempos: atravessar incólume os três anos de labor na Escola de Estado-Maior, carregando consigo o "espírito da cola". É claro que ele não é dos mais capazes, mas a guerra exige que todos estejam em seus postos.

Ei-lo chefiando a 3^a Secção de uma Divisão.

Prepara-se a montagem de importantíssima operação e o nosso "colador" tem que aplicar toda a astúcia, inteligência e preparo profissional, no importante trabalho. Ele vacila, não sabe como desolver os problemas, a situação é difícil, urge rapidez e precisão — falta a "cola"... Porém, ele, que enganou a tantos, não titubeia mais e blefa, levando ao chefe, para ser aprovado, um documento baseado em sua incompetência. O "espírito da cola" consegue um grande triunfo, num lastimável fracasso da operação, que custou centenas de vidas humanas...

E, finalmente, aqui estamos acompanhando, a quinhentas milhas horárias, hábil piloto de caça cuja única fraqueza residiu em copiar dos outros aquilo que não sabia... Ele cumpre missão de guerra e sobrevoa território inimigo. Atento a tudo, leva célebre sua máquina aos objetivos da missão. Eis que ali surge, de inopinado, um objetivo esplendoroso, um paio inimigo, cercado de viaturas militares e de armas anti-aéreas também... O piloto estremece. O perigo do ataque é grande e o inimigo feroz. Mas... a sua missão não era atacar comboios na estrada? E ali vão dois miseráveis caminhões arrastando-se na rodovia. O avião pica em estrepitoso ronco, suas metralhadoras vomitam chamas. Em segundos só se vêem destroços daquilo que foram dois miseráveis veículos...

A missão está cumprida! O avião retorna, com as bombas lançadas e os filmes da "grande" missão. Ninguém, senão aquele piloto, saberia do "polpudo" objetivo, abandona pelo influxo do "espírito da cola".

* *

Os exemplos apontados são o lielo contra as hostes de "caladores" e suas "grandes vitórias"... Não é, todavia, imprescindível dramatizar a vida do militar para se ter idéia da nefasta influência do "espírito da cola". Todos os

militantes da nossa profissão de sacrifício sabem que, a cada passo, encontram vestígios indeleíveis da ação persistente e deletéria do "espírito da cola" sobre os caracteres morais de seus seguidores. Basta um rápido golpe de vista analítico para se identificar ao redor, os traços marcantes da ação dessa desmoralizante 5^a coluna.

Quantos chefes, pequenos ou grandes, não escondem de seus superiores falhas na instrução ou administração dos organismos que chefiavam? Quantos, como bons "golpistas", pretendem parecer o que não são à autoridade que os fiscalizam por dever de ofício? Quantos contam despudoradamente e amiúde bravatas de faltas escondidas e de elogios indébitos conseguidos por obra exclusiva de sua ação de perfeitos "tapiadores"?

E, nessa seqüência deplorável, iríamos longe, cada vez mais longe, perguntando sobre indivíduos e fatos, sobre os quais já estamos habituados a nos interrogar estupefactos.

E, sem dúvida chegariamos também a enumerar as influências nocivas da moral deturpada de um pai "colador" na educação de seus filhos. Será que, então, ele se tornará capaz de esconder ao filho a sua deformidade moral? Se o conseguir, que energia disporá para atacar e vencer o "espírito da cola", que pretender, como já fez a ele, dominar o filho inexperiente?

Subordinados ou chefes, professores ou alunos, educadores ou educandos, pais da nova e esperança geração, os militares têm, na sua vida fiel, retrato moral de vital parcela da nação. Do que ele for hoje se poderá aquilatar o que a nação pode esperar no futuro.

Os heróis de amanhã não nascem como tal. Mas do berço à consecução do heroísmo, corpo e alma de herói, sublimaram ideais grandiosos e qualidades insuperáveis.

Se algum dia o coração de algum patriota pulsar em uníssono

com os sons do hino pátrio, é porque ele se educou no civismo.

Se os músculos dum combatente impulsionaram-no alguma vez à intrepidez e à bravura, é porque eles seguiram a vontade inquebrantável de quem sabia querer.

Se o sangue dum soldado corriu-lhe o peito em chagas, como a condecorar-lhe o denodo inaudito, é porque há muito já vivia dentro desse peito um herói aguardando a sua oportunidade.

O Brasil deposita grandes esperanças em suas Forças Armadas. Elas se alicerçam na conjectura da existência de heróis latentes, puros e sensatos, animados por ideais imarcessíveis, inimigos de falsidades e prontos a transformarem em ação o sentimento de amor pela Pátria!

* *

A campanha contra o "espírito da cola" deve ser iniciada e, quanto

antes, melhor. Sempre ouvimos dizer alhures que o mal vem das Escolas de formação. Enquanto naquelas possivelmente valerá a assertiva de que o responsável seja o Colégio e o Ginásio, ou a nossa Escola Preparatória.

Pensamos que a boa e eficiente campanha deve ser encetada em todas as nossas Escolas e Cursos.

Sentimo-nos verdadeiramente envergonhados de realizar qualquer trabalho sob a fiscalização de companheiros ou superiores.

Não atinamos com isto. A suposição de que não há moral suficiente, quando ela é imprescindível pela própria missão do militar, nos parece tão absurda como a vós, leitores, deve ter impressionado o conceito emitido no inicio deste artigo:

"Nós temos a veleidade de preparar homens para a guerra!"

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Sub-Gerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

A NOSSA AVIAÇÃO VISTA PELOS FRANCESES

Capitaine J. Bertin

(Transcrito de "Forces Aériennes Françaises",
pela Redação)

Existe, no Brasil, um Ministério da Aeronáutica desde janeiro de 1941, período que marca o inicio do desenvolvimento rápido da aviação brasileira. Ele se encarrega de todas as atividades aeronáuticas da nação. O novo Ministério, formado, em parte, de elementos heterogêneos provenientes dos Ministérios da Guerra, Marinha e Viação, teve um começo difícil. Contudo, em agosto de 1942, o Brasil declarava guerra à Alemanha e Itália e, 2 anos mais tarde, um Grupo de Caça brasileiro, equipado de P.47 Thunderbolt, estava engajado sobre o teatro de operações europeu. Três princípios presidiram à reorganização da aviação brasileira: a flexibilidade de emprego, tão necessária a unidades de aviação, a economia de meios em pessoal e em material, de cuja falta o Brasil se ressentia e a unidade de doutrina e estandardização da instrução. O Ministério da Aeronáutica supervisore, ao mesmo tempo, a aviação civil e a militar. A civil comporta duas direções: a da aviação civil e a de segurança das rotas aéreas. A aviação militar (Fôrças Aéreas Brasileiras) divide-se em 6 ramos: aviação de caça, aviação de bombardeio, aviação costeira, aviação de transporte, aviação de cooperação com o Exército e aviação de cooperação com a Marinha. Cada um de seus ramos é responsável pelas suas unidades e escolas. As unidades se repartem em unidades de primeira linha, equipadas do mais moderno material e unidades de segunda linha, equipadas de mate-

rial considerado antiquado para as unidades da categoria precedente e constituem uma força de reserva perfeitamente organizada. As unidades estão distribuídas sobre um certo número de aeródromos do país. A localização destes foi determinada não sómente em função da importância da região na qual estão situados e de acordo com o tipo de aviões que deviam receber, mas também de modo que estes aviões não estivessem muito afastados dos centros de reparação e dos órgãos encarregados de reabastecer as unidades. Para facilitar o deslocamento destes últimos, foi levantado um certo número de bases, compreendendo, a título permanente, um órgão de comando da base, um serviço de segurança mais ou menos equipado de conformidade com o tráfego eventual, um destacamento médico, serviços e elementos encarregados da guarda e defesa do terreno. No Rio, funciona um centro de formação do pessoal navegante; na Ponta do Galeão, um centro de ensino técnico para os engenheiros e mecânicos. Recorremos que as unidades da aviação brasileira são dotadas de P.47, de B.25 Mitchell, de Catalinas, de Dakotas e de A.T.6 e A.T.11 para o treinamento. O parque da aviação de transporte comercial compreende cerca de 5 Constellations, 2 Douglas D.D.4, 10 Catalinas, 10 Curtiss Comandos e 140 Douglas D.C.3. A indústria aeronáutica tem sido objeto de todas as atenções do governo brasileiro e, se atualmente a produção nacional se reduz ainda à

construção de aviões de transporte ligeiros, de treinamento e de turismo, é possível que, no futuro, sejam construídos aviões mais importantes, de concepção brasileira.

A Fábrica do Galeão, situada próximo do Rio de Janeiro, dá uma idéia do esforço realizado pelo Brasil para se bastar a si próprio no domínio aeronáutico. É uma imensa usina moderna que utiliza a maior parte das últimas invenções suscetíveis de facilitar a produção. Os laboratórios de ensaio foram equipados de aparelhos de raio X, fotográficos, metalográficos e espectográficos. Além da usina de construção de aviões, encontra-se aí um laboratório de pesquisas mecânicas, um centro de ensaios de motores e oficinas de madeira compensada. O I.P.T. (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) é um organismo especializado na pesquisa, em particular no controle dos materiais de origem nacional utilizados pelo conjunto das usinas de construção aeronáutica. Porém este Instituto empreendeu também a fabricação de um certo número de aviões ligeiros e de planadores. Assinalemos, entre outros, o "I.P.T. Bichinho", pequeno monoplano de um lugar, equipado de motor Continental de 75 cavalos, de 280 kg de peso, 200 km por hora de velocidade de

cruzeiro e 5 horas de autonomia; o "I.P.T. 4B Planalto", para 2 lugares, equipado de um motor De Havilland Gipsy Major de 130 cavalos, monoplano de aza baixa de forma elíptica; o "I.P.T. 8", avião de transporte bimotor ligeiro, equipado de 2 motores de 220 cavalos, podendo conduzir 9 pessoas (equipagem e passageiros); peso em carga: 2.250 kg; velocidade de cruzeiro: 240 km por hora; autonomia: 5 horas. A C.N.N.A. (Companhia Nacional de Navegação Aérea) projetou e construiu numerosos aviões, sendo que o último é o H.L. 1B, avião de 2 lugares de treinamento ou turismo, monoplano de aza alta, trem fixo, equipado de um motor Continental de 65 cavalos. Este aparelho lembra muito o "Piper-Cub".

Os progressos são reais, como se vê; porém, a aviação militar, como tivemos oportunidade de observar, permanece inteiramente equipada de aviões americanos. As cidades principais do Brasil e as regiões propícias ao desenvolvimento de uma indústria são muitas vezes separadas por vastas extensões de território quase desertas e a zona costeira se estende sobre mais de 6.000 km; um grande número de aviões de transporte e de guerra são, pois, com toda a evidência, indispensáveis.

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÉMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

AV. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

Primeiros resultados do inquérito social realizado pela Comissão Especial do Serviço Social do Exército (CESSE)

I

De acordo com as instruções para o funcionamento da C.E.S.S.E., elaboradas pelo Exmo. Sr. General Presidente, logo após a instalação da Comissão, deveria a Divisão de Assistência Social proceder ao levantamento dos recursos e das necessidades das diversas Guarnições Militares do Exército, tendo em vista reunir dados indispensáveis ao planejamento da obra de assistência social, cujas bases a CESSE estava encarregada de estudar.

Para o cumprimento desta determinação, foram organizadas cinco fichas, sendo uma para o levantamento de dados relativos à habitação e as demais para fornecerem dados sobre alimentação, saúde, vestuário, utensílios, educação (pri-

mária, ginásial e profissional), recriação, assistência pecuniária e assistência jurídica e religiosa.

Estas fichas, depois de impressas, foram remetidas a todas às Guarnições, no dia 14 de junho de 1951, em ofício-circular, assinado pelo Exmo. Sr. Gen. Presidente, expondo a finalidade das mesmas.

Tendo em vista facilitar a análise posterior destas fichas, todas elas tinham, no verso, as normas para o respectivo preenchimento.

Na ocasião em que as fichas acima foram expedidas, as 125 Guarnições existentes já estavam repartidas em seis grupos, reunindo, cada um, várias Guarnições de idênticas características, nas quais deveriam ser organizados os futuros Centros Sociais.

Esta repartição era a seguinte :

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| Grupo I — Grandes Guarnições..... | 1 |
| Grupo II — Guarnições da fronteira terrestre do N. e W..... | 9 |
| Grupo III — Guarnições localizadas no interior do Centro e do Sul do país..... | 59 |
| Grupo IV — Guarnições das Capitais Estaduais e grandes cidades | 27 |
| Grupo V — Guarnições dos Bairros das grandes cidades..... | 17 |
| Grupo VI — Guarnições dos Estabelecimentos Fábricas..... | 12 |

A tarefa da Divisão de Assistência Social seria, pois, analisar as informações constantes de cada uma das fichas das Guarnições acima, de modo a colher dados positivos, não só quanto aos problemas de cada uma, mas também quanto aos problemas de conjunto, relacionados com a habitação, a alimentação, a saúde, artigos básicos de uso pessoal e doméstico, educação escolar, recriação, assistência pecuniária, religiosa e jurídica.

Para execução desse Serviço, as fichas restituídas foram separadas por Zonas Militares e, dentro destas, pelas Regiões Militares.

II

No fim do mês de setembro, quase todas as fichas já haviam sido restituídas, possibilitando, assim, à Div. de Assist. elaborar este esboço sobre o exame superficial das mesmas.

O exame acima referido revelou muitos aspectos de grande importância para a orientação do planejamento da obra social, em estudo na C.E.S.S.E.

Mostrou, por exemplo, que os problemas das diversas Guarnições são essencialmente variáveis devido a uma série de circunstâncias, entre as quais, destacam-se: a localização geográfica, a importância econômica e política da sede, e, finalmente, o efetivo militar da Guarnição.

Revelou também o acentuado desequilíbrio social existente entre as Guarnições mais necessitadas e as mais privilegiadas.

Confirmou que o principal problema social do militar, a ser resolvido, é o da habitação, o qual, aliás, é também um problema nacional, resultante de várias causas, entre as quais está o transbordamento demográfico do interior para os grandes centros da faixa litorânea, nos quais a construção de residências tem sido muito mais intensa do que nos demais núcleos de habitação do país.

Em virtude da exagerada aglomeração humana, nos grandes centros, existe nos mesmos, verdadeira "concorrência" para se obter moradia, enquanto que, nas demais cidades, faltam casas residenciais porque a construção tem sido praticamente nula.

Não podendo "concorrer" às moradias dos grandes centros, por falta de recursos para isso, e não dispondo de casas para se instalar nas demais cidades, os militares, principalmente os menos graduados, enfretam uma situação verdadeiramente angustiosa e cada vez mais grave, que está exigindo imediata terapêutica.

Como tudo indica que a afluência para as duas grandes metrópoles (Rio e S. Paulo) continuará no mesmo ritmo, a despeito das inúmeras dificuldades que o congesionamento das cidades acarreta às atividades dos seus habitantes, pela impossibilidade dos serviços públicos atenderem satisfatoriamente às crescentes necessi-

dades de transporte, habitação, alimentação, saúde, educação, etc., a solução dos problemas sociais, torna-se cada vez mais difícil, inclusive a do problema de habitação dos militares.

De um modo geral, nas Guarnições do interior, não existem satisfatórios recursos médicos, quer em pessoal, quer em material, sendo que a deficiência existente tanto é em quantidade quanto em qualidade.

Os grandes centros, nos quais o número de doentes é elevado, absorvem a totalidade dos médicos, farmacêuticos e enfermeiras do país, e também concentram os hospitais, clínicas e drogarias pouco restando para as inúmeras cidades menores porque, nestas, o negócio é menos rendoso.

A escassez de recursos básicos (meios de transporte, habitações, alimentos, hospitais, drogarias, escolas, etc.) no interior, tem sido a causa do abandono das fazendas de plantação e criação, com graves prejuízos para a economia nacional.

Uma das mais sérias consequências desse desajuste demográfico, para o qual a indústria manufatureira muito tem concorrido, prejudicando a própria produção agropecuária, é o desequilíbrio econômico e financeiro em que vive a nação, poucas esperanças havendo de se restabelecer o equilíbrio, uma vez que, à medida que o tempo avança, os maus aumentam e a capacidade "per capita" e coletiva diminui.

O fato do centro de gravidade da produção de gêneros alimentícios situar-se nas regiões Leste e Sul agrava, de maneira extraordinária, o abastecimento das outras regiões, não só pela deficiência dos transportes, como pela falta de instalações destinadas à estocagem dos gêneros.

O "deficit" alimentar médio do brasileiro agrava-se, particularmente, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para isso, concorrem o baixo poder aquisitivo de suas populações e o fraco rendimento "per capita" da lavoura. Apesar de ali se encontrarem 31 % dos habi-

tantes do país, a sua contribuição à dieta nacional não excede de 23 % do total produzido no Brasil, o que determina a necessidade de importar, do Sul, quantidades avultadas de alimentos, com o seu consequente encarecimento.

A elevação do nível de vida da população do interior seria o recurso mais indicado para fixá-la à terra e reduzir ou extinguir o êxodo das zonas rurais; todavia, as medidas neste sentido só viriam produzir efeitos positivos quando se distribuissem os meios de transporte, as casas residências, os alimentos, as escolas, os hospitais, etc., judiciosamente, pelo território nacional, evitando-se a aglomeração destes recursos nos grandes centros.

Nas Guarnições da fronteira terrestre, bem como do Norte e Nordeste, a aquisição de vestuário e utensílios é também um problema que precisa ser estudado, sendo, que, nas referidas Guarnições, a falta, não é acentuada porque o consumo é relativamente pequeno, mas o preço de tudo é, às vezes, exorbitante, devido, principalmente, à grande distância em que as referidas Guarnições estão dos principais centros produtores.

Sendo a finalidade precípua da assistência social preservar a dignidade humana, assegurando, atra-

vés da fraternidade, a produtividade indispensável à prosperidade e à felicidade, é óbvio que a assistência social tem um caráter eminentemente construtivo e, por isso, as obras sociais não devem se limitar apenas a reduzir os desajustes da economia e reparar os erros da política. Para produzir resultados compensadores, o planejamento das obras sociais deve ser intimamente conjugado com a elaboração dos planos econômicos e políticos conexos, aos quais os problemas sociais estão intimamente ligados como fatores preponderantes de êxito ou fracasso.

O exame das referidas fichas permitiu, ainda, repartir as Guarnições em quatro grupos, de acordo com as respectivas necessidades, sendo o primeiro constituído das Guarnições mais necessitadas e o quarto grupo constituído das Guarnições mais privilegiadas, ficando, entre estes dois grupos, o segundo grupo, constituído das Guarnições nas quais existe relativa predominância das necessidades sobre os recursos, e o terceiro grupo, no qual foram incluídas as Guarnições em cujas sedes existe relativa predominância de recursos em relação às necessidades.

Ao primeiro grupo (piores Guarnições), pertencem as seguintes:

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Içá, Japurá, Cucui, Tabatinga, Oiapoque, Boa Vista, Pôrto Velho, Guajará-Mirim, Príncipe da Beira e Clevelândia..... | na 8 ^a R.M. |
| Fernando de Noronha..... | na 7 ^a R.M. |
| Pôrto Martinho, Ponta Porã, Bela Vista, Coimbra, Cáceres e Aquidauana..... | na 9 ^a R.M. |
| Palmas, Guaira, Foz do Iguaçu..... | na 5 ^a R.M. |
| Itaqui, S. Luis e Rosário..... | na 3 ^a R.M. |

Ao segundo grupo (Guarnições regulares), pertencem as seguintes:

| | |
|--------------------------------------|-------------------------|
| Manaus..... | na 8 ^a R.M. |
| Terezina e S. Luis..... | na 10 ^a R.M. |
| Pouso Alegre, Itajubá e Ipameri..... | na 4 ^a R.M. |
| Vitória e Macaé..... | na 1 ^a R.M. |
| Munduba..... | na 2 ^a R.M. |
| Lapa, Castro e Pôrto União..... | na 5 ^a R.M. |
| Quarai, Ijuí e Vacaria..... | na 3 ^a R.M. |

Ao terceiro grupo (boas Guarnições) pertencem o maior número de Guarnições, porque nêle estão incluídas quase todas as capitais estaduais e muitas outras cidades,

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|---------------------|
| Belém | na | 8 ^a R.M. |
| Natal, João Pessoa, Campina Grande, Olinda, Recife..... | na | 7 ^a R.M. |
| Aracaju e Salvador..... | na | 6 ^a R.M. |
| Ouro Preto e Santos Dumont..... | na | 4 ^a R.M. |
| Niterói, S. Gonçalo, Realengo, S. Cruz e Barra Mansa | na | 1 ^a R.M. |
| Duque de Caxias, Caçapava, Lorena, Pinda, Lins, Jundiaí e Itú..... | na | 2 ^a R.M. |
| Cuiabá, Corumbá e Campo Grande..... | na | 9 ^a R.M. |
| Florianópolis, Juinville, Blumenau, P. Grossa, R. Negro Lages | na | 5 ^a R.M. |
| Santiago, S. Gabriel, Santo Ângelo, S. Borja, Jaguarão, D. Pedrito, Passo Fundo, S. Rosa, Rio Grande, Bento Gonçalves, S. Cruz, Cruz Alta, Livramento e Caxias | na | 3 ^a R.M. |

No quarto grupo (melhores Guarnições), estão as Guarnições em cujas sedes existem todos os re-

cursos e os militares encontram maiores facilidades à vida e ao trabalho:

| | | |
|--------------------------------------------------------------|----|----------------------|
| Fortaleza | na | 10 ^a R.M. |
| B. Horizonte, Juiz de Fora e S. João del Rei..... | na | 4 ^a R.M. |
| Petrópolis, V. Militar, Deodoro, Urca e Praia Vermelha | na | 1 ^a R.M. |
| Copacabana, Leme e Leblon..... | na | 1 ^a R.M. |
| S. Cristóvão e S. Francisco..... | na | 1 ^a R.M. |
| Ministério da Guerra..... | na | 1 ^a R.M. |
| S. Paulo, Santos, Campinas e Pirassununga..... | na | 2 ^a R.M. |
| Curitiba | na | 2 ^a R.M. |
| Pôrto Alegre, Sta. Maria, S. Leopoldo, Pelotas, Uru- | na | 5 ^a R.M. |
| guiana, Bagé e Cachoeira..... | na | 3 ^a R.M. |

A análise das fichas dos estabelecimentos fabris evidenciou a importante influência da assistência social sobre a produção, proporcionando aos operários condições favoráveis à vida e ao rendimento do trabalho.

De um modo geral, as condições sociais dos estabelecimentos fabris do Exército são relativamente satisfatórias.

O principal problema que ainda não foi resolvido de acordo com as necessidades, nesse setor de atividades do Exército, é também o da habitação.

Em todos os estabelecimentos fabris se dedica especial importância à assistência social, porém, entre todos, parece justo ressaltar a Fá-

brika Presidente Vargas, em Pi- queite, cuja notável obra social pode ser considerada modelar, pouco lhe ficando devendo, porém, as demais fábricas localizadas no interior.

Finalmente, o exame das fichas de levantamento forneceu dados sobre o volume de cada um dos problemas, isto é, informações sobre a quantidade de casas, hospitais, armazéns, etc., existentes em cada Guarnição. O resultado desse esboço não está, entretanto, completamente concluído, razão pela qual deixou de ser incluído no presente esboço.

III

As conclusões acima mencionadas, forneceram algumas indica-

ções importantes à elaboração do plano para execução da obra projetada.

Entre essas indicações, podem-se enumerar as seguintes:

1) Abordar, em primeiro lugar, o problema de habitação, começando pela construção de casas de aluguel para Sargentos, Tenentes e Capitães nas Guarnições em que esse problema apresentar maior urgência.

A construção de residência de aluguel é um problema de assistência, enquanto que a construção de casa própria é um problema de previdência, sendo que este não deve ter precedência sobre aquela, sobretudo quando prejudicar a obra de assistência à coletividade.

Assim, pois, a medida que se impõe a respeito, é a construção de casas de pequeno custo e padronizadas, em terrenos pertencentes ao Ministério da Guerra ou doados pelos governos estaduais e municipais para esse fim, não sendo indicada a execução

centralizada em virtude das dificuldades impostas pela grande dispersão das Guarnições.

2) Associar, órgãos civis de assistência médica ao Serviço Social, nas Guarnições que não têm recursos para o eficiente tratamento da saúde dos militares e seus dependentes.

3) Estimular a organização e o funcionamento dos Centros Sociais nas diferentes Guarnições, objetivando, principalmente, reduzir as dificuldades de alimentação, através da instalação de armazéns e criação de granjas, nos termos do projeto de Aviso já apresentado ao Exmo. Sr. Ministro.

4) Empenhar-se para reduzir o desequilíbrio existente entre as Guarnições de Leste e Oeste e Norte e Sul, objetivando o nivelamento da base sobre a qual deverá ser erigida a Obra Social do Exército.

5) Adotar um critério eminentemente justo na distribuição da assistência.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

NOTÍCIAS DIVERSAS

● Fábrica de Alumínio no Brasil

A "Reynolds Metals Co", uma das mais poderosas empresas norte-americanas no campo da produção de alumínio, estuda, no momento, a possibilidade de instalar uma fábrica, em nosso país, no valor de 150 milhões de dólares, para a produção de 100 mil toneladas anuais. A fábrica produzirá, também, para exportação, o que nos dará 36 milhões de dólares, anuais, se o produto fôr exportado sob a forma de lingotes e 70 milhões, se o fôr sob a forma de produtos acabados.

● Petróleo e Petroleiros na receita da União

Em 1952, os petroleiros do Brasil contribuirão para a receita da União com a importância de 130 milhões de cruzeiros e o petróleo de Mataripe, pela primeira vez, com a importância de 65 milhões.

● Exploração do Babaçu

Depois da ida do Diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil ao Norte, anunciou-se que o governo está disposto a investir de frente o problema da industrialização do babaçu em bases que despertarão todo o Norte do país e proporcionando ao Brasil uma renda, em dólares, da ordem de centenas de milhões.

O governo estaria disposto a financiar grandes usinas de beneficiamento, em valor igual à de outros grandes empreendimentos nacionais (Volta Redonda, Mataripe, etc.), sendo aquelas instaladas na própria região nativa dos coqueiros.

● Plano de Obras Rodoviárias do Estado do Rio

O Estado do Rio iniciou a execução do seu grandioso plano de construção, pavimentação e melhoramento de rodovias, cujo custo atinge a respeitável soma de 638 milhões de cruzeiros. Esse plano, que será executado por etapas, inclui a pavimentação da estrada Niterói-Campos, em cujos trabalhos serão empregados 150 milhões de cruzeiros.

● Base Naval de Recife

Segundo declarações do Sr. Ministro da Marinha à Imprensa, deveria ter inicio, em janeiro p. passado, a construção da base naval de Recife. Serão invertidos nessa base, em 1952, nada menos de 20 milhões de cruzeiros, provenientes do "Fundo Naval", a vigorar a partir de 1 de janeiro do corrente ano. Serão construídos na Veneza brasileira, estaleiros, diques, oficinas, além da dragagem do pôrto, etc.

● O futuro econômico do Paraná

Segundo declarações do governador Munhoz da Rocha, do Paraná, a terra dos pinheirais será, dentro de 3 anos, a "leader" da produção do café no Brasil. A safra do corrente ano já está calculada em 5 milhões de sacos. Em decorrência deste aumento de produção, o Estado vai iniciar o asfaltamento das suas rodovias, a começar pelas do Norte. Serão gastos nesse serviço, só em 1952, cerca de 270 milhões de cruzeiros. O Estado ataca a constru-

ção de novas estradas, tais como Apucarana-Ponta Grossa; Cacatu-Guaraciaba, sendo que esta atravessará regiões aptas para o plantio do café. Já foram iniciadas, também, a construção de 2 grandes rodovias: Curitiba-Palmeiras e Curitiba-Rio Branco, onde está sendo construída a fábrica de cimento da Votorantim. O Estado vai instalar, na região nordeste, zona carbonífera, uma usina termo-elétrica de 24 mil kwt e outra, hidrelétrica, de 65 mil kwt, em Curitiba. Será ampliado o porto de Paranaguá e, na região de S. Mateus do Sul, será construída uma usina piloto para distilação de xiço betuminoso.

● Fábrica de Ônibus em São Paulo

"ACF Brill Motors Co", de Filadélfia, anunciou, por intermédio do escritório comercial brasileiro, que elaborou um plano para a construção de 900 ônibus por ano, na nova usina a ser construída em S. Paulo. O Sr. Charles W. Perelle, Diretor Geral dessa firma, declarou que a usina planejada teria a capacidade de produção de 8 veículos por dia, para atingir 1.500 por ano. Acrescentou que os materiais e a mão de obra nacionais seriam utilizadas ao máximo, para poupar os recursos do Brasil em divisas estrangeiras.

● Reaparelhamento dos Portos Brasileiros

O Engenheiro Hildebrando de Góis, Diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais, acaba de submeter ao Ministro da Viação o plano geral de obras e aparelhamento dos portos brasileiros, de acordo com o programa do governo do presidente Getúlio Vargas. A execução da primeira etapa durará 4 anos e serão gastos nela 2.700 milhões de cruzeiros. (As últimas notícias, entretanto, informam que o prazo de 4 anos será reduzido para 18 meses quanto à desobstrução das barras, pois o governo está disposto a entregar esse serviço a uma firma holandeza especializada

que se compromete a fazê-lo nesse prazo e pelo mesmo preço unitário que seria imposto na concorrência internacional). Ao todo, serão dispendidos 4 bilhões e 300 milhões de cruzeiros com o reaparelhamento de 18 dos principais portos brasileiros e a construção de 6 novos portos marítimos e 7 fluviais. Será realizada a dragagem das barras e bacias de evolução de todos os nossos portos, sendo o volume a dragar de 21,5 milhões de m³. Será adquirida uma frota de dragas para manter a desobstrução das barras.

● Orçamento para 1952

O orçamento do Brasil para o exercício financeiro de 1952, votado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente Vargas, consigna a receita "record", em todos os tempos, de 25.536 milhões de cruzeiros. A despesa será de 25.431 milhões, havendo um pequeno "superavit" de 100 milhões de cruzeiros. O orçamento da Guerra representa 14 % da despesa da União e o das três Forças Armadas representa 31 %. O orçamento dos Ministérios da Viação, Educação e Agricultura e os do Conselho do Petróleo e Comissão do S. Francisco, isto é, as despesas que poderíamos chamar de diretamente reprodutivas, representam 43 % da despesa da União. Quanto à receita, é impressionante a ascenção das rubricas dos diversos impostos. O de consumo passou de 4,0 bilhões, em 1946, para 7,8 bilhões, em 1951. Nos mesmos anos, o de renda passou de 3 para 8 bilhões, o de selo de 1,1 para 2,2 bilhões e os diversos outros de 1,1 para 1,8 bilhões. Praticamente, todos eles dobraram em 5 anos.

● Os alicerces do nosso soerguimento Naval

Nada mais falta para iniciarmos as nossas próprias construções navais. Já temos o aço (inclusive chapas para navios) de Volta Redonda e agora foi assinado, em Nova Iorque, importante acordo entre a "Combustion Engineering-

Superhsater, Inc", a maior organização industrial norte-americana, no campo da fabricação de caldeiras e a "Fábrica de Caldeiras a Vapor Cyclope, S.A.", de São Paulo, a nossa maior fábrica de caldeiras e, também, a mais antiga da América do Sul. O acôrdo visa ao licenciamento para a fabricação dos produtos da fábrica americana pela sua congênere brasileira. A fábrica nacional iniciou as suas atividades em 1926, com a construção de pequenas caldeiras simples, multituulares, passando, em 1931, para o campo de caldeiras aquitubulares, com tubos inclinados e verticais, equipando-as com todos os acessórios modernos, tais como economizadores, pre-aquecedores de ar, aparelhamento para tiragem forçada, para alimentação automática, de controle, etc. Pode dizer-se que a Cyclope já atingiu uma capacidade industrial e um grau de técnica que correspondem às necessidades presentes do país. Entretanto, prevendo para muito breve o aparecimento de problemas ligados à fabricação de instalações geradoras de vapor eletrotérmicas de dimensões ainda não enfrentadas no país, a Cyclope procurou e conseguiu firmar o acôrdo acima referido, que a habilitará à fabricação de qualquer tipo de caldeira, de grandes instalações termoelétricas e dos mais variados tipos de aparelhos para utilização de energia térmica. A Cyclope já iniciou, em Utinga, a construção de uma nova fábrica três vezes maior que a atual, equipada com meios de produção mais poderosos, eficientes e modernos do que os atualmente existentes.

• Brasil, Potência Econômica Mundial

Segundo Harry W. Frantz, da U.P., o Brasil conquistou grande prestígio durante o ano de 1951, como potência econômica mundial e altos funcionários norte-americanos prevêem um robustecimento ainda maior da economia brasileira

em 1952. Tal otimismo é baseado nos seguintes fatos:

1º) O Brasil superou todos os países latino-americanos em suas exportações para o resto do mundo, com perspectiva de conquistar mercados ainda mais amplos na Europa, especialmente na Alemanha.

2º) O Brasil é, agora, o 2º país de todo o mundo como fornecedor das importações norte-americanas, só sendo ultrapassado pelo Canadá.

3º) Há grande respeito, no exterior, pelo progresso industrial do Brasil. Dizem os entendidos que muitas indústrias manufatureiras do Brasil já saíram do estágio do amadorismo e que a industrialização do nosso país está sendo caracterizada pela propagação da tecnologia moderna.

4º) O Brasil está caminhando rapidamente para uma exploração maior dos seus recursos minerais e essa exploração está se tornado cada vez mais viável e frutífera à medida que melhora o sistema de transporte do país. A "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos" concedeu prioridade número um ao melhoramento de estradas e portos brasileiros e o trabalho técnico, já adiantado, terá, em 1952, o apoio dos necessários entendimentos financeiros. O Brasil aumentará de 50 % a sua produção de minério de ferro em 1952, em relação a 1951. Está se preparando para maior desenvolvimento da extração de manganes e para manufatura própria do alumínio, graças, aos seus recursos em bauxita. Isso sem falar na sua provável expansão da produção de combustíveis e de energia hidrelétrica.

5º) Há cada vez maior procura mundial dos produtos vegetais do Brasil, tais como café, cacau, algodão, fibras e óleos vegetais.

6º) Segundo publicação do "Forum Econômico", de São Paulo, o valor dos capitais particulares invertidos em novas Companhias fundadas, no Rio e em São Paulo, passou de 3 bilhões de cruzeiros, em 1949, para 4,5 bilhões, em 1950 e para a cifra fantástica de 12,8 bilhões, em 1951, o que levou o representante de um "Investiment

Bank", de Nova Iorque, a pedir confirmação, como, de fato, lhe foi confirmado, desta última cifra. Trata-se, nada mais, nada menos, de reinversões de capitais provenientes de lucros anteriores e cada vez maiores crescentes. O número das novas empresas fundadas passou, nas 2 cidades referidas, de 650, em 1949, para 880, em 1950 e para ... 2.165, em 1951.

7º) É cada vez maior a receptividade do Brasil ao capital estrangeiro, cujo montante, segundo o Banco do Brasil, ora em 1,3 bilhões de dólares, dos quais 600 milhões correspondem ao capital norte-americano. O mercado brasileiro está longe de saturação. Entre muitos outros novos investimentos, no Brasil, citam-se os seguintes: a "American Foreign Power Co" lançará um programa de expansão de 125 milhões de dólares para a sua rede de subsidiárias no Brasil; a "Ford" tem um programa de 10 milhões; a "General Electric" planeja gastar 12 milhões; a "Reynolds Metals Co" planeja gastar 150 milhões com uma fábrica de alumínio; a "Dunlop" planeja uma fábrica de pneumáticos e a "Krupp" sonda a zona industrial de São Paulo.

8º) Nos últimos 10 anos, o desenvolvimento econômico do Brasil tem sido extraordinário. A renda nacional passou de 45 bilhões de cruzeiros, em 1940, para 180 bilhões em 1950. A produção industrial passou de 18 bilhões, em 1940, para 120 bilhões, em 1950. Estados como São Paulo e Paraná tiveram crescimento surpreendente neste decênio. A renda estadual do Paraná passou de 80 milhões de cruzeiros, em 1940, para 1,2 bilhões em 1950. A de São Paulo, no mesmo período, passou de 800 milhões de cruzeiros para 6 bilhões.

● Locomotivas Elétricas Fabricadas no Brasil

O Presidente Getúlio Vargas assistiu às experiências de 4 locomotivas elétricas inteiramente fabricadas no Brasil, com matéria prima de Volta Redonda. Trata-se de produtos das "Indústrias Reunidas de Ferro e Aço", localizadas nos subúrbios de Santíssimo. O combustível utilizado foi o óleo proveniente de Mataripe, pois trata-se de locomotivas "Diesel-elétricas". O Sr. Galvão Antunes, Diretor das I. R. F. A., referindo-se a estas, declarou que, criada sob o patrocínio do Presidente da República, já havia completado a sua primeira fase de realizações com a fabricação de dezenas de motores tipo "Diesel", motores elétricos de grande potência, locomotivas, automotrices e diversos equipamentos eletromecânicos.

● Três Bilhões de Cruzeiros para Armazéns, Silos e Frigoríficos

Segundo declarações do Ministro da Agricultura João Cleofas, perante o Conselho Nacional de Economia, o governo gastará três bilhões de cruzeiros com a construção de uma rede de armazéns, silos e frigoríficos no país. Tal plano visa à normalização do abastecimento dos grandes centros de população do Brasil, por isso que, em determinadas ocasiões e devido às deficiências de transportes, as safras não podem ser rápida e eficientemente removidas para os centros de consumo, perdendo-se, nos pátios ferroviários e, por vezes, nos próprios campos, onde até nem sequer se efetuam as colheitas.

Noticiário de Interesse Militar



Contrôle automático de canhão antiaéreo

Uma versão totalmente automática do contrôle à distância do canhão Bofors, de 40 mm, usado com tanto sucesso na última guerra, figura entre as novas armas que o Exército Sueco lançou recentemente.

Com esse contrôle, a velocidade de tiro desse canhão foi duplicada para 240 projéteis por minuto. Quando se necessita executar séries de tiros muito curtas, todo o pessoal da bateria pode permanecer sob proteção, a certa distância; e mesmo, para efetuar tiros longos, basta que apenas dois serventes permaneçam junto à peça.

Canhão Bofors 57 mm

Os suecos apresentaram recentemente o novo canhão Bofors de 57 mm, o qual, segundo se assegura, destrói os maiores alvos que possam se apresentar em campanha. Sua velocidade de tiro é de 120 projéteis por minuto e seu poder é seis vezes maior que o canhão comum de 75 mm, enquanto que o efeito de seus projéteis é o mesmo. Também opera com o contrôle à distância e é de grande precisão (com auxílio do radar), mesmo contra aviões voando a grande altura.

Fuzil-metralhador dotado de visor infra-vermelho

Outro invento em vista é um fuzil-metralhador dotado de raios infra-vermelhos, o que permite ao soldado visar o alvo, na mais completa obscuridade, a 50 metros, sem ser visto.

Super-bazooka

O "super-bazooka" de construção sueca, o já conhecido lança-rojão, demonstrou que pode penetrar uma blindagem de 203 mm de espessura. (Do "An Cosantoir").

Avião alimentado a átomo

Algum dia, bombas supersônicas capazes de dar volta à terra, sem escalas, serão impulsionadas pela energia atômica. Tal declaração pertence a um homem de ciência de Oak Ridge, de Tenn. (Estados Unidos),

engenheiro chefe de uma divisão da "Fairchild Engine e Airplane Corporation", chamado Andrew Kalitinsky, o qual disse que "a energia atômica como fonte de potência para a Aviação faz conceber esperanças de que se combinem a velocidade extremamente alta e o raio de ação quase ilimitado".

O Sr. Kalitinsky indicou que a energia atômica oferece combustíveis tais como o urânio, que não seriam consumidos tão depressa como os de origem química que abastecem atualmente os aviões. Mencionou, como alguns dos problemas que surgirão, as altas temperaturas em que operam tais combustíveis e a proteção contra as radiações. Pre-disse que o avião a átomo terá de ser desenhado para operar em velocidades muito altas, se é que se deseja aproveitar amplamente o potencial atômico; será um avião grande desenhado para um peso de aterrissagem extremamente elevado, uma vez que, praticamente não consumirá combustível durante o voo. A tripulação será disposta tão longe quanto possível do reator nuclear, a fim de protegê-la das radiações danosas.



"Jeep" para a evacuação de feridos e transporte de medicamentos sendo usado na Coréia

Suécia, potência militar

A Suécia — além da Suíça — é a única nação européia que conseguiu, em duas guerras mundiais, manter decorosamente a neutralidade. E no entanto, segundo o comentarista Hechinger, do *This Week*, essa posição não é, propriamente, uma sinecura. Longe disso. Desde o ataque alemão à Noruega, e depois o ataque russo à Finlândia, a Suécia, sem esperar pactos nem financiamentos, vem-se armando progressivamente,

Boa parte da sua indústria notável foi dedicada a esse esforço. Segundo aquêle jornalista, a Suécia possui hoje a maior força militar do Continente europeu, para cá da cortina de ferro. E possui a 4ª força aérea do mundo, logo depois dos Estados Unidos, Inglaterra e Rússia. E fala, pela voz do seu primeiro ministro, assim: — "A Suécia está pronta para grandes sacrifícios a fim de salvaguardar a sua liberdade".

O exemplo que nos dá a admirável democracia nórdica não é porém e apenas esse, de surpreender agora o mundo como forte potência militar — vizinha fronteira da Rússia imperialista.

Tendo conseguido escapar a duas guerras mundiais, seria humano que ambicionasse escapar a uma terceira. Em vez disso, a Suécia compreendeu que a hora de neutralidade acabou; e, criando sózinha uma força que poderia animá-la a manter-se neutra, antecipadamente comprometeu essa neutralidade, se a guerra vier. Quer dizer, criou uma grande força e pô-la de direito e de fato ao serviço da liberdade em todo o mundo.

É esse o grande e nobre exemplo.

Processo de purificação de água

Outro processo, considerado bem superior aos empregados durante a 2ª Grande Guerra, foi experimentado pelo Serviço de Engenharia do Exército. Removendo os cistos amebianos da água, esse processo elimina virtualmente as fontes de tal desinteria — poderoso obstáculo à capacidade combativa.

Uma divisão completa pode satisfazer suas necessidades diárias com quatro unidades purificadoras. Operada por quatro homens durante 24 horas, essas unidades móveis podem purificar uma média de 130 litros d'água por minuto.

A água é bombeada das fontes para um tanque de 11.400 L, como operação inicial. Soda, cinza e alumem são adicionados a fim de provocar a coagulação e precipitação das matérias orgânicas. Cloro é usado como desinfetante, enquanto carvão vegetal, para controlar o cheiro e o paladar. Em seguida, é ela bombeada através de um filtro que elimina a matéria orgânica restante. (*Armed Force*).

Já construído o canhão atômico

O Exército norte-americano conta com um canhão perfeito para o lançamento de obuses atômicos, segundo o chefe do Estado-Maior do Exército, J. Lawton Collins, o qual estará pronto para uso em campo de batalha "em futuro não muito distante". Indicou o General que esses obuses podem ser a réplica à superioridade soviética em potencial humano.

De par com outras armas atômicas táticas que estão sendo criadas — disse êle — o canhão "melhorará grandemente a potência de defesa" e também "emprestará força às armas ofensivas". O General deixou claro que somente 1 canhão atômico — não os obuses — foi submetido a provas de campo.

Ao declarar que essa peça de artilharia "foi experimentada como arma", acrescentou que "isso não quer dizer que tenha sido experimentada como arma atômica. Nem é preciso. Foi provada e a arma foi criada". Quanto ao tempo em que as novas armas atômicas táticas estarão prontas, limitou-se a dizer: "Em futuro não muito distante". Recusou-se a dizer quando os obuses atômicos estarão prontos para "uso em grande escala". Comentou Collins que êle é "um firme crente no emprêgo da bomba atômica taticamente". (*U.P.*).



"Jeep" servindo de base para canhão semi recuo de 105 mm, capaz de destruir ou inutilizar qualquer tanque em ação (Coreia)

Depósitos de quartzo

A Administração dos Serviços Gerais anunciou que foram descobertos depósitos de quartzo de alta qualidade no Estado de Utah, proporcionando, assim, ao país, sua primeira fonte de tal suprimento.

Atualmente, os Estados Unidos se suprem em fontes estrangeiras, principalmente do Brasil. (Da Imprensa).

Submarino atômico

Em 1953, os Estados Unidos terão um submarino de propulsão atômica "que revolucionará a guerra submarina" — declarou o Sr. Albert Gore, representante democrata.

Gore, que é presidente de uma subcomissão parlamentar de créditos para utilização na energia atômica, confirmou que foram descobertas importantes jazidas de urânio no Canadá e no Colorado, bem como na África do Sul, onde a recuperação do urânio procedente da extração de ouro pode ultrapassar as quantidades produzidas no Congo Belga, segundo o representante democrata.

Quanto aos trabalhos de construção do submarino atômico, o representante do Tennessee prestou os seguintes esclarecimentos: "As provas foram tão satisfatórias que o modelo de madeira foi abandonado e o próprio Submarino está em construção. (A.F.P.).

Localizador de bomba-atômica

Um localizador de bomba-atômica, denominado registrador de explosão atômica, foi experimentado a fim de indicar, precisamente, aos encarregados da defesa civil, a altura e o local da explosão. Constitui isso informação essencial para orientar as equipes de salvamento para os locais onde possa existir prolongada radioatividade.

O calor da explosão, a 3 quilômetros ou mais, é tão intenso, que cauteriza a tinta. Isso ocorre, apenas, onde a tinta é diretamente exposta aos raios da bomba. Tudo que dê sombra evita cauterização nessa área. O registrador destina-se a acusar essas sombras. (Da Imprensa).

ATOS OFICIAIS GERAIS

Atos Oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 3 de dezembro de 1951 a 19 de janeiro de 1952

MUNICÍPIOS DISPENSADOS DE INCORPORAÇÃO

O Ministro de Estado da Guerra, resolve, nos termos do art. 37 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 20 de julho de 1948), dispensar de incorporação os cidadãos convocados, da classe de 1933, residentes nos municípios constantes da relação anexa, pertencentes às 7^a, 8^a e 10^a Regiões Militares.

(A relação dos municípios acima referidos, se acha publicada às páginas 17675 e 17676 do "Diário Oficial" n. 277, de 3-XII-951).

(Portaria n. 268, de 29-XI-951 — "Diário Oficial" de 3-XII-951.)

MILITARES QUE FAZEM JUS A DIÁRIA DE SAÚDE

Os militares pertencentes ao Serviço de Saúde do Exército, em serviço nas organizações abaixo, farão jus, sempre na forma do disposto no Decreto n. 30.119, de 6-XI-951, à diária ou gratificação de saúde, assim especificada:

a) nos Hospitais Militares, Policlínica, Instituto de Biologia do Exército, Pósto Médico do Ministério da Guerra, Secções de Saúde ou Formações Sanitárias dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos (Destacamentos de Saúde dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos), Batalhões de Saúde, Companhias de Saúde, Estabelecimento Central de Material Sanitário do Exército, Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, Farmácia Central do Exército, Depósitos Regionais de Material Sanitário e Juntas de Inspeção de Saúde (J.M.S.) a gratificação prevista no art. 150 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares;

b) nos Hospitais Militares ou organizações hospitalares apropriadas para o tratamento de doenças infecto-contagiosas, ou em clínicas de radiologia e radium, abaixo indicadas — a gratificação prevista no § 1º do art. 150 do C.V.V.M.:

Hospital Central do Exército.
Policlínica Central do Exército.
Hospital Guarnição da Vila Militar.

Sanatório Militar de Itatiaia.
Hosp.-Esc. da Academia Militar das Agulhas Negras.
Parque Central de Motomecanização.

Colégio Militar.
Escola de Educação Física do Exército.

Hospital Militar de São Paulo.
Hospital da Fábrica de Piquete.
Hospital Militar de Pôrto Alegre.
Hospital Militar de Santa Maria.
Hospital Militar de Bagé.
Hospital Militar de Santiago.
Hospital Militar de São Gabriel.
Hospital Militar de Livramento.
Hospital Militar de Santo Ângelo.
Hospital Militar de Cruz Alta.
Hospital Militar de Uruguaiana.
Hospital Militar de Alegrete.
Hospital Militar de Cachoeira.
Arsenal de Guerra General Câmara.

3º Batalhão Redoviário.
1º Batalhão Ferroviário.
Hospital Militar de Juiz de Fora.
Fábrica de Itajubá.

Escola de Sargentos das Armas.
Hospital Militar de Curitiba.
Hospital Militar de Florianópolis.
1º Batalhão de Fronteiras.
Hospital Militar de Salvador.
Hospital Militar de Recife.
Hospital Militar de Natal.
Hospital Militar de Belém.
Hospital Militar de Campo Grande.
Hospital Militar de Fortaleza.

c) no Hospital Central do Exército, a gratificação fixada no art. 1º

um contingente de conscritos para incorporação na Guarnição do Distrito Federal.

(Portaria n. 273, de 6-XII-951 — "Diário Oficial" de 7-XII-951.)

DISSOLUÇÃO DE DEPÓSITO

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de conformidade com o art. 2º da Lei n. 1.289, de 20 de dezembro de 1950, resolve baixar as presentes instruções para a dissolução do Depósito de Recuperação de Material de Intendência do Rio:

1 — O Depósito de Recuperação de Material de Intendência do Rio, extinto pela Lei n. 1.289, de 20 de dezembro de 1950, promoverá com urgência o encerramento de sua vida administrativa, com observância do seguinte:

a) o saldo das economias administrativas será recolhido à Caixa de Economias da Guerra, de acordo com o § 1º do art. 27 do R-3 e os saldos de "Fundo de Reposição de Estoque" e do "Fundo de Recuperação de Material" (produtos de vendas feitas de conformidade com o Aviso n. 391, de 2 de junho de 1949) serão recolhidos à Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, que os incorporará ao título "Fundo de Reposição de Estoque" respectivo;

b) o material ainda existente será entregue ao Estabelecimento Central de Material de Intendência, devidamente relacionado, ficando esse Estabelecimento autorizado a propor ao D.G.A., por intermédio da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, o destino que de futuro deve ter esse material, quer para uso, quer para venda de acordo com as normas do Aviso n. 391, de 2 de junho de 1951;

c) o arquivo será recolhido à Diretoria de Arquivo do Exército, de acordo com o parágrafo único do artigo 28 do R-3, procedendo-se da mesma forma com documentos do arquivo do extinto Escalão Fijo do D.I./F.E.B., ainda existentes no Depósito de Recuperação de Material de Intendência.

2 — O atual gestor do D.R.M.I., ora extinto, após o encerramento da escrituração, ficará adido à D.P.S.T.E. para no prazo máximo de 60 dias ultimar as medidas consequentes da extinção, inclusive, a entrega do acervo ao Estabelecimento Central de Material de Intendência.

(Portaria n. 271, de 5-XII-951 — "Diário Oficial" de 8-XII-951.)

REVERSAO A ATIVA DO MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS

LEI N. 1.488 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1951

Investe no posto de Marechal do Exército, o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Será investido no posto de Marechal, desde a vigência desta Lei, o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes que, em consequência reverterá ao serviço ativo do Exército e nêle permanecerá enquanto viver.

Art. 2º. O titular do posto de Marechal, imediatamente abaixo do Ministro da Guerra, na precedência hierárquica, poderá exercer os seguintes cargos:

a) Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas;

b) Chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 3º. Os vencimentos de Marechal serão iguais aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1951; 120º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Newton Estillac Leal

("Diário Oficial" de 12-XII-951.)

TRANSFERENCIA DE IMPORTANCIAS EM BALANÇETE

Autorizo as unidades administrativas que possuam ou venham a ter "granjas", a transferir, do saldo do respectivo título do balancete, para as "economias administrativas", como refôrço, de acordo com o disposto na letra c) do art. 74 do Regulamento n.3, a importância julgada necessária ou conveniente, ressalvada, porém, a indispensável previdência dos agentes diretores no assegurar os recursos financeiros disponíveis, que permitam manter a eficiência e promover o desenvolvimento do referido órgão — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 843, de 10-XII-951 — "Diário Oficial" de 13-XII-951.)

REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PESSOAL DO EXÉRCITO

O D.O. n. 291, de 19-XII-951, publica, nas págs. 18444 a 18458 o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (R.U.P.E.). 1^a Parte.

COMISSAO REVISORA DE LEGISLACAO

A fim de rever a legislação relativa a Curso equivalente ao de Comandante de Pelotão ou Seção, na especialidade, de forma a assegurar os benefícios correspondentes. Aviso número 585 (letra d), de 31 de agosto de 1951, determino que seja organizada uma comissão composta de:

Um Oficial Superior do E. M. E.
Assistente do Consultor Jurídico
do M.G.;

Um Oficial do D.G.A.;
Um Oficial da D.P.;
Um Oficial do D.S.E.;
Um Oficial da D.I.E.;
Um Oficial da D.R.V.

O Estado-Maior do Exército e as Diretorias citadas deverão indicar dentro de 10 dias os nomes dos oficiais que constituirão a referida Comissão.

É fixado o prazo de 30 dias para ser remetido a este Gabinete o competente parecer, após a nomeação da Comissão. — N. Estillac Leal.

(Aviso n. 854, de 17-XII-951 — "Diário Oficial" de 19-XII-951.)

MILITARES COM DIREITO A DIARIA DE SAÚDE

1. Os militares pertencentes ao Serviço de Veterinária, em serviço nas organizações abaixo, farão jus à diária de saúde, de forma individual, de acordo com o disposto no Decreto n. 30.119, de 1-XI-951, só nos dias em que haja trato diário e continuado com animais doentes ou material especializado:

Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Coudelarias Militares.

Depósito Central de Material Veterinário.

Depósito Regionais de Material Veterinário das 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 7^a e 9^a Regiões Militares.

Escola de Veterinária do Exército.

Encarregado da clínica de reprodutores da 2^a Div. da S.D.R.

Estabelecimentos de Subsistência.
Formações Veterinárias dos Corpos de Tropa.

Formações Veterinárias dos Estabelecimentos.

Granjas Militares.

Hospital Central Veterinário.

Instituto de Biologia do Exército.

Oficiais veterinários representantes dos Generais Crnts. de Regiões junto aos D.R.V.M. e Serviços de Estocagem. Representante da S.D.V. da Comissão de Recepimento do D.C.M.V. Serviços de Estocagem de Material Veterinário das 6^a, 8^a e 10^a Regiões Militares.

2. Na aplicação do presente Aviso observar-se-ão as seguintes prescrições:

a) as folhas de requisições dessas diárias serão previamente submetidas pelas unidades administrativas, quanto aos direitos de cada qual, ao julgamento e aprovação das autoridades infra:

I — na Capital Federal e 1^a Região Militar — ao Diretor de Remonta e Veterinária.

II — nas demais Regiões Militares — ao Comandante da Região, por intermédio do Chefe do Serviço de Veterinária Regional:

b) do resultado desse julgamento darão aquelas autoridades conhecimento, em ofício, aos chefes dos Estabelecimentos de Finanças respetivos, os quais processarão as folhas no caso de aprovação.

3. No Gabinete da Radiologia da Escola de Veterinária do Exército — fazem jus a gratificação fixada no art. 1º da Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950 os militares que operam diretamente com raios X ou substâncias radio-ativas, próximo às fontes de radiação, conforme relação nominal enviada pela Diretoria de Remonta e Veterinária, ao Estabelecimento Central de Finanças — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 867, de 21-XII-951 — "Diário Oficial" de 22-XII-951.)

MILITARES COM DIREITO A GRATIFICAÇÃO

Considerando as ponderações feitas pelo Diretor de Saúde do Exército e a regulamentação da Lei número 1.234, de 14 de novembro de 1950 por Decreto n. 29.155, de 17-I-951 declaro que a letra c) do

Aviso n. 823, de 3-XII-951, passa a ter a seguinte redação:

c) nas organizações abaixo relacionadas — a gratificação fixada no art. 1º da Lei n. 1.234, de 14-XI-950, aos que operam diretamente com raios X ou substâncias rádio-ativas, próximo às fontes de radiação, conforme relação nominal enviada ou comunicação feita na forma da Nota Ministerial n. 119, de 17-XII-951:

Arsenal de Guerra General Camara.

1º Batalhão Ferroviário.

1º Batalhão de Fronteiras.

3º Batalhão Rodoviário.

Colégio Militar.

Escola de Educação Física do Exército.

Escola de Sargentos das Armas. Fábrica de Itajubá.

Hospital Central do Exército.

Hospital-Escola da Academia Militar das Agulhas Negras.

Hospital da Guardiâo da Vila Militar.

Hospital da Fábrica de Piquete.

Hospital Militar de São Paulo.

Hospital Militar de Porto Alegre.

Hospital Militar de Santa Maria.

Hospital Militar de Bagé.

Hospital Militar de Santiago.

Hospital Militar de São Gabriel.

Hospital Militar de Livramento.

Hospital Militar de Santo Angelo.

Hospital Militar de Cruz Alta.

Hospital Militar de Uruguaiana.

Hospital Militar de Alegrete.

Hospital Militar de Cachoeira.

Hospital Militar de Juiz de Fora.

Hospital Militar de Curitiba.

Hospital Militar de Florianópolis.

Hospital Militar de Salvador.

Hospital Militar de Recife.

Hospital Militar de Natal.

Hospital Militar de Belém.

Hospital Militar de Campo Grande.

Hospital Militar de Fortaleza.

Policlínica Central do Exército.

Parque Central de Motomecanização.

Sanatório Militar de Itatiaia.

General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 869, de 21-XII-951 — "Diário Oficial" de 22-XII-951.)

TO RONA IN SUBSISTENTE ATO INTERPRETATIVO

DECRETO N. 30.336 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

Torna insubsistente a interpretação dada ao art. 346, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. É tornada insubsistente a interpretação dada ao art. 346 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, pelo Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillet
Newton Estillac Leal
Nero Moura

("Diário Oficial" de 28-XII-951.)

INSTRUÇÕES PARA MATRÍCULA EM CURSO

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção do Exército, resolve revigorar, para 1952, as Instruções para o Curso de Topografia e as Normas para Seleção Regional dos Candidatos a esse Curso, baixadas com a Portaria número 195, de 6 de dezembro de 1949 (*Diário Oficial* de 9 de dezembro de 1949).

2. Fica, no entanto, alterado, para a forma abaixo, o parágrafo único do art. 4º das Normas para a Seleção Regional:

| | |
|-------------------|-----------|
| 1ª Região Militar | 2 |
| 3ª Região Militar | 2 |
| 5ª Região Militar | 2 |
| 7ª Região Militar | 2 |
| 9ª Região Militar | 2 |
| Total | 10 |

3. Toda documentação deverá ser encaminhada ao Departamento Técnico e de Produção do Exército, até 30 de janeiro de 1952.

(Portaria n. 278, de 26-XII-951 — "Diário Oficial" de 28-XII-951.)

ESCLARECIMENTOS INTERPRETATIVOS DO CÓDIGO DE VENCIMENTOS

De acordo com o Parecer e sugestões do Exmo. Sr. Gen. Presidente da Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, em ofício n. 170, de 5-XII-951, declaro:

a) que manipulador de farmácia é especialista, de acordo com o Decreto n. 15.147, de 27-III-941;

b) que a rubrica da letra I, Saúde, Categoria B, do Decreto n. 30.034, de 1-X-951 engloba as especialidades determinadas pelo Decreto n. 15.147, referido na letra "a" deste Aviso, que são:

- manipulador de radiologia;
- manipulador de laboratório;
- manipulador de farmácia; e
- Enfermeiro do Exército, desde que qualquer deles possua o curso da E.S.E. e pertença ao quadro de efetivo ou de lotação da respectiva organização (art. 49 do Decreto número 30.034, de 1-X-951);

c) que os massagistas e protéticos, também com o curso da E.S.E., são considerados especialistas desaúde e englobados na Rubrica I, citada na letra b);

d) quando a enfermeiros, Rubrica 2, Categoria B, do Decreto número 30.034, citado, engloba também os padoleiros (sargentos, cabos e soldados) das enfermarias regimentais e das Unidades de Saúde das armas, das respectivas Unidades e Grandes Unidades, desde que possuam o curso respectivo. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 886, de 28-XII-951 — "Diário Oficial" de 29-XII-951.)

PARECER

N. de referência — 17-T.

1. Consulta o Senhor Ministro da Marinha sobre a situação do Capitão-Tenente José Barreto de Assumpção, que por decreto publicado no "Diário Oficial" de 20-I-951, foi nomeado escrivão da Vara da Fazenda Pública da Justiça desta Capital, cargo criado pela Lei n. 1.301 de 28 de dezembro de 1950, e não remunerado pelo cofres públicos.

2. O Conselho do Almirantado pela Resolução n. 3 de 1951, emitiu parecer concluindo pela transferência do aludido militar para a reserva, "sem direito a remuneração da inatividade desde a data da posse do cargo vitalício", de acordo com o art. 182 § 3º e 5º.

3. O Senhor Ministro aprovou a resolução do Conselho, mas o interessado, não se conformando, solicitou reconsideração do respectivo despacho. Argumenta no sentido de lhe ser permitido passar à reserva remunerada, com acumulação dos proventos da inatividade militar com os de escrivão. Não percebendo remuneração diretamente dos cofres públicos, entende que não se aplica a ele a vedação constitucional das acumulações remuneradas.

Invoca, ainda, parecer do Consultor Jurídico do Ministério da Guerra ("Diário Oficial de 20-IX-948) favorável à acumulação de proventos de natividade militar com os de serventuários de Justiça, desde que não recebam remuneração dos cofres públicos. Alude, também, a precedentes administrativos, entre os quais cita os do Tenente-Coronel Hildeberto Vieira de Mello, Tabelião em São Paulo; Capitão de Engenharia José da Cunha Ribeiro, 21º Tabelião nesta Capital; Capitão de Corveta Benedito Taques Horta, 17º Tabelião em Niterói, todos eles no gozo de acumulação por se encontrarem na reserva remunerada.

Assim espera que também seja decidido em seu favor.

4. A proibição de acumular cargos e funções públicas tem sido debatida entre nós desde tempos remotos. Em reiterados pareceres o antigo titular desta Consultoria Geral, Prof. Haroldo Telzeira Valladão, recordou as várias fases da questão ("Diário Oficial" de 29-III-948 e 18-VI-948, idem "Revista de Direito Administrativo", vol. 15, página 304). A propósito foi ainda baixada, recentemente, a Circular da S.P. n. 4-48 ("Diário Oficial"

PARECER SOBRE ACUMULAÇÃO REMUNERADA

P.R. 118.315-51 — Parecer número 17-T, de 31-V-951, da C.G.R., sobre "Acumulação remunerada — Militar, Serventuário de Justiça — Interpretação dos arts. 182 § 5º e 185 da Constituição.

Aviso n. 1.219, de 4 de maio de 1951, do Ministério da Marinha.

Assunto: Acumulação remunerada...

— Militar, Serventuário de Justiça.

— Interpretação dos arts. 182 § 5º e 185 da Constituição.

de 17-III-948), deixando claro que os dispositivos constitucionais (artigos 182 § 5º e 185) se apliqueam aos militares, ainda que estejam na inatividade.

5. A controvérsia fica restrita, no caso em exame, à circunstância de não ser o cargo de escrivão remunerado diretamente pelos cofres públicos. Mas a tese sustentada pelo corrente não é nova. Sobre ela pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal conforme anota Carlos Maximiano:

"Júlio Pimentel, redator de debates do Senado, foi nomeado partidor da Justiça do Distrito Federal. Como não optasse por um dos cargos foi demitido do segundo. Acionou a União alegando não ter dois vencimentos, porque o partidor só recebe custas, e das partes. Não é função gratuita este cargo; portanto houve acumulação de remuneração. Assim decidiu, contra o autor, o Supremo Tribunal em 1 de agosto de 1916, in "Jornal do Comércio" de 2-VIII-916."

De acordo com este entendimento o autorizado constitucionalista adverte que:

"Não se acumulam o subsídio parlamentar nem os provenientes de função civil com o salário militar ou custas de auxiliar da Justiça. (notário, escrivão, contador, avaliador, partidor, oficial de Justiça)."

(Comentários à Constituição Federal de 1946, vol. III página 245.)"

6. Quando no exercício da função de assistente jurídico do Senhor Ministro da Justiça, em 1938, tive oportunidade de opinar em hipóteses semelhantes, merecendo o meu parecer a aprovação do insigne titular e antigo Consultor Geral da República, o Prof. Francisco Campos. Disse então que a proibição de acumular abrangia os serventuários da Justiça.

"que não recebendo vencimentos dos cofres públicos, percebem, entretanto, custas e emolumentos das partes por força da função pública que exercem". (Revista Forense, vol. 74 página 388, vol. 75, pág. 236).

7. A Constituição vigente, no artigo 185, veda a acumulação de "qualquer cargo" sem aludir à forma de remuneração deles; no art. 182 § 5º, a regra da proibição é

ainda mais explícita ao dizer que "enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário, não terá direito o militar aos provenientes do seu posto, quer esteja em atividade, na reserva ou reformado".

8. Os preceitos contidos na lei fundamental encontram correspondência na legislação ordinária, e nos ensinamentos doutrinários tendentes a incluir na vedação todos os cargos ou funções remuneradas, qualquer que seja a forma da remuneração.

É matéria de conveniência administrativa o modo de retribuir, em dinheiro, os serviços prestados ao Estado. Várias modalidades têm sido adotadas entre nós, pelo legislador, de acordo com a natureza do serviço, e os interesses do erário, dos funcionários e do público em geral. Em certos casos admite-se até a participação do agente do poder público na arrecadação dos tributos, multas, etc.

9. Com relação aos serventuários da Justiça é tradicional a modalidade de pagamento através a taxação do serviço com as custas, emolumentos e percentagens que o próprio interessado cobra. Mas a fonte de seu crédito contra o particular que reclama os seus préstimos é a lei. Dela deriva a imposição do ônus que o serventuário embolsa, com retribuição de seu trabalho. Nos ofícios onde correm processos criminais, sendo parca a remuneração pelas custas é usual perceber, ainda, o serventuário, uma, quantia diretamente dos cofres públicos, como compensação. Mas, naqueles em que por suas atribuições há larga margem para auferir provenientes, o titular do cartório deve pagar-se somente com o que recebe das partes.

Sustentar, entretanto, que o cargo de escrivão, ou de tabelião, não é remunerado é atentar contra a realidade das coisas, é desconhecer a vida do fôro onde alguns serventuários arrecadam, mesmo sem infração do regimento de custas, vultosas somas como pagamento de seus serviços. No Distrito Federal, os escrivães das Varas da Fazenda Pública como o interessado neste processo, além das custas percebem, ainda, percentagens sobre a arrecadação da dívida ativa da Fazenda Nacional ou Municipal.

Remunerado como é o cargo de escrivão não pode evidentemente, o militar acumular os provenientes dele com os da reforma ou reserva.

10. A opinião em contrário, do ilustre Consultor Jurídico do Minis-

tério da Guerra, se pode considerar, isolada, e, sem correspondência com a doutrina e a jurisprudência dominantes. A sua aceitação viria colocar os militares em situação privilegiada em face dos civis, quando no capítulo a eles referente o texto constitucional foi explícito no sentido da proibição.

Ao legislador ordinário, se vitoriosa tal interpretação ficaria aberta a porta para permitir as acumulações, desde que preferisse estabelecer como forma de remuneração dos cargos a indireta, fazendo pagar os seus ocupantes pelo público em geral e não diretamente pelo Tesouro. Fácilmente seria burlada a regra constitucional, com benefício de alguns e sacrifício da moralidade e da conveniência administrativas.

11. Também os precedentes não obrigam, como é pacífico. O intérprete deve fidelidade à lei e não às decisões já porventura proferidas sobre o mesmo assunto (Carlos Maximiano "Hermenéutica e Aplicação do Direito", 3^a ed., pág. 228).

O remédio não é seguir os precedentes mal inspirados mas elucidar as autoridades responsáveis para que os extingam, fazendo cessar a infração da lei.

12. Como tive oportunidade de acentuar no exercício do cargo de Consultor Jurídico do Departamento Administrativo do Serviço Público "é preciso que a administração se prevenha contra a interpretação corrosiva do texto que veda as acumulações, a fim de que não se repita o que ocorreu com a regra de 1934 que, falseada e ampliada, ao sabor da pressão dos acumuladores, provocou a reação drástica da Constituição de 1937 e do Decreto-lei número 24 do mesmo ano" (Proc. número 6.058-50).

13. Não é demais recordar, finalmente, a opinião de dois antigos titulares desta Consultoria Geral:

"A interpretação do texto constitucional, em se tratando da permissão das acumulações remuneradas, deve ser restritiva. A regra vigorante é a da proibição e por isto mesmo deve abranger todas as situações não explicitamente excluídas". (Haroldo Teixeira Valladão, Parecer na "Revista do Direito Administrativo", vol. 15, pág. 304).

"Em matéria de acumulação de cargos, proventos e funções, há de se considerar sempre a natureza proibitiva do preceito que só admite exceções que decorram

de sua letra" (Temistocles Brando Cavalcanti "A Constituição Federal Comentada", vol. IV, página 151).

14. Em face do exposto opino pela manutenção do despacho ministerial, que, aprovando a resolução do Conselho do Almirantado, deu aos textos a melhor interpretação.

E o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1951
— Carlos Medeiros Silva, Consultor Geral da República".

(Despacho do Presidente da República — "Diário Oficial" de 3-V-52.)

* *

ESCLARECIMENTO SOBRE DIARIA DE SAÚDE

Sr. Chefe do Departamento Geral de Administração:

Tendo surgido dúvidas quanto aos termos do Aviso n. 823, de 3-XII-51 esclareço a V. Excia. deverão na sua aplicação ser observadas as seguintes prescrições:

a) os militares do Serviço de Saúde, farão jus à diária de saúde, de forma individual, de acordo com o disposto no Decreto n. 30.119, de 6 de novembro de 1951, só "nos dias de efetivo exercício no trato de enfermos e material especializado";

b) as folhas de requisição dessas diárias serão préviamente submetidas pelas unidades administrativas, quanto aos direitos de cada qual, ao julgamento e aprovação das autoridades infra:

I — na Capital Federal e 1^a Região — ao Diretor de Saúde;

II — nas demais Regiões Militares — ao Comandante da Região, por intermédio do Chefe do Serviço de Saúde Regional;

c) do resultado desse julgamento darão aquelas autoridades conhecimento, em ofício, aos chefes dos Estabelecimentos de Finanças respectivos, o quais processarão as folhas no caso de aprovação — General Newton Estillac Leal.

(Nota n. 119, de 17-XII-51 — "Diário Oficial" de 3-I-52.)

* *

JULGAMENTO DE TRABALHOS SOBRE ASSUNTOS MILITARES

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções, que com esta baixam, para o julgamento

de trabalhos sobre assuntos militares destinados a publicação.

INSTRUÇÕES PARA O JULGAMENTO DE TRABALHOS SÓBRE ASSUNTOS MILITARES DESTINADOS A PUBLICAÇÃO

I — As presentes instruções têm por fim regularizar a marcha do processo relativo aos trabalhos de natureza técnico-militar que, obrigatoriamente, serão submetidos ao julgamento do Estado-Maior do Exército.

II — As normas a seguir são as seguintes:

A autorização para a publicação dos trabalhos deve ser solicitada, mediante requerimento do autor ao Chefe do E.M.E., acompanhado de 2 vias do respectivo texto e encaminhados, pelos trâmites regulamentares:

1) à Diretoria de Ensino do Exército, os trabalhos referentes a assuntos de Cultura Geral, Métodos de ensino e obras didáticas, destinados aos estabelecimentos de ensino a ela subordinados;

2) à Diretoria de Armas, os trabalhos referentes à instrução e difusão de ensinamentos regulamentares, relativos às diferentes armas e assuntos referentes à seleção de pessoal;

3) aos diferentes órgãos subordinados ao Departamento Técnico e de Produção do Exército — Diretoria de Fabricação do Exército, Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, Serviço de Tecnologia, Escola Técnica do Exército e Instituto Militar de Tecnologia, — os trabalhos de natureza essencialmente técnica relativos a Metalurgia, Construção, Armamento, Química, Automóvel, Transmissões, Eletricidade, Geodésia Eletrônica, Petróleo, etc.

4) às diferentes Diretorias subordinadas ao Departamento Geral de Administração do Exército — Diretoria de Engenharia, Diretoria de Intendência, Diretoria do Material Bélico, Diretoria do Pessoal, Diretoria de Recrutamento, Diretoria de Remonta e Veterinária, Diretoria de Saúde do Exército, Diretoria de Transmissões e Diretoria de Moto-mecanização, — os trabalhos que se relacionem com assuntos da alçada desse órgão.

5) ao E.M.E., todos os demais trabalhos não enquadrados nas especificações acima:

III — Para a elaboração de pareceres que os órgãos acima referidos

deverão emitir sobre os trabalhos, levar-se-á em conta o seguinte:

A) a doutrina vigente no E.M.E., expressa através das Diretrizes, Instruções e mais documentos por ele distribuídos bem como os princípios contidos nos diversos regulamentos em vigor;

B) o valor didático do trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento do gosto pelos estudos militares;

C) a apresentação geral do trabalho, sua redação e qualidades de método e clareza de exposição;

D) julgamento sintético sobre o trabalho, com a declaração formal se deve ou não ser concedida a autorização solicitada, especificando as correções que por ventura se tornem necessárias.

Os autores dos trabalhos deverão abster-se de observações e comentários que possam ser interpretados como críticas ou censuras aos seus superiores ou companheiros de armas.

Ser-lhes-á, contudo, facultado comentar as prescrições regulamentares, sob a forma de notas e observações, destacadas do corpo do trabalho, de modo a não dar lugar a dúvidas e falsas interpretações sobre os textos dos regulamentos em vigor.

IV — Uma vez julgado o trabalho, pelo E.M.E., em condições de ser publicado, será dada a devida autorização e publicada em Boletim Interno.

Uma das vias do trabalho será restituída ao autor ou a quem por ele devidamente autorizado. A outra via ficará arquivada no E.M.E. (Gabinete).

Quando o trabalho não puder ser apresentado por completo em duas vias, por causa das numerosas gravuras, desenhos, etc., que encerrem, os originais respectivos depois de registrados e autenticados no E.M.E. poderão ser cedidos, mediante recibo para fins de impressão, ficando o autor obrigado a restituir-lhos logo após a sua publicação.

Fica expressamente vedado a apresentação de obras já impressas.

A autorização será cassada se, por qualquer motivo, não fôr satisfeita esta condição, sem prejuízo das penalidades que couberem no caso.

V — As obras que tratam de assuntos secretos serão encaminhadas diretamente ao Chefe do E.M.E., dentro das normas contidas no Regulamento para salvaguardar das informações que interessam à defesa nacional.

VI — Estas instruções revogam as instruções constantes do Boletim do Exército n. 19 de 10 de agosto de 1941, pág. 1.223.

(Portaria n. 3, de 2-V-1952 — "Diário Oficial" de 4-I-1952.)

REMESSA DE RELAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS

No sentido de assegurar melhores resultados econômico financeiro e administrativos dos Estabelecimentos de Subsistência Militar determino enviem à Diretoria de Produção Suprimentos e Transportes os referidos Estabelecimentos e Entrepósto ao Departamento Geral de Administração, diretamente, via aérea os sediados no interior, até o dia 10 de cada mês, de forma discriminada e separadas, relações de aquisição de gêneros e forragem, indicando, quer para tropa quer para reembolsável:

- a) locais de aquisição;
- b) preços;
- c) quantidades;
- d) número e data dos empenhos.

Do exame dessas relações dará o Chefe do D.G.A., quando necessário, conhecimento a este Ministério, propondo as providências que julgar cabíveis.

Em 7 de janeiro de 1952 — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 13, de 7-I-1952 — "Diário Oficial" de 10-I-1952.)

PAGAMENTO DE FRETES

Os fretes ferroviários, marítimos ou fluviais, de transportes de ferragem destinada aos animais em argola deverão ser, a partir de 1 de janeiro do corrente ano, pagos mensal e diretamente às companhias ou empresas transportadoras pelos Estabelecimentos de Subsistência, observadas para tanto as seguintes prescrições:

- a) a despesa correrá à conta do quantitativo de forragem, de acordo com o disposto na letra a) do artigo 100 do R-89;
- b) as contas respectivas serão processadas pelos Estabelecimentos embarcadores, na forma regulamentar;
- c) nas aquisições por intercâmbio os Estabelecimentos ou órgãos destinatários indenizarão aqueles.

Em 7 de janeiro de 1952 — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 14, de 7-I-1952 — "Diário Oficial" de 10-I-1952.)

PAGAMENTO DE "RESTOS A PAGAR"

Senhor Ministro.

Havendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da República aprovado a sugestão contida na Exposição de Motivos n. 1.823, de 3 de dezembro findo, do Ministério da Fazenda solicito a V. Excia. sejam rigorosamente observadas as seguintes instruções:

a) nenhum outro órgão da Administração Pública federal, que não a Contadoria Geral da República, por intermédio de suas delegações (Contadorias Seccionais) poderá organizar e remeter ao Tribunal de Contas relações de "Restos Pagar";

b) os Ministérios Militares deverão fornecer os elementos necessários às respectivas Contadorias Seccionais, para que estas, antes de 20 de janeiro, possam se desincumbir dos encargos que lhes estão afetos quanto ao relacionamento de resíduos passivos do exercício.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e distinta consideração — Lourival Fontes, Secretário da Presidência da República.

(Circular n. 1-52, de 10-I-1952 da Presidência da República — "Diário Oficial" de 11-I-1952.)

VAGAS DE OFICIAIS NOS VARIOS CURSOS DO EXÉRCITO

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve fixar, na forma constante dos Quadros anexos, o número de vagas para matrículas de Oficiais e praças nos diferentes Estabelecimentos de Ensino do Exército no próximo ano de 1952.

2. Na indicação dos Oficiais e praças para matrícula nos referidos Estabelecimentos, as Diretorias interessadas deverão obedecer as normas sugeridas pelo Estado-Maior do Exército em seu Ofício n. 804-A, de 1 do corrente, salvo os casos especiais que deverão ser encaminhados a este Gabinete para solução.

INDENIZAÇÃO DE VENDAS A PRAZO

Em aditamento ao Aviso n. 509, de 28-VI-948, autorizo sejam as vendas a prazo indemnizadas no limite máximo de 10 mensalidades, qualquer que seja a importância da compra, em vez de 1/20 do vencimento mensal do interessado como estabelece o referido Aviso.

(Aviso n. 868, de 21-XII-951 — "Diário Oficial" de 11-I-952.)

ESTANDARTE DA E.S.A.

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar o modelo de "Estandarte-Distintivo", da Escola de Sargentos das Armas, que com esta baixa (o citado modelo acha-se publicado à página 518 do D.O. n. 10 de 12-I-952).

(Portaria n. 279, de 27-XII-951 — "Diário Oficial" de 12-I-952.)

ORGANIZAÇÃO DOS CENTROS SOCIAIS

Tendo em vista a proposta do Presidente da Comissão Especial do Serviço Social do Exército, resolvo:

1 — As Unidades Administrativas, no que concerne ao Serviço Social, passam a constituir Centros Sociais, cujas atribuições, organização e funcionamento obédecem às normas estabelecidas neste Aviso.

2 — Cabe ao Centro Social coordenar, manter e desenvolver os serviços sociais a cargo da Unidade ou Unidades que o formam, articulando-os à obra que está sendo elaborada pela C.E.S.S.E.

3 — Quando houver duas ou mais Unidades Administrativas na mesma Guarnição, o respectivo Comandante, de acordo com os agentes diretores interessados, decidirá se cada Unidade constituirá um Centro Social particular, ou se elas se agruparão em um ou mais de um Centro Social.

Os estabelecimentos fábricos dependentes do D.T.P.E. formarão, em princípio, Centros Sociais próprios.

4 — Para realizar os seus fins, cada Centro Social disporá de recursos em pessoal, material e serviços fornecidos pela unidade ou unidades nela interessadas, de acordo com as decisões dos respectivos Comandantes. Poderão, outrossim, con-

tar com os seguintes recursos financeiros:

— a renda proveniente das diferentes obras sociais mantidas pelo Centro, como granja, cinema, armazém, etc.

— auxílios concedidos pelo Ministro da Guerra ou Comando Regional;

— contribuições dos beneficiários do Centro, doações, empréstimos, etc.

5 — O Serviço Social das unidades e guarnições deve ser apoiado pelos escalões superiores do Comando e pelos órgãos dos serviços regionais. Ao Comando da Região, especialmente, caberá incentivar, ajudar e coordenar as atividades dos Centros Sociais, orientando-as segundo o melhor critério de Justiça Social. Ao D.T.P.E. caberá idêntico papel com relação aos estabelecimentos que dele dependem.

6 — O Centro Social será dirigido por uma comissão de serviço social organizada e instalada pelo Comandante, Diretor ou Chefe da Unidade Administrativa, ou, no caso de Centro Social conjunto, da unidade que o tiver de maior graduação.

7 — As Comissões de serviço social compõe-se de:

a) nos Centros Sociais de uma só unidade:

— do agente diretor da unidade;
— dos oficiais que, a critério do agente diretor, foram necessários à direção das diversas obras sociais;

b) nos Centros Sociais conjuntos:

— do Comandante da Guarnição;
— dos agentes diretores interessados;

— dos oficiais que, a critério do Comandante da Guarnição, forem necessários à direção das diversas obras sociais.

8 — Nas unidades administrativas ou guarnições em que o agente diretor for General, este poderá designar um oficial para substituí-lo permanentemente na Comissão de Serviço Social.

9 — O oficial de maior graduação da Comissão é o seu presidente e, simultaneamente, o diretor do Centro Social.

10 — Compete à Comissão do Serviço Social estudar, planejar, promover e dirigir as providências, obras e serviços suscetíveis de contribuir para o melhoramento das condições sociais do respectivo Centro Social, particularmente no que concerne à assistência, à saúde, alimentação, educação, recreação e transporte. Cabe ainda à Comissão

regular a aplicação dos recursos financeiros do Centro Social e prestar contas de sua gestão na forma prescrita por este Aviso.

11 — Mediante convocação do seu presidente a Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, no local escolhido por seus membros para sede da mesma.

12 — O presidente da Comissão de Serviço Social fará elaborar mensalmente um balanço do movimento financeiro do Centro Social. Esse balanço será publicado nos boletins internos das unidades interessadas, às quais será encaminhado por cópia. O original ficará arquivado na sede.

13 — Trimestralmente será enviado um resumo do balanço, acompanhado de breve relatório sobre as atividades do Centro Social, ao Comando da Região (D.T.P.E., no caso dos estabelecimentos ao mesmo subordinados).

14 — Semestralmente um resumo geral dos balancetes e dos relatórios será remetido à C.E.S.S.E.

15 — As gratificações existentes, e as que vierem a ser criadas, passam a constituir obra social, ficando, todavia, obrigadas a prover, com prioridade, o rancho ou os ranchos das unidades administrativas que formam o Centro Social.

16 — As Comissões de Serviço Social deverão encaminhar suas sugestões, consultas e observações, acerca do funcionamento dos Centros Sociais, à C.E.S.S.E.

17 — A C.E.S.S.E. proporá ao Ministro da Guerra as providências que se tornarem necessárias para a regularização do funcionamento dos Centros Sociais, e fica autorizada a orientar diretamente as Comissões de Serviço Social nas questões que não sejam da competência legal ou regulamentar de outras autoridades — Gen. Newton Estillac Leal, Ministro da Guerra.

DA NOVA REDAÇÃO AO AVISO N. 789 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1951

De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, fica suspensa, temporariamente, a exigência constante do n.º 3 do parágrafo único do art. 10 do Capítulo VI (Escola de Motomecanização), das "Normas para a Inspeção de Saúde dos candidatos à matrícula nos Estabelecimentos de Ensino do Exército" em 1952, devendo a Diretoria de Saúde apresentar, com a possível brevi-

dade, as modificações que se propõe sugerir de acordo com as necessidades do Ensino, em seu Ofício número 1.106-Gab., de 25 de outubro de 1951 — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 18, de 11-I-1952 — "Diário Oficial" de 14-I-1952.)

PRESCRIÇÃO SEM EFEITO

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, tornar sem efeito a prescrição contida na letra e) do item VI, da Portaria número 198, de 31 de agosto de 1951 — Plano Geral de Convocação — que determina à 4ª Região Militar o fornecimento de um contingente de conscritos para incorporação na Guarda do Distrito Federal.

(Portaria n. 273, de 6-XII-1951 — "Diário Oficial" de 16-I-1952.)

EXTINÇÃO DE COMISSÃO DE OBRAS

Fica extinta a Comissão Especial de Obras n.º 2 (C.E.O.-2), criada pelo Aviso n. 881, de 12-VIII-1947, com sede em Santos, Estado de São Paulo passando os seus encargos à responsabilidade do Serviço Regional de Obras da 2ª Região Militar.

(Aviso n. 827, de 4-XII-1951 — "Diário Oficial" de 16-I-1952.)

DESIGNAÇÃO DE JUIZES MILITARES PARA CONSELHOS

Atendendo à solicitação do Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da Justiça Militar (ofício 208, de 29 de novembro de 1951), feita em consequência de sentença exarada pelo Egrégio Superior Tribunal Militar e mearsto proferido nos autos do processo n.º 2, de incompatibilidade para o oficialato, recomendo ao Excelentíssimos Srs. Comandantes de Regiões Militares, quando da designação dos membros militares de que trata o art. 3º da referida lei, a observação do seguinte:

— Nos Conselhos de Justificação de que trata a Lei n.º 1.057-A, de 28 de janeiro de 1950, só podem funcionar como juizes militares, Oficiais Generais e Oficiais Superiores, todos em serviço ativo.

— Se, porém, o indiciado for Oficial Superior, os juízes devem ser de patente superior a dele, ou mais antigos de posto, quando de igual patente.

— A designação dos oficiais regular-se-á por uma escala organizada, anualmente, na forma do § 1º do art. 3º da lei em apreço, sendo indispensável que conste, do processo, uma cópia dessa relação.

General Newton Estillac Leal.

F. 23.919-51.

Ten.-Cel. Lins Alfredo.

Nota: A Lei n. 1.057-A, de 28 de janeiro de 1950 está publicada no B.E. n. 9, de 4-III-950.

(Aviso n. 23, de 11-I-952 — "Diário Oficial de 16-I-952.)

NORMAS PARA A REVISÃO DAS TABELAS DE DIARISTAS

A fim de ser executada, com pres-
teza, a revisão geral das Tabelas Numéricas de Diristas, determino, na conformidade do sugerido pela Se-
cretaria Geral do Ministério da Guerra as seguintes providências:

1º) Suspensão imediata do pro-
vimento das vagas existentes, com exceção das já autorizadas;

2º) Que a Secretaria Geral do Ministério da Guerra estude a possibilidade de fixar em Cr\$ 42,00, à diária mínima;

3º) Que, para o fim do item 2º suprima ou crie funções, levando em consideração, tanto quanto possível, as necessidades de cada órgão;

4º) Que proceda a revisão da de-
nominiação das funções de forma que
cada qual tenha a denominação mais
apropriada;

5º) Que sejam consideradas exce-
dentes as funções cujos ocupantes
tenham de fato, atribuições técnicas
ou burocráticas ou que sejam con-
siderados dispensáveis. Nesse caso
a vacância determinará a supressão
da função;

6º) Que para cada tipo de tra-
balho seja estabelecida uma faixa
de salário, a fim de impossibilitar
que profissionais especializados per-
cebam salários inferiores aos ser-
ventes, trabalhadores e outros, que
executam serviços comuns. — Ge-
neral Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 25, de 15-I-952 — "Diário Oficial" de 16-I-952.)

GRATIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE E FUNÇÃO

Em solução à consulta do Coman-
dante do Regimento-Escola de Ar-
tilharia, em Ofício n. 1.190-Sec., de
18-X-951 sobre o direito de per-
cepção da gratificação de especia-
lidade e função, para um sargento auxiliar de meteorologia com curso
dessa especialidade, feito na E.A.C., declaro, de acordo com o Ofício nú-
mero 189, de 22 de dezembro de
1951, da Comissão Interministerial
Interpretativa do C.V.V.M. e Pa-
recer do E.M.E., em Ofício n. 25-A,
de 8-I-952 que a função de que se
trata, passou a denominar-se, em
1952, Meteorologista, cabendo, por-
tanto, o direito à percepção da gra-
tificação de especialidade e função
de que trata o Decreto n. 30.034, de
1-XI-951 — General Newton Estillac
Leal.

Aviso n. 32, de 17-I-952 — "Diário Oficial" de 18-I-952.)

DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

O Ministro de Estado da Guerra, resolvo, nos termos do art. 37 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 8.509, de 23 de julho de 1946) e em Aditamento a Portaria n. 263, de 29 de novembro de 1951, dispensar de incorporação os cidadãos convo-
cados, da classe de 1933, residentes no Município de Duas Barras, Es-
tado do Rio de Janeiro. — General
Newton Estillac Leal.

(Portaria n. 13, de 18-I-952 — "Diário Oficial" de 19-I-952.)

AUXÍLIO A CAMPANHA NACIONAL DO TRIGO

Considerando ser o problema na-
cional do trigo de vital interesse para
o Exército, quer sob o ponto de vista
econômico, quer sob o aspecto fi-
nanceiro, quer ainda para garantia
dos abastecimentos a seu cargo;

Considerando que só poderá ser
útil o concurso do Exército, embora
modesto, à solução de tão magno
assunto;

Considerando o vulto do consumo
anual de farinha de trigo pela tropa
arranchada e pelos oficiais, sargentos,
funcionários civis, praças casadas
e respectivas famílias;

Considerando os benefícios de or-
dem social decorrentes do forneci-
mento certo, de um ótimo e essen-
cial produto, a menor preço;

Considerando finalmente que da aquisição direta do trigo, feita ao produtor, pelo Exército, com pagamento à vista, resultará para este agradável economia e para aquél grande estímulo ao seu trabalho fecundo e patriótico,

Determino:

- elabore o Estabelecimento de Subsistência da 3ª R.M., com o concurso do Serviço Regional de Obras, no que diz respeito às construções, o projeto e orçamento para construção, em terreno de propriedade do Estabelecimento, sito na Estação de Goianuba, na Estrada Pôrto Alegre — S. Leopoldo, de um prédio, silos e armazéns para trigo em grão, depósito de farinha e desvios ferroviários, tudo apropriado à instalação de um moderno moinho automático, com a capacidade de moagem de 30 toneladas de trigo em 24 horas;
- mande o Comandante da 3ª R.M. proceder às concorrências administrativas, para:

1 — aquisição dos materiais necessários às construções e respectiva mão-de-obra;

2 — aquisição do moinho completo, instalado e funcionando sob garantia.

Os desvios ferroviários serão construídos, mediante entendimento, pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, para indenização.

Os projetos, orçamentos e o resultado dessas concorrências serão submetidos a este Ministério, por intermédio da D.G.I.E. e do D.G.A.

As aquisições far-se-ão pelo E.S.M./3, na conformidade das concorrências realizadas, obedecendo às especificações do material de construção, fornecidas pelo S.R.O./3, depois de tudo autorizado por este Ministério.

Os recursos financeiros necessários, inclusive para a estocagem do trigo a adquirir durante a safra, obter-se-ão:

- 2/3 das Economias Administrativas do E.S.M./3;
- 1/3 pelo recolhimento, a partir de janeiro do corrente ano, de Fundo de estocagem e Intercâmbio — 3% viveres —, feito diretamente àquele, pelos demais Estabelecimentos, na proporção de 1%.

A farinha e os sub-produtos para o consumo da tropa, reembolsáveis e granjas serão fornecidos pelo preço do custo — nêle compreendidas todas as despesas decorrentes da moagem —, acrescido de uma taxa de 2% para atender ao desgaste e conservação. A importância resultante dessa taxa constituirá um fundo àquele fim destinado. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 31, de 17-I-952 — "Diário Oficial" de 19-I-952.)

AVISO TORNADO SEM EFEITO

Em virtude de haver sido publicado com incorreções e substituído pelo Aviso n. 896, de 28-XII-951, torna-se sem efeito o Aviso n. 873, de 26 do mesmo mês e ano. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 35, de 17-I-952 — "Diário Oficial" de 19-I-952.)

ABONO MILITAR A CAPELAES MILITARES

Consulta o Comandante do Colégio Militar se os capelões militares, padres católicos, tem direito ao Abono militar.

Em solução declaro que, de acordo com as sugestões da Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, em ofício n. 192, de 28 de dezembro de 1951, os capelões militares, padres católicos, não têm direito a essa vantagem — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 36, de 17-I-952 — "Diário Oficial" de 19-I-952.)

VAGAS NO QUADRO DE TOPOGRAFOS

De acordo com o que propõe o D.T.P.E. fica fixado em 20 (vinte) o número de vagas no Quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército para 1952 — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 39, de 18-I-952 — "Diário Oficial" de 19-I-952.)

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Professor Amaral Fontoura.
Gen. Sebastião de Carvalho.
Gen. Sílio Portela.
Cel. Adalardo Fialho.
Cel. Olympio Mourão Filho.
Ten.-Cel. Heitor Borges Fortes.
Ten.-Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.
Major Cesar Neves.
Major Floriano Möller.
Major F. Moura Brasil Mendes.
Major L. C. Silveira.
Major Luiz Wiedemann.
Cap. Germano Seid Vidal.
Cap. Luiz A. de Freitas.
Cap. Dr. Nelson Nogueira.

EX-LIBRIS



E permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

**S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR**